



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A CONTROVÉRSIA ENTRE A ARGENTINA E O REINO UNIDO PELA
SOBERANIA DAS ILHAS MALVINAS/FALKLAND, GEÓRGIAS DO SUL E
SANDWICH DO SUL

INGRID LAISA MELO MATOS

BRASÍLIA

2021

INGRID LAISA MELO MATOS

A CONTROVÉRSIA ENTRE A ARGENTINA E O REINO UNIDO PELA
SOBERANIA DAS ILHAS MALVINAS/FALKLAND, GEÓRGIAS DO SUL E
SANDWICH DO SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade de Brasília, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Política, Instituições e Relações de
Poder

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

BRASÍLIA

2021

Ingrid Laisa Melo Matos

A controvérsia entre a Argentina e o Reino Unido pela soberania das ilhas
Malvinas/Falkland, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História
no Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal
Presidente
ICH – PPGHis - UnB

Prof. Dr. Delmo de Oliveira Torres Arguelhes
NEA – INEST – UFF

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueurol
ICH – PPGHis – UnB

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes
ICH – PPGHis – UnB
Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Carlos Eduardo Vidigal, não somente por nossas conversas sobre a temática do presente estudo, ou sobre a Argentina, ou pelos livros e documentos cedidos, mas pelo constante estímulo e apoio no decorrer da pesquisa. Seu papel na minha formação intelectual e pessoal é muito maior do que ele possa imaginar. À minha mamis, que teve intrepidez e determinação de sonhar para minha pessoa um futuro radicalmente distinto daquele vivido por ela no seu passado e no seu presente. Obrigado por estar presente em tudo que poderia estar, por apoiar o meu projeto de vida, por ter suportado o meu eterno mau-humor e estresse, por ter ouvido minhas reclamações e queixas. O que sinto por você é intraduzível pelas palavras. Sou, imensamente, grata ao universo por pela como minha mãe. A ti dedico meu título de Mestra.

À minha querida irmã, pelas nossas conversas, pelas provocações incisivas, pela cumplicidade, pelo apoio nos momentos de indecisão, pela sua leitura e seus comentários quanto ao conteúdo e a forma não somente dessa dissertação, mas da minha produção intelectual no decorrer do mestrado.

Aos professores Luis Paulo Nogueroíl e Virgílio Caixeta Arraes, pelas críticas e sugestões na banca de qualificação.

Ao professor Henrique Modanez de Sant'Anna, quem ministrou a disciplina Semanário de Pesquisa, pelos apontamentos que permitiram muitas reflexões.

Ao professor Luiz César de Sá, pelo suporte no momento de contratempo.

Ao seu Jorge e ao seu Rodolfo, pelo gentil auxílio nas mais diversas demandas acadêmicas.

A Fernando Meyer, por ter me franqueado o acesso à sua dissertação.

Aos meus companheiros do mestrado, José pelas bibliografias sugeridas; Álvaro e Roberto pelas trocas de ideias sobre o meu objeto de pesquisa, pelas nossas conversas descontraídas; a Roberto, agradeço também, pelos documentos emprestados.

Às bibliotecárias, Fabiane Freitas e Eveline Gonçalves, pelo auxílio quanto à forma da presente dissertação.

À sociedade brasileira, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, pelo investimento no meu trabalho como pesquisadora.

*“O Fortuna
velut luna
statu variabilis
semper crescis
aut decrescis
vita detestabilis
nunc obdurat
et tunc curat
ludo mentis aciem,
egestatem,
potestatem
dissolvit ut glaciem.”*

Carmina Burana. Carl Orff.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo examinar a controvérsia entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte pela soberania das ilhas Geórgias do Sul, Malvinas/Falkland e Sandwich do Sul. A partir desse delineamento, a reflexão divide-se em três capítulos. No primeiro, apresenta-se o achamento das ilhas Malvinas/Falkland, a colonização do território insular, a administração argentina e desembarque britânico. No segundo, descreve-se, primeiro, as negociações entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte sucedidas no âmbito da Organização das Nações Unidas e, posteriormente, as realizadas bilateralmente. Por fim, no terceiro capítulo, pormenoriza-se a crise e conflito anglo-argentino pelos arquipélagos ocorrida entre 2 de abril e 14 de junho de 1982.

Palavras-Chaves: Argentina; Reino Unido; Malvinas; Falkland; Guerra.

ABSTRACT

This dissertation examines the controversy between the Argentine Republic and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland over the sovereignty of the South Georgia, Malvinas/Falkland, and South Sandwich Islands. From this outline, the subject is addressed in three chapters. The first chapter presents findings on the Malvinas/Falkland Islands, the colonization of the island territory, the Argentine administration, the British landing and occupation, and successive Argentine protests. The second chapter first describes the negotiations between Argentina and the United Kingdom that took place at the United Nations and, subsequently, those carried out bilaterally. Finally, the third chapter details the Anglo-Argentine crisis and conflict over the islands that took place between April 2, 1982 and June 14, 1982.

Keywords: Argentina; United Kingdom; Malvinas; Falkland; War.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

IGM – Instituto Geográfico Militar

LADE – Lneas Aéreas del Estado

MCE – Mercado Comum Europeu

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlntico Norte

SAS – British Special Air Service

SBS – British Special Boat Service

Tiar – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| CAPÍTULO I – ARQUIPÉLAGO EM DISPUTA..... | 15 |
| 1.1 O achamento do arquipélago..... | 15 |
| 1.2 A colonização do arquipélago..... | 22 |
| 1.3 A governação das Províncias Unidas do Rio da Prata, o desembarque britânico e os protestos argentinos..... | 41 |
| CAPÍTULO II – MALVINAS/FALKLAND: NEGOCIAÇÕES MULTILATERAIS E BILATERAIS..... | 53 |
| 2.1 Malvinas/Falkland: diplomacia multilateral..... | 53 |
| 2.2 Malvinas/Falkland: diplomacia bilateral e multilateral..... | 62 |
| 2.3 <i>Proceso de Reorganización Nacional</i> e as relações anglo-argentinas (1976-1982)..... | 86 |
| 2.3.1 A controvérsia nas ilhas Geórgias do Sul..... | 106 |
| CAPÍTULO III – A CRISE E A GUERRA DAS MALVINAS/FALKLAND..... | 122 |
| 3.1 A crise anglo-argentina..... | 122 |
| 3.2 A guerra anglo-argentina..... | 145 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 166 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 169 |

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de pesquisa a controvérsia entre a República Argentina, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte pela soberania das ilhas Geórgias do Sul, Malvinas/Falkland e Sandwich do Sul. O arquipélago das ilhas Malvinas/Falkland tem sua localização à 51° e 53° de latitude sul e à 57° e 62° de longitude oeste. É constituído por duas grandes ilhas – *Soledad*, a leste, e *Gran Malvinas*, a oeste, na denominação em espanhol e *West Falkland* e *East Falkland* na versão inglesa – e por cerca de 700 ilhotas. O arquipélago das Geórgias do Sul está localizado aproximadamente 1300 km a leste-sudoeste das Malvinas/Falkland e, o das Sandwich do Sul está situado a 640 km a sudeste das Geórgias do Sul. Ambos os territórios insulares são compreendidos como dependências das ilhas Malvinas/Falkland.

A disputa diplomática pelo arquipélago das Malvinas/Falkland deu origem, segundo Federico Lorenz, a uma causa nacional cujos os fundadores foram José Hernández e Paul Groussac, esses ajudaram a construir o significado que as Malvinas/Falkland passaram a ter nos diversos setores da vida argentina.¹ José Hernández publicou, em novembro 1869, dois editoriais no jornal *El Río de la Plata* – do qual foi fundador, proprietário e redator durante os seus oito meses de existência – asseverando que o território insular era pouco ou nada conhecido pelos argentinos, seus legítimos donos, devido a indiferença ou as medíocres gestões que os governos argentinos fizeram ante as representações estrangeiras, isso, sucedeu, porque as administrações argentinas encontravam-se absorvidas nas vicissitudes da política interna, preterindo assim de zelar pelos altos interesses da nação Argentina.² Além disso, José Hernández advertia que a presença britânica nas Malvinas/Falkland era um antecedente para futuras ingerências.³ Rosana Guber afirma que a alegação de José Hernández de que os governos não se ocupavam do impasse territorial não encontra correspondência com os fatos, dado que cada ano o governador de Buenos Aires e o presidente da Nação dedicavam um parágrafo a questão.⁴ Três decênios depois, Paul Groussac, diretor da Biblioteca Nacional, publicou

¹ LORENZ, Federico. **Unas islas demasiado famosas: Malvinas, historia y política**. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013.

² GUBER, Rosana. **¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2012.

³ LORENZ, Federico. **Unas islas demasiado famosas: Malvinas, historia y política**. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013.

⁴ GUBER, Rosana. **¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2012.

Les Îles Malouines (Las Islas Malvinas) (1910) que ressaltava os títulos históricos e jurídicos argentinos sobre as Malvinas/Falkland.⁵

Em setembro de 1934, o senador socialista, Alfredo Palacios apresentou o projeto de lei 11.904 que propunha a publicação oficial e completa da versão em espanhol de *Les Îles Malouines (Las Islas Malvinas)* (1910) e a elaboração de uma versão resumida do conteúdo da obra para editar e distribuir a todos os estabelecimentos escolares, as bibliotecas populares e as instituições estrangeiras. Na arguição oral ante a apresentação da proposta legislativa, Alfredo Palacios explicou: “[...] *que el Pueblo argentino sepa que nuestro país es el soberano de las Malvinas, tierra irredenta, sometida al extranjero por la ley brutal del más fuerte*”.⁶ A lei foi aprovada por unanimidade em 26 de setembro de 1934.⁷ Segundo Rosana Guber, o objetivo do legislador socialista era que Malvinas/Falkland fosse uma ponte entre o Estado e a sociedade, vinculando-se às reivindicações sociais dos trabalhadores e dos humildes esquecidos pelos governos. Para Alfredo Palacios, o território insular não pertencia somente ao Estado nacional, mas também ao povo, aos trabalhadores e aos desprotegidos de toda legislação.

Também em 1934, meses antes da iniciativa legislativa de Alfredo Palacios, os irmãos Julio e Rodolfo Irazusta publicaram a obra *La Argentina y el imperialismo británico*. De acordo com Rosana Guber, os autores apresentam uma interpretação da crise política e econômica do modelo agroexportador da república oligárquica. Para os irmãos Irazusta, a usurpação das Malvinas/Falkland pelos ingleses sucedeu devido a condições políticas internas, a classe dominante argentina ávida pelo progresso material e imitativa dos modelos secularizados provenientes da França e do Reino Unido que obstaculizava a Nação. A oligarquia – como denomina os autores a classe dirigente argentina proveniente dos pampas húmidos e do complexo agroexportador – era desprovida de uma consciência nacional, segundo os irmãos Irazusta, esse segmento social representava o progresso, todavia era contrária a independência.⁸ Rosana Guber sintetiza que:

⁵ LORENZ, Federico. **Unas islas demasiado famosas: Malvinas, historia y política**. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013.

⁶ GUBER, Rosana. **¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2012, p. 80.

⁷ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à Restauração Democrática**. Tradução: Alexandra de Mello e Silva. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

⁸ GUBER, Rosana. **¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2012.

la apelación de los Irazusta a la recuperación de las Islas Malvinas era parte de una lucha política entre la república liberal y la república jerárquica. Su similitud con Palacios y también con Groussac radicaba en leer la pérdida de Malvinas como resultado de un proceso político nacional llevado a cabo por sus representantes políticos en alianza con fuerzas externas – el imperialismo que usa su fuerza como un gigante –. En los tres casos – Groussac, Palacios, los Irazusta – el despojo de Malvinas se interpreta en clave de política interna y también de honor mancillado.⁹

Federico Lorenz afirma que, a partir da década de trinta, Malvinas/Falkland enquanto causa nacional sofreu um recrudescimento. As ilhas foram transformadas em um território irredento que deveria ser recuperado para a soberania nacional, no âmbito de uma visão histórica que posicionava a Argentina como uma vítima de sucessivos despojos territoriais por parte de potências coloniais europeias, sobretudo Grã-Bretanha, ou por parte de países limítrofes como o Brasil e o Chile. Essa perspectiva teve uma força tão pujante que se converteu em um anseio partilhado por um espectro político que incluía desde a extrema direita até a extrema esquerda, e que era alimentada desde os discursos políticos até o sistema escolar público argentino.¹⁰

Carlos Escudé analisou 77 livros-textos de geografia utilizados no ensino fundamental e médio argentino entre 1879-1986 e constatou que a instrução em matéria de nacionalismo territorial consolidou-se e intensificou-se a partir do decênio de quarenta. Segundo o autor, antes dos anos quarenta, há casos de livros-textos que omitem totalmente a questão Malvinas/Falkland, outros apresentam o assunto de forma sumamente moderada e, além disso, tem-se os manuais escolares que desenvolvem um relato exaltado em níveis atípicos de intensidade emotiva. Em geral, depois de 1945 verifica-se uma homogeneização maior no conteúdo dos livros.¹¹

Ademais, da reivindicação argentina sobre Malvinas/Falkland, na década de quarenta, os textos do ensino básico passam a apresentar todos os litígios dependentes. Em 1928, deu-se o primeiro protesto argentino pela soberania das ilhas Georgias do Sul, essas nunca foram reclamadas pela Espanha e nunca foram ocupadas pela Argentina, todavia essa protestação nunca esteve presente nos livros até o decênio de quarenta, no decorrer desse lapso temporal, o território insular supracitado passou a figurar sistematicamente e sem exceções nos livros-textos. Do mesmo modo, deu-se com as reivindicações sobre o arquipélago das Sandwich do Sul e com o Setor Antártico

⁹ GUBER, Rosana. **¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2012, p. 89.

¹⁰ LORENZ, Federico. **Malvinas: una guerra argentina**. 1 Ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

¹¹ ESCUDÉ, Carlos. El trasfondo cultural de la invasión argentina de Malvinas: contenido nacionalista de la enseñanza de la geografía, 1879-1986. **Boletín del Centro Naval**, n° 827, p. 169-184, may./ago. 2010.

Argentino, pleitos que aconteceram nos anos de 1940, e que imediatamente foram difundidos nos textos da educação primária e secundária.¹² Baseado nisso, antes da década de 1940, estimava-se que a superfície do território argentino era de 2.800.000 km², no decorrer daquele ínterim, passou-se a computar que a extensão total em 4.025.695 km², montante que, anos de 1970, reduziu-se a 3.761.274 km² em consequência de melhores mensurações quanto a dimensão do território da Antártica.¹³

Luciano Privitellio *et. al.* assinalam que enunciar a área do território argentino segmentado em três zonas relaciona-se a umas hipóteses de expansão territorial sobre o Atlântico Sul e os territórios antárticos que as Forças Armadas argentinas desenvolveram a partir do decênio de 1940. Além das declarações de soberania e os atos de ocupação militar, a estratégia contemplou a elaboração de uma nova cartografia para o país. A inclusão das hipóteses expansivas no ensino deu-se por duas vias: reformas curriculares nos programas da educação básica de geografia e a crescente ingerência do IGM sobre a cartografia para uso escolar.¹⁴

Registra-se que 2 de setembro de 1946, editou-se o decreto 8.944 que proibia a publicação de mapas escolares da Argentina que não incluísse o Setor Antártico. Além disso, o supracitado ato normativo instituiu que os limites internacionais do país contidos nos livros-textos deveriam ser aprovados pelo IGM.¹⁵ No mesmo ano, os programas curriculares, pela primeira vez, apresentaram no capítulo sobre questões limítrofes, a reivindicação sobre os territórios antárticos. E dois anos depois, os livros-textos incorporaram a perspectiva de que o território argentino está integrado por três porções: uma parte continental, as ilhas oceânicas – ou ilhas em litígio – e o setor antártico. Desde então, esse entendimento é reproduzido e esmiuçado no material escolar como uma evidência fidedigna – e não pretendida – da extensão do território argentino.¹⁶

Federico Lorenz entende que a educação pública teve papel fundamental, tendo como objetivo a homogeneização cultural e a construção da cidadania alicerçada em três eixos fundamentais: o ensino de uma língua nacional, a formação de uma consciência

¹² ESCUDÉ, Carlos. El trasfondo cultural de la invasión argentina de Malvinas: contenido nacionalista de la enseñanza de la geografía, 1879-1986. **Boletín del Centro Naval**, n° 827, p. 169-184, may./ago. 2010.

¹³ ESCUDÉ, Carlos. El trasfondo cultural de la invasión argentina de Malvinas: contenido nacionalista de la enseñanza de la geografía, 1879-1986. **Boletín del Centro Naval**, n° 827, p. 169-184, may./ago. 2010.

¹⁴ PRIVITELLIO, Luciano; QUINTERO, Silvina; ROMERO, Luis Alberto; SABATO, Hilda. **La argentina en la escuela: la idea de nación en los textos escolares**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

¹⁵ ESCUDÉ, Carlos. El trasfondo cultural de la invasión argentina de Malvinas: contenido nacionalista de la enseñanza de la geografía, 1879-1986. **Boletín del Centro Naval**, n° 827, p. 169-184, may./ago. 2010.

¹⁶ PRIVITELLIO, Luciano; QUINTERO, Silvina; ROMERO, Luis Alberto; SABATO, Hilda. **La argentina en la escuela: la idea de nación en los textos escolares**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

histórica comum e a inclusão dos cidadãos em um conjunto de rituais pátrios. Essa formação da cidadania se canalizou por meio do incentivo do amor à pátria, materializado em uma história baseada nas efemérides e na importância das grandes figuras nacionais, em que os militares do período da independência eram figuras centrais, nesse marco, a causa Malvinas aparecia com muito ímpeto para erigir-se como símbolo de anseio de milhares de argentinos e, ao mesmo tempo, a demanda foi inscrita em um relato histórico que para ser concluído, entre outros aspectos, a grandeza nacional demandava a recuperação do território insular.¹⁷

Destaca-se que em 2 de abril de 1982, dia do desembarque argentino nas Malvinas/Falkland, o general Leopoldo Galtieri, presidente da Argentina, em uma mensagem aos seus concidadãos, asseverou: “*Hemos recuperado, salvaguardando el honor nacional, sin rencores, pero con la firmeza que las circunstancias exigen, las islas australes que integran por legítimo derecho el patrimonio nacional*”. De acordo com Rosana Guber, Leopoldo Galtieri ao afirmar que a recuperação das Malvinas/Falkland era a recuperação da Argentina, posicionou as ilhas entre as grandes façanhas patrióticas de princípio do século XIX e as compreende como a contiguidade espacial do território continental.¹⁸

Após ater-se as Malvinas/Falkland na cultura política argentina, fez-se um levantamento acerca das dissertações que se haviam ocupado do objeto em tela, reportou-se a Marcelo Walsh em *A atuação do Brasil frente à crise das Malvinas/Fakland (1982)* (1997) que analisou o posicionamento diplomático, ou seja, a neutralidade imperfeita adotada pelo Brasil ante o conflito.¹⁹ Já Tomás Neto em *A política externa brasileira frente ao conflito das Falkland/Malvinas 1982* (2006) contextualizou e examinou a atuação internacional do Brasil em face da guerra, além de analisar alguns elementos da política externa do governo de João Batista Figueiredo (1979-1984).²⁰

Antonio Zambon em *A posição dos jornais brasileiros perante a Guerra das Malvinas* (1999) ocupou-se em reconstruir a conflagração ocorrida no Atlântico Sul e a conjuntura política então imperante a partir da análise dos editoriais e das colunas de

¹⁷ LORENZ, Federico. **Malvinas: una guerra argentina**. 1 Ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

¹⁸ GUBER, Rosana. **¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda**. 2. Ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2012.

¹⁹ WALSH, Marcelo Vieira. **A atuação do Brasil frente à crise das Malvinas/Falkland (1982)**. 182 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

²⁰ NETO, Tomaz Espósito. **A política externa brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas (1982)**. 2006. 189 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

opinião dos jornais *Correio do Povo*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Zero Hora*.²¹ Fernando Meyer em *A Guerra das Malvinas de 1982 na imprensa brasileira* (2004) examinou a abordagem jornalística de *O Estado de São Paulo* e da *Folha de São Paulo* tanto em relação ao conflito, quanto às suas consequências, pois o lapso temporal do estudo foi de abril de 1982 a abril de 1983.²²

Diante do exposto, identificou-se a carência de dissertações que estabelecessem diálogo entre as perspectivas argentina e inglesa quanto à soberania pelos territórios insulares. À vista disso, essa reflexão tem como objetivo examinar a disputa entre a Argentina e o Reino Unido por aquelas ilhas desde o seu achamento, no século XVI, a crise e a Guerra das Malvinas/Falkland, no século XX.

Quanto aos procedimentos metodológicos, inventariou-se os documentos diplomáticos e as obras bibliográficas argentinas e inglesas que versassem sobre a controvérsia pela soberania dos arquipélagos desde o seu achamento, passando pelas negociações multilaterais e bilaterais, até as hostilidades ocorridas entre abril e junho de 1982. Sendo o material lido e fichado, as informações foram sistematizadas em períodos, com o propósito de estabelecer um quadro abrangente das disputas e negociações as quais os territórios insulares foram objeto. Vale destacar que, a princípio, não se fazia referência à atuação diplomática do governo brasileiro ante o conflito bélico, mas após a leitura das fontes, foi possível verificar que tal ação fazia necessária, empreendendo-se, então, uma pesquisa junto ao acervo do Ministério das Relações Exteriores.

Do ponto de vista da estrutura, o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, descreve-se a controvérsia de achamento do território insular, o litígio entre a Espanha e o Reino Unido sobre a posse do arquipélago, a administração argentina, o desembarque e a ocupação inglesa a partir de 1833 e os sucessivos protestos argentinos. No segundo capítulo, buscou-se pormenorizar as negociações multilaterais e bilaterais sobre as Malvinas/Falkland, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul ocorridas entre 1945 e março de 1982. E no terceiro capítulo, tem-se a crise e a guerra das Malvinas/Falkland. Ressalta-se que os 74 dias do conflito anglo-argentino é subdividido em dois momentos: a crise das Malvinas/Falkland, entre 1º e 30 abril de 1982, e a guerra

²¹ ZAMBON, Antônio Lídio de Mattos. **A posição dos jornais brasileiros perante a Guerra das Malvinas**. 1999. 122 p. Dissertação (Mestrado em Integração Latino Americana) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1999.

²² MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. **A Guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira**. 2004. 230 p. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

das Malvinas/Falkland entre 1º de maio e 14 de junho de 1982. Opta-se por essa segmentação por se compreender que no primeiro lapso temporal teve o predomínio de iniciativas diplomáticas, enquanto no segundo, embora tenham ocorrido gestões diplomáticas, foi um período marcadamente militar.

CAPÍTULO I – ARQUIPÉLAGO EM DISPUTA

1.1 O achamento do arquipélago

A descoberta das ilhas Malvinas/Falkland é um assunto histórico complexo, não sendo possível precisar ao certo quem e quando as ilhas foram descobertas. Entretanto, sabe-se que foram avistadas pela primeira vez no século XVI por navegadores de quatro nações: Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda.²³

Possivelmente, o primeiro navegador europeu a ter avistado as ilhas Malvinas/Falkland foi Américo Vespúcio. Em maio de 1501, a terceira expedição de Vespúcio ao Novo Mundo partiu de Lisboa. Vespúcio em uma carta denominada *Lettera*, de 1504, dirigida a Piero Francesco Soderini, aquele navegador narrou que se dirigiu umas 500 léguas ao longo da costa sul-americana, 150 léguas a oeste do cabo de San Agustín e 600 léguas ao sudoeste, decidindo deixar a costa com o propósito de tomar o mar em alguma contra direção. Por conseguinte, sua expedição começou a navegar em direção ao sudeste.²⁴

A continuação,

*[...] y navegando con este rumbo hasta que nos encontramos a tal altura que el polo Sur tenía una elevación de unos buenos 52 grados sobre nuestro horizonte (...) Y ya nos habíamos alojado unas 500 leguas del punto de que habíamos partido, en dirección sudeste.*²⁵

Em seguida, Vespúcio descreveu a descoberta das ilhas Malvinas/Falkland:

*Las noches eran muy largas; tuvimos una el día siete de abril que duró 15 horas; debido a que el sol se encontraba al final de Aries, y en esta región era invierno, como Vuestra Magnificencia podrá muy bien advertir. Y mientras suportábamos esta tempestad, el día siete de abril avistamos nuevas tierras, que bordeamos por unas 20 leguas; y observamos que toda ella era una costa árida y no vimos en ella puerto ni habitantes. Yo creo que esto se debía al frío, que era tan grande que nadie podía sopórtalo en la flota.*²⁶

Louis de Antonie de Bougainville, primeiro colonizador das ilhas Malvinas/Falkland, escreveu em 1771, na *Voyage autour de le Monde*:

²³ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982, p. 89.

²⁴ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983.

²⁵ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983, p. 17.

²⁶ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983, p. 17.

*Detalles históricos sobre las Malvinas: Américo Vespucio hizo (sob las Armas del Reino de Portugal) su descubrimiento. – Se me perdonarán algunas noticias históricas sobre estas islas. – Me parece que se puede atribuir su primer descubrimiento al célebre Américo Vespucio, que, en su tercer viaje para el descubrimiento de América, recorrió la costa Norte en el mes de abril de 1502. Ignoraba en verdad si pertenecía a una isla o si formaba parte del continente, pero es fácil deducir el rumbo que siguió, de la latitud a que llegó, de la descripción misma que de esta costa, que era la de las Malvinas.*²⁷

Julius Goebel sentencia que a descrição das terras encontradas por Vespúcio pode tanto indicar as Malvinas/Falkland, a costa Patagônica, como outro lugar, argumentando que nenhum dos mapas que registraram as descobertas realizadas na terceira expedição de Vespúcio – os mapas de Cantino (1502) e Canerio (1502) – as terras que se encontram a 52° de latitude sul. No entendimento de Laurio Destefani, a descrição feita por Vespúcio na *Lettera* correspondia mais às Geórgias do Sul ou a um enorme *iceberg* visualizado em meio a uma tempestade. Logo, é muito pouco provável que aquele navegador tenha descoberto as Malvinas/Falkland. Nesse sentido, na perspectiva de Paul Groussac as incoerências presentes na *Lettera* são tão expressivas que implicam em um dilema inevitável, ou seja, “*o la carta es obra de un falsário, cosmógrafo y piloto de salón, que jamás ha hecho la navegación que describe, o bien Amerigo Vespucci era aquel hombre*”.²⁸

Para Espanha e, posteriormente, para a Argentina, foi a expedição de Fernando de Magalhães, que partiu de Sevilha em 1519, e navegou a costa argentina em janeiro de 1520, que descobriu as Malvinas/Falkland. Conclusão alicerçada na cartografia imediatamente posterior à expedição. Nos mapas de Diego de Ribero, de 1529, tem-se a representação de um grupo de oito ou nove ilhas que foram designadas de *Sanson*. Até o século XVII, as ilhas do Atlântico Sul foram assim denominadas, que poderiam ser as Malvinas/Falkland, aquelas estão a 49° de latitude sul e, estas a 51°.²⁹

Outro mapa onde se tem a representação do arquipélago das Malvinas/Falkland é de cartografia do português Pedro Reinel, de 1522-1523, encontrado em 1938 pelo geógrafo francês Marcel Destombes, com a denominação de *Top Kapu Sarayi* em Istambul, Turquia, e apresentando como um descobrimento relevante no Congresso

²⁷ AZAMBUJA, Péricles. **Falkland ou Malvinas: o arquipélago contestado**. 1. ed. Caixas do Sul: EDUCS, 1988, p. 32.

²⁸ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012, p. 82.

²⁹ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

Internacional de Geografia em Amsterdã, Holanda, em 1939.³⁰ No referido mapa, tem-se a representação somente da costa norte do estreito de Magalhães e, ao leste, da embocadura do estreito a aproximadamente 56 léguas, onde surge uma enorme ilha com quase 300 milhas de comprimento. As Malvinas/Falkland estão quase ao leste da entrada do estreito de Magalhães e a 81 léguas.³¹

Julius Goebel pondera que a expedição de Magalhães é relevante pelos descobrimentos realizados na costa oriental da Patagônia. Mas, a viagem em questão não estabeleceu os limites geográficos das Malvinas/Falkland, da *Tierra del Fuego*, ou da *Tierra Australis*. Para o autor, quando se compara a expedição de Magalhães com a de Vespúcio ambas possuem como similitude aspectos enigmáticos, sendo que a expedição espanhola apresenta elementos mais intimamente vinculados ao achamento das Malvinas/Falkland do que os fatos narrados pela expedição portuguesa.³²

Laurio Destefani destaca que o fato de as Malvinas/Falkland estarem localizadas muito próximas da Argentina talvez seja consequência de cálculos errôneos de longitude – algo comum no século XVI – ou que intencionalmente foram levadas para o oeste, a fim de localizá-las dentro da zona espanhola estabelecida no Tratado de Tordesilhas. Nesse sentido, embora não se disponham documentos que corroborem no descobrimento das Malvinas/Falkland por Magalhães, fontes cartográficas apresentam a provável descoberta das ilhas pela expedição espanhola. Sobre a questão Paul Groussac afirma:

*[...] en el curso de este memorable y dramático viaje alrededor del mundo, en el que se reconocieron centenares de islas, no hay ni un solo grupo entrevisto al parar que no sea mencionado, en el libro de a bordo, con el nombre que le fue impuesto por Magallanes o sus sucesores.*³³

Após a expedição de Magalhães, de 1520, a Espanha enviou outras quatro expedições ao extremo sul da América do Sul. Nesse sentido, a expedição relevante ao objeto de estudo da presente pesquisa foi a viagem do bispo de Plasência, também comandada por Francisco Camargo, que partiu do porto de Sevilha em agosto de 1539, visando colonizar a região do estreito de Magalhães. Em 12 de janeiro de 1540, a expedição atravessou os bancos de areias Sarmiento e naufragou próximo ao cabo das

³⁰ AZAMBUJA, Péricles. **Falkland ou Malvinas: o arquipélago contestado**. 1. ed. Caixas do Sul: EDUCS, 1988.

³¹ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

³² GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

³³ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012, p. 88.

Virgens na entrada do estreito de Magalhães. Em decorrência de uma tempestade, os navios entraram no estreito em 20 de janeiro. Dias depois, a embarcação principal naufragou e o capitão e a tripulação foram resgatados e seguiram viagem ao Peru. A terceira embarcação – da qual se tem conhecimento de um fragmento do diário de bordo – retrocedeu e foi levada por um temporal ao cabo das Virgens.³⁴

Em 31 de janeiro, a embarcação – denominada Incógnita, por se desconhecer seu nome e do seu comandante – foi acometida por uma intensa tempestade de ventos que a distanciou da costa. Sobre a questão, o diário de bordo assim narrou o seguinte sobre os fatos que se sucederam: “*A los 4 de dicho y ano [el 4 de febrero], de mañana por la mañana, vimos tierra, la cual nos pareció unas ocho o nueve islas, que en la carta están, é por sernos ya metidos entre tierras, que teníamos tierra al Nor-Nordeste por la parte de babor, y también nos salía tierra por el Sur*”.³⁵

Em 5 de fevereiro, o diário de bordo registrou a vista de outra porção de terra, onde, ao contorná-la, foi possível encontrar mais terras ao sudoeste. Entre aquelas porções de terras observaram uma grande baía, com montanhas em ambos os lados, que pareciam ser ilhas, pois havia grandes braços de mar que se estendiam entre uma e outra montanha. Posteriormente, na direção nordeste, deparam-se com um pequeno porto que denominaram de *Puerto de las Zorras*, devido à expressiva quantidade de raposas que ali se encontravam, local que permaneceram durante oito dias. A continuação, o diário de bordo descreveu a terra encontrada:

*Y esta tierra me peresce ser punta de tierra firme, conviene a saber de la tierra que está al Sur, cuando emboca en el Estrecho, y parece así, porque la tierra que sale desta punta, corre al Oeste, y esta punta está Este-Oeste con la boca del Estrecho. (...) A la redonda de esta tierra hay muchas islas pequeñas, conviene a saber, la tierra donde perdimos los berzos es isla, y en la enseada están muchas, y así muchos bajos, é por todo hay muchos brazos de mar, y entran mucho por la tierra adentro. (...) En esta tierra hay mucha caza, patos y zorras y lobos marinos; y aquí estuvimos seis meses, y después tomamos agua y leña y aderezamos nuestro navío para ir la vuelta de España.*³⁶

Diante do exposto, no entendimento de Julius Goebel, a Incógnita descobriu as ilhas Malvinas/Falkland, ou seja, analisando a aparência exterior do achamento da Incógnita não resta dúvida que o diário de bordo da embarcação descreve as

³⁴ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

³⁵ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983, p.32.

³⁶ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983, p. 35.

Malvinas/Falkland, e não a *Tierra del Fuego*. Aquele autor argumenta que a porção de terra que os tripulantes da embarcação espanhola se aproximaram inicialmente foi a ilha oeste das Malvinas, ao passo que o local visto era provavelmente a *Gran Malvinas/West Falkland* ou suas proximidades. Ademais, outro elemento que respalda sua inferência é o deserto e o aspecto acetinado da terra, aspectos mais característicos das ilhas Malvinas/Falkland do que da *Tierra del Fuego*.

Um ano após a expedição do bispo de Plasência foi editado o Islário de Santa Cruz, confeccionado por Ignacio de Santa Cruz, principal cosmógrafo do rei Carlos V da Espanha. No Islário, as ilhas descobertas pela Incógnita são representadas com o nome de *Sansón y los Patos*. O achamento das mencionadas ilhas foi assim descrito no Islário:

Passando o Cabo do Estreito retorna para a costa ao sudoeste, até dentro de uma grande baía de quase quarenta léguas, e daí da baía volta de novo para o nordeste quase por cinquenta, até um cabo que está ao lado de uma baía chamada “das ilhas”, a qual está em meio de dois cabos, e diante dela duas calhetas. Toda a mencionada costa está cheia de baias grandes e pequenas, a qual também foi descoberta pela Armada do Bispo de Plasencia, como dissemos acima; o dito cabo acha-se situado a sessenta léguas ao leste-nordeste da boca do estreito, passando o qual e a Baía das Ilhas, retorna a costa do sudeste.³⁷

Para Julius Goebel, o mapa e a descrição de Santa Cruz não estão de acordo com a geografia das ilhas Malvinas/Falkland. Além disso, este último não aponta que a expedição do capitão geral Alonso de Camargo se dispersou, pois noticia os distintos descobrimentos como se estivessem se dado conjuntamente por todas as embarcações quando, em realidade, se tem conhecimento que a Incógnita – após uma estadia de 10 meses – não se juntou novamente ao capitão geral, que seguiu viagem ao Peru. Ou seja, os descobrimentos descritos por Santa Cruz se deram por duas operações distintas.

Por sua vez, Destefani afirma que embora o Islário apresente pontos discutíveis ou controversos, a descoberta das Malvinas/Falkland pela Incógnita detém uma certeza incontestável: a Armada do bispo de Plasência foi aquela que forneceu informação do cabo das ilhas e da *Bahia de los Zorros*. No mapa do Islário, a partir da embocadura do estreito de Magalhães e na *Tierra Australis* tem-se uma ampla baía, onde na extremidade direita há um cabo com duas pontas e, uma baía no meio, a baía *De los Zorros* acompanhada, por sua vez, de duas pequenas ilhas. O cabo, a baía e as duas ilhas são as

³⁷ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982, p. 45.

Malvinas/Falkland vinculadas à *Tierra Australis*, pois, os tripulantes da Incógnita imaginavam que esta que estava situada ao sul era “terra firme”.³⁸

Os britânicos argumentam que as ilhas Malvinas/Falkland foram descobertas pelo contra-almirante John Davis a bordo do navio *Derise* em 14 de agosto de 1592. A *Derise* conjuntamente com outros dois navios e dois barcos integravam a expedição de Thomas Cavendish, que foi abandonado por Davis em *Puerto Deseado*, Patagônia. Por sua vez, o historiador de Davis, John Jane, inclui em sua versão do incidente uma declaração assinada pelos 40 tripulantes do *Derise*. A fim de mostrar que a embarcação se separou em meio a uma neve no dia 21 de maio de 1592 e, não podendo localizar as demais embarcações após extenso lapso de espera e busca, a *Derise* prosseguiu viagem em direção ao sul.³⁹

A *Derise* permaneceu em Puerto Deseado até o dia 6 de agosto de 1592. Após a estadia, dirigiu-se ao estreito de Magalhães. Nesse ínterim, John Jane afirmou que tinham esperança de encontrar Cavendish naquela localidade, ao passo que assim sentenciou:

[...] *el día nueve soportamos una fuerte tempestad, la que nos obligó a ponernos a palo seco, pues nuestras velas no estaban en condiciones de soportar gran esfuerzo. El día 14 fuimos echados entre ciertas islas nunca descubiertas antes, y de las que ningún relato conocido hace mención; yacen a cincuenta leguas más o menos de la costa, al nordeste del Estrecho; en cuyo lugar, a no haber sido la voluntad de Dios en su misericordia infinita haber calmado el viento, hubiéramos forzosamente perecido. Pero habiendo virado el viento al este, pusimos nuestra proa al Estrecho, y el 18 de agosto nos aproximamos al Cabo con niebla muy espesa y esa misma noche fondeamos a diez leguas de distancia de aquél. El día 19 pasamos la primera y segunda angosturas.*⁴⁰

A descoberta das ilhas Malvinas/Falkland pela embarcação *Derise*, segundo Destefani, é discutível pelos seguintes motivos: a) a exposição da viagem e descoberta foi publicado por John Jane em 1600, oito anos depois; em 14 de junho do mesmo ano, regressa a Holanda, Sebald de Weert; a narração de Jane é fantasiosa, sobretudo, quando descreve outras passagens da viagem; b) o contra-almirante John Davis era um desertor que necessitava descobrir alguma coisa, a fim de retificar sua situação quando retornasse ao Reino Unido; c) a localização das ilhas é pouco precisa, além de não descrevê-las; d) os tripulantes da *Derise* podem ter visualizado, em meio à tempestade, nuvens baixas ou

³⁸ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

³⁹ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983.

⁴⁰ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983, p. 50.

geleiras tubulares; e e) o relato da descoberta das Malvinas/Falkland por Davis é muito similar à registrada no Islário de Santa Cruz.

Ainda sobre a questão, Paul Groussac argumenta que John Davis “[...] *no nombró [las islas], no se aproximó, no fijó más vaga latitudes, contentando-se con situadas (...), con referencia a la costa y al estrecho, según coordenadas tan inciertas que en su intersección no se halla nada más que el océano*”.⁴¹ Na avaliação daquele autor, o relato que atribui à *Derise* a descoberta das Malvinas/Falkland é “(...) *un documento fabricado elaborado a posteriori por alguien – Jane u otro – que no había participado del viaje y que ha trabajado sobre notas o atendo al dictado de Davis*”.⁴²

Goebel afirma que a narração de Davis se perfaz de dados pouco consistentes e um tanto inexatos. Assim como Groussac, aquele primeiro atentou que “[...] *en lo que a la ubicación de las islas se refiere, Davis no da indicación alguna de latitud, aun cuando expresa que se encuentran a unas 50 leguas del estrecho de Magallanes*”. Ademais, para Goebel,

*[...] la narración del viaje de Davis, (...), no merece mayor crédito que la narración del tercer viaje de Vespuccio, por cuanto además del hecho de que el diario de Jane está lleno de inexactitudes, las referencias relativas al descubrimiento son apenas más definidas que la de Vespuccio.*⁴³

Por fim, navegadores originários da Holanda também são tidos como descobridores das ilhas Malvinas/Falkland. Tal achamento, comumente, é compreendido como o primeiro desprovido de objeções e que se encontra representado na cartografia imediatamente posterior a expedição.⁴⁴ Em 27 de junho de 1598, uma expedição com cinco navios, sob o comando do almirante Jacob Mahu, partiu de Roterdã.⁴⁵ Em abril de 1598, as embarcações que integravam a missão, sob fortíssima tempestade, conseguiram atravessar o estreito de Magalhães. Contudo, as condições meteorológicas no Pacífico eram adversas e as cinco embarcações se separaram. Dois navios retornaram para o estreito de Magalhães, a saber: *Trowwe* que retornou a partir para o Pacífico e *Geloof*, comandado por Sebald de Weert decidiu regressar à Holanda.

⁴¹ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012, p. 93.

⁴² GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012, p. 95.

⁴³ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983, p. 52-53.

⁴⁴ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

⁴⁵ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983.

Em 24 de janeiro de 1600, três dias após sair do estreito e entrar no Atlântico, o relato da viagem – realizado pelo cirurgião da embarcação – assim apontou:

*El día 24, alrededor de el amanecer, se avistaron tres pequeñas islas que hasta ese entonces nunca habían sido observadas ni representadas en mapa alguno. Se les dio el nombre de **Sebaldes**. Estas islas distan del continente 60 leguas hacia el este-sudoeste y se encuentran a los 50 grados 40 minutos de latitud.*⁴⁶

Goebel alega que, com toda probabilidade, as ilhas avistadas por Weert são as ilhas conhecidas com Jason, localizadas ao nordeste da ilha *Gran Malvina/West Falkland*. A posição indicada pelo cronista de Weert é satisfatoriamente exata para que se considere correta a informação relatada. Mas, segundo aquele autor, considerando os informes incongruentes referentes aos descobrimentos precedentes ao de Weert, não é plausível considerar o navegador holandês como o descobridor do arquipélago das Malvinas/Falkland. Por fim, Goebel sublinha que a distância, em léguas, entre o continente e as ilhas são imprecisas, mensurações raramente críveis. Em 18 de janeiro de 1616, a expedição holandesa de Jacob Le Maire e Wilhelm Schouten – em relato presente no diário de bordo – afirmou visualizar as ilhas Sebaldes. Dissipando, por conseguinte, toda provável falta de certeza sobre a veracidade da exposição de Weert.

Na opinião de Paul Groussac, o primeiro e legítimo descobrimento das Malvinas/Falkland seu deu por Weert, uma vez que pelas duas únicas coordenadas então aplicáveis – distância do continente e latitude –, o navegador reconheceu e delimitou as ilhas, não empreendendo uma tomada de posse efetiva em decorrência de um inconveniente material.⁴⁷ Por sua vez, para Laurio Destefani, além de situar e descrever as ilhas, Weert publicou um esboço das ilhas que corresponde à realidade. Após a chegada da *Geloof* a Holanda, em 14 de junho de 1600, as Sebaldes foram representadas nas cartas geográficas com bastante precisão, sendo aceitável admitir Weert como descobridor das Malvinas/Falkland ou redescobridor se entender que embarcação Incógnita da expedição do bispo de Plasência descobriu as ilhas pela primeira vez.⁴⁸

1.2 A colonização do arquipélago

⁴⁶ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983, p. 59.

⁴⁷ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012.

⁴⁸ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

No período de 1660-1764, as ilhas foram visitadas por navegadores franceses, holandeses e ingleses. Em outubro de 1689, zarpou de *Playmouth* a embarcação *Welfare*, sob o comando do capitão inglês John Strong, com destino ao Atlântico Sul. A verdadeira causa para a expedição de Strong residiu na conjuntura imperante na Europa. Estava em curso a Guerra de Sucessão na Inglaterra, que se alinhou com a Espanha contra a França. Em virtude desse cenário, numerosos comerciantes ingleses congregaram-se com a finalidade de equipar uma embarcação para comercial com as colônias espanholas e recolher o tesouro existente em algumas ruínas de naufrágios acontecidos na costa do Pacífico.⁴⁹ O capitão Strong detinha uma patente de corso contra os franceses.⁵⁰

Em 27 de janeiro de 1690, o navio *Welfare*, empurrado pelos ventos, alcançou as Sebaldes. No dia seguinte, atracou-se para abastecer-se de focas e pinguins. O primeiro desembarque de ingleses nas ilhas é assim descrito:

El lunes 27 de enero [(1690)], vimos tierra. La costa se extiende aproximadamente de este a oeste; varias isletas la bordean. Enviamos a una de ellas nuestras canoas que volvió cargada de focas, pingüinos y pájaros de mar. Seguimos gobernando al este cuarto noreste; anclamos a las ocho de la noche; la costa corría siempre al este, a gran distancia, aunque podíamos distinguirla. La latitud era de 51°3' S. Martes, 28: A las cuatro de la mañana, vimos roca situada a cuatro o cinco leguas de la isla principal; parecía un velero. A las seis entramos en un estrecho situado a 20 leguas de la tierra más occidental que habíamos reconocido. Calculamos 24 brazas a la entrada, que tiene 4 leguas de ancho. Penetramos hasta seis o siete leguas y echamos el ancha a brazas. Hay numerosas ensenadas, bastante seguras. [Cerca de aquella donde anclamos], en la costa occidental, hallamos agua dulce en cantidad y matamos oca y patos en abundancia. No hay bosques ... El 31 levamos ancla con el viento oeste suroeste. Navegamos sondando, con la canoa delante de nosotros ... El día siguiente a las diez, estábamos fuera del canal, que tiene unas 17 leguas de largo y al que llamé Falkland Sound [...].⁵¹

Para Julius Goebel, Strong não parece ter conhecido pormenorizadamente o estreito de *San Carlos*, pois apenas afirma da existência de bons portos e da grande quantidade de algas e, com a exceção de certos detalhes pertinentes a água doce e à caça, nada no relato parece destinado a suscitar particular estima pela região visitada.⁵² Groussac sentenciar que embora a narração de Strong disponha de alguns detalhes

⁴⁹ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

⁵⁰ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

⁵¹ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012, p. 111-112.

⁵² GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

estranhos, como, por exemplo, quando o navegador inglês afirma que “[...] *a las cuatro de la mañana, vimos roca situada a cuatro o cinco leguas de la isla principal; parecía un velero*”, tem-se evidentemente excertos inventados, pois Strong não poderia ter a menor noção de uma ilha principal, todavia, não se deve objetar que o navegador inglês descobriu o estreito e desembarcou na ilha Soledad/*East Falkland*.⁵³

Como citado anteriormente, Strong nomeou o estreito que separa as duas grandes ilhas de *Falkland Sound*. Posteriormente, os ingleses passaram a usar Falkland em menção ao conjunto formado pelas ilhas principais. Em *Nossas Ilhas, Nossa História* – manual da Assembleia Legislativa das Ilhas Falkland – e em *Malvinas en la Historia*, manual produzido pelo Observatório Malvinas da *Universidad Nacional de Lanús*, tem-se que Strong denominou a passagem entre as duas ilhas de Falkland em agradecimento a Anthony Cary – então tesoureiro da marinha real que havia financiado sua expedição. Groussac expõe que em conformidade com *Dictionary of National Biography* de Leslie Stephan, Falkland alude tanto a Henry Cary, primeiro visconde Falkland, e ao seu filho Lucius Cary, segundo visconde Falkland, como a uma importante vila escocesa do condado de Fife, Groussac inclinasse para o emprego da origem toponímica.

O Tratado de Utrech, assinado em 13 de junho de 1713, colocou fim à Guerra de Sucessão espanhola e consolidou o reconhecimento de um sistema colonial na América. O Tratado de Utrech versa sobre três acordos: Tratado de Transporte de Escravos – firmado em 26 de março de 1713 – Tratado de Paz e Amizade, sancionado em 13 de junho de 1713 – e o Tratado de Comércio, assinado em 9 de dezembro de 1713. Esse conjunto de acordos celebrados entre a Espanha e o Reino Unido tinha como objetivo conter o poderio francês na Europa e preservar a ordem colonial espanhola dos avanços daquele reino.⁵⁴

Pelo Tratado de Transporte de Escravos os ingleses passaram a ter o monopólio do tráfico de escravos na América espanhola e a usufruir de acesso a uns segmentos de terra em alguns portos e localidades do interior, sendo uma concessão temporária por trinta anos. Ademais, tal acordo autorizava, anualmente, a entrada de uma embarcação de

⁵³ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012, p. 111.

⁵⁴ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte I, Las relaciones exteriores de la Argentina embrionaria (1806-1881). Tomo III, Los mini-Estados provinciales del Río de la Plata en tiempos de las guerras contra el Brasil y contra la confederación peruano-boliviana. Juan Manuel de Rosas y sus conflictos con estados provinciales y extranjeros. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/3/3-036.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

bandeira inglesa nos portos espanhóis.⁵⁵ Nesse sentido, o artigo oitavo do Tratado de Paz estabelecia que

*Regirá la libre navegación y comercio entre los súbditos de cada uno de los reinos como ocurría anteriormente en tiempo de paz y antes de la declaración de esta última guerra, durante el reinado de Carlos II de gloriosa memoria, Rey Católico de España, de acuerdo con los tratados de amistad, confederación y comercio que se habían concertado anteriormente entre las dos naciones, siguiendo antiguas costumbres, cartas patentes, cédulas y otros actos particulares; y también de acuerdo con el a los tratados de comercio que ahora y en delante se concierten en Madrid.*⁵⁶

Além de restabelecer o *status quo* comercial, o referido artigo proibia que alguns territórios espanhóis pudessem vim a ser controlados pelos franceses,⁵⁷ assim instituindo:

*[...] se conviene y decide especialmente que en ningún momento se concederá a Francia u otra nación, bajo motivo ni finalidad alguna, directa o indirecta autorización ni permiso para navegar con el objeto de comercial e introducir negros, mercaderías o cualquier otra cosa en los dominios sujetos a la corona de España en América, con excepción de lo que pueda ser convenido en el tratado o tratados de comercio mencionados anteriormente.*⁵⁸

Por fim, o Tratado de Comércio ratifica o pactuado nos dois outros acordos que integram o Tratado de Utrecht.

Os efeitos legais desse conjunto de tratados podem ser sintetizados no restabelecimento do sistema que vigorava antes da Guerra de Sucessão espanhola, com duas exceções: o tráfico de escravos passava a ser realizado pelos ingleses e se permitia a viagem anual de uma embarcação já autorizada, a pirataria era considerada ilegal e não poderia receber anuência oficial dos ingleses e, por conseguinte, qualquer medida de força empregada pela Espanha para destruí-la seria acatada; e, de acordo com as disposições

⁵⁵ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte I, Las relaciones exteriores de la Argentina embrionaria (1806-1881). Tomo III, Los mini-Estados provinciales del Río de la Plata en tiempos de las guerras contra el Brasil y contra la confederación peruano-boliviana. Juan Manuel de Rosas y sus conflictos con estados provinciales y extranjeros. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/3/3-036.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

⁵⁶ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983, p. 191.

⁵⁷ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte I, Las relaciones exteriores de la Argentina embrionaria (1806-1881). Tomo III, Los mini-Estados provinciales del Río de la Plata en tiempos de las guerras contra el Brasil y contra la confederación peruano-boliviana. Juan Manuel de Rosas y sus conflictos con estados provinciales y extranjeros. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/3/3-036.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

⁵⁸ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983, p. 192.

dos tratados, a Espanha proibia o acesso aos mares circundantes aos domínios espanhóis na América Central e do Sul, com ressalva ao Reino Unido para o tráfico de escravos.⁵⁹

Ricardo Caillet-Bois (1982) interpreta que o Tratado de Utrech impeliu os ingleses a terem grandes esperanças acerca dos lucros e benefícios a serem auferidos com a Companhia do Mar do Sul. Entretanto, transcorridos alguns anos de exploração dos privilégios estabelecidos no conjunto de tratados, a companhia passou a registrar malogro. E embora o fracasso da companhia tivesse como consequência a inadequada gestão desenvolvida pelos diretores, atribuiu-se à Espanha o insucesso. Nesse ínterim, a relação anglo-espanhola foi deteriorando, acarretando em períodos de hostilidades entre os países nos anos de 1718 e 1727. Restabelecida a paz, as embarcações inglesas enfrentavam os empecilhos instituídos pelas autoridades espanholas irritadas com a presença de um estrangeiro, cujas reprováveis práticas eram razão de constante precaução.⁶⁰

Fritz Hoffmann e Olga Hoffmann que ingleses e espanhóis compreendiam reciprocamente que as disposições do Tratado de Utrech não eram examinadas pela outra parte. Por exemplo: os funcionários ingleses reclamavam do tratamento recebido dos espanhóis nas colônias e já estes, por sua vez, encontravam-se descontentes com as liberdades que usufruía a Companhia do Mar do Sul em seu tráfico com as Índias de Castela.⁶¹ Sobre a questão, Julius Goebel enuncia que no período 1732-1737, 21 embarcações inglesas, aproximadamente, foram capturadas pelos espanhóis. Como consequência, o embaixador britânico em Madri, em 1738, apresentou 28 reclamações.⁶²

Após novas contendas entre mercadores e burocratas, tem início uma guerra entre Espanha e Inglaterra por motivos comerciais, esse conflito bélico é denominado de Guerra do Asiento (1739-1748). Em 20 de outubro de 1748, os beligerantes assinaram um novo tratado, conhecido como a Paz de Aquisgrán, que encerrou a guerra, limitando-se em restituir o *status quo* prévio sobre a questão da navegação. Todavia, não foram resolvidas definitivamente as divergências entre ambas as partes.⁶³

⁵⁹ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

⁶⁰ CAILLET-BOIS, Ricardo Rodolfo. **Una tierra argentina las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1982.

⁶¹ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

⁶² GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

⁶³ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte I, Las relaciones exteriores de la Argentina embrionaria (1806-1881). Tomo

Em decorrência desse novo confronto armado, as ilhas Malvinas/Falkland ganharam relevância estratégica, segundo Julius Goebel:

[...] *la finalidad principal de las operaciones navales inglesas realizadas durante los primeros años de la guerra era, mediante una acción coordinada llevada a cabo en las costas este y oeste de la América del Sud, embolar el comercio sudamericano y dominar tanto el Caribe como el Pacífico, conquistando el istmo de Panamá. (...) se envió una expedición que, contornando el Cabo de Hornos, debía capturar los puertos situados en el Pacífico.*⁶⁴

Tal expedição partiu da ilha inglesa Santa Elena em 18 de setembro de 1740, sob o comando do almirante George Anson.

Do regresso da expedição de Anson e finalizado o conflito bélico anglo-espanhol, o capelão da viagem, Richard Walter, publicou o relato da expedição. Após relatar os inconvenientes sofridos durante a transposição do Cabo de Hornos com o propósito de facilitar a travessia do cabo, aquele capelão declarou que Anson sugeriu que o Reino Unido deveria ter como prioridade absoluta ter uma base naval em algum ponto ao sul do Brasil, devido às particularidades do comércio marítimo espanhol e as penúrias oriundas na passagem do Atlântico ao Pacífico.⁶⁵

Em 1749, George Anson, então oficial executivo principal do Almirantado, ordenou a preparação de uma expedição cuja finalidade era pôr em prática a sua recomendação e perscrutar a factibilidade das ilhas Malvinas/Falkland como base naval.⁶⁶ O embaixador espanhol em Londres, Richard Wall, ao ter conhecimento dos aprestos para a expedição, apresentou reclamação junto à corte inglesa, argumentado que a viagem ocasionaria um estado de intranquilidade e suspeitas entre Londres e Madri.⁶⁷

III, Los mini-Estados provinciales del Río de la Plata en tiempos de las guerras contra el Brasil y contra la confederación peruano-boliviana. Juan Manuel de Rosas y sus conflictos con estados provinciales y extranjeros. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/3/3-036.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

⁶⁴ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983, p. 221.

⁶⁵ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

⁶⁶ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte I, Las relaciones exteriores de la Argentina embrionaria (1806-1881). Tomo III, Los mini-Estados provinciales del Río de la Plata en tiempos de las guerras contra el Brasil y contra la confederación peruano-boliviana. Juan Manuel de Rosas y sus conflictos con estados provinciales y extranjeros. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/3/3-036.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

⁶⁷ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

À vista disso, o duque de Bedford solicitou ao representante inglês em Madri, Benjamín Keene, que apresentasse o projeto da expedição junto ao ministro espanhol. Ante a apresentação, José Carvajal, ministro espanhol, assim declarou;

[...] que debía considerar a la expedición proyectada como una nueva tentativa de mantener vivos los antiguos odios y suspicacias, lo que tenía interés en evitar. Dijo además que no le eran desconocidos el origen y el propósito de la expedición, por cuanto ambos estaban explicados con todo detalle en la publicación que relataba el viaje de Anson.⁶⁸

Em resposta às alegações de Carvajal, Keene declarou que lamentava e estava surpreso com a manifestação, pois, a expedição – de caráter científico – não prejudicaria de modo algum a navegação, o comércio e os domínios espanhóis. Em realidade, a Espanha, por apresentar maiores interesses nos mares do sul, lograria da expedição os maiores proveitos.⁶⁹ Os espanhóis então argumentaram que eles poderiam atender a qualquer necessidade de informação científica. Em decorrência da reação da Espanha, a majestade britânica decide interromper o plano da expedição. Assim, pela primeira vez, as Malvinas/Falkland foram objeto de intercâmbio diplomático.⁷⁰

Acerca da expedição às Malvinas/Falkland não realizada em 1749, Goebel assevera que

[...] en esta primera escaramuza diplomática acerca de estas islas, no parece haberse planteado la cuestión del derecho a establecerse en ellas. Los británicos adoptaron el punto de vista de que su expedición era puramente científica aunque su verdadero propósito nunca fue desconocido para los españoles. Estos últimos, por su parte, declinaron aceptar el proyecto, basándose en gran parte en razones de conveniencia propia, pero también apoyándose en el principio de que por no tener los ingleses posesiones en esa región nada tenían que hacer allí. Como no se planteó la cuestión del derecho a establecer en ellas, no se discutió este aspecto del asunto. La verdadera cuestión debatida fue, en cambio, si los británicos tenían lugar derecho a penetrar en esas regiones. El mero hecho de que el proyecto fuera presentado a la corona española tiende a demostrar que estaban perfectamente advertidos del hecho de que, según los tratados vigentes, no disfrutaban de tal derecho, pero trataron de procurárselo valiéndose del pretexto de enviar una expedición científica. Esta finalidad no estaba prohibida por los tratados, que sólo contemplaban la navegación comercial e, en consecuencia, la solicitud británica sólo podía ser negada basándose en consideraciones de conveniencia general o como lo hicieron los españoles, negando el pretendido propósito científico.⁷¹

⁶⁸ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983, p. 226.

⁶⁹ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

⁷⁰ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

⁷¹ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983, p. 229.

As objeções espanholas ao projeto da expedição não o sobrestou, foi se fortalecendo até culminar na seguinte declaração de lord Egmont – primeiro lord do Almirantado – em 1765: “*Las Falkland son la llave de todo el Pacífico. Esta isla debe dominar los puertos y comercio de Chile, Perú, Panamá y, en una palabra, todo el territorio español en el mar*”.⁷²

Desde os princípios do século XVIII, os franceses enviaram expedições às Malvinas/Falkland. Até 1714, as viagens dos navegantes provenientes do porto de Saint-Maló, na Bretanha, tiveram sua pujança e preeminência, para declinar, em seguida, devido à ascensão inglesa, que auferiu grandes vantagens no comércio marítimo via a Companhia do Mar do Sul e do tráfico de escravos.⁷³

As disposições do Tratado de Paris (1763) – acordo que encerrou a Guerra dos Sete Anos (1756-63) – alteraram significativamente os impérios coloniais vigentes. A França perdeu quase todo o seu enorme império, restando unicamente umas poucas ilhas; a Espanha entregou a Flórida e todos os domínios espanhóis localizados ao leste do Mississipi; e, em compensação, o Reino Unido devolver Havana.⁷⁴

A fim de reparar as perdas territoriais ocasionadas à França, Louis Antoine de Bougainville – coronel de infantaria – apresentou ao duque de Choiseul, ministro de Guerra e da Marinha de Luis XV, uma proposta de colonizar as Malvinas/Falkland por conta própria com o auxílio dos seus parentes. Bougainville relata o seguinte sobre o seu projeto para as ilhas:

*[...] en la relación de su viaje, Milord Anson ... recomienda a los ingleses, en diferentes ocasiones, formar un establecimiento al sur del Brasil, sosteniendo que la Nación que así lo haga, será dueña del comercio del Mar del Sur (...) En consecuencia, ese es el objeto y el proyecto que M. de Bougainville solicita realizar. Ellos [Bougainville y sus parientes] buscarán ... las islas Malvinas situadas a 150 leguas más o menos al Sud Este del Río de la Plata. Dedicarán dos meses a adquirir respecto de ellas la información más precisa. A continuación, se dirigirán en busca de las tierras australes que ellos conciben la esperanza de hallarla a las 300 o 400 leguas hacia el Sud Este de las islas Malvinas [...].*⁷⁵

O ministério francês aprovou o plano de colonização das ilhas e, em 15 de setembro de 1763, zarpou do porto de Saint-Maló a fragata *L'Aigle* e a corveta *Le Sphinx*.

⁷² ETCHEPAREBORDA, Roberto. La cuestión Malvinas en perspectiva histórica. Historia de la Controversia desde el siglo XVI hasta nuestros días. **Revista de Historia de América**, México, n. 96, p. 38, jul./dez. 1983.

⁷³ AZAMBUJA, Péricles. **Falkland ou Malvinas: o arquipélago contestado**. 1. ed. Caixas do Sul: EDUCS, 1988.

⁷⁴ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

⁷⁵ CAILLET-BOIS, Ricardo Rodolfo. **Una tierra argentina las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1982, p. 80.

A expedição aportou nas Malvinas/Falkland em 31 de janeiro de 1764. No mês seguinte, estabeleceu-se o primeiro assentamento na ilha *Soledad/East Falkland*; em 17 de março, escolheu-se o local para assentar-se a colônia e construiu-se o forte, denominado-o de *Saint-Louis*; e em 5 de abril, tomaram posse formal de todas as ilhas, em nome de Luis XV, nomeando-as de *Malouines*.⁷⁶

Posteriormente, em 8 de abril seguinte, Bougainville parte de regresso à França e, em 26 de junho, ao aportar em *Saint-Maló*, comunicou a aquisição das ilhas. Em 12 de setembro, o rei francês ratificou a tomada de posse. Emitiu-se um documento, assinado por Luis XV e o Duque de Choiseul, onde constava que as ilhas *Malouines* haviam sido descobertas por marinheiros de *Saint-Maló*, indivíduos que haviam dado o nome que possuíam. Tal fato deveria ser considerado como uma confirmação do estabelecimento da posse.⁷⁷ Ainda no mês de setembro de 1764, a Espanha iniciou as negociações diplomáticas com a França reivindicando a devolução das ilhas. Em sua alegação, a coroa espanhola invocou o Tratado de Utrech (1713) e o Pacto de Família (1761), onde Espanha e França haviam pactuado respeitar todos os estados, ilhas, terras e praças que dispusessem em qualquer parte do mundo.⁷⁸

Julius Goebel argumenta que os espanhóis apoiavam sua demanda principalmente em ponderações de conveniência política, mas também aspiravam contar com apoio de natureza legal, por exemplo, a teoria da proximidade territorial. Tais fundamentos favoráveis ao pleito espanhol foram reforçados por uma oferta de aquisição da colônia, evidenciando que os espanhóis não estavam convictos quanto à validade do seu reclamo.⁷⁹ Os franceses, a princípio, estavam inclinados a obstar todas as alegações espanholas, porém, terminaram cedendo e sugerindo ao governo espanhol negociar diretamente com Bougainville. Como resultado da negociação – em 4 de fevereiro de 1766, em *San Ildefonso* –, assinou-se a ata de entrega de *Port Louis* por parte da França a Espanha.⁸⁰ A

⁷⁶ ETCHEPAREBORDA, Roberto. La cuestión Malvinas en perspectiva histórica. Historia de la Controversia desde el siglo XVI hasta nuestros días. **Revista de Historia de América**, México, n. 96, p. 27-67, jul./dez. 1983.

⁷⁷ CAILLET-BOIS, Ricardo Rodolfo. **Una tierra argentina las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1982.

⁷⁸ MALVINAS, Observatorio. *Malvinas en la Historia: una perspectiva suramericana*. 2 ed. Lanús: Remedios de Escalada de la Universidad Nacional de Lanús, 2013.

⁷⁹ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

⁸⁰ BOLOGNA, Alfredo Bruno. Los derechos argentinos sobre las islas Malvinas. **Revista de Estudios Internacionales**, Buenos Aires v. 3, n. 3, p. 799-813, jul./set. 1982. 15 CLÉMENT, Zlata Drnar. **Malvinas ¿el derecho de la fuerza o la fuerza del derecho?**. Córdoba: Lemer Editora Córdoba, 2000, p.8.

título de compensação, a coroa espanhola comprometeu-se em indenizar Bougainville pelos melhoramentos realizados nas ilhas.

Posteriormente, o Reino Unido argumentará que a entrega das ilhas à Espanha, não correspondeu ao reconhecimento de direitos, mas sim, uma compra. Tal argumentação diverge do relato de Bougainville, presente em sua obra *Voyage autour de le Monde*:

*España reivindicó estas islas como una dependencia de América Meridional, y habiendo sido reconocido su derecho por el Rey, recibí orden de ir a entregar nuestros establecimientos a los españoles (...). Habiendo Francia reconocido el derecho de su Majestad, el Rey de España, por un principio de derecho público reconocido en todo el mundo, no debía ningún reembolso por los gastos. Sin embargo, como adquirieron los navíos bateles, mercancías, armas, municiones de guerra y de boca, que componían nuestro establecimiento, este monarca, tan justo como generoso, ha querido reembolsarnos de nuestros adelantos, y la suma 618.108 libras nos ha sido entregada por sus tesoreros, parte en París y el resto en Buenos Aires [...].*⁸¹

A entrega do território pelos franceses foi efetivada em 1º de abril de 1767, após três anos de ocupação. Antes, 4 de outubro de 1766, o governo espanhol havia emitido uma *Real Cédula*, onde declarava as Malvinas/Falkland como dependência da Capitania Geral de Buenos Aires e designava dom Felipe Ruis Puente como seu governador.⁸² Ressalta-se que a coroa inglesa não protestou ante a notícia de entrega de *Port Louis*, sendo que tal acontecimento foi amplamente divulgado por Espanha e França.

De fato, o interesse dos ingleses pelas ilhas espanholas no extremo sul do Atlântico não foi suplantado após a controvérsia anglo-espanhola de 1749. Em 21 de junho de 1764, três meses após a fundação de *Port Louis*, o navio *Dolphin* e a fragata *Tamar* partiram do Reino Unido sob o comando de John Byron. A expedição dirigia-se, aparentemente, as Índias Orientais. Sobre a questão, Paul Groussac argumenta que de acordo com os documentos ingleses era uma *blind* para ocultar o verdadeiro destino da viagem: uma expedição aos mares do sul, isto é, a materialização do projeto de George Anson interrompido anteriormente.⁸³ Os tripulantes somente foram informados do verdadeiro objetivo da expedição quando a frota chegou à costa brasileira. Byron devia explorar o território insular

[...] las islas de Su Majestad denominadas de Falkland y de Pepys, situadas en el océano Atlántico cerca del estrecho de Magallanes, a fin de practicar en

⁸¹ CLÉMENT, Zlata Drnar. **Malvinas ¿el derecho de la fuerza o la fuerza del derecho?**. Córdoba: Lemer Editora Córdoba, 2000, p.8.

⁸² REYES, Ana Ochoa. La cuestión de las Islas Malvinas. **Derecho PUCP**, Peru, n. 38, p. 79-118, 1984.

⁸³ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012.

*ellas un reconocimiento más cuidadoso que los efectuados hasta entonces; y de elegir el o los lugares más convenientes para establecer una nueva colonia o colonias.*⁸⁴

Em 11 de janeiro de 1765, a expedição comandada por Byron atracou na ilha *Saunders*, ao norte da *Gran Malvina/West Falkland*. O estreito que separa a ilha *Saunders* da *Keppel* foi denominado de *Port Egmont* – em homenagem ao primeiro lord do almirantado, John Perceval, segundo lord de Egmont – em 23 de janeiro, aquele comandante tomou posse do porto e de todas as ilhas vizinhas em nome da sua majestade George III, denominando-as de ilhas Falkland.⁸⁵ Além do ato de posse, o médico da fragata *Tamar* relatou que: “*rodeó un espacio de tierra situado cerca del lugar de la aguarda con un cerco de tepe y planteó en él muchas verduras, a fin de que pudiera aprovecharlas quienes visitaran posteriormente este lugar*”.⁸⁶ Ulteriormente, os ingleses arguíram que a plantação de hortaliças constituiu um ato de iniciação da colônia inglesa.⁸⁷

Em 27 de janeiro, Byron zarpou de *Port Egmont* e, após contornar o estreito de Berkeley – em cuja extremidade estava habilmente oculta a colônia francesa – partiu em direção a Europa, antes de ser anunciada publicamente a ocupação francesa, fato que ocorreu em 3 de agosto de 1764. O navegador inglês não tinha conhecimento da colônia e não aprofundou suas explorações no estreito, partindo em direção a *Puerto Deseado*. Em 7 de fevereiro, encontra-se naquele local com a *Floride*, navio de abastecimento, que em seguida regressa ao Reino Unido com o informe de Byron sobre as ilhas Malvinas/Falkland.

Ainda durante o mês de fevereiro de 1765, Byron avistou a embarcação *Aigle*, na qual se encontrava Bougainville buscando lenha para sua colônia. Em outra oportunidade, Byron estabeleceu diálogo com Bougainville a respeito de um acidente envolvendo o *Floride*.⁸⁸ Em 21 de junho, o *Floride* chegou ao Reino Unido e tanto o relatório de Byron sobre as ilhas, como a notícia de que não se tinha indícios de indivíduos, instigou a administração inglesa a considerar a possibilidade de colonizar imediatamente o território insular. Em 20 de julho de 1765, Enrique Conway – secretário

⁸⁴ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983, p. 263.

⁸⁵ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983, p. 263.

⁸⁶ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012, p. 264-265.

⁸⁷ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

⁸⁸ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012.

de Estado para o Departamento Meridional – dirigiu-se aos integrantes do almirantado comunicando a decisão do rei de enviar uma nova expedição às Malvinas/Falkland. A expedição deveria ser integrada por uma corveta, uma fragata, um navio de abastecimento e 25 indivíduos integrantes da infantaria da marinha.⁸⁹

Depois da publicação da notícia do estabelecimento da colônia francesa em *Port Louis*, Conway emite a seguinte instrução aos comandantes das embarcações: “*Si se encontrasen personas establecidas ilegalmente en cualquier parte de las mencionadas islas, se les obligará a abandonarlas o a prestar juramento de reconocimiento y atacamiento al gobierno de Su Majestad, como súbditos de la corona de Gran Bretaña*”.⁹⁰ Lord Egmont em uma nota dirigida ao duque de Garfton – então secretário de Estado para o Departamento Setentrional –, após arguir sobre as provas em favor dos direitos sob o território insular, dissertou que as ilhas eram

[...] *indubitablemente a llave de todo el Océano Pacífico. Esta Isla debe dominar los puertos y el comercio de Chile, Perú, Panamá, Acapulco e, en una palabra, todo el Territorio Español que da sobre ese mar. Hará que en delate todas nuestras expediciones a esos lugares, nos resulten muy lucrativas, de carácter fatal para España, y ya no serán tan tediosas o inseguras en una guerra futura [...]*.⁹¹

Após fazer menção às vantagens comerciais de se estabelecer uma colônia nas ilhas Malvinas/Falkland, lord Egmont assim refuta as possíveis alegações que Espanha vem a realizar asseverando:

[...] *con respecto a España, es imposible que ni siquiera su pretendido título, basado en la concesión del Papa o en cualquier tratado (...) pueda conferirles el menor derecho a pretender una isla que se encuentra en el océano Atlántico a ochenta o cien leguas de distancia y hacia el este del continente de Sud América, al cual no puede considerarse que pertenezca. Y la tentativa hecha por Francia de establecerse allí parece confirmar este argumento, en contra de todo lo que pueda posteriormente, argumentar-se a ese efecto, por cualquiera de esas dos potencias*.⁹²

Nesse ínterim, os preparativos para a nova expedição inglesa foram preparados em absoluto sigilo. O capitão John McBride foi designado comandante da fragata *Jason* e, em conjunto com a coberta *Carcass* e o navio de abastecimento *Experiment*, partiram

⁸⁹ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983.

⁹⁰ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983, p. 266.

⁹¹ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983, p. 267.

⁹² GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983, p. 268.

com destino às Malvinas/Falkland.⁹³ Esta aportou nas ilhas, em 8 de fevereiro de 1766, quase dois meses após o desembarque dos franceses e 14 meses antes da tomada de posse pelos espanhóis. A colônia inglesa foi estabelecida em *Port Egmont*, sendo adotadas as medidas necessárias para complementar o reconhecimento.⁹⁴

Em 2 de dezembro de 1766, McBride ancorou no estreito de *Pembroke* e, ao escalar uma das montanhas onde era visível o estreito de *Berkeley*, visualizou a colônia francesa. Imediatamente, aquele capitão partiu com destino a *Port Louis*, chegando ao local em 4 de dezembro, enviou uma nota solicitando esclarecimentos sobre a colônia. O então governador francês, Nerville, em resposta, enviou uma comunicação questionando quais eram as intenções do destacamento inglês e afirmando que não adotaria medidas hostis. Na manhã seguinte, como McBride continuou o seu avanço, Nerville enviou um segundo comunicado informando que ali se achava em cumprimento da ordem de sua majestade, não lhe interessava quem havia descoberto as ilhas e que caso ingleses iniciassem as hostilidades, se defenderia, pois, os considerava como agressores.⁹⁵

Em 28 de novembro de 1769, deu-se, no estreito de San Carlos, o encontro entre uma embarcação espanhola – que tinha como propósito explorar *Puerto Soledad* – e uma inglesa procedente de *Port Egmont*. A partir desse acontecimento, os espanhóis tiveram a evidência da presença inglesa nas ilhas, embora desconhecessem a localidade.⁹⁶ Anterior à ocupação espanhola de *Puerto Soledad*, as autoridades espanholas já tinham conhecimento de uma ocupação britânica nas Malvinas/Falkland. Todavia nenhuma medida foi adotada, uma vez que o relato da ocupação se deu, simultaneamente, às sucessivas viagens inglesas à costa da Patagônia e ao estreito, o que teria aturdido os comandos espanhóis.⁹⁷

Príncipe de Masserano, embaixador espanhol em Londres, protestou ante o *Foreign Office* argumentando que a presença inglesa nas Malvinas/Falkland violava o Tratado de Utrecht, que reafirmava os direitos da Espanha de exercer controle nos mares que são circundantes aos seus domínios. O Reino Unido, em uma nota dirigida, contestou

⁹³ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

⁹⁴ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

⁹⁵ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

⁹⁶ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

⁹⁷ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012.

a hegemonia marítima espanhola alegando que: *el tratado de Utrecht limitaba las iniciativas de los particulares, pero no las de los Estados, y que su conducta se ajustaría a los tratados; pero advirtió que Gran Bretaña estaba dispuesta a ir a la guerra.*⁹⁸

Em 25 de fevereiro de 1768, a coroa espanhola deu ordens ao governador e comandante militar de Buenos Aires, Francisco de Paula Bucarelli y Ursúa, para expulsar os ingleses das Malvinas/Falkland mediante o uso da força. Somente em dezembro de 1769, a expedição composta pelas fragatas *Santa Catalina* e *Santa Rosa* e o veleiro *Andaluz*, sob o comando do capitão de fragata Fernando Rubalcava, partiu com o propósito de conhecer a real situação de *Port Egmont*.

Rubalcava chegou a *Port Egmont* em 20 de fevereiro de 1770. Imediatamente, aquele capitão espanhol enviou uma carta ao administrador da colônia inglesa, capitão Hunt, afirmando que a presença de um domínio inglês nas Malvinas constituía uma violação aos tratados pactuados entre Espanha e Inglaterra, não sendo admissível intrusos em domínios de sua majestade. Ademais, Rubalcava sentenciou que não adotaria nenhuma medida, além do seu protesto formal, até receber ordens do rei da Espanha. Em resposta, Hunt asseverou que as ilhas pertenciam a sua majestade britânica, uma vez que súditos ingleses as haviam descoberto, sendo recomendável aos espanhóis evacuarem.⁹⁹

Rubalcava, então, permaneceu por oito dias em *Port Egmont*. Nesse lapso temporal, primeiro, a fragata *Santa Rosa* e, posteriormente, o veleiro *Andaluz* dirigiram-se a Buenos Aires com a informação da povoação inglesa e da presença de somente um navio de proteção no porto. Por sua vez, Hunt parte com destino a Inglaterra em março de 1770, chegando a *Plymouth* no início de junho do mencionado ano. Imediatamente, Bucareli organizou uma nova expedição composta de quatro fragatas, um veleiro e 1400 soldados, sendo designado como o capitão de mar e guerra Juan Ignacio Madariaga.

A expedição partiu de Buenos Aires, em 11 de maio de 1770 e, no mês de julho, Madariaga, a bordo do *Industria*, ancorou em *Port Egmont*, dirigindo uma comunicação aos oficiais ingleses indicando que, de acordo com o direito vigente, não era permitido estabelecer colônia naquela região sem o consentimento do rei da Espanha, exigindo,

⁹⁸ AZAMBUJA, Péricles. **Falkland ou Malvinas: o arquipélago contestado**. 1. ed. Caixas do Sul: EDUCS, 1988, p. 65.

⁹⁹ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

então, a retirada dos ingleses. Do contrário, os espanhóis se veriam obrigados a recorrer à violência.¹⁰⁰

Depois de seis dias de trocas de mensagens entre espanhóis e ingleses, enquanto os ingleses se preparavam para a defesa, Madariaga deu ordens para iniciar o combate e fazer fogo sobre a *Favourite*, a fragata inglesa que se encontrava no *Port Egmont*. O capitão inglês George Farmer rechaçou os termos da rendição. As embarcações espanholas desembarcaram as tropas, houve alguns disparos de canhões de ambos os lados, não se registrando baixas, ao passo que os ingleses se renderam.¹⁰¹

O conflito anglo-espanhol tornou-se uma questão de honra, pois como alega Goebel, [...] *ambas cortes encontraron en la conducta de los comandantes de las fuerzas rivales, algunos actos que herían el honor nacional y, en consecuencia, la solución de la controversia se complicó por la negativa de ambas partes a modificar sus criterios respectivos.*¹⁰² Em razão disso, nas negociações foram priorizados acontecimentos mais imediatos em detrimento das questões de direito, que eram realmente pertinentes.¹⁰³

No decorrer das negociações, o Reino Unido ameaçou declarar guerra caso não fosse reestabelecida a colônia. Carlos III, rei da Espanha, apelou imediatamente a Luis XV, rei da França, país com o qual a monarquia espanhola havia celebrado o Pacto de Família. Em resposta, Luis XV declarou que a França não se encontrava em condições de interferir em uma guerra, de caráter colonial, com o Reino Unido, mas, o que a monarquia francesa podia prover era atuar como mediadora a fim de encontrar uma solução negociadora.

Diante do posicionamento francês, a Espanha começou a ceder, mostrando-se disposta a negociar sobre os acontecimentos, mas não sobre a soberania. Assim, Espanha sugeriu que podia restituir *Port Egmont*, por um determinado lapso temporal, sendo o domínio devolvido à monarquia espanhola oportunamente. Ao final, desse modo resolveu-se o litígio anglo-espanhol.

¹⁰⁰ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática.** London: Yale University Press, 1983.

¹⁰¹ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática.** London: Yale University Press, 1983.

¹⁰² GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática.** London: Yale University Press, 1983, p 313.

¹⁰³ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982.** Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

Em 22 de janeiro de 1771, o príncipe de Masserano e o conde de Rochford, chefe do Departamento Austral, assinaram um acordo mútuo que finalizava o conflito. Em relação à existência de um acordo secreto entre a Espanha e a Inglaterra, por meio do qual a monarquia inglesa se comprometia a desocupar *Port Egmont* depois de transcorrido um tempo conveniente para abrandar a violenta opinião pública britânica é um tema controverso. Os historiadores que sustentam a existência de tal pacto tiveram por base apenas as declarações dos embaixadores dos respectivos países. Contudo, nenhum documento oficial britânico sobre o assunto foi encontrado; e ainda, nunca foi emitida nem admitida publicamente pelo governo britânico a existência do compromisso secreto. Por outra parte, aqueles que, *a posteriori*, negaram a tangibilidade da promessa, somente puderam provar que se o mencionado acerto existiu, não era público ou oficial.¹⁰⁴

Destarte, *Port Egmont* foi restituído aos ingleses em 15 de setembro de 1771. Em fins de 1773, a situação financeira do Reino Unido e sua instável política interna levou ao governo decidir por retirar-se de *Port Egmont*. Para Andrés Cisneros e Carlos Escudé, com essa atitude a monarquia inglesa demonstrava que a manutenção das ilhas era onerosa e/ou eram pouco importante. No dia 20 ou 22 de maio de 1774, os ingleses se retiraram de *Port Egmont* deixando uma placa com o seguinte enunciado, em inglês:

Saibam todas as nações que as ilhas Falkland, com o seu porto, armazéns, desembarcadouros, portos naturais, baías e angras a elas pertencestes, são de exclusivo direito e propriedade de sua mais sagrada Majestade Jorge III, rei da Grã Bretanha. Em testemunho do que coloca-se esta placa e as cores de Sua Majestade Britânica ficam ondeando em sinal de posse. S. W. Cleyton, Oficial Comandante das Ilhas Falkland, 1774.¹⁰⁵

Após a desocupação definitiva de *Port Egmont*, os ingleses não tentaram restabelecer-se como tão pouco retornaram a discutir a questão da soberania ou os direitos espanhóis sobre o arquipélago. A partir de então, desde, *Puerto Soledad* – como passa a ser denominado *Port Egmont* –, a Espanha desempenhou a administração absoluta e ininterrupta das ilhas até fevereiro de 1811. Nesse período, as Malvinas/Falkland tiveram 18 governadores.¹⁰⁶ Anualmente, partia do porto de Montevideú uma expedição, formada

¹⁰⁴ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte II, Las relaciones exteriores de la Argentina consolidada (1881-1942). Tomo VII, La Argentina frente a la América del Sur (1881-1930). Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/7/7-092.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

¹⁰⁵ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982, p.59.

¹⁰⁶ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte I, Las relaciones exteriores de la Argentina embrionaria (1806-1881). Tomo III, Los mini-Estados provinciales del Río de la Plata en tiempos de las guerras contra el Brasil y contra la confederación peruano-boliviana. Juan Manuel de Rosas y sus conflictos con estados provinciales y

por um ou dois navios, que realizava os revezamentos e o abastecimentos das ilhas. À medida que transcorria o tempo e tornava-se mais evidente a decadência naval da Espanha, a unidade naval deslocada até o arquipélago foi declinando até chegar a ser constituída por barcos simplórios.¹⁰⁷

Os governadores das Malvinas/Falkland tinham como principal função efetuar inspeções anuais em *Puerto Soledad*, com o intuito de atestar que os ingleses não haviam regressado a se estabelecerem naquela localidade. Em realidade, constantemente, registrava-se a presença de baleiros e lobeiros ingleses, bem como estadunidenses, nas ilhas e baías. A população permanente das ilhas era composta por oficiais, tropa e presidiários. Em 1780, construiu-se um presídio nas ilhas que, no decorrer da administração espanhola, estimou-se que a prisão sempre teve aproximadamente 30 presos.

Antes de fazer referência à saída dos espanhóis das Malvinas/Falkland em fevereiro de 1811, faz-se importante mencionar, a Convenção de *Nootka Sound* ou de *San Lorenzo*, assinado por Espanha e Grã Bretanha em 26 de outubro de 1790. Em 1789, a Espanha estabeleceu um assentamento em *Nootka Sound*, próximo à ilha de Vancouver. Pouco depois, no mesmo ano, o Reino Unido fez o mesmo. Rapidamente, o capitão espanhol deteve duas embarcações inglesas e seus respectivos ocupantes, sendo que estes foram encaminhados ao México para serem submetidos a julgamento, uma vez que haviam adentrado em jurisdição espanhola.

Com a chegada dessa notícia à Europa, como no caso das Malvinas/Falkland, os britânicos julgaram o acontecimento como um ato violento e hostil contra seus marinheiros e demandaram, portanto, uma reparação para além do ressarcimento das embarcações. Deram-se, então, os preparativos bélicos, em contraponto aos protestos diplomáticos. E desprovida de uma marinha real que pudesse fazer frente à esquadra britânica – sendo esta duas vezes superior àquela – e mais uma vez não podendo dispor do apoio francês, embora o Pacto de Família, ainda estivesse em vigor, a Espanha teve que negociar.

Em outubro de 1790, a Grã-Bretanha explicitou o seguinte ultimato: sucederia uma guerra caso não fosse concedido à monarquia britânica as suas exigências sobre

extranjeros. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/3/3-036.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

¹⁰⁷ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

ocupação de terra e livre navegação em águas que os espanhóis julgavam ser propriedade exclusiva. A Espanha rendeu-se diante da exigência britânica e transferiu a exclusividade na costa norte-americana do Pacífico para preservar as áreas mais ricas e amplas na América Central e do Sul.¹⁰⁸

Conforme o artigo terceiro da Convenção de *Nootka*, Espanha entregava seu assentamento em *Nootka Sound*, indenizava a monarquia britânica pelos danos ocasionados e concordava em restaurar qualquer propriedade retida sobre a costa noroeste da América do Norte, por qualquer um dos litigantes, a partir de abril de 1789. Também, o artigo quarto indicava que as atividades marítimas inglesas não deveriam valer-se, *in verbis*, de

[...] pretexto para o comércio ilícito com os estabelecimentos espanhóis e, com esse fim, estipular-se, além disso, de modo expresso, que os súditos britânicos não navegarão, nem pescarão, nos mencionados mares, a distâncias de dez léguas marítimas de nenhuma parte do litoral já ocupado pelos espanhóis.¹⁰⁹

E o artigo sexto determinava, *in verbis*, que nas costas

[...] tanto orientais quanto ocidentais da América Meridional e das ilhas adjacentes, aos respectivos súditos não se estabelecessem, no futuro, na região dessas costas situadas ao sul das zonas das mesmas costas e das ilhas adjacentes ocupadas pela Espanha. Os respectivos súditos, porém, conservariam a faculdade de desembarcar nas costas e ilhas, assim situadas, para efetuar operações de pesca e erigir cabanas e outras obras temporárias, que sirvam só para esse fim.¹¹⁰

Os britânicos – via a Convenção de *Nootka* – lograram comercializar com o Pacífico, navegar livremente nos mares do sul e caçar ou pescar a mais de dez léguas das costas já ocupadas pela Espanha. Para a Espanha, o acordo significou o término do privilégio exclusivo espanhol de navegação no Pacífico e a adjudicação do direito a pescar em ambas as costas da América do Sul. Tanto a Grã-Bretanha como a Espanha se comprometeram a não fixarem novas possessões ao sul do Atlântico e ao sul do Pacífico, pois, os domínios que já estavam ocupados conservavam o *status quo*.

Por fim, também ficou estabelecido no referido artigo sexto da Convenção de *Nootka* que a monarquia britânica reconhecia a soberania espanhola sobre as Malvinas/Falkland. Na perspectiva de Julius Goebel, embora se possa supor que o Reino

¹⁰⁸ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

¹⁰⁹ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982, p.66.

¹¹⁰ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982, p.66.

Unido mantinha entusiasmo em preservar sua possessão no arquipélago, tal pretensão mostrava desvirtuada com as disposições da Convenção. O entendimento do ator em questão é ratificado pelo informe do *Foreign Office* – de 29 de fevereiro de 1928, de autoria de John Field –, que assim asseverou:

*El 28 de octubre de 1790 se firmó una Convención entre este país y España cuyo artículo 6 establecía que ninguna de las partes debía en el futuro realizar ningún establecimiento en las costas al este u oeste de América del Sur, o islas adyacentes, al sur de las partes de esas mismas costas e islas menores ocupadas por España (...). Por este artículo es evidente que Gran Bretaña estaba excluida de ocupar cualquier parte de las Islas Falkland. Este Tratado fue abogado en octubre de 1795, cuando España declaró la guerra contra Gran Bretaña. Sin embargo, fue revivido por el artículo 1 de los adicionales al Tratado de Amistad y Alianza entre Gran Bretaña y España del 5 de julio de 1814, que fue firmado en Madrid el 18 de agosto de 1814.*¹¹¹

Iniciado a Revolução de Maio, Gaspar de Vigodet – governador de Montevidéu – decidiu centralizar as forças para enfrentar o levante e ordenou a desocupação do povoamento nas Malvinas/Falkland. Para tanto, enviou o bergantim *Galvez* comandado pelo Manuel Moreno, ao arquipélago. Em fevereiro de 1811, Pablo Guillén Martínez – último governador espanhol das ilhas – cumpriu a ordem e evacuou os membros da guarnição e da administração, toda a população civil, além de embarcar armas, canhões e documentos do arquivo.

Ademais, como fizeram os britânicos anos antes, colocou-se uma placa de chumbo no campanário da Capela Real das Malvinas/Falkland com a seguinte inscrição em espanhol: “Esta ilha como os seus portos, prédios, dependências e quanto contém pertence à soberania do senhor dom Fernando VII, Rei da Espanha e de suas Índias, *Soledad* das Malvinas, 7 de fevereiro de 1811, sendo governado Pablo Guillén”.¹¹² Após 37 anos de ocupação espanhola ininterrupta, entre 1811 e 1820, as Malvinas/Falkland permaneceram desabitadas. Entretanto caçadores de baleias e focas continuaram visitando as ilhas para aprovisionarem-se de água e animais, ou mesmo como refúgio de tempestade.

¹¹¹ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte I, Las relaciones exteriores de la Argentina embrionaria (1806-1881). Tomo III, Los mini-Estados provinciales del Río de la Plata en tiempos de las guerras contra el Brasil y contra la confederación peruano-boliviana. Juan Manuel de Rosas y sus conflictos con estados provinciales y extranjeros. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/3/3-036.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

¹¹² DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982, p. 71.

1.3 A governação das Províncias Unidas do Rio da Prata, o desembarque britânico e os protestos argentinos

Em 9 de junho de 1816, em *San Miguel de Tucumán*, o Congresso de Tucumán declarou a independência das Províncias Unidas do Vice-Reinado do Prata. Posteriormente, em 1820, as Províncias Unidas enviaram às Malvinas/Falkland a fragata *La Heroína*, sob o comando do coronel David Jewett, com o objetivo de tomar posse das ilhas. Em 6 de novembro de 1820, Jewett, desde *Puerto Soledad*, tomou posse formal do território insular em nome das Províncias Unidas. Segundo Raphael Perl, essa declaração de Jewett tem implícito um inconveniente: o limite sul do Vice Reinado do Rio da Prata jamais havia sido definido, logo, as reivindicações de possessões das Províncias Unidas em direção ao sul corriam o risco de converte-se em ilimitadas.¹¹³

Ao chegar nas Malvinas/Falkland, Jewett encontrou 50 embarcações de diferentes nacionalidades, em seus diversos portos, sendo grande parte baleeiros ou pescadores de lobos marinhos. Por meio de um comunicado, o comandante da *La Heroína* ademais de informar a tomada de posse por parte das Províncias Unidas, anunciou que as leis do novo Estado desautorizavam tanto a caça como a pesca no território insular e os violadores dessa disposição seriam encaminhados a Buenos Aires e submetidos a julgamento.¹¹⁴

De acordo com Nossas Ilhas, Nossa História – manual produzido pela Assembleia Legislativa das ilhas Falkland –, Jewett por iniciativa própria – dado que jamais foram encontradas quaisquer instruções –, reclamou o arquipélago em nome das Províncias Unidas. Além disso, ele não fixou um povoado e não divulgou que havia reclamado as ilhas. O governo de Buenos Aires somente descobriu o sucedido, em 1821, via reportagens de jornais estrangeiros. Jewett permaneceu nas Malvinas/Falkland durante um mês e meio. Essa efêmera estadia do primeiro governador provisório confere à ocupação uma feição meramente simbólica, para não dizer sem consistência devido à inexistência de efetividade. Após a partida daquele coronel, o arquipélago permaneceu a ser um entreposto de baleeiros e de caçadores de focas de distintas nacionalidades.

Apenas em 1823, Buenos Aires designou o primeiro governador oficial das

¹¹³ PERL, Raphael. **The Falkland Islands dispute in International Law and Politics: a documentary sourcebook**. Oceana Publications, Londres, 1983.

¹¹⁴ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

Malvinas/Falkland, dom Pablo Aregusti.¹¹⁵ Também no referido período, o governo do general Rodríguez concedeu a Jorge Pacheco e a Luis Vernet 30 léguas de terra na ilha de *Soledad/East Falkland*, com direito exclusivo de pesca.¹¹⁶ Essa primeira tentativa de colonização foi mal sucedida. Um segundo intento realizado por Vernet, em 1826, obteve êxito, logrando a fundação, em *Puerto Soledad* – no mesmo local da antiga possessão espanhola – de um povoado. Anterior à segunda expedição de Vernet, as Províncias Unidas ainda não haviam assentado um estabelecimento nas ilhas. Sobre a questão, em um informe dirigido ao governo de Buenos Aires, Vernet asseverou que:

*Completamente convencido de las grandes ventajas que obtendría la república de la existencia de colonias en el sur, y habiendo alcanzado éxito en algunos experimentos de agricultura que he realizado, decidí emplear todos mis recursos y valerme de todas mis relaciones a fin de emprender una colonización seria, que asegurase esas ventajas y significase la creación de una Pesquería nacional, actividad que ha sido en todos los tiempos y en todos los países, el origen y la fuente de recursos de la Armada y de la Marina Mercante.*¹¹⁷

Com esse objetivo e nas circunstâncias em que as Províncias Unidas se encontravam ainda deterioradas por uma estéril contenda civil, Vernet apresentou uma solicitação ao governo requisitando em proveito da colônia a concessão exclusiva da pesca. Em atendimento a demanda de Vernet, em 28 de janeiro de 1828, o governo de Buenos Aires, via decreto, concede toda a *Staten Island* e toda a ilha *Soledad/East Falkland*, – excluindo a permissão outorgada, anteriormente, e 10 léguas quadradas imputadas ao fisco – a Vernet. Ademais, atribuiu-se o direito exclusivo de pesca por 20 anos, tendo como condição a fundação de uma colônia em um lapso de três anos, devendo o governo ser comunicado quando ocorrer a concretização desse ato.¹¹⁸

Segundo Laurio Destefani, a administração das Províncias Unidas não podia permanecer inapetente em face da colonização do arquipélago por Vernet, que concomitantemente fomentava zonas comerciais jamais antes operadas e ratificava a soberania das Províncias Unidas sobre as ilhas. À vista disso, o governo de Buenos Aires, via criação da Comandância Civil e Militar, em 10 de junho de 1829, aprimora os títulos

¹¹⁵ AZAMBUJA, Péricles. **Falkland ou Malvinas: o arquipélago contestado**. 1. ed. Caixas do Sul: EDUCS, 1988.

¹¹⁶ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012.

¹¹⁷ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983, p. 485.

¹¹⁸ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

de Vernet nas Malvinas/Falkland, designando-o *Primer Comandante Político y Militar*.¹¹⁹

Por outro lado, em 8 de agosto de 1829, o *Foreign Office* envia um ofício a Woodbine Parish – cônsul geral britânico em Buenos Aires – dando instruções para que seja realizado um protesto formal perante o governo de Buenos Aires. A reclamação de Parish data de 19 de novembro de 1829.¹²⁰ No reclamo, o cônsul inglês asseverou que o decreto emitido pelo governo de Buenos Aires, que detalha os direitos das Províncias Unidas sobre as Malvinas/Falkland e concede a Vernet o título de comandante das ilhas infringe a soberania da Grã-Bretanha. Woodbine Parish prossegue expondo que os direitos britânicos sobre as ilhas não revogaram com a desocupação das ilhas pelas forças de sua majestade em 1774, pois, a retirada deu em cumprimento de um plano de austeridade e, ao concretizar-se a evacuação, deixaram-se sinais de posse, observando todas as formalidades conducente sobre os direitos de propriedade, bem como a intenção de reocupar as ilhas.¹²¹ Em resposta, Woodbine Parish recebeu um aviso de recebimento.

Em 1820, quando Jewett tomou posse das ilhas em nome de Buenos Aires e, em 1825, quando a Grã Bretanha assinou o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com as Províncias Unidas e reconheceu a independência desse país – duas circunstâncias anteriores ao decreto de 1829 –, o *Foreign Office* não apresentou objeção alguma sobre a ocupação das Províncias Unidas nas ilhas. A respeito do primeiro episódio, Péricles Azambuja assevera:

[...] à simples razão das ilhas haverem permanecido em seu *status quo* anterior a Jewett, foi motivo de silêncio do Foreign Office, que não utilizou nenhum dispositivo, diplomático ou militar, para convencer as Províncias Unidas de que a Grã-Bretanha ainda mantinha direitos de soberania sobre as mesmas, embora com uma laca de chumbo indicativa dessa condição.¹²²

As ações depredadoras realizadas por lobeiros e pescadores haviam alcançado grandes proporções, e Vernet viu-se ante a eventualidade de encontrar-se desprovido do aspecto mais rentável da concessão que lhe fora confiada. Por conseguinte, Vernet solicitou ao governo de Buenos Aires o envio de um navio de guerra – mesmo que fosse

¹¹⁹ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

¹²⁰ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012.

¹²¹ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

¹²² AZAMBUJA, Péricles. **Falkland ou Malvinas: o arquipélago contestado**. 1. ed. Caixas do Sul: EDUCS, 1988, p. 83.

de pequenas dimensões e que contasse com somente um canhão – para poder responder as violações impetradas por estrangeiros contra o seu direito de exclusividade da pesca.

A partir de 30 de agosto de 1829, data na qual Vernet assumiu formalmente a função de governador das Malvinas/Falkland, a todos os comandantes de embarcações que aportavam nas ilhas, ele entregava a seguinte circular:

[...] a todos os capitães dos navios dedicados à pesca em qualquer parte da costa pertencente à sua jurisdição, que desistam, pois a resistência os exporá a ser alvo legal de qualquer belonave pertencente à República de Buenos Aires; ou de qualquer outro navio que em conceito de incorporado, apronta-se para as armas, fazendo uso de sua autoridade para executar as leis da República.¹²³

As advertências de Vernet foram apreciadas com indiferença pelos pescadores. Apesar de ter avisado previamente em 1829, o navio pesqueiro estadunidense *Harriet* regressou às Malvinas/Falkland, sendo, então, capturado pelo governador, conjuntamente com as naus *Superior* e *Breakwater* também norte-americanas, em 30 de junho de 1831.¹²⁴ Nesse episódio, apenas a embarcação *Harrriet* partiu de *Soledad* para Buenos Aires, levando Vernet e sua família e os documentos comprobatórios necessários para o julgamento, a nau chegou ao seu destino em 19 de novembro de 1831.¹²⁵

Dois dias após a chegada da *Harriet* em Buenos Aires, o cônsul norte-americano George Slacum apresentou um protesto junto ao governo bonaerense pelo aprisionamento e retenção das embarcações norte-americanas. Tomás Manuel de Anchorena, ministro de Relações Exteriores de Buenos Aires, respondeu à reclamação afirmando que o assunto se encontrava em apreciação por parte do Ministério da Guerra e da Marinha. Em um ofício posterior, Slacum declarou que interpretava que a nota de Anchorena reconhecia a medida praticada por Vernet e o direito do governador de disciplinar sobre a pesca; e ainda, que não reconhecia que o governo de Buenos Aires dispunha de tal direito e protestou em objeção ao decreto de 10 de junho de 1829, bem como contra todos os demais atos pretéritos ou futuros, em virtude dos quais o governo de Buenos Aires viesse a estabelecer restrições aos cidadãos dos Estados Unidos – que se dedicavam à pesca, ou de lesar o incontestável direito daqueles pescadores de usufruir do amplo e livre direito a pesca.

¹²³ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982, p. 87.

¹²⁴ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerty Press, 1983.

¹²⁵ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012.

Anchorena contestou o novo ofício de Slacum declarando que estava em curso uma investigação sobre o assunto. Ademais, assegurou que ele não reconhecia Slacum, em sua função de cônsul, com capacidade ou poder para tratar de assuntos concernentes aos governos dos Estados Unidos e das Províncias Unidas.¹²⁶ Contrariado com a resposta de Anchorena, Slacum comunica-se com Silas Ducan – comandante da fragata de guerra norte-americana *Lexington*, que estava atracada no porto de Montevideu – e juntos concertaram proteger os interesses dos cidadãos dos Estados Unidos que se dedicavam à pesca e que se encontravam nas ilhas, bem como a continuação de suas atividades comerciais.

Diante disso, Slacum comunica a Anchorena que reteria a *Lexington* até 9 de dezembro de 1831, aguardando obter resposta que ordenasse a devolução dos bens apreendidos e que fosse suspenso imediatamente o direito de capturar naus dos Estados Unidos. Alguns dias após o ultimado de Slacum, Ducan solicitou ao governo de Buenos Aires a entrega imediata de Vernet para ser julgado por roubo e pirataria ou processado e punido em conformidade com as leis de Buenos Aires.¹²⁷

A contestação de Anchorena a exigência de Slacum se deu após a partida da *Lexington* com destino às Malvinas/Falkland. Na comunicação, Anchorena solicitou que Slacum não interferisse em uma demanda que, na perspectiva do governo, era de caráter privado. Além disso, o ministro de Relações Exteriores informava que se o comandante da *Lexington* ou qualquer outro cidadão originário dos Estados Unidos incorresse em qualquer ato tendente a invalidar os direitos das Províncias Unidas sobre as Malvinas/Falkland e as costas adjacentes ao Cabo de Hornos, seria encaminhado um protesto formal ao governo estadunidense, recorrendo prontamente a todos os meios para ratificar os direitos da República e para compelir que fossem respeitados.¹²⁸

Em 28 de dezembro de 1831, aporta em *Puerto Soledad* a *Lexington* sob bandeira francesa. Antes de desembarcar, Duncan convoca para dirigir-se à *Lexington*, Henry Metcalf e Mateo Brisbane – tenentes de Vernet –, sendo o primeiro liberando, e, o segundo, detido. Em seguida, Duncan e seus homens desembarcaram, arruinaram todo o assentamento e aprisionaram todos os habitantes das ilhas. Por fim, Duncan declarou as

¹²⁶ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

¹²⁷ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

¹²⁸ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

ilhas livres de todo governo, *res nullius*. E em 8 de fevereiro de 1832, o navio de guerra estadunidense ancorou no porto de Montevideu com Brisbane e seis argentinos detidos e outros na qualidade de passageiros. Posteriormente, todos foram liberados.¹²⁹

Duncan, a partir de Montevideu, em 21 de fevereiro de 1832, assim anunciou ao ministro de Negócios Estrangeiros em Buenos Aires: “[...] *debo decir a Ud. que entregare e pondre en libertad a los prisioneros existentes a bordo de la Lexington, dado el gobierno de Buenos Aires una seguridad de que han obrado bajo su autoridad. Tengo el honor*”.¹³⁰ A notícia da depredação das Malvinas/Falkland pelos tripulantes da *Lexington* foi recebida em Buenos Aires com indignação. O jornal *Gazeta Mercantil* caracterizou o ocorrido como “infração ao direito das pessoas” e de “afronta ao pavilhão argentino”.¹³¹ Em 14 de fevereiro de 1832, o governo de Buenos Aires – via comunicado público – se comprometeu em obter uma satisfação perante o ato.

Por decreto, de 10 de novembro de 1832, o governo de Buenos Aires nomeou o major Juan Esteban Mestivier como novo governador das ilhas Malvinas/Falkland, visando estabelecer uma colônia militar e penal. Mestivier e 50 soldados chegaram a *Puerto Soledad* a bordo da nau de guerra *Sarandí* em 15 de novembro de 1832. Nove dias depois, o comandante da *Sarandí*, José María Pinedo, deu início a uma inspeção pelos mares e costas da região, conduzindo-se até a *Tierra del Fuego*. Nesse período, desenrolou-se uma revolta entre soldados que finda com o assassinato do governador Mestivier.

Depois da *Sarandí* retornar a *Puerto Soledad* e Pinedo conter a sublevação dos soldados, ancoraram no mencionado porto as embarcações britânicas *Clio* e *Tyne*, comandadas pelo capitão John James Onslow. No mesmo dia, 2 de janeiro de 1833, Onslow comunicou a Pinedo que havia chegado com o objetivo de tomar posse das ilhas em nome da sua Majestade Britânica. Posteriormente, por uma notificação escrita informou que havia recebido ordens para exercer direitos de soberania sobre as ilhas e no

¹²⁹ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte I, Las relaciones exteriores de la Argentina embrionaria (1806-1881). Tomo III, Los mini-Estados provinciales del Río de la Plata en tiempos de las guerras contra el Brasil y contra la confederación peruano-boliviana. Juan Manuel de Rosas y sus conflictos con estados provinciales y extranjeros. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/3/3-036.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

¹³⁰ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012, p. 37.

¹³¹ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982, p. 89.

dia seguinte hastearia a bandeira britânica. Ademais, Pinedo disporia de 24 horas para retirar a bandeira das Províncias Unidas e aprestar o embarque da tropa.¹³²

Imediatamente, Pinedo dirigiu-se a Onslow proferindo imprecisos protestos contra o aviltamento cometido, anunciando categoricamente que por nenhuma razão recolheria a bandeira das Províncias Unidas. Entretanto, na manhã seguinte, uma força britânica desembarcou substituindo a bandeira então hasteada pela britânica.¹³³ Em 5 de janeiro de 1833, Pinedo, com alguns habitantes a bordo, partiram das Malvinas/Falkland com destino a Buenos Aires.¹³⁴ Assim tem-se a narração do retorno britânico àquelas ilhas em Nossas Ilhas, Nossa História:

[...] em Londres, o governo britânico temia que as ilhas Falkland fossem tomadas pela anarquia e se tornassem uma base para piratas. Em 1832, o Capitão Onslow do navio *HMS Clio* recebeu instruções para reafirmar a soberania britânica nas ilhas, mas sem expulsar a população civil. Chegou a Port Louis em 2 de janeiro de 1833. Na manhã seguinte, Onslow instruiu com firmeza, embora também com cordialidade, que a escuna argentina, cujo capitão havia assumido o controle de Port Louis, partisse. Não houve tiros, não houve qualquer tipo de violência. Quatro civis optaram por partir com a tropa rebelde na escuna, mas grande parte das duas dúzias de colonos trazidas por Vernet, gaúchos em sua maioria, permaneceu sob a guarda da bandeira britânica”.¹³⁵

Em 15 de janeiro de 1833, no mesmo dia, em que a Sarandí chegou a Buenos Aires, o ministro de Relações Exteriores, Manuel Vicente de Maza, solicitou explicações ao encarregado de negócios britânicos Philip Gore. No dia seguinte, Gore contestou afirmando não dispor de instrução alguma sobre o ocorrido. Maza, então, encaminhou um protesto formal pela ocupação britânica e pela ofensa à bandeira das Províncias Unidas, requerendo que sua protestação seja encaminhada ao conhecimento do governo britânico. Posteriormente, a legislatura e os países os quais as Províncias Unidas mantinham relações são comunicados do ultraje impetrado pela Grã-Bretanha. Em 23 de janeiro de 1833, o ministro Maza enviou notas aos governos dos países americanos informando a ocupação inglesa em *Port Louis* e asseverando sobre a necessidade de se organizarem para lidar com futuras iniciativas do imperialismo avassalador. Sobre a questão, Paul Groussac aponta que o chamamento de solidariedade continental foi recepcionado por amplo silêncio, sendo esse obstado de forma irrefletida pelo apoio da Bolívia,

¹³² QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escola Superior de Guerra Aérea, 1982.

¹³³ GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale University Press, 1983.

¹³⁴ DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

¹³⁵ **NOSSAS ilhas, nossa história**. Falkland: Assembleia Legislativa das Ilhas Falkland, 2013.

singularmente relevante em um conflito marítimo.¹³⁶ Por sua vez, Zlata Clément assinala que somente Brasil e Bolívia se solidarizaram com os direitos argentinos.¹³⁷

Ricardo Caillet-Bois afirma que os governos notificados expressaram seus posicionamentos sobre o ocorrido no arquipélago de modo diverso. O ministro de Relações Exteriores da Bolívia assim se manifestou:

*[...] la ocupación de la Soledad, sin alegar título alguno y sin otro apoyo que el abuso de la prepotencia, ha sido, en extremo sensible al gobierno de Bolivia, que respetando sobremanera los derechos de toda nación, quisiera que de todas ellas se desterraran las vías de puro hecho, tan contrarias a la razón y las luces del siglo. En violación tan manifiesta del derecho de gentes hay que considerar no solo el ultraje hecho a la República Argentina sino también el desprecio que envuelve hacia las demás naciones americanas (...) la conducta del Gabinete Británico en las Malvinas, aunque sea perjudicial al gobierno que se siente despojado de su posesión, es ofensivo y demasiado injurioso a todas las repúblicas americanas, y, a juicio del gobierno de Bolivia, es un asunto altamente continental.*¹³⁸

Por sua vez, a República Oriental do Uruguai, por meio do jornal *El Investigador*, considerado como diário oficial do governo de Rivera, manifestou surpresa pelo incidente: “[...] *mucho nos han sorprendido este anuncio y confesamos francamente que no nos atrevemos a decidir*”. A continuação, aventou a hipótese da existência de um acordo entre a Argentina e o Reino Unido, pois na perspectiva do governo uruguaio, “[...] *una Isla esteril abrigo de algunos mariscos, no es suficiente sebo para que un pueblo marchite sus laureles*”. E por fim, o terceiro país que se manifestou sobre a nota argentina foi o Brasil aduzindo que: “[...] ao enviado brasileiro na Corte de Londres seriam dadas instruções, para que os seus bons ofícios, e qualquer outro meio eficaz permitido pelo Direito das Gentes, prestasse a sua cooperação para o bom êxito da negociação encarregada ao ministro argentino junto ao Gabinete de St. James”.¹³⁹

O ministro da Guerra, Enrique Martínez, convocou uma reunião, que contou com a presença de Tomás Guido, Manuel García, Mateo Vidal, José Ugarteche, Pedro José Agrelo, entre outros, para deliberar sobre qual posição deveria ser adotada perante o ocorrido nas Malvinas/Falkland. Basicamente, prevaleceram dois pontos de vista, a saber:

¹³⁶ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012.

¹³⁷ CLÉMENT, Zlata Drnar. **Malvinas ¿el derecho de la fuerza o la fuerza del derecho?**. Córdoba: Lemer Editora Córdoba, 2000.

¹³⁸ CAILLET-BOIS, Ricardo Rodolfo. **Una tierra argentina las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1982, p. 340.

¹³⁹ CAILLET-BOIS, Ricardo Rodolfo. **Una tierra argentina las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1982, p. 341-342.

o de Guido e o de Ugarteche. O primeiro preconizava não retirar o representante argentino em Londres e transformar a controvérsia em uma questão europeia, tendo a arbitragem como última solução, recomendando como possíveis árbitros os Estados Unidos, a França ou a Rússia; por sua vez, o segundo aclarava que o arquipélago havia sido usurpado pela força, por consequência, as Províncias Unidas deveriam reconquistá-la preparando uma expedição em 15 dias. Diante do exposto, predominou a posição de Guido.¹⁴⁰

Um possível motivo para priorizar a negociação diplomática em detrimento do enfrentamento bélico, decorreu da anarquia política e social que prevalecia na época nas Províncias Unidas.¹⁴¹ A nação recém independente “[...] lutava contra os fatores adversos de uma economia abalada pelas sucessivas guerras do Prata – [...] – sem uma força militar e naval suficiente para enfrentar circunstâncias bélicas derivadas de todo esse complexo político emergido da emancipação”.¹⁴²

Em 17 de junho de 1833, o embaixador argentino em Londres, Manuel Moreno, apresentou o primeiro protesto junto ao *Foreign Office*.¹⁴³ Conforme a petição, a legitimidade da posse das Províncias Unidas sob as Malvinas/Falkland achava-se amparada em três fatos: primeiro, nos descobrimentos; segundo, na ocupação efetiva a partir de 1764, com a controvérsia anglo-espanhola de 1770; e, terceiro na ocupação exclusivamente espanhola-argentina ininterrupta desde 1774.

Em 8 de janeiro de 1834, o secretário de Relações Exteriores, lord Palmerston, respondeu em nota que a pretensão da Grã-Bretanha de exercer soberania sobre as Malvinas/Falkland havia sido reconhecida e mantida assegurada de forma incontestável nas discussões com a Espanha em 1770 e 1771, ocorrendo o retorno dos britânicos ao território insular do qual haviam sido expulsos. Ademais, lord Palmerston destacou que o governo de Buenos Aires preteriu o protesto elaborado por Parish em 1829, e que, por conseguinte, não havia motivo para supor que o Reino Unido se subordinaria

¹⁴⁰ PEREYRA, Ezequiel Federico. **Las islas Malvinas: soberanía argentina**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas, 1969.

¹⁴¹ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012.

¹⁴² AZAMBUJA, Péricles. **Falkland ou Malvinas: o arquipélago contestado**. 1. ed. Caixas do Sul: EDUCS, 1988, p. 91.

¹⁴³ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte II, Las relaciones exteriores de la Argentina consolidada (1881-1942). Tomo VII, La Argentina frente a la América del Sur (1881-1930). Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/7/7-092.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

silenciosamente a contínua usurpação de soberania do arquipélago efetuada pelas Províncias Unidas.¹⁴⁴

Em 29 de dezembro de 1834, Manuel Moreno, em um novo protesto – dirigido a Arthur Wellesley, duque de Wellington – refuta as alegações de Palmerston. Além disso, ele apresentou uma exposição minuciosa sobre o descobrimento das ilhas, além de comparar o caso das mesmas com o de *Nootka Sound*. O governo britânico não respondeu a essa segunda reclamação de Moreno.

No princípio de 1835, Juan Manuel Rosas iniciou o seu segundo mandato – o primeiro mandato foi entre 1829 e 1832 – como administrador da província de Buenos Aires. Em mensagem dirigida a legislatura, em 31 de dezembro de 1835, aquele mandatário depois de enumerar os protestos apresentados em Londres em decorrência da ocupação violenta das ilhas Malvinas/Falkland, assegurou que sua administração “*jamás desistirá de su empeño de reclamar al gabinete británico el reconocimiento de los claros e incuestionables derechos de la República a aquellas islas y a la competente reparación*”.¹⁴⁵

Diante do atraso no pagamento dos empréstimos contraídos pelas Províncias Unidas junto ao banco britânico *Baring Brothers*, em 2 de novembro de 1835, Rosas orientou Moreno que – sem comprometer o governo, mas como uma inquietude pessoal – averiguasse a possibilidade de permutar as ilhas Malvinas/Falkland, pelo passivo existente junto ao *Baring Brothers*. Todavia, não se tem registros que comprovem que negociações ou tentativas de negociações sobre a determinação de Rosas foram concretizadas.

Em 1842, o *Baring Brothers* envia a Buenos Aires um de seus representantes – Francisco de Palacieu Falconnet – para requerer o pagamento da dívida que no momento estava estimada em 1.900.000 libras esterlinas. Falconnet não obteve sucesso em sua negociação com o governo das Províncias Unidas. Posteriormente, em 1848, “*Rosas reproduce el intento de años atrás, manifestándole a Manuel Moreno que ofrezca a los ingleses una concesión por el guano de las islas y costas patagónicas, durante 15 años a*

¹⁴⁴ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte II, Las relaciones exteriores de la Argentina consolidada (1881-1942). Tomo VII, La Argentina frente a la América del Sur (1881-1930). Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/7/7-092.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

¹⁴⁵ MALVINAS, Observatorio. **Malvinas en la Historia: una perspectiva suramericana**. 2. ed. Lanús: Remedios de Escalada de la Universidad Nacional de Lanús, 2013, p. 119.

cambio del pago del empréstito”.¹⁴⁶ O banco britânico rejeitou a proposta por considerar que as Províncias Unidas não dispunham de direitos sobre as ilhas e por conceber que o valor do débito era demasiado elevado para ser permutado pelo território insular.

O terceiro protesto de Manuel Moreno, de 18 de dezembro de 1841, obteve como resposta tão somente o aviso de recebimento. Uma quarta reclamação, de 19 de fevereiro de 1842, recebeu a seguinte contestação, em 5 de março de 1842:

*[...] el gobierno británico no puede reconocer a las Provincias Unidas el derecho de alterar un acuerdo concluido, cuarenta años antes de la emancipación de éstas entre la Gran Bretaña y España. En lo concerniente a su derecho de soberanía sobre las islas Malvinas o Falkland, la Gran Bretaña considera este arreglo como definitivo; en ejercicio de este derecho, acaba de ser inaugurado en esas islas un sistema permanente de colonización.*¹⁴⁷

Em 10 de março de 1842, o embaixador das Províncias Unidas faz um novo protesto,

*[...] el abajo firmado, en ejecución de los deberes que le imponen sus instrucciones, se ve en la necesidad de manifestar, para que el silencio de las Provincias Unidas no sea interpretado como un asentimiento tácito, que las Provincias Unidas no pueden ni podrán jamás conformarse con la resolución del gobierno de S. M. B. [Su Majestad Británica] del 5 del corriente, que consideran injusta y contraria a sus derechos evidentes; reproducen sus Protestas del 17 de junio de 1833 y del 29 de diciembre de 1834, contra la soberanía que se ha arrogado la corona de la Gran Bretaña en las islas Malvinas, y contra el despojo y la desposesión ejercidos contra los establecimientos de la Republica en Puerto Luis, llamado también Puerto Soledad, por la corbeta S.M.B. Clío, cuya reparación [la del despojo y la desposesión], se les debe, así como también por todo acto resultante de la dicha ocupación: en consecuencia el gobierno de las Provincias Unidas deposita estas Protestas y les deja todo el valor que actualmente y en cualquier otra época puedan tener.*¹⁴⁸

O governo britânico limitou-se em enviar um aviso de recebimento.

Em 1849, em resposta a uma declaração publicada em jornais de Londres, Buenos Aires apresentou um novo protesto. Em uma sessão da Câmara dos Comuns, um parlamentar interpelou o governo britânico sobre o estado no qual se achava o protesto realizado pela Argentina sobre as Malvinas/Falkland. A resposta do governo, veiculada nos jornais, informava que tudo estava resolvido com a anuência do governo argentino. O embaixador argentino em Londres contestou que o governo de Buenos Aires nunca havia consentido com a usurpação das ilhas. Lord Palmerston então retificou a informação

¹⁴⁶ GALASSO, Norberto. **De la Banca Baring al FMI: historia de la deuda externa argentina 1824-2008**. Buenos Aires: Colihue, 2008, p. 38.

¹⁴⁷ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012, p. 66-67.

¹⁴⁸ GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012, p. 67-68.

publicada nos jornais declarando que o pleito do território insular se encontrava conforme a alegação do representante argentino.

Após 35 anos de silêncio, em 1884, o ministro de Relações Exteriores – Francisco Ortiz – informou ao representante do governo britânico em Buenos Aires que o governo argentino aventava recorrer a um parecer internacional para dirimir a controvérsia. O governo britânico impugnou veementemente essa proposta. Em dezembro do mesmo ano, o Instituto Geográfico Militar publicou, pela primeira vez, um mapa da República Argentina o qual incluía as ilhas Malvinas/Falkland como parte do território nacional. Edmund Monson, cônsul britânico em Buenos Aires, apresentou um protesto formal devido à representação cartográfica em questão.

Já durante a presidência de Miguel Juárez Celman (1886-1890), o chanceler apresentou uma nova carta de protesto reiterando o posicionamento argentino:

[...] hoy, como antes, el gobierno argentino mantiene su protesta respecto a la ilegítima ocupación de las Islas Malvinas, que no abandona ni abandonará jamás sus derechos a esos territorios y que en todo tiempo, hasta que le sea hecho justicia, los considerará parte integrante, en la prioridad del descubrimiento, de la ocupación, de la posesión iniciada y ejercida en el reconocimiento tácito y explícito y en la adquisición por tratado de estos últimos que pertenecían a la España.¹⁴⁹

Em resposta, o governo britânico ratificou que os direitos de sua majestade sobre o território insular eram indiscutíveis.

¹⁴⁹ MALVINAS, Observatorio. **Malvinas en la Historia: una perspectiva suramericana**. 2. ed. Lanús: Remedios de Escalada de la Universidad Nacional de Lanús, 2013, p. 142.

CAPÍTULO II – MALVINAS/FALKLAND: NEGOCIAÇÕES MULTILATERAIS E BILATERAIS

2.1 Malvinas/Falkland: diplomacia multilateral

A Argentina deu início às suas reivindicações sobre as ilhas Geórgias do Sul em 1927 e, em 1947-48 reclamou, pela primeira vez, as ilhas Sandwich do Sul. Em vista disso, depois da Segunda Guerra Mundial (1939-45), o pleito argentino no Atlântico Sul adquiriu a dimensão atual: as ilhas Geórgias do Sul, as Malvinas/Falkland, as Sandwich do Sul e a zona da Antártica localizada abaixo do paralelo 60°. ¹⁵⁰ Sobre a questão, Juan Archibaldo Lanús pontua que até o término da Segunda Grande Guerra, não ocorreu uma verdadeira negociação entre a Argentina e o Reino Unido almejando solucionar a controvérsia existente entre ambos os países. Sucederam-se gestões bilaterais em virtude de questões conflitivas de menor importância, como, por exemplo, a contenda diante da União Postal Universal devido à emissão de um conjunto de selos comemorativos por parte do Império Britânico e as discussões em relação à instalação de um observatório científico argentino nas ilhas Geórgias do Sul. ¹⁵¹

Na primeira Assembleia Geral das Nações Unidas, em 14 de dezembro de 1946, adotou-se a resolução nº 66 (I), que estabeleceu um Comitê *ad-hoc* para apreciar os informes produzidos pelas potências administradoras em observância ao inciso “e” do artigo 73 da Carta da ONU. O artigo 73 da Carta, capítulo XI – Declaração Relativa a Territórios não Autônomos – dispõe que:

Los miembros de las Naciones Unidas que tengan o asuman la responsabilidad de administrar territorios cuyos pueblos no hayan alcanzado todavía la plenitud del gobierno propio, (...) se obligan: e) a transmitir regularmente al Secretario General, a título informativo y dentro de los límites que la seguridad y consideraciones de orden constitucional requieran, la información estadística y de cualquier otra naturaleza técnica que verse sobre las condiciones económicas, sociales y educativas de los territorios por los cuales son respectivamente responsables.

Com base nos informes das potências coloniais, 74 territórios eram considerados não autônomos, isto é, desprovidos de governo próprio, sendo 43 territórios britânicos.

¹⁵⁰ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

¹⁵¹ LANÚS, Juan Archibaldo. *Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982)*. In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

Posteriormente, em 1955, o Comitê *ad-hoc* passou a ser designado Comissão para Informação sobre Territórios não Autônomos.¹⁵²

Em 3 de novembro de 1947, em resposta aos informes da Grã-Bretanha apresentando perante a ONU, a delegação argentina apresentou à Comissão uma declaração visando salvaguardar seus direitos sobre as ilhas Malvinas/Falkland, Geórgias do Sul, Sandwich do Sul e a Antártida argentina. Ademais, aquela delegação informou que o nome correto das ilhas, denominadas de Falkland nos documentos britânicos, é Malvinas. Por fim, a declaração reiterou que a reserva argentina não prejudicava de modo algum os vínculos de amizade que perduravam por mais de um século entre a Argentina e o Reino Unido.¹⁵³

Em decorrência da coroação da rainha Elizabeth II em Londres, em 1952, Juan Domingos Perón – então presidente argentino – enviou como representante do governo a cerimônia o almirante Alberto Tessaire, presidente temporário do Senado. Em uma reunião secreta com lorde Reading, subsecretário de Relações Exteriores para Assuntos Latino-Americano, Tessaire apresentou a proposta de compra das ilhas Malvinas/Falkland. O subsecretário afirmou que considerava improvável que os habitantes das ilhas consentissem com tal propositura; e ainda, conjecturava que a concordância de tal oferta implicaria na destituição do governo do primeiro-ministro Winston Churchill. O representante argentino argumentou que havia antecedentes de venda de territórios britânicos a favor dos Estados Unidos, sendo esse o caso das Índias Ocidentais. A proposta argentina foi prontamente rejeitada.¹⁵⁴

Em 4 de maio de 1955, o governo britânico apresentou perante a Corte Internacional de Justiça um reclamo contra a Argentina atinente aos direitos de soberania sobre as dependências das ilhas Malvinas/Falkland, especialmente, as Geórgias do Sul, Sandwich do Sul e o Território Antártico Britânico. Conforme o protesto,

*[...] el Reino Unido, a diferencia de la República Argentina, posee, y en todas las fechas pertinentes ha poseído, derechos legales válidos y perdurables a la soberanía sobre todos los territorios comprendidos en las dependencias de las Islas Falkland y, en especial, en las Islas Sandwich del Sur, Georgias del Sur, Orcadas del Sur, Shetland del Sur, Tierra de Graham y Tierra de Coats.*¹⁵⁵

¹⁵² PEREYRA, Ezequiel Federico. **Las islas Malvinas: soberanía argentina**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas, 1969.

¹⁵³ CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/424.

¹⁵⁴ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

¹⁵⁵ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo

Com o objetivo de abreviar o processo de descolonização, a XV Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em 14 de dezembro de 1960, por 81 votos a favor, nenhum contrário e nove abstenções, a Resolução 1514 (XV), denominada de Declaração sobre Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais. Conforme esta, o processo de descolonização deveria ser orientado pelos princípios da livre determinação dos povos, inciso V, e da conservação da unidade nacional e da integridade territorial, inciso VI.

Um ano após a aprovação da Resolução 1514 (XV), a Assembleia Geral examinou sua aplicação e constatou que salvo exceções, nenhuma das disposições haviam sido concretizadas. Por conseguinte, a Assembleia Geral aprovou, em 27 de novembro de 1961, por 97 votos a favor, nenhum voto contrário e quatro abstenções a Resolução 1654 (XVI), que ratificou os objetivos e princípios da Resolução 1514 (XV); e ainda, instituiu um Comitê Especial composto por 17 membros para examinar a aplicação das cláusulas da Declaração. Posteriormente, por meio da Resolução 1810 (XVIII) de 1962 o Comitê passava a ser constituído por 24 membros, e ter a denominação de Comitê Especial encarregado de Examinar a Situação com Respeito aos Países e Povos Coloniais, em forma abreviada Comitê Especial dos 24 ou Comitê dos 24.

Em 11 de dezembro de 1963, a Comissão foi dissolvida e suas funções passaram para o Comitê dos 24. Diferentemente, da Comissão para a Informação sobre Territórios não Autônomos, onde se tinha paridade entre potências coloniais e não coloniais, no Comitê dos 24, estas últimas eram maioria. Dentro do ordenamento da ONU, o Comitê Especial dos 24 subordinava-se à IV Comissão – encarregada da administração fiduciária de territórios, inclusive os territórios não-autônomos – e essa, por sua vez, respondia à Assembleia Geral. Por seu turno, o Comitê dos 24 estava segmentado em três subcomitês de trabalho que, em 1963, se ocuparam de 64 territórios. Conforme o programa de trabalho previamente estabelecido, entre 8 e 18 de setembro de 1964, o subcomitê III constituído por Bulgária, Costa do Marfim, Irã, Itália, Madagáscar, Uruguai e Venezuela, analisariam o caso das Malvinas/Falkland e suas dependências.¹⁵⁶

O embaixador Lucio García del Solar, representante permanente adjunto da Argentina junto à ONU, em 20 de abril de 1964, enviou uma nota aos presidentes do Comitê dos 24 e do Subcomitê III, embaixador Sori Coulibaly e embaixador Carlos

XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

¹⁵⁶ PEREYRA, Ezequiel Federico. **Las islas Malvinas: soberanía argentina**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas, 1969.

Velázquez, respectivamente, afirmando que a delegação argentina desejava integrar os debates que o ali ocorriam, em razão dos direitos soberanos que a Argentina dispunha sobre o território em exame.¹⁵⁷ Por conseguinte, em 28 de maio de 1964, Patrich Dean – representante permanente do Reino Unido ante a organização – dirigiu uma nota a Coulibary e a Velázquez asseverando que a respeito da alegação argentina sobre as ilhas Malvinas/Falkland, o governo do Reino Unido não tinha dúvidas acerca da soberania que exercia sobre o mencionado território.¹⁵⁸ Tanto a Argentina como o Reino Unido foram acreditados a participarem dos trabalhos do subcomitê com direito a voz, entretanto, sem voto.

De acordo com Lanús, o objetivo argentino em 1964 era triplo: em primeira instância, lograr a restauração da unidade territorial da Argentina, por intermédio do reconhecimento dos direitos soberanos sobre as ilhas Malvinas/Falkland, em cumprimento das disposições da Resolução 1514 (XV); em segundo lugar, contrapor-se a toda tentativa que, mediante a autodeterminação dos colonos das referidas ilhas, se alvitrasse uma independência ou qualquer outra solução constitucional que assegurasse o despojo; e, por último, obter, como desenlace, que o Subcomitê III recomendasse especificamente a adoção de alguma resolução a qual viabilizasse a consubstanciação do primeiro dos objetivos.¹⁵⁹

Antes do início dos debates no Subcomitê III, em 4 de setembro de 1964, a delegação argentina teve um encontro informal com os representantes britânicos. Na oportunidade, o chefe da representação britânica, Cecil King, comunicou que o governo do Reino Unido estava disposto em estabelecer diálogo bilateral, contudo sem debater a questão da soberania sobre as ilhas Malvinas/Falkland. Na perspectiva dos representantes argentinos junto à ONU, o governo britânico encontrava-se demasiado incomodado com a difusão e publicidade que ganhava tal assunto colonial.¹⁶⁰

Em 9 de setembro de 1964, o embaixador José Maria Ruda – conselheiro legal do *Ministério de Relaciones Exteriores y Culto* – realizou a defesa da soberania argentina sobre as ilhas Malvinas/Falkland. Em seu discurso, Ruda apresentou um retrospecto da

¹⁵⁷ CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/AC 104/SC, IV/1.

¹⁵⁸ PEREYRA, Ezequiel Federico. **Las islas Malvinas: soberanía argentina**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas, 1969.

¹⁵⁹ LANÚS, Juan Archibaldo. *Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982)*. In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

¹⁶⁰ LANÚS, Juan Archibaldo. *Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982)*. In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

história das ilhas desde o seu descobrimento até a ocupação britânica pela força em janeiro de 1833. O embaixador asseverou que quando o Reino Unido enviou sua primeira expedição às ilhas em 1766, não se podia considera-las *res nullius*, pois pertenciam a Espanha. Nesse sentido, até a Revolução de Maio de 1810, que marcou o início da independência argentina, a Espanha efetivou todo tipo de atos de domínio sobre as ilhas. Como exemplo, em 1776, criou-se o *Vicerreinato del Río de la Plata*, incluindo aquelas ilhas, que pertenciam à *Gobernación de Buenos Aires*; e, entre 1774 a 1811, o governo espanhol designou numerosos e sucessivos governadores que exerceram autoridade de maneira ininterrupta sobre o território insular e nos mares circundantes, em ambos os exemplos, o Reino Unido não protestou.

A continuação, Ruda expôs que as Províncias Unidas tomaram daquelas ilhas como herdeira da Espanha, o processo de dependência foi prolongado e penoso, não obstante, o governo de Buenos Aires, em 1820, enviou David Jewett, a bordo da fragata *La Heroína*, o qual, em uma cerimônia solene, tomou posse formal das ilhas em nome do país recém independente. Posteriormente, em 1823, a administração de Buenos Aires nomeou Pablo Aregati como governador das ilhas. Depois, em 1825, a Argentina celebrou com o Reino Unido o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. *A posteriori*, promulgou-se um decreto outorgando uma concessão na ilha *Soledad/East Falkland* a Luis Vernet, em todos os fatos elencados o Reino Unido não interpôs reclamação alguma. O estabelecimento argentino nas ilhas Malvinas/Falkland somente foi objetado pelo Reino Unido em 1829 quando o governo de Buenos Aires criou a *Comandancia Política y Militar das Islas Malvinas*, com sede em *Puerto Soledad*.¹⁶¹

Em relação à autodeterminação e integridade territorial, Ruda declarou que as ilhas se encontravam em uma situação particular distinta do caso colonial clássico. Estas, em 1833, de fato e de direito, pertenciam as Províncias Unidas, sendo governadas e ocupadas por habitantes argentinos, os quais foram desalojados com violência, não lhes sendo permitido a permanência no território. As autoridades e os moradores argentinos foram então suplantados por uma administração colonial e por uma população originária do Reino Unido. Ademais, o representante argentino registrou que a população da ilha estava estimada em 2713 pessoas, as quais estavam em um êxodo constante – em 1962, partiram 411 indivíduos e chegaram 268; em 1961, partiram 326 e chegaram 244; e, em

¹⁶¹ CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/AC 109/106.

1960, partiram 292 e chegaram 224; ou seja, tinha-se uma população de residentes predominantemente temporários, que não poderiam ser utilizados pela potência colonial visando à aplicação do princípio da livre determinação.¹⁶²

Além das razões históricas e jurídicas – Carta das Nações Unidas e Resoluções da Assembleia Geral –, Ruda sustentou que existiam razões geográficas que fundamentavam o pleito argentino. Geograficamente, as Malvinas/Falkland encontram-se cerca da costa patagônica, dispunham de clima semelhante e possuem uma economia similar ao sul da Argentina. Além disso, situadas em plena plataforma continental argentina, o que, de acordo com o Direito Internacional, posterior à Convenção de Genebra de 1958, pertence ao Estado costeiro de pleno direito. Destarte, Ruda assim sintetizou a posição do governo argentino:

*1º. La República Argentina reclama con firmeza el restablecimiento de su integridad, mediante la devolución de las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur, que fueron tomadas por Gran Bretaña en un acto de fuerza. Única solución que impone la justicia. La República Argentina, respetuosa de los derechos fundamentales del hombre y de las obligaciones emanadas de la Carta de las Naciones Unidas, tendrá especialmente en cuenta el bienestar y los intereses materiales de los actuales pobladores de las Islas Malvinas. En la misma forma como, al amparo de las garantías que otorga nuestra Constitución, los hombres de todas las razas y credos del mundo se han integrado a la vida de la Nación. 2º. La República Argentina no aceptará, sin embargo, que se desnaturalice el principio de libre determinación, aplicándolo para consolidar situaciones producto de un anacronismo colonial, en detrimento de sus legítimos derechos de soberanía sobre las Islas.*¹⁶³

Na perspectiva do governo das Ilhas Falkland,

[...] a Argentina resolveu explorar o crescimento de um sentimento anticolonial perante as Nações Unidas, enfatizando o status de colônia das Falklands, mas ignorando o princípio básico do anticolonialismo: o direito do povo de determinar o seu próprio futuro. O discurso da Argentina no Comitê de Descolonização da ONU foi marcado por várias asserções historicamente incorretas (...): de que o Reino Unido havia expulsado a população argentina em 1833; de que os habitantes das Ilhas Falkland podiam ser ignorados, pois compunham uma população “temporária”; e assim por diante.¹⁶⁴

No mesmo momento em que Ruda realizou sua exposição, o piloto civil argentino Michel Fitzgerald aterrizou com um avião de pequeno porte em *Port Stanley*, hasteou a bandeira argentina, deixou uma nota de protesto e levantou voo antes de ser detido pelas autoridades locais. O representante inglês ante a ONU condenou essa

¹⁶² CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I.** Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/AC 109/106.

¹⁶³ CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I.** Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/AC 109/106.

¹⁶⁴ **NOSSAS ilhas, nossa história.** Falkland: Assembleia Legislativa das Ilhas Falkland, 2013.

ocorrência, qualificando-a de violatória da soberania britânica sobre as ilhas. A representação argentina, por sua vez, contestou sustentando que o incidente foi um ato individual e que não consubstanciava com exatidão os sentimentos do povo argentino, sendo uma coincidência a ocorrência do fato no dia do pronunciamento de Ruda perante o Subcomitê III.

O delegado do Reino Unido, Cecil King, iniciou sua declaração junto ao Subcomitê III afirmando que a população do território das Malvinas/Falkland era integrada, em sua quase totalidade, por colonos britânicos ou descendentes de colonos britânicos. Em 1962, o arquipélago tinha 2172 habitantes, sendo 1733 naturais do território, 338 eram originários do Reino Unido e nove da Argentina. Todos os residentes eram cidadãos britânicos com exceção de 36 indivíduos, dos quais 15 eram chilenos e três argentinos.

Após fazer uma exposição quanto à situação econômica e a política das ilhas, King agregou que os ilhéus haviam manifestado que não queriam a independência. O representante britânico leu uma mensagem que o Conselho Legislativo das Ilhas Falkland havia endereçado ao presidente do Comitê Especial com o propósito de difundir os interesses dos ilhéus. Na mencionada nota, seus habitantes declaravam estar orgulhosos de serem cidadãos de uma colônia britânica e manifestavam o desejo de permanecer e fortalecer os laços existentes com o Reino Unido, bem como eram firmemente contrários a toda vinculação constitucional com uma potência estrangeira.¹⁶⁵

Em seguida, King sentenciou que na opinião da delegação do Reino Unido, a solicitação do representante argentino de participar dos trabalhos do subcomitê constituía uma ingerência nos assuntos das ilhas Malvinas/Falkland, território no qual a Argentina não possuía nenhum interesse legítimo. De fato, as pretensões de soberania da Argentina sobre as ilhas eram uma tentativa de anexá-las a despeito dos desejos e interesses explicitamente externado pelos residentes do território, desejos e interesses cuja primazia estava reconhecida na Carta das Nações Unidas e pela Declaração sobre Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais. Assim, no entendimento do governo do Reino Unido, nem o Comitê Especial, nem o Subcomitê III gozava de competência para examinar reivindicações territoriais. Também um debate com relação à questão da

¹⁶⁵ CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I.** Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/AC 109/106.

soberania não dispunha de alicerce nem nas resoluções as quais haviam dado origem ao Comitê Especial, nem na Resolução 1514 (XV).¹⁶⁶

Em contraposição à perspectiva britânica, todos os membros do Subcomitê III concordaram que pelo que se inferia dos documentos da ONU, estes eram aplicáveis no caso da soberania pelas ilhas Malvinas/Falkland. E após intensos debates, em 18 de setembro de 1964, por unanimidade, aquele Subcomitê aprovou um informe com suas conclusões e recomendações sobre as ilhas. Em síntese, o Subcomitê III reconheceu a existência de uma disputa entre os governos da Argentina e do Reino Unido e recomendava que o Comitê Especial incitasse os governos a estabelecerem negociações com a finalidade de encontrar uma solução pacífica, sendo recomendável informar ao Conselho Especial ou a Assembleia Geral o resultado das negociações dentro dos termos dos objetivos da Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral.¹⁶⁷

O informe, uma vez aprovado, foi encaminhado para apreciação junto ao Comitê dos 24. Para essa oportunidade, a delegação argentina assumiu como estratégia buscar a ratificação do informe com o menor debate possível para que o parecer fosse remetido à Assembleia Geral. Por seu turno, a estratégia britânica consistiu em abordar a questão a partir de uma perspectiva bilateral, diferindo do tratamento do assunto pela ONU. No decorrer dos trabalhos do Comitê Especial, delegados argentinos e britânicos reproduziram os argumentos apresentados perante o Subcomitê III.¹⁶⁸

Em 13 de novembro de 1964, os membros do Comitê Especial aprovaram sem objeção o informe do Subcomitê III. A delegação síria, a partir da alegação do representante argentino de que o termo Malvinas não era a tradução em espanhol do nome do território, mas sim, o legítimo nome do arquipélago, defendeu que tanto Falkland como Malvinas deveriam contar em todos documentos. Então, foi submetida a proposta de que a palavra Malvinas aparecesse entre parênteses depois da expressão *Falkland Islands* em todos documentos do Comitê. A proposta síria foi aprovada por 19 votos, um contrário, Reino Unido, e duas abstenções.¹⁶⁹

¹⁶⁶ CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I.** Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/AC 109/106.

¹⁶⁷ CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I.** Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/AC 109/L.

¹⁶⁸ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina.** Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

¹⁶⁹ CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I.** Buenos Aires: CARI, 1983, A/5800/Ver. I.

As conclusões e recomendações do Comitê Especial dos 24 necessitariam de uma análise ainda em 1964, pela IV Comissão da Assembleia Geral e, em seguida, pela própria Assembleia. Todavia, em decorrência da recusa de alguns Estados em efetuar suas contribuições para o custeio da Força de Emergência das Nações Unidas, os Estados-membros decidiram por postergar para 1965 a análise de temas que demandassem votação. Por essa razão, o informe do Comitê Especial dos 24 não foi analisado em 1964.¹⁷⁰

Em 20 de setembro de 1965, o governo argentino encaminhou, então, uma nota à administração britânica, invitando-a a estabelecer negociações, em conformidade com o recomendado pelo Comitê Especial, com o objetivo de obter uma solução pacífica ao litígio. Em 4 de novembro seguinte, o Reino Unido contestou declarando que consentia em negociar, contanto com a condição de que as negociações não versassem sobre a soberania das ilhas.

A IV Comissão da Assembleia Geral deu início à análise da questão Malvinas/Falkland, em 9 de novembro de 1965. Por 87 votos a favor e 13 abstenções, em 18 de novembro, a IV Comissão aprovou um projeto de resolução. Tendo verificado a existência de uma disputa entre os governos da Argentina e do Reino Unido pela a soberania das Malvinas/Falkland, recomendou-se à Assembleia Geral a aprovação da resolução que aconselhava os referidos governos a prosseguir sem tardar as negociações sugeridas pelo Comitê Especial, levando em conta as disposições e os objetivos da Carta das Nações Unidas e a Resolução 1514 (XV), bem como os interesses da população das ilhas. Além do exposto, o projeto de resolução solicitava que os governos argentino e britânico comunicassem ao Comitê Especial e à Assembleia Geral sobre o progresso das negociações.

Em 16 de dezembro de 1965, por 94 votos a favor, nenhum contrário e 14 abstenções, a XX Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o projeto de resolução da IV Comissão, o qual converteu-se na Resolução 2065 (XX). Na mesma sessão, Carlos Giménez Melo – delegado argentino na Assembleia Geral – mencionou que a IV Comissão decidiu que para todos os documentos da ONU em outros idiomas que não fosse o espanhol, o território deveria designa-se de *Falkland Islands* (Malvinas); por sua vez, para os documentos em espanhol, o território deveria denominar-se *Islas Malvinas*

¹⁷⁰ QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escuela Superior de Guerra Aérea, 1982.

(*Falkland Islands*).¹⁷¹ A partir do exposto, Giménez Melo solicitou que a Assembleia tomasse nota do deliberado pela IV Comissão. O presidente da Assembleia Geral afirmou que o plenário recebeu a solicitação do representante argentino, não havendo objeções, se acolheu o reportado. A decisão da IV Comissão foi recepcionada sem contestação.¹⁷²

Uma vez aprovada a Resolução 2065(XX), Giménez Melo declarou perante o plenário que o governo argentino entraria em contato com o Reino Unido com o propósito de que o primeiro intercâmbio de notas que havia ocorrido fosse sucedido por negociações efetivas tendentes a resolver a questão. George Brown, representante britânico, contestou o pronunciamento de Giménez Melo asseverando que seu governo recebia com simpatia a proposta do governo argentino de que ambos os governos estabelecessem diálogo sobre o assunto das ilhas Malvinas/Falkland, sendo requerido ao governo argentino que este propusesse temas sobre as ilhas, considerando as reservas quanto à soberania e necessidade de respeitar os desejos e os interesses dos ilhéus. Por fim, o embaixador britânico destacou que devido a essas reservas e a terminologia utilizada em determinados trechos textuais, o Reino Unido foi conduzido a abster-se de votar a Resolução 2065 (XX).¹⁷³

2.2 Malvinas/Falkland: diplomacia bilateral e multilateral

Entre os dias 11 e 14 de janeiro de 1966, Michael Stewart – secretário de Relações Exteriores do Reino Unido – esteve em Buenos Aires. Durante a estadia, Stewart estabeleceu diálogo com Miguel Zavala Ortiz, ministro de Relações Exteriores da Argentina. Ao término da reunião, ambos assinaram um comunicado conjunto conhecido como Zavala Ortiz-Stewart, onde reconheceram a existência de uma divergência entre os governos argentino e britânico sobre as ilhas Malvinas/Falkland e concordaram em prosseguir, sem demora, as negociações recomendadas pela Resolução 2065 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, pela via diplomática ou pelos meios que fosse possível um acordo, com o propósito de encontrar uma solução pacífica ao conflito. Assim, em 9 de fevereiro de 1966, os representantes da Argentina e do Reino Unido, por

¹⁷¹ CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/PV 1898.

¹⁷² QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escola Superior de Guerra Aérea, 1982.

¹⁷³ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

meio de uma nota de semelhante conteúdo informaram ao secretário-geral da ONU sobre o Comunicado Zavala Ortiz-Stewart.

Na perspectiva de Lanús, o êxito diplomático obtido no decorrer do governo de Arturo Illia, ao aprovar-se a Resolução 2065 (XX), foi o que impulsionou o início das negociações bilaterais acerca da soberania das ilhas, tendo em vista que, até 1966, o governo do Reino Unido nunca havia estabelecido negociações com o argentino.¹⁷⁴ Por sua vez, Ezequiel Pereyra sentencia que o Comunicado Zavala Ortiz-Stewart era relevante, porque embora o Reino Unido tenha de abster-se em votar a resolução da XX Assembleia Geral das Nações Unidas, o mencionado país admitiu a validade da resolução ao efetuar negociações com a Argentina tendo como base o estabelecimento pelo documento.¹⁷⁵ A partir do Comunicado Conjunto, a questão Malvinas/Falkland avança em dois planos, ambos independentes, porém, conexos, a saber: o da ONU e o bilateral.

Em junho de 1966, o presidente Illia é destituído por golpe militar, o qual instaurou o governo da *Revolución Argentina* presidida pelo general Juan Carlos Onganía. O governo do general Onganía – tendo como chanceler Nicanor Costa Méndez – continuou com o processo de negociação do governo anterior. Desta vez, as tratativas ocorreram principalmente em Londres, coordenadas pelo embaixador argentino naquela capital, brigadeiro Eduardo McLoughlin. Nas inúmeras reuniões, encontros e conversas, formais e ou informais, mas sempre de caráter confidencial entre os diplomatas argentinos e os funcionários do Departamento de América do Sul do *Foreign Office*, os delegados argentinos adotaram uma estratégia pragmática de aproximações sucessivas com o intuito de ir comprometendo os negociadores britânicos em algum compromisso concreto sobre a transferência de soberania.¹⁷⁶

Em 28 de setembro de 1966, um grupo de 18 jovens, o qual autodenominavam-se *Movimento Nova Argentina*, simpatizantes do nacionalismo de direita e do peronismo, desviaram um avião da *Aerolíneas Argentinas* em voo desde Buenos Aires a *Río Gallegos* e forçaram o piloto a aterrizarem a aeronave na pista de corridas equestres em *Port Stanley*.

¹⁷⁴ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

¹⁷⁵ PEREYRA, Ezequiel Federico. **Las islas Malvinas: soberanía argentina**. 2. Ed. Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas, 1969.

¹⁷⁶ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

Naquele momento, ainda não existia nas Malvinas/Falkland aeroporto.¹⁷⁷ A ação foi nomeada pelos seus integrantes de Operação Condor.

Os sequestradores, ao desembarcarem em *Port Stanley* fortemente armados, tomaram como reféns alguns ilhéus que se aproximaram a aeronave. Em seguida, distribuíram panfletos explicando a operação, rebatizaram *Port Stanley* de *Puerto Rivero*, hastearam sete bandeiras argentinas e cantaram o hino nacional argentino. O comandante da ação – Dardo Cabo – e Cristina Verrier dirigiram-se a casa do governador das ilhas para instalá-lo a juramentar a bandeira argentina. A partir do avião, anunciaram por rádio ao continente que as Malvinas/Falkland se encontravam sob jurisdição argentina e que os britânicos eram uns usurpadores. Também afirmaram que não sairiam dali até que o governo britânico reconhecesse a soberania argentina.¹⁷⁸

A Operação Condor ocasionou uma reação em cadeia de demonstrações antibritânicas na Argentina. Em Rosário, um grupo atacou o Instituto Cultural Anglo-Argentino, além do consulado, onde queimaram uma bandeira britânica. Em Buenos Aires, desde um automóvel em alta velocidade se efetuou disparos contra a embaixada britânica, local onde estava hospedado – durante uma visita oficial de três semanas a Argentina em comemoração à declaração de independência –, o duque Filipe de Edimburgo, cônjuge da rainha Elizabeth II, ninguém se feriu, contudo circulou rumores de que se tentaria sequestrar o duque e mantê-lo como refém até que as Malvinas/Falkland fossem restituídas a Argentina. E em *Río Gallegos*, o porto argentino mais próximo as ilhas, Miguel Fitzgerald, piloto que já havia estado no arquipélago em 1964, se aprontava para regressar com um grupo de fotógrafos e jornalistas quando foi detido pelas autoridades locais.¹⁷⁹

O padre católico Rudoff Roel foi o responsável por negociar com os jovens argentinos que se encontravam em *Port Stanley*. Os integrantes da Operação Condor argumentavam que estavam reclamando um território argentino como bons patriotas, pois, as prolongadas negociações não conduziram a uma solução satisfatória.¹⁸⁰ Após a

¹⁷⁷ GUBER, Rosana. **¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2012.

¹⁷⁸ GUBER, Rosana. **¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2012.

¹⁷⁹ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

¹⁸⁰ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

intervenção do sacerdote, os sequestradores liberaram os reféns, entretanto anunciaram que não se renderiam às autoridades britânicas, excetuando uma solicitação do governo argentino. Na noite de 29 de setembro de 1966, aqueles jovens entregaram as armas ao piloto da aeronave, uma vez que não pretendiam ratificar a soberania dos britânicos.¹⁸¹

Em um comunicado, o presidente-general Onganía assumiu o compromisso da *Revolución Argentina* com a soberania sob as Malvinas/Falkland, mas ressaltou que a proteção do arquipélago era de responsabilidade do governo e as situações de uso da força atribuição das Forças Armadas argentinas. Em razão disso, o governo argentino assegurou ao britânico que os integrantes da Operação Condor não teriam uma recepção apoteótica, mas seriam tratados como delinquentes.¹⁸² Diante disso, a Argentina propôs ao Reino Unido o envio de uma embarcação para transportar passageiros e sequestradores. O governo britânico aceitou a oferta. Além disso, o governo argentino pediu desculpas pelo ataque à embaixada e pelos demais incidentes, comprometendo-se a punir os culpados e adotar maiores medidas de segurança.

A administração argentina enviou o *ARA Bahía Buen Suceso* para o transladar ao continente sequestradores e passageiros. Quando o navio de transporte da Marinha argentina chegou ao porto de *Ushuaia*, os criminosos permaneceram a bordo até apresentação ante o tribunal. De todo o país, os membros da operação recebiam cumprimentos, uma vez que haviam buscando pleitear a soberania argentina sob as ilhas. Provavelmente, apreensivos com a admiração da população aos sequestradores, o tribunal condenou a maioria com penas de seis meses de reclusão, isto é, puniu-os com penas brandas.¹⁸³

Sobre o incidente dos condores nas Malvinas/Falkland, Fritz Hoffmann e Olga Hoffmann pontuam que este deve ter posto o Reino Unido em estado de alerta.¹⁸⁴ Tal suposição dispõe de fundamentação, de acordo com *Falkland Islands Review* – conhecido como Informe Franks, documento elaborado após a crise e a Guerra das

¹⁸¹ JASTREBLANSKY, Maia. La historia de 18 jóvenes que secuestraron un avión para pisar Malvinas. *La Nación*, Buenos Aires, set. 1966. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/la-historia-de-18-jovenes-que-secuestraron-un-avion-para-pisar-malvinas-nid1457899>. Acesso em: 24 fev. 2020.

¹⁸² GUBER, Rosana. *¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2012.

¹⁸³ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. *Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982*. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

¹⁸⁴ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. *Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982*. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

Malvinas/Falkland –, o contingente de marinheiros britânicos presentes nas ilhas desde 1965 eram de um oficial e cinco homens, e em 1966, o destacamento foi ampliado ao poderio de um pelotão.¹⁸⁵

Em 5 de dezembro de 1966, os representantes da Argentina e do Reino Unido – Raúl Quijano e lord Caradon, respectivamente – entregaram, separadamente, uma nota de idêntico conteúdo ao secretário-geral da ONU, comunicando a ocorrência de novas reuniões em Londres em 28 de novembro de 1966. Nesses encontros examinaram-se algumas formas de obtenção de um acordo e que oportunamente seria encaminhado um informe mais pormenorizado.¹⁸⁶ Em um desses encontros, os representantes britânicos – George Brown e Fred Lee – propuseram o congelamento da questão da soberania por um prazo mínimo de 30 anos. Ao término desse lapso temporal, os ilhéus escolheriam livremente entre a soberania argentina ou britânica. O governo argentino rejeitou a propositura.¹⁸⁷

Em 17 de dezembro de 1966, a IV Comissão – que possuía em seu cronograma de trabalho a questão das ilhas Malvinas/Falkland – apreciou e aprovou um projeto de consenso que, posteriormente, foi submetido a Assembleia Geral das Nações Unidas. A sessão plenária de 20 de dezembro de 1966, ratificou a proposta de entendimento, onde a IV Comissão logrou um consenso em favor de que as partes implicadas na controvérsia das ilhas prosseguissem com as negociações com o objetivo de lograr o mais breve possível uma solução pacífica ao problema e que a Argentina e o Reino Unido manteriam informados a IV Comissão e a Assembleia Geral quanto ao andamento das tratativas.¹⁸⁸

Em março de 1967, o governo britânico, pela primeira vez, informou oficialmente à Argentina que estava pronto para ceder a soberania sobre as ilhas, perante certas condições.¹⁸⁹ Durante 1967, as negociações bilaterais confidenciais continuaram e, em 27

¹⁸⁵ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

¹⁸⁶ PEREYRA, Ezequiel Federico. **Las islas Malvinas: soberanía argentina**. 2. Ed. Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas, 1969.

¹⁸⁷ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

¹⁸⁸ CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/C 4/682; Doc. A/PV 1500.

¹⁸⁹ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

de setembro, Costa Méndez, – o ministro de Relações Exteriores argentino – afirmou ante a Assembleia Geral das Nações Unidas que a reunificação do território argentino era um imperativo de caráter nacional, sendo uma prioridade permanente e indiscutível da política argentina obter a soberania sob as Malvinas/Falkland. Costa Méndez declarou que consoante com a tradição da política exterior argentina decidiu-se esgotar os meios pacíficos para lograr a solução do litígio.

A partir de fevereiro de 1968, o grupo denominado *United Kingdom Falkland Islands Committee* – habitualmente conhecido como *Falkland Lobby* – passou a difundir junto ao parlamento inglês e à opinião pública contestação às negociações bilaterais em curso. O *Falkland Lobby* era constituído por representantes dos ilhéus, pelos integrantes do Comitê Executivo das Ilhas Falkland, por parlamentares e pessoas influentes. Douglas Kinney (1989) define esse ator não governamental como um grupo compacto e persistente, favorável somente a um tema, cujo objetivo compreendia a supressão da discussão de qualquer alternativa sobre o *status quo* para as ilhas Malvinas/Falkland. As atividades do *Falkland Lobby* consistiam sempre em atuar como uma força polarizadora, a fim de obstar qualquer evolução para um acordo entre as partes interessadas.¹⁹⁰

Por sua vez, Virginia Gamba (2016) afirma que o *Falkland Lobby* foi uma resposta da firma monopolística das ilhas aos avanços ocorridos nas negociações bilaterais entre 1966 e 1968.¹⁹¹ Dessa forma, a *Falkland Island Company* criou um instrumento para defender-se por meio de um grupo de pressão eficaz, aparentemente independente, que não tivesse vinculação visível com a companhia e que transmitisse a imagem de uma instituição em prol do bem público.

Em 27 de fevereiro de 1968, o *Falkland Lobby* enviou a seguinte carta aberta a todos os parlamentares:

¿Sabe usted qué?: Se están llevando a cabo negociaciones entre los gobiernos de Gran Bretaña y la Argentina para entregar en cualquier momento las islas Falkland a la Argentina.

*Tenga en cuenta que: los habitantes de las islas nunca fueron consultados sobre su futuro. Que ellos NO quieren ser argentino. Los isleños son tan británicos como ustedes, la mayoría son de descendencia inglesa o escocesa de hasta sexta generación. Cinco de cada seis nacieron en las Islas. Muchos ancianos no han estado en ningún otro lugar. No hay problemas raciales, no hay desempleo y no hay pobreza, y NO ESTAMOS EN DEUDA.*¹⁹²

¹⁹⁰ KINNEY, Douglas. **National Interest/National Honor. The Diplomacy of the Falkland Crisis.** New York: Praeger, 1989.

¹⁹¹ GAMBA, Virginia. Las negociaciones bilaterales y el rol del grupo de presión de las Islas Malvinas. In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional.** Buenos Aires: El Ateneu, 2016.

¹⁹² CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina.** Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo

Nos debates ocorridos no parlamento, com o propósito de esclarecer a questão, lord Chalfont – secretário do *Foreign Office* – afirmou que caso se desejasse manter amistosas relações com a Argentina, os britânicos deveriam reconhecer que assim como eles estavam resolutamente convencidos da legalidade da soberania do Reino Unido sobre as ilhas, igualmente, estavam convencidos os argentinos da sua reivindicação.¹⁹³

Lord Chalfont também declarou que os membros do governo britânico, quando questionados a pormenorizar com exatidão o conteúdo das negociações bilaterais, indicaram que as tratativas eram delicadas e de caráter confidencial e, em fase das sugestões para que as mesmas fossem encerradas, os representantes governamentais manifestaram que continuariam. Em complemento, Chalfont reiterou que o objetivo britânico nas negociações era lograr um acordo satisfatório entre os habitantes das ilhas e a Argentina, o que, em uma política de longo prazo e consoante com o interesse dos ilhéus, se estimava necessário e conveniente.¹⁹⁴

Portanto, para que a cessão das ilhas à Argentina se materializasse, duas condições deveriam ser observadas: um acordo com amplas garantias para os ilhéus e que os habitantes das Malvinas/Falkland aprovassem o acordo. Apesar disso, o governo britânico, em virtude das disposições constitucionais, se reservava o direito à decisão. O princípio da livre determinação e o fato de a população das ilhas poderem se manifestar sobre seu futuro foram os argumentos apresentados com maior frequência no decorrer da discussão no parlamento.¹⁹⁵ Ao final do debate não se alcançou um consenso sobre a questão.¹⁹⁶

Em uma reunião entre o embaixador Eduardo McLoughlin e lord Chalfont, em agosto de 1968, chegou-se a um Memorando de Entendimento. O objetivo do acordo era solucionar definitivamente e de forma amistosa a disputa de soberania do território insular, levando em conta os interesses dos habitantes. A fim de atingir tal propósito,

XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

¹⁹³ QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escuela Superior de Guerra Aérea, 1982.

¹⁹⁴ QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escuela Superior de Guerra Aérea, 1982.

¹⁹⁵ QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escuela Superior de Guerra Aérea, 1982.

¹⁹⁶ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

ambos os governos se comprometeram em realizar rápidos progressos com medidas práticas para propiciar a liberdade de comunicação e movimento entre as ilhas e o território continental argentino, em ambas as direções, de tal modo que se impulsionasse o desenvolvimento de vínculos culturais e econômicos.

De acordo com o ponto 4 do Memorando de Entendimento, o Reino Unido reconhecia a soberania da Argentina sobre as Malvinas/Falkland, a partir de uma data a ser acordada o mais rapidamente possível, logo que (i) os governos tivessem resolvido a atual discordância entre eles a respeito do critério conforme o qual o governo do Reino Unido julgaria que os interesses dos ilhéus estariam assegurados pelas salvaguardas e garantias a serem concedidas pelo governo argentino; e, (ii) o governo do Reino Unido se encontrasse satisfeito de que o interesse daqueles estaria assegurados. No entendimento de Lanús, o Memorando de Entendimento contém o compromisso mais explícito por parte do Reino Unido sobre a eventual cessão ao Estado argentino da soberania que exercia sobre o arquipélago.¹⁹⁷

O ministério de Relações Exteriores da Argentina se inteirou do memorando ainda em agosto de 1968. Entretanto, a anuência expressa ao documento negociado em Londres foi protelada em virtude das discussões internas entre as cúpulas das Forças Armadas e Costa Méndez. Conquanto as insistentes petições do embaixador McLoughlin para que a Argentina ratificasse o teor do memorando, o governo argentino não se manifestou durante várias semanas. Destarte, em outubro de 1968, o chanceler argentino encontrou-se com o secretário de Relações Exteriores britânico – ambos estavam em Nova Iorque para participarem da Assembleia Geral Ordinária das Nações Unidas – e acordaram um princípio de acordo, onde não existia discordâncias fundamentais acerca do documento por nenhuma das partes. Apenas em dezembro de 1968, após sucessivos adiamentos, a embaixada argentina em Londres recebeu instruções para aprovar o memorando como estava e anunciar a decisão ao *Foreign Office*.¹⁹⁸

No final de novembro de 1968, o governo britânico enviou lord Chalfont em viagem oficial às Malvinas/Falkland com a finalidade de expor aos ilhéus a política que o governo estava acordando com o governo argentino e deliberar uma possível

¹⁹⁷ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

¹⁹⁸ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

transferência do arquipélago a Argentina.¹⁹⁹ Antes de regressar ao Reino Unido, Chalfont fez uma breve visita à Argentina, onde se reuniu com Costa Méndez. A visita de Chalfont às Malvinas/Falkland e à Buenos Aires suscitaram especulações tanto na Argentina como no Reino Unido quanto à formalização de um acordo que transferiria o território insular à Argentina.²⁰⁰

Segundo Fritz Hoffmann e Olga Hoffmann seis razões robustas respaldam as conjecturas. Em primeiro lugar, em 23 de novembro de 1968, o *Foreign Office* comunicou que quase todas as principais divergências referentes às Malvinas/Falkland haviam sido elucidadas, entretanto a notícia sobre a celebração de um tratado era factóide. Segundo, em uma reunião secreta com os seis membros do Conselho Executivo das Ilhas Falkland, Chalfont explicou-lhes que a cessão à Argentina resultaria em benefícios para os ilhéus. Chalfont advertiu ao Conselho que o Reino Unido já não podia manter nas ilhas forças navais suficientes para prover proteção, que já não poderia contribuir financeiramente em decorrência do declínio do preço da lã no mundo e que também era preciso considerar os interesses da comunidade britânica na Argentina.

Terceiro, os cinco correspondentes de jornais britânicos que acompanhavam Chalfont, coincidiram que algum tipo de entendimento havia sido pactuado entre ambos os países, ao passo que o representante inglês foi enviado ao arquipélago para convencer os habitantes. Como quarto motivo, tem-se que durante o período que Chalfont encontrava-se nas ilhas – mais precisamente em 25 de novembro –, o Reino Unido informou à ONU que a situação dos territórios ainda sobre a sua jurisdição estaria resolvida em poucos anos. Em alusão às Malvinas/Falkland, aquela nação expressou que continuava negociando com a Argentina em conformidade com a Resolução 2065 (XX). Concomitante, o representante argentino comunicou à IV Comissão que consoante a Resolução 2065 (XX), da XX Assembleia Geral nas Nações Unidas, ambos realizaram negociações confidenciais sobre o território insular.

Quinto motivo, no dia subsequente, à reunião secreta com o Conselho Executivo, Chalfont discursou perante a associação de criadores de ovelhas, na qual expôs que as negociações eram somente uma etapa de um processo, que algum tipo de acordo não constituía um tratado e que de forma alguma a soberania seria cedida contra os interesses

¹⁹⁹ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. *Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors*. Londres, 1983.

²⁰⁰ LANÚS, Juan Archibaldo. *Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982)*. In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

dos ilhéus; e ainda, afirmou que as negociações deveriam seguir, porque caso fossem interrompidas, a Argentina poderia demandar as Malvinas/Falkland de outro modo. Na perspectiva do representante do *Foreign Office*, tal ação acarretaria em um ambiente inseguro e prejudicaria a vida dos ilhéus.

Por fim, como sexta razão, Hoffmann e Hoffmann apontam que os integrantes juntos a Quinta Reunião dos Membros do Tratado da Antártica sucedida em Paris mencionaram que mesmo que o Reino Unido cedesse as Malvinas/Falkland a Argentina, isso não implicaria a renúncia britânica aos domínios antárticos; e ainda, em março de 1962, provavelmente se antecipando à restituição daquelas, o Reino Unido anunciou que havia criado como colônia separada o Território Antártico Britânico, sendo que este já não dependeria de *Port Stanley*. À vista disso, as ilhas Orcadas do Sul, Shetland do Sul e Terra de Graham permaneciam sobre a jurisdição do Tratado Antártico (1959). Por conseguinte, a disputa territorial anglo-argentina estava circunscrita às Malvinas/Falkland, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul.

McLoughlin e Enrique Ros – ministro conselheiro da embaixada argentina em Londres – reuniram-se com Michael Stewart – secretário de Relações Exteriores britânico – com a finalidade de consubstanciar os pontos necessários para converter o memorando em um ato oficial. Stewart comunicou aos representantes argentinos que: “*Lamentablemente la respuesta llega muy tarde; ya no estamos en condiciones de aceptar al memorándum, tengo que ir al Parlamento a dar explicaciones sobre esto porque los conservadores han pedido una explicación*”.²⁰¹ As informações pedidas pelos conservadores, mencionando por Stewart, é consequência da moção aventada pelo *Falkland Lobby* e assinada por aproximadamente 100 parlamentares conservadores que buscavam de uma vez por todas garantir que os habitantes das ilhas Malvinas/Falkland não seriam transferidos a nenhum país contra a sua vontade.²⁰²

Em 11 de dezembro de 1968, Stewart reiterou perante a Câmara dos Comuns que o governo britânico havia alcançado um entendimento com a Argentina com o propósito de garantir uma relação satisfatória entre aquelas ilhas e o território continental argentino. Entretanto, existia uma divergência básica em relação à persistência do governo de sua

²⁰¹ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 57.

²⁰² CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

majestade em assegurar que não poderia haver cessão de soberania contra os desejos dos ilhéus.²⁰³ Os conservadores acusaram os líderes do governo trabalhista do primeiro ministro Harold Wilson de mentir sobre a transferência dos ilhéus a um país estrangeiro.

Segundo Hoffmann e Hoffmann, os conservadores tinham encontrado uma boa justificativa para uma contenda parlamentar que permitisse avultar algo do apoio popular perdido. Por isso, continuaram pugnando durante diversos dias sem dar trégua ao governo, que refutava uma contestação após outra. Um grupo de conservadores, por exemplo, queria que Stewart lhes assegurasse que nas negociações futuras com a Argentina somente seriam debatidos determinados temas, como comércio e comunicações. O secretário de Relações Exteriores reiterou que a soberania seria unicamente transferida nas condições outrora enunciadas.²⁰⁴

Por sua vez, Edward Heath – presidente da Câmara dos Comuns – prosseguiu indicando que os trabalhistas pretendiam continuar com as negociações para averiguar se efetivamente havia algum modo de transferir a soberania das ilhas Malvinas/Falkland à Argentina procedendo-se a consulta junto aos habitantes das Malvinas/Falkland para verificar se o acordo lhes resultara satisfatório. Stewart respondeu que a intenção do governo era suplantar todas as dificuldades existentes entre os ilhéus e a Argentina, seguindo as recomendações da ONU e eliminar as discordâncias com relação às ilhas dentro da referida organização. Para tanto, era necessário discutir a questão da soberania.²⁰⁵

No mesmo dia do pronunciamento de Stewart perante a Câmara dos Comuns, o governo britânico, em uma reunião do Gabinete, resolveu sustar toda tentativa de lograr um acordo com a Argentina alicerçado no Memorando de Entendimento, em decorrência das reações do parlamento e da imprensa. A decisão do Gabinete de abandonar o memorando foi um triunfo relevante do *Falkland Lobby*. Deve-se ressaltar, que o Gabinete reconheceu que o fracasso em obter um entendimento com a Argentina não poderia implicar na interrupção das negociações sob o risco de ampliar o assédio sobre

²⁰³ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

²⁰⁴ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

²⁰⁵ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

os ilhéus e a possibilidade de um conflito. Portanto, as negociações deveriam seguir, com o governo britânico destacando seu posicionamento sobre a soberania.²⁰⁶

A resposta argentina à decisão britânica ocorreu no dia seguinte, 12 de dezembro de 1968, quando, em uma declaração, Costa Méndez afirmou que o governo do Reino Unido deveria admitir como solução a soberania argentina sobre as ilhas Malvinas/Falklands e que tal reconhecimento não deveria estar vinculado ao consentimento dos habitantes das ilhas. O chanceler reiterou que o governo argentino tomaria em consideração e asseguraria os interesses dos ilhéus por meio de salvaguardas e garantias a serem acordadas.²⁰⁷

Em 17 de dezembro de 1968, José María Ruda – embaixador argentino perante à ONU – expôs em um debate sobre colonialismo que apesar de ter ocorrido progressos nas negociações com o Reino Unido, a Argentina não poderia aceitar que a decisão sobre o litígio estivesse submetida aos desejos dos ilhéus, pois se tratava de uma disputa entre os governos argentino e britânico. Logo, a solução pacífica da contenda deveria ser proveniente da ação exclusiva dos Estados. María Ruda prosseguiu explanando que os interesses da população das ilhas deveriam ser levados em consideração e não era concebível obter um desenlace ignorando-os, o que não significaria que seus habitantes poderiam definir o problema de soberania a partir dos seus desejos.²⁰⁸

Lord Caradon, chefe da delegação britânica na ONU, replicou que sua nação era soberana nas ilhas e essa soberania não seria cedida em desacordo com os desejos dos ilhéus.²⁰⁹ Não obstante as divergências, em 19 de dezembro, María Ruda e lord Caradon comunicam, em cartas separadas, mas com idêntico conteúdo, ao secretário-geral das Nações Unidas que as negociações prosseguiriam com o objetivo de lograr uma solução pacífica o mais rapidamente possível.²¹⁰

²⁰⁶ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁰⁷ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

²⁰⁸ CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/PV 1744.

²⁰⁹ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

²¹⁰ CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/7467.

Desde a viagem de lord Chalfont às Malvinas/Falkland e à Buenos Aires, originaram na Argentina, como no Reino Unido proposições para aprimorar a inter-relação entre o arquipélago e o continente em benefício dos habitantes das ilhas. Não existia nenhum jornal no território insular e sua população dependia unicamente do rádio para receber notícias do exterior. Até os britânicos admitiam que tinham uma parcela de responsabilidade pelo excessivo isolamento que se encontravam os ilhéus. Todavia, somente 21 de novembro de 1969, a Argentina e o Reino Unido concordaram em manter negociações especiais com o intuito de instalar vias de transporte e comunicação em ambas as direções.²¹¹

As conversas especiais tiveram início em abril de 1970. Em 14 de julho de 1970, o *Foreign Office* recebeu um conjunto de propostas argentinas para estabelecer a liberdade de comunicação entre as Malvinas/Falkland e o território continental argentino. Todavia, a burocracia britânica não as contestou. A segunda rodada de encontros especiais ocorreu em Buenos Aires, entre os dias 21 e 30 de junho de 1971. Na oportunidade, elaborou-se uma Declaração Conjunta assinada em 1º de junho, que entrou em vigor em 5 de agosto de 1971.

A Declaração Conjunta versava sobre uma série de aspectos: criação de uma Comissão Consultiva incumbida de tratar das questões que surgissem sobre o estabelecimento e promoção das comunicações e do movimento de pessoas; a adoção de medidas por parte do governo britânico para o estabelecimento de um serviço regular de passageiros; o compromisso do governo argentino para a implantação de um serviço aéreo regular de passageiros; adoção de medidas por ambos os governos, a fim de incrementar as comunicações postais, telegráficas e telefônicas; e cooperação educacional, sanitária, agrícola, bem como o desenvolvimento técnico.²¹²

Segundo um dispositivo da Declaração Conjunta, a Argentina e o Reino Unido, ao subscreverem o mencionado documento, não estariam renunciando às reivindicações particulares de soberania sobre as ilhas Malvinas/Falkland. Ademais, uma cláusula especial determinava que se qualquer das partes desejasse rescindir as decisões acordadas,

²¹¹ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

²¹² ARGENTINA. Declaración Conjunta entre Argentina y el Reino Unido de 1971. Buenos Aires, Ministerio de Relaciones Exteriores, [1971]. Disponível em: https://www.cancilleria.gob.ar/userfiles/ut/1971__declaracion_conjunta_entre_argentina_y_el_reino_unido_facsimil.pdf. Acesso em: 6 fev. 2020.

deveria comunicar tal decisão ao outro governo com seis meses de antecipação. Em 12 de agosto de 1971, ambos os Estados comunicaram ao secretário-geral da ONU sobre a formalização do acordo em cumprimento da Resolução 2065 (XX). A Declaração Conjunta era compreendida como positiva para muitos britânicos, inclusive, para lord Clalfont. Parlamento e a imprensa não protestaram porque se havia concedido em demasia, tal como foi realizado no retorno de Chalfont das ilhas e de Buenos Aires. Também não se registrou pressão contra o acordo por parte do *Falkland Lobby*, tampouco por parte da *Falkland Islands Company*.²¹³

A celebração da Declaração Conjunta transparecia que havia iniciado um período de boas relações entre os países. A administração conservadora do Reino Unido demonstrava, por exemplo, seu contentamento pela implantação de comunicações entre as ilhas e o território continental argentino. O governo britânico portava-se como se a declaração contemplasse todos os requisitos para resolver o litígio entre aqueles Estados. Os funcionários britânicos não podiam ou não queriam compreender a postura argentina: o acordo de comunicações era tão somente o início para subseqüentes negociações relativas à soberania. O Reino Unido supunha que o acordo constituía no problema principal e que já se encontrava resolvido; por sua vez, a Argentina o concebia como um ato isolado, um assunto auxiliar ao tema fundamental: a soberania das ilhas Malvinas/Falkland.²¹⁴

Para Lanús, a Declaração Conjunta constituiu um passo decisivo na estratégia a qual vinha sendo desenvolvida pelo governo argentino: acercar e vincular de modo progressivo, as ilhas da Argentina continental, estimulando, assim, os vínculos de todo tipo entre ambas as comunidades.²¹⁵ Em contraste, o governo britânico buscava gerar cooperação política a partir de êxitos em áreas funcionais que, por conseguinte, por efeito de transbordamento, se transferiria para outros temas.²¹⁶ Com a finalidade de conferir maior solenidade à Declaração Conjunta, em 20 de março de 1972, o presidente argentino, general Alejandro Agustín Lanusse, sancionou e promulgou a lei 19.529, que ratificava o

²¹³ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

²¹⁴ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

²¹⁵ LANÚS, Juan Archibaldo. *Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982)*. In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

²¹⁶ GUSTAFSON, Lowell. **The Sovereignty Dispute over the Falkland (Malvinas) Islands**. New York: Oxford University Press, 1988.

acordo, bem como as notas que os governos argentino e britânico intercambiaram em relação às reservas ao direito de soberania.

O ministro das Relações Exteriores argentino e o embaixador do Reino Unido em Buenos Aires, em 2 de maio de 1972, firmaram um acordo sobre a construção e operação de um aeródromo provisório nas Malvinas/Falkland por parte do governo argentino. Pouco meses depois, em 24 de outubro, subscreveu um acordo complementar ao anterior. Por esse compromisso, decidiu-se pela abertura de uma agência da LADE em *Port Stanley* e o início do serviço aéreo regular entre aquelas e o território argentino.

Em abril de 1973, ante a Terceira Assembleia Geral da OEA, o ministro de Relações Exteriores da Argentina, Eduardo McLoughlin, condenou severamente o remanescente de colonialismo que persistia na América, com destaque para o caso das Malvinas/Falkland. O chanceler acusou o Reino Unido de empregar táticas dilatórias e de agir a fim de modificar o significado das negociações decorrentes da Resolução 2065 (XX).

Ainda em abril de 1973, no decorrer de uma reunião anglo-argentina no *Foreign Office*, os representantes britânicos não quiseram negociar sobre a soberania das ilhas, sendo discutido apenas o serviço aéreo entre *Port Stanley* e *Comodoro Rivadavia*. Ao término do encontro, os delegados britânicos descreveram as conversações como úteis e positiva, mas, nada de útil e positivo foi decidido nesse encontro. Em maio de 1973, também ocorreram reuniões. Entretanto o *Foreign Office* limitou-se em indicar que as negociações prosseguiriam no futuro.²¹⁷

Entre 1968 e 1973, o governo do Reino Unido empenhou-se em transformar as negociações em conversações visando tergiversar ao tema central.²¹⁸ Em agosto de 1973, a Argentina comunicou à ONU que as negociações sobre as Malvinas/Falkland se encontravam virtualmente paralisadas. O mencionado país argumentou que os britânicos objetivavam que as discussões sobre comunicações substituíssem a questão tema da soberania, algo que a Argentina considerava inadmissível. Ademais, asseverou que a atitude britânica estava protelando o processo de descolonização, enquanto que a Argentina tinha dado provas concretas de paciência ao longo das tratativas, não obstante

²¹⁷ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

²¹⁸ QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escuela Superior de Guerra Aérea, 1982.

a legítima inquietação e o ímpeto emotivo que sentia a população argentina no tocante à recuperação do que considerava parte do seu território nacional. Diante disso, a Argentina solicitava à ONU que exortasse o Reino Unido para agilizar as negociações referentes à soberania do território insular. O Reino Unido, por sua vez, contestou os protestos argentinos declarando que estava disposto a continuar com as conversões, tendo em vista que tinha expectativa de que as relações entre as ilhas e a Argentina prosseguiriam sobre um alicerce mais consistente.²¹⁹

Em 21 de agosto de 1973, o Comitê Especial sobre Descolonização das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, uma resolução que instava os governos argentino e o britânico a continuarem, sem demora, as negociações e informarem ao secretário-geral e a Assembleia Geral sobre os resultados obtidos o mais breve possível. Em 14 de dezembro de 1973, a Assembleia Geral aprovou por 116 votos a favor, nenhum contrário e 14 abstenções, a Resolução 3160 (XXVIII), onde a Assembleia Geral encontrava-se gravemente preocupada por já ter transcorrido oito anos desde a aprovação da Resolução 2065 (XX) e as partes não terem logrado progressos substanciais sobre a controvérsia de soberania sobre as ilhas Malvinas/Falkland. Reconhecendo os contínuos esforços argentinos – conforme as decisões pertinentes da ONU, a fim de simplificar o processo de descolonização e fomentar o bem-estar dos habitantes das ilhas –, a Assembleia Geral instava os governos da Argentina e do Reino Unido que prosseguissem imediatamente com as negociações, buscando findar a situação colonial ali existente. nas Malvinas/Falkland.²²⁰

Em 4 de janeiro de 1974, uma moção de censura foi aprovada pelo Conselho Legislativo das Ilhas Falkland. Segundo tal documento, a Câmara se opunha categoricamente a toda conversação ou negociação realizada com o governo argentino sem o prévio e completo conhecimento dos habitantes das ilhas, que implicasse na cessão de soberania da colônia contra os desejos dos ilhéus.²²¹ Também em janeiro de 1974, o Comitê Selecionado de Defesa vinculado à Câmara dos Comuns concordou que diante da

²¹⁹ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

²²⁰ ARGENTINA. **La Comunidad Internacional y la Cuestión Malvinas**. Buenos Aires: Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2014.

²²¹ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

cominação da ONU para se atingir um acordo e os riscos de uma ação econômica e militar nas ilhas, avaliava-se a possibilidade de um condomínio como alternativa à transferência de soberania, sendo os habitantes das ilhas consultados sobre essa propositura.

O governador das ilhas Malvinas/Falkland e o embaixador britânico em Buenos Aires opinaram que valeria a pena prosseguir com tal proposta. Antes da concretização da consulta, ocorreu uma mudança de governo no Reino Unido, Harold Wilson, trabalhista, foi reconduzido ao cargo de primeiro ministro em substituição a Edward Heath (1970-74), conservador.²²² O novo governo iniciou conversações diplomáticas com as autoridades argentinas antes de consultar os ilhéus. Em junho de 1974, em uma reunião entre ambos os governos, o embaixador do Reino Unido apresentou ao chanceler Alberto Vignes, por escrito, uma comunicação onde o governo de sua majestade havia lhe dado instruções para propor que as discussões entre o Reino Unido e a Argentina a respeito do futuro das ilhas ocorressem tendo por base salvaguardas e garantias aos ilhéus em um hipotético cenário de condomínio.²²³

A comunicação britânica encaminhada ao governo argentino assim preconizava:

*El objetivo del gobierno de Su Majestad al entrar en negociaciones sobre la base del condominio será resolver la disputa del través de la aceptación de la cosoberanía argentina sobre las islas y que el producto final pueda ser un tratado que solucione da disputa anglo-argentina creando una atmósfera favorable en la cual los isleños puedan desarrollarse acorde a sus intereses.*²²⁴

O documento também indicava que independente do modo que o condomínio viesse a ser conformado no território insular, alguns critérios básicos deveriam ser atendidos, tais como: ambas bandeiras fixadas juntas; o espanhol e o inglês seriam os idiomas oficiais; os habitantes teriam dupla nacionalidade; e, o governador seria nomeado alternativamente pela rainha e pelo presidente. Ainda em 1974, a chancelaria argentina apresentou ao governo britânico uma contraproposta, que era similar em diversos aspectos com a britânica.

O projeto de administração em conjunto proposto pela Argentina estabelecia como administradores os chefes de Estados de ambos os países e que o regime de administração

²²² FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²²³ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

²²⁴ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 66.

duraria por oito anos. Após esse lapso temporal, somente o governo argentino administraria as Malvinas/Falkland. Sobre a questão, Lanús pontua que o então presidente argentino Juan Domingo Perón, segundo testemunhos, foi comunicado da proposta britânica e manifestou o seu consentimento para que se examinasse a mencionada moção como solução do litígio sobre a soberania. Quando da morte de Perón, em 1º de julho de 1974, o chanceler Vignes, por razões que se desconhecem, ocultou-se e soçobrou-se tais negociações a despeito da posição de Perón.²²⁵ A versão britânica asseverava que o plano de condomínio havia sido discutido com o governo argentino, entretanto diante da continua recusa dos habitantes das ilhas em participar das discussões, foi decidido que não era conveniente prosseguir sem a participação daqueles. Diante disso, em agosto de 1974, o governo britânico comunicou ao governo argentino que retirava a proposta.²²⁶

Em fins de novembro de 1974, os senadores argentinos requereram que o governo instituísse que as Malvinas/Falkland e a plataforma continental eram legitimamente argentinas. A razão de tal pleito foi a declaração de Michael Clark Hutchison, integrante do parlamento britânico e do *Falkland Lobby*, de que o governo britânico deveria adiar qualquer decisão sobre as ilhas até que se analisasse os resultados da exploração de petróleo na região.²²⁷

O embaixador argentino na ONU, Fernando Fernández Escalante, declarou que consoante ao Direito Internacional, os recursos naturais das Malvinas/Falkland pertenciam à população que se instalou nas ilhas com Vernet, que foi removida ilegalmente mediante o emprego da força. Portanto, os recursos seriam propriedade do país, no qual se encontrava integradas as ilhas no momento em que se obrigou a emigrar a sua população, isto é, a Argentina. Logo, em virtude de que esse é um direito inalienável, todos os recursos naturais do arquipélago deveriam permanecer imutáveis até que se elucidasse a questão da restituição do território a Argentina.²²⁸

Ao término da década 1960, um conjunto de empresas petrolíferas manifestaram interesse em explorar a Cuenca da Marinha Austral. A companhia Shell requereu

²²⁵ LANÚS, Juan Archibaldo. *Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982)*. In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

²²⁶ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²²⁷ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

²²⁸ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

autorização da *Secretaría de Estado de Energía* da Argentina para realizar um reconhecimento superficial e estudos de prospecção geofísica na *Cuenca Magallánica*. A permissão foi concedida e a Shell realizou estudos de atividades sísmicas em uma superfície de aproximadamente 100.000 km² na Cuenca Marinha Austral no verão de 1969-70.

Na mesma época, inúmeras firmas petrolíferas pediram licenças de exploração na costa das Malvinas/Falkland. Diante disso, o governo britânico informou não ter conferido concessões para iniciar explorações em busca de petróleo, embora o governador das ilhas tenha recebido várias solicitações e as tenham remetido à Londres. A imprensa argentina interpelou esse acontecimento como um significativo fator que poderia ampliar a relevância econômica e estratégica das Malvinas/Falkland se localizasse petróleo e ao mesmo tempo como uma nova razão de discórdia entre a Argentina e o Reino Unido que poderia obstaculizar as tentativas de aproximação diplomática.²²⁹

No início de 1970, o governo britânico peticionou ao Departamento de Geologia da Universidade de Birmingham um estudo sobre as rochas sedimentares na área circundante das Malvinas/Falkland. Em março de 1975, apresentou-se o informe intitulado *Geology of the Regions around the Falkland Islands* – de autoria dos geógrafos Donald Griffiths, Peter Barker, J. Burrell e P. Simpson – conhecido usualmente como Informe Griffiths. Segundo este, havia alguma possibilidade de encontrar petróleo nas ilhas e no mar adjacente.

Em conhecimento do Informe Griffiths, em 19 de março de 1975, o *Palácio San Martín* emitiu um comunicado à imprensa indicando que o governo argentino não reconhecia e nem reconheceria a titularidade, nem o exercício de nenhum direito concernente a prospecção e exploração de minerais de hidrocarbonetos por parte de um governo estrangeiro em uma área pertencente ao território nacional argentino. Ademais, apontou que a concretização de atividades, medidas ou acordos por parte do Reino Unido acerca da questão seria incompatível com as resoluções e os consensos sobre as Malvinas/Falkland adotadas pela ONU, cujo claro objetivo era a solução da disputa de soberania entre os países pela via pacífica das negociações bilaterais.

Não obstante o protesto argentino, em outubro de 1975, o governo britânico anunciou que, após consultas ao Conselho Executivo das Ilhas Falkland, decidiu-se pelo

²²⁹ MARGHERITIS Ana. Malvinas: el problema del petróleo y el conflicto anglo-argentino. *Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad*. Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 113-146, jul./dez. 1992.

envio de uma expedição ao arquipélago comandada por lord Shackleton – ex-ministro do Trabalho –, cujo propósito era realizar estudos científicos, econômicos, geológicos e sociais nas ilhas. Na perspectiva do governo trabalhista de Harold Wilson, presumia-se que a Argentina cooperaria com os planos de aproveitamento dos recursos marinhos nos arredores das ilhas, ao passo que o governo do Reino Unido manteria em suspenso as ofertas de firmas canadenses e norte-americanas que pretendiam instalar-se na região.²³⁰ Alguns observadores britânicos ponderaram, ademais, que o envio da missão visava tranquilizar a opinião conservadora, ao averiguar o diminuto valor econômico do arquipélago e, por conseguinte, seria um desatino empreender novas aventuras coloniais sem maiores perspectivas de lucro.²³¹

Diante desse anúncio, em 22 de outubro de 1975, o ministro de Relações Exteriores argentino expressou que não conferia autorização oficial à missão Shackleton, uma vez que a questão Malvinas/Falkland se encontrava em pleno processo de negociação conforme as recomendações da ONU e, por conseguinte, ambas as partes deveriam abster-se de realizar novas ações.²³² Essa enfática reação argentina malogrou as expectativas do *Foreign Office* de que o envio de uma missão patrocinada pelo governo, em detrimento de uma empresa privada, mitigaria o governo argentino.²³³

Em novembro de 1975, Ángel Federico Robledo, o recém-empossado ministro de Relações Exteriores argentino, convidou os britânicos a debater sobre a questão da soberania. Como resposta recebeu um *bout de papier* – pedaço de papel, de acordo com a linguagem diplomática – que comunicava que lord Shackleton aceitava o convite. Por outro *bout de papier*, o *Palácio San Martín* rememorou os dispositivos legais que versam sobre a navegação em águas territoriais argentinas.

O embaixador argentino perante a ONU, Carlos Ortiz de Rozas, comunicou à Assembleia Geral, em 8 de dezembro de 1975, que o Reino Unido se recusava veementemente em negociar sobre a soberania as ilhas. Ademais, o governo inglês

²³⁰ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²³¹ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

²³² HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

²³³ GUSTAFSON, Lowell. **The Sovereignty Dispute over the Falkland (Malvinas) Islands**. New York: Oxford University Press, 1988.

buscava inserir um elemento estranho – a concordância prévia dos ilhéus – para a realização das negociações e substituí-la por discussões sobre cooperação econômica, circunstância totalmente inaceitável para o governo argentino. Ortiz de Rozas agregou que, dado o estado presente da situação entre a Argentina e o Reino Unido, o momento era de suspensão das negociações e a Argentina não deixaria de afirmar seus direitos do modo que julgasse mais apropriado.²³⁴

Em 2 de janeiro de 1976, a chefe de Estado da Argentina – María Estela Martínez de Perón – reuniu-se com o ministro de Relações Exteriores, Manuel Arauz Castex, e com os três comandantes em chefe das Forças Armadas – general Jorge Rafael Videla, almirante Emilio Massera e o brigadeiro Orlando Agosti – para analisar a situação. Ao término do encontro redigiu-se um comunicado à imprensa, o qual foi publicado em 5 de janeiro pela chancelaria, impugnando a ruptura unilateral das negociações por parte do governo britânico e comunicando ao:

*El Pueblo de la República debe estar advertido de que su gobierno, juntamente con las Fuerzas Armadas y demás organizaciones institucionales que estructuran el Estado argentino, comparten inquebrantablemente el celo de aquel por la defensa de la dignidad y los derechos de la Nación; y que actuarán sin precipitación, pero con toda la persistencia, la prudencia y la energía que sean necesarias para lograr justicia.*²³⁵

Em 3 de janeiro de 1976, lord Shackleton chegou às Malvinas/Falkland ao bordo do navio *HMS Endurance*. O chanceler argentino alegou que a chegada da embarcação britânica em 3 de janeiro, era uma coincidência hostil e insensata, com o desembarque ocorrido em 1833, e que conduzia o governo argentino a inferir que o governo britânico havia rompido unilateralmente com as negociações. Além disso, Arauz Castex informou ao embaixador britânico em Buenos Aires que ambos os países se moviam rapidamente em rota de colisão.²³⁶

James Callaghan, secretário do *Foreign Office*, em 12 de janeiro de 1976, enviou uma mensagem amistosa a Arauz Castex afirmando que a questão da soberania era uma “disputa estéril” e dispôs-se a enviar um alto funcionário para manter as discussões

²³⁴ PEREYRA, Ezequiel Federico. **Las islas Malvinas: soberanía argentina**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas, 1969.

²³⁵ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 74.

²³⁶ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

confidenciais.²³⁷ Prontamente, em 13 de fevereiro, Arauz Castex replicou a nota britânica afirmando “*no encontrar ningún elemento positivo que justifique la reapertura de negociaciones*”.²³⁸ No mesmo dia, a chancelaria argentina comunicou que o seu embaixador no Reino Unido, Manuel de Anchorena, que se encontrava em Buenos Aires, não retornaria a ocupar seu posto e que seria oportuno que o embaixador britânico na Argentina, Derek Asher, se retirasse. Embora tal ação não implicasse o rompimento formal das relações anglo-argentinas.

No dia seguinte, James Callaghan declarou na Câmara dos Comuns que a tradicional amizade entre os governos britânico e o argentino se encontrava entorpecida por razões de soberania. Contudo, o governo do Reino Unido concebia que para o desenvolvimento econômico das Malvinas/Falkland era imprescindível alcançar uma cooperação econômica com o território continental argentino.²³⁹ O secretário do *Foreign Office* conclui sua intervenção reiterando: “*Give goodwill on both sides, Britain and Argentina should be able to transform the area of dispute concerning sovereignty over the Islands into a factor making be consonant with the wishes and interests of the Falkland Islanders*”.²⁴⁰

Em 15 de janeiro de 1976, o chanceler Arauz Castex foi substituído pelo embaixador Raúl Quijano, que ressaltou que as relações entre Argentina e o Reino Unido não estavam rompidas. Concomitantemente, as comunicações com as Malvinas/Falkland permaneceriam normais, dado que o governo argentino não desejava obstruir todos os canais de comunicação. Os britânicos tão pouco ansiavam exacerbar a situação.²⁴¹

O Comitê Jurídico Interamericano da OEA, reunido no Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1976, aprovou, por unanimidade, uma declaração formal que qualificava a missão Shackleton de uma inovação unilateral por parte do Reino Unido e que, portanto,

²³⁷ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²³⁸ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 75.

²³⁹ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

²⁴⁰ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983, p. 16.

²⁴¹ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

infringia as Resoluções 2065 (XX) e 3160 (XXVII) da Assembleia Geral das Nações Unidas. Além disso, a presença de unidades navais estrangeiras em águas adjacentes aos Estados americanos constituía em uma ameaça à paz e a segurança do continente, assim como um flagrante atentado ao Direito Internacional no tocante a não intervenção. Por último, o documento sentenciava que todas essas condutas implicavam em um esforço para silenciar os reclamos argentinos e obstar o progresso das negociações recomendadas pela ONU.²⁴²

No mesmo dia da declaração da OEA, uma embarcação de transporte da marinha argentina desembarcou 750 toneladas de equipamentos e 50 integrantes do corpo de engenheiros do Exército na capital das ilhas Malvinas/Falkland. Em *Port Stanley*, cogitou-se ante o prelúdio de uma invasão. Inferência que foi arrefecida, após uma comunicação do *Foreign Office* informar que o desembarque da equipe técnica estava autorizado e o maquinário seria empregado para ampliar a pista de aterrissagem, conforme acordado em 1972.

Em dezembro de 1975, o chefe do Estado Maior da Marinha Argentina advertiu ao adido naval britânico em Buenos Aires que o *RRS Shackleton* – navio de investigação que realizava estudos geofísicos e geológicos no território insular, desvinculado da missão Shackleton, seria submetido a aprisionamento caso fosse encontrado sem autorização no interior do limite das 200 milhas. Na perspectiva argentina, a plataforma continental de 200 milhas incluía as águas circundantes às Malvinas/Falkland. Nesse sentido, em 4 de outubro de 1976, o Ramón Antonio Arosa capitão do navio de guerra da Marinha argentina *ARA Almirante Storni* recebeu ordens para interceptar e apreender a embarcação de investigação oceanográfica britânica que navegava a 78 milhas ao sul daquelas ilhas.

Como o capitão do *RRS Shackleton* recusou-se em obedecer à ordem de detenção para que fosse possível inspecionar a carga, o navio argentino fez disparos sobre a proa. Entretanto, a embarcação britânica seguiu seu curso. Por rádio, o *RRS Shackleton* informou que tinha a bordo um carregamento de explosivos para ser utilizado para fins científicos. A fim de evitar perdas de vidas, a nau argentina então cessou fogo e ordenou que o a embarcação inglesa se dirigisse ao porto de Ushuaia. Contrariando a ordem, *RRS*

²⁴² HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

Shackleton seguiu em direção a *Port Stanley*, sendo acompanhado pelo Almirante *Storni* o qual, em seguida, não mais a localizou devido a densa neve. A embarcação britânica regressou à capital das ilhas sem contratempos. Foi o primeiro ato bélico entre a Argentina e o Reino Unido desde o bloqueio anglo-francês ao porto de Buenos Aires no século XIX, que conduziu a batalha denominada *Vuelta de Obligado* (1845).

Posteriormente, teve-se conhecimento que o capitão do *RRS Shackleton* agiu sob ordens de Neville French, governador das Malvinas/Falkland, que determinou que o navio retornasse a *Port Stanley* sem permitir a abordagem ou ser escoltado pelo *Almirante Storni* ao porto de Ushuaia. O Informe Franks assinalou que os planos de interceptação do *Shackleton* existiam há seis semanas e a ordem para detenção partiu das Forças Armadas e não do governo argentino.²⁴³ O almirante Massera, comandante em chefe da Marinha argentina, autorizou disparar contra a embarcação, contanto que não provocasse baixas e o afundamento da mesma. O Comitê Conjunto de Inteligência do Reino Unido avaliou que o objetivo da operação era reafirmar a soberania da Argentina no arquipélago e nas suas águas circundantes com o intuito de coagir o governo britânico a negociar; contudo, aquele Comitê ponderou que os comandantes militares eram contrários a uma invasão direta das ilhas.

A Argentina protestou e denunciou o governo britânico de ter violado a legislação argentina ao realizar estudos em sua plataforma continental sem a devida autorização, destacando que havia advertido com antecipação o Reino Unido a respeito. O governo argentino também exigiu que aqueles responsáveis pelo incidente fossem punidos e que se evitasse a reincidência do ocorrido.²⁴⁴ Por sua vez, o governo britânico realizou protestos perante a administração argentina e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas denunciando a atuação do *ARA Almirante Storni* como um perigoso acossamento contra um navio que navegava pacificamente para efetuar um levantamento científico na região. Por fim, a comunicado asseverava que o governo do Reino Unido receberia com urbanidade uma explicação pelo sucedido. Os protestos não resultaram em um incremento do enfrentamento.²⁴⁵

²⁴³ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁴⁴ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

²⁴⁵ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo

2.3 *Proceso de Reorganización Nacional* e as relações anglo-argentinas (1976-1982)

Na madrugada de 24 de março de 1976, as Forças Armadas argentinas ocuparam os edifícios do governo e do Congresso Nacional. Nas horas subsequentes, através dos meios de comunicação, anunciou-se ao país que uma Junta de comandantes das três armas – Jorge Rafael Videla, pelo Exército; Emílio Eduardo Massera, pela Marinha; e, Ramón Agostí pela Força Aérea – havia resolvido assumir o poder político em nome do autodesignado *Proceso de Reorganización Nacional*, cujos objetivos concerniriam em restabelecer a ordem, reestruturar as instituições e conceber as condições para uma genuína democracia.²⁴⁶ Também naquele mês março teve início, no Reino Unido, a administração trabalhista do primeiro-ministro James Callaghan; e ainda, o Comitê de Defesa e o gabinete do primeiro-ministro aprovaram os delineamentos para um novo diálogo sobre os pontos da disputa sobre as ilhas Malvinas/Falkland, que incluía tanto a possibilidade de cooperação econômica anglo-argentina no sul do Atlântico Sul, como a eventualidade de futuras negociações.²⁴⁷

Entre os dias 10 e 11 de julho de 1976, em Paris, ocorreu a primeira reunião secreta entre os representantes diplomáticos argentinos e britânicos. Em 21 de julho, o secretário de Relações Exteriores do Reino Unido publicou o resultado da missão de lord Shackleton acerca das condições econômicas das ilhas: Informe Shackleton. O documento assegurava que um plano de exploração petrolífera da área oriental da bacia Malvinas/Falkland – tanto estatal como privado – atingiria lucros comerciais modestos e inferior àqueles que se poderiam obter em outras áreas *offshore* do mundo ainda inexploradas.²⁴⁸

Levando em consideração fatores do processo de exploração e extração de petróleo – etapas, prazos, condições operacionais físicas, concessão de licenças e, principalmente, o impacto social, econômico e ambiental nas ilhas do desenvolvimento

XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

²⁴⁶ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à Restauração Democrática**. Tradução: Alexandra de Mello e Silva. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

²⁴⁷ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁴⁸ MARGHERITIS Ana. Malvinas: el problema del petróleo y el conflicto anglo-argentino. **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**. Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 113-146, jul./dez. 1992.

da atividade – aquele Informe, no capítulo referente a uma estratégia de desenvolvimento para as Malvinas/Falkland, em relação ao petróleo e ao gás natural, assim asseverava:

Sin tener en cuenta las limitaciones políticas, esta actividad potencial debe ser vista especulativa. A pesar de que exploratoria podría aparejar nuevos ingresos económicos y una actividad en escala que sería beneficiosa para las islas, la instalación de facilidades de producción – si ello ocurre – sería de un valor cuestionable en el largo plazo (...). Nuestra conclusión es que el desarrollo petrolífero y gasífero costa afuera no debería constituir el plan principal de cualquier nueva estrategia económica para las islas.²⁴⁹

O ministro da economia da ditadura militar argentina, José Alfredo Martínez de Hoz, em meados de julho de 1976, realizou sua primeira viagem oficial a Londres com vista a garantir os necessários empréstimos para o país. Os meios financeiros e o governo britânico tiveram a expectativa de ter em Martínez de Hoz um interlocutor para dialogarem sobre a cooperação no desenvolvimento do território insular. No período 1976-1980, aquele ministro realizou cinco visitas a Londres. Em todas as oportunidades, enfatizou a cooperação em detrimento da confrontação. Essa postura mais moderada de Martínez de Hoz era antagônica com a posição de César Guzzetti, então ministro de Relações Exteriores argentino, sendo que o entendimento deste prevaleceu sob o daquele.²⁵⁰

Os encontros bilaterais entre ambos os países prosseguiram nos 7 e 8 de agosto de 1976, a bordo da fragata *ARA Sarmiento* e, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 1977, na sede da embaixada britânica em Buenos Aires. As conclusões dessas conversações permaneceram confidenciais.²⁵¹ Antes da segunda reunião, em 2 de fevereiro de 1977, o secretário do *Foreign Office*, Anthony Crossland, declarou perante o parlamento que na perspectiva do governo, havia chegado o momento de considerar tanto com os habitantes das Malvinas/Falkland, quanto com o governo argentino as questões irresolutas sobre o futuro das ilhas e as possibilidades de cooperação entre o Reino Unido e a Argentina na região austral do Atlântico Sul.

Ademais, Crossland reiterou que em toda discussão, o governo salvaguardaria sua soberania sobre aquele arquipélago, assegurando que qualquer proposta deveria ser

²⁴⁹ MARGHERITIS Ana. Malvinas: el problema del petróleo y el conflicto anglo-argentino. **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**. Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 125, jul./dez. 1992.

²⁵⁰ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

²⁵¹ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

submetida ao consentimento dos ilhéus, que seriam consultados durante todo o processo. Por fim, o secretário de assuntos exteriores britânico alegou que a materialização das recomendações do Informe Shackleton para as ilhas era onerosa, em especial, a ampliação do aeroporto e da pista de aterrissagem.²⁵²

O Comitê de Defesa aprovou a proposta de Crossland de enviar Edward Rowlands, subsecretário do *Foreign Office*, a Buenos Aires e às Malvinas/Falkland para conhecer e buscar convencer os ilhéus acerca dos benefícios de uma cooperação econômica com a Argentina. Antes da partida de Rowlands, a Comissão Conjunta de Inteligência avaliou que caso as negociações fracassassem ou terminassem em um impasse, o governo argentino poderia realizar uma ação armada contra o transporte marítimo britânico ou contra o arquipélago. À luz dessa avaliação, por precaução, um grupo de tarefas da Marinha Real composta por seis navios de guerra, três navios de apoio e um submarino estaria no Atlântico, navegando de Gibraltar para o Mar do Caribe, enquanto acontecesse as reuniões entre Rowlands e o ministro de Relações Exteriores argentino.²⁵³

No arquipélago, os Conselhos Legislativo e Executivo das Falkland comunicaram a Rowland que cooperariam na elaboração dos termos de referência para as negociações formais que abarcassem as relações políticas, incluindo a soberania e a cooperação econômica, desde que as conversações permanecessem sob a proteção do guarda-chuva da soberania e que os ilhéus fossem permanentemente consultados.²⁵⁴ Assim, entre os dias 15 e 16 de fevereiro, Rowland reuniu-se com o chanceler César Guzzetti e, ao final do encontro, ambos anunciaram que manteriam negociações posteriores e que os respectivos embaixadores seriam reconduzidos nas respectivas capitais.²⁵⁵

Durante a campanha do verão austral de 1976-77, o navio quebra-gelo argentino *ARA General San Martín* e a embarcação de transporte *ARA Bahía Aguirre* transportaram

²⁵² FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁵³ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁵⁴ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁵⁵ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

equipamentos e engenheiros da Marinha para estabelecer uma estação científica nas ilhas Sandwich do Sul. A partir de 7 de novembro de 1976, os militares argentinos deram início à edificação da *Estación Científica Corbeta Uruguay* na ilha Morrell, pertencente às ilhas Thule do Sul, localizadas no extremo austral das Sandwich do Sul. No dia 20 de dezembro, o helicóptero do *HMS Endurance* visualizou a presença dos militares argentinos. Por consequência, em 5 de janeiro de 1977, o *Foreign Office* pediu esclarecimentos ao encarregado de negócios argentino em Londres.

César Guzzetti então contestou, em 14 de janeiro de 1977, que os argentinos em Thule do Sul estavam instalando uma base científica de natureza transitória, em um território sob a soberania argentina. Em 19 de janeiro, o governo do Reino Unido apresentou protesto formal alegando que a Argentina violava a soberania britânica nas ilhas Sandwich do Sul. O protesto não foi acompanhado de um ultimato e evidenciou que o Reino Unido esperava ser comunicado sobre o término da atividade científica.²⁵⁶ Somente em maio de 1978, por coação do *lobby* parlamentar da *Falkland Islands Company*, a existência da estação foi tornada pública.²⁵⁷

Em 26 de abril de 1977, foi publicado um comunicado conjunto onde os governos da Argentina e do Reino Unido acordaram em negociar as futuras relações políticas, incluindo a soberania em relação as ilhas Malvinas/Falkland, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e a cooperação econômica com relação aos mencionados territórios em particular e o Atlântico sudoeste em perspectiva ampla, a partir de junho ou julho de 1977. Segundo aquele comunicado, ambos os governos estavam de acordo em discutir tudo aquilo referente ao futuro daquelas ilhas, ao passo que as negociações seriam direcionadas para a obtenção de uma solução pacífica para a disputa de soberania existente entre os Estados e o estabelecimento de um plano para a cooperação econômica anglo-argentina.²⁵⁸

No lapso temporal precedente à primeira rodada de negociação que ocorreria em Roma entre os dias 13 e 14 de janeiro de 1977, o novo secretário de Relações Exteriores do Reino Unido, David Ower, apresentou um documento à Comissão da Defesa

²⁵⁶ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

²⁵⁷ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6 ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

²⁵⁸ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

alegando que eram necessárias negociações sérias e substancias com o governo argentino, pois, as ilhas eram militarmente indefensáveis, exceto por uma realocação de montantes significativos em detrimento de outros segmentos. A Comissão de Defesa deliberou que era provável que o governo fosse obrigado a recorrer a uma espécie de arrendamento, associado com um programa de cooperação econômica.

De fato, o governo britânico deveria manter as negociações para que se desenvolvesse uma campanha educativa sobre a questão Malvinas/Falkland junto à opinião pública britânica e aos ilhéus. A estratégia do governo consistia em reter a soberania o maior tempo possível, até o ponto de fazer concessões com respeito as dependências e aos recursos marítimos da região, embora, em última análise, somente um programa de arrendamento satisfaria a Argentina.²⁵⁹

Nas conversações em Roma, o representante argentino foi Gualter Allara, secretário adjunto de Relações Exteriores, ao passo que Rowland foi substituído por Hugh Cortassi, um funcionário de menor hierarquia dentro da estrutura do *Foreign Office*.²⁶⁰ Durante a reunião, o representante britânico apresentou um papel que resumizava que em relação à questão da soberania não era aceitável admitir a posição argentina de que o princípio da autodeterminação não era aplicável para os ilhéus, na medida em que nada que seja inadmissível para os habitantes das ilhas pode ser aceitável para o governo britânico.²⁶¹ Não obstante, é possível afirmar que naquela reunião se deu um tratamento superficial e protocolar da questão da soberania. No dia seguinte – 15 de julho de 1977 – ao término do encontro, em um Comunicado Conjunto à imprensa, informou-se que havia ocorrido um amplo intercâmbio de pontos de vista com o objetivo de identificar as matérias compreendidas na negociação.

Antes da segunda rodada de negociação, vários foram os indícios do endurecimento do posicionamento argentino sobre a questão em tela. Em setembro de 1977, o serviço de inteligência britânico indicou que para o governo argentino, o Reino Unido estava fazendo uso de táticas dilatórias para retardar as negociações. Portanto, os delegados argentinos deveriam adotar uma linha mais dura nas próximas reuniões. No final de setembro e início de outubro de 1977, algumas unidades navais argentinas haviam

²⁵⁹ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁶⁰ QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escuela Superior de Guerra Aérea, 1982.

²⁶¹ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

interceptado sete embarcações pesqueiras soviéticas e duas búlgaras – um dos navios foi atingido por disparos, ferindo um marinheiro búlgaro – em águas a 300 milhas ao norte das ilhas Malvinas/Falkland, fora das águas adjacentes. Nesse episódio, o almirante Massera deu ordens para submergir as embarcações se caso fosse necessário. Além disso, Massera manifestou que naus de outras bandeiras seriam tratadas do mesmo modo caso fossem encontradas em águas argentinas. O adido naval argentino em Londres, Jorge Anaya – posteriormente comandante em chefe da Marinha argentina e integrante da Junta Militar –, comunicou a ordem de Massera ao governo britânico.²⁶²

Em 1º de novembro de 1977, a Comissão Conjunta de Inteligência avaliou a situação e considerou como mínima a probabilidade de que sucederia uma reocupação das Malvinas/Falkland por parte de cidadãos argentinos – que a Junta Militar poderia apoiar – ou uma intervenção direta das Forças Armadas argentinas. Para aquela Comissão, a ocorrência de uma ação militar argentina diante do malogro das negociações ou se o governo argentino constatasse que as conversações eram desprovidas de sentido, uma vez que não se avançava na transferência da soberania, era algo altamente provável.²⁶³

Na opinião da Comissão Conjunta de Inteligência, a invasão das ilhas Malvinas/Falkland era improvável, mas não poderia ser desprezada. Diante da conjuntura, em 21 de novembro, o governo britânico decidiu enviar secretamente unidades da Marinha Real para o arquipélago durante as negociações em Nova Iorque. A força naval estaria integrada pelo submarino de propulsão nuclear *HMS Dreadnought*, nas imediações das ilhas, e duas fragatas de superfície localizadas a 1000 milhas de distância ao norte. Os documentos do gabinete britânico apontam claramente que foi acordado que o envio da força naval deveria permanecer em sigilo para evitar que os argentinos se sentissem compelidos a invadir as ilhas.

De fato, o objetivo do envio das unidades navais era possuir uma opção diante do insucesso das negociações e não como um recurso na negociação diplomática. Tampouco, subsequente à reunião, foi divulgada a presença de um submarino nas cercanias das ilhas para não ofender o orgulho argentino e evitar acusações de má-fé. Não há evidências que

²⁶² FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁶³ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

o governo argentino tenha chegado a ter conhecimento da força naval. Sobre a questão, Cisneros e Escudé apontam que para alguns analistas, essa omissão acarretou em consequências indesejáveis. Embora, por uma parte, manter o sigilo pudera ser considerado como acertado no momento, o custo dessa decisão foi que a Argentina não foi dissuadida militarmente ao não se ter conhecimento da presença de unidades navais tão robustas. Assim, nem sequer tomou consciência dos prováveis custos de uma invasão ou do compromisso britânico em defender as ilhas; logo, a opinião pública e a opinião da elite argentina não foram sensibilizadas.²⁶⁴

A segunda rodada de negociação se deu em Nova Iorque, entre os dias 13 e 14 de dezembro de 1977. O secretário de Estado do Reino Unido, Edward Rowland, apresentou ao secretário adjunto de Relações Exteriores argentino, Gualter Allara, um papel cujo principal objetivo era conciliar os interesses da Argentina sobre as ilhas Malvinas/Falkland com as inquietações do governo britânico concernentes aos ilhéus. Rowland também expôs uma proposta que continha cinco critérios para lograr a acomodação das posições da Argentina e do Reino Unido. Conforme, o governo britânico reconhecia que já não existia uma população permanente nas ilhas e que estaria disposto a examinar alguns novos arranjos de soberania em favor da Argentina.

No Comunicado Conjunto publicado após a reunião em questão, aqueles países declararam que no decorrer da mesma deliberou-se acerca das futuras relações políticas, inclusive, sobre a soberania, assim como foram abordados temas de cooperação econômica. E ainda, decidiram atender um pedido argentino de segmentar as negociações em dois grupos de trabalho conjunto, ou seja, um para a questão da soberania e outro para a questão da cooperação econômica. Então, o governo britânico retirou a força naval que havia sido enviada no mês anterior. Posteriormente, durante a seguinte rodada de negociação, que ocorreria em fevereiro de 1978, em Lima, considerou-se novamente o envio de unidades navais para as proximidades do território insular. Entretanto, o gabinete britânico ponderou que tal ação não se fazia necessária, uma vez que a ameaça argentina era desprovida de suficiente sobriedade.²⁶⁵

²⁶⁴ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

²⁶⁵ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

Conforme o acordado no encontro anterior, a Argentina e o Reino Unido enviaram a Lima uma comissão para discutir a soberania e outra comissão para discutir temas de cooperação econômica. Sucedeu que durante as últimas sessões de trabalho, na embaixada argentina na capital peruana, somente os delegados argentinos e britânicos do grupo de cooperação econômica se reuniram.²⁶⁶ Os britânicos propuseram a colaboração científica nas dependências. Todavia, os argentinos sinalizaram que aquelas ilhas e as suas denominadas dependências integravam a plataforma continental, e como os direitos à plataforma concerniam aos argentinos, tal discussão estava fora do âmbito das negociações.²⁶⁷

Ambos os países tiveram tantos pontos de divergências que foi impossível compatibilizá-los em um comunicado conjunto final. Para Ricardo Quellet sem descomedimentos, as negociações em Lima regrediram a temática das Malvinas/Falkland ao início de todo o processo, quando o Reino Unido reiterava que o arquipélago era inegociável.²⁶⁸ Na referida reunião, voltaram a colidir interesses muito discordantes que, alguns meses antes, pareciam possíveis compatibilizar.

Depois de Lima, se deu um diálogo na ONU entre o ministro de Relações Exteriores argentino, Oscar Montes, e o seu par inglês, David Owen. Em seguida, ocorreu uma nova rodada de negociação em Genebra, nos dias 18 e 19 de dezembro. Na ocasião, os representantes do Reino Unido recusaram deliberar sobre a questão da soberania das Malvinas/Falkland, mas aceitaram um acordo de cooperação científica nas ilhas Geórgias do Sul e Sandwich do Sul que, *a posteriori*, não foi ratificado pelo Reino Unido ante o indeferimento dos ilhéus.

Entre 1979 e fevereiro de 1982, continuaram as reuniões entre os representantes argentinos e os britânicos. Estas se deram nos seguintes locais: em Nova Iorque, entre os dias 21 e 23 de março de 1979, e 28 de setembro do mesmo ano, em 28 e 29 de abril de 1980, 23 e 24 de fevereiro de 1981; Paris, 15 de junho de 1981; e mais uma vez, Nova Iorque, entre os dias 26 e 27 de fevereiro de 1982. Em todos esses encontros se buscou lograr alguma compatibilização cada vez mais dificultosa entre as posições de cada Estado. Segundo Lanús desde o início do governo do *Proceso de Reorganización*

²⁶⁶ QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escuela Superior de Guerra Aérea, 1982.

²⁶⁷ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁶⁸ QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escola Superior de Guerra Aérea, 1982.

Nacional, em março de 1976, a gestão diplomática foi mais árdua para a Argentina, devido à ausência de coincidência de critérios entre as Forças Armadas.²⁶⁹

Em maio de 1979, após a vitória do Partido Conservador nas eleições gerais do Reino Unido, Margaret Thatcher foi conduzida ao cargo de primeira-ministra; Peter Alexander Rupert Carrington – lord Carrington – para a função de secretário de Estado de Relações Exteriores; e, Nicholas Ridley, para o cargo de subsecretário do *Foreign Office*. Segundo Cisneros e Escudé, essa mudança de governo – de trabalhista para conservador – marcou o início de um novo ciclo de negociações.²⁷⁰

O *Foreign Office* apresentou a Ridley alternativas possíveis para a questão Malvinas/Falkland: primeiro, interromper as negociações e aprestar-se para a defesa das ilhas contra ataques argentinos, *fortress Falklands*; segundo, transferir as ilhas e realocar os habitantes em outros locais, opção vista como política e moralmente inadmissível; terceiro, continuar as negociações para ganhar tempo, contudo, sem o propósito de dirimir o litígio; e quarto, continuar com as negociações de boa-fé em busca de uma solução plausível para os ilhéus e o parlamento. Ridley discutiu essas opções com lord Carrington e decidiu-se que antes do governo optar um dos cenários, ele deveria visitar as Malvinas/Falkland e Buenos Aires, para inteirar-se *in loco* das posições dos ilhéus e dos argentinos.²⁷¹

Em 12 de junho de 1979, Ridley teve uma reunião com Carlos Cavándoli, subsecretário de Relações Exteriores da Argentina. Durante o encontro, mais uma vez, ficou evidente a divergência de entendimentos dos governos, pois enquanto Ridley enfatizou a cooperação econômica com a Argentina, Cavándoli indicou que a questão da soberania deveria integrar qualquer negociação.²⁷² Logo depois, Ridley visitou as ilhas Malvinas/Falkland. Em discussão com os ilhéus, o subsecretário do *Foreign Office* pontuou sobre as vantagens da cooperação com a Argentina, contudo reiterou que o governo britânico não concluiria nenhum acordo que não contasse com a anuência dos

²⁶⁹ LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

²⁷⁰ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

²⁷¹ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁷² FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

habitantes das ilhas. A inclinação dos conselheiros das Malvinas/Falkland era por um prolongado congelamento, ao passo que se opunham à ideia de arrendamento.

Ao regressar das ilhas, Ridley encontrou-se novamente com Cavándoli em Buenos Aires. Na oportunidade, acordaram no restabelecimento das relações diplomáticas entre ambos os países a nível de embaixadores, pois, os respectivos embaixadores estavam ausentes em ambas as capitais desde janeiro de 1976. Quanto às negociações, a Argentina comunicou, via um *aide memoire*, o desejo de retornar os acordos de cooperação científica obtidos em Genebra no ano anterior, ao passo que requereu que as negociações fossem retomadas em um ritmo mais dinâmico, reiterando que os interesses dos ilhéus deveriam ser totalmente considerados, não os aceitando como terceira parte nas negociações. Em resposta, Ridley reafirmou a posição do governo britânico de que nenhum pacto poderia ser firmado se não estivesse de acordo com os desejos dos ilhéus.²⁷³

Em 20 de setembro de 1979, lord Carrington expôs à primeira-ministra e à Comissão de Defesa três opções para solucionar a controvérsia das ilhas Malvinas/Falkland: *fortress Falkland*, negociações prolongadas sem concessão de soberania e negociações substantivas sobre a cessão do arquipélago. Lord Carrington sugeriu que a solução mais adequada e que atenderia os objetivos do governo e os desejos dos ilhéus seria o arrendo, e solicitou a aprovação da proposta antes da reunião na semana seguinte, em Nova Iorque, com o brigadeiro Carlos Pastor, ministro de Relações Exteriores da Argentina. Margareth Thatcher então declarou que não pretendia adotar nenhuma decisão apressurada, enquanto não examinasse a questão com a Comissão de Defesa.²⁷⁴

No encontro ocorrido em Nova Iorque no final de setembro de 1979, o ministro argentino propôs um programa de trabalho que acelerava as discussões mediante reuniões semanais entre embaixadores, semestrais de subsecretários e anuais de chanceleres. Além disso, Pastor assegurou que as Malvinas/Falkland tinham uma relevância secundária para o Reino Unido, mas de primazia para a Argentina. O representante britânico ponderou que as dificuldades não eram insolúveis, entretanto ele não se encontrava em condições

²⁷³ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁷⁴ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

de encaminhar uma solução enquanto outros problemas urgentes de política externa estivessem pendentes.

Em 12 de outubro de 1979, lord Carrington encaminhou um memorando à primeira-ministra e aos membros do Comissão de Defesa assinalando que orientar a questão Malvinas/Falkland a alternativa *fortress Falkland* e a opção prosseguir com as negociações, porém, evitando fazer concessões sobre a soberania, implicariam em uma ameaça de invasão argentina. Um dos anexos do memorando dispunha que caso a Argentina percebesse que as negociações não lograriam progressos em relação à soberania, havia elevado risco de o governo argentino recorrer a medidas mais incisivas, como uma ação militar, pois, os argentinos dispunham de capacidade para apoderar-se daquele território insular.

Destarte, lord Carrington sugeriu continuar com os encontros junto à Argentina nível ministerial, com a finalidade de explorar, sem compromissos e sem apressar o assunto, soluções econômicas e políticas. A primeira-ministra, no entanto, decidiu protelar qualquer discussão sobre as Malvinas/Falkland, em razão de seu governo encontra-se implicado em outros temas internacionais. Em consequência, em novembro de 1979, Ridley rejeitou um convite do governo argentino para um novo intercâmbio de perspectivas. Mas no verão de 1979-80, no *Foreign Office*, prosperou como solução mais factível e mutualmente conveniente o arrendamento, ou seja, a soberania das ilhas seria transferida para a Argentina; no entanto, sua administração permaneceria exercida pelo Reino Unido por um prazo suficientemente prolongado a ser negociado.

Em 28 e 29 de abril de 1980, em Nova Iorque, ocorreram reuniões entre a delegação argentina – dirigida por Cavándoli – e a delegação britânica, chefiada por Ridley, que contava com a presença de um membro do Conselho Legislativo das ilhas. A reunião foi exploratória, no entanto obteve-se certo grau de acordo. Embora, no decorrer das discussões, a Argentina tenha reiterado seu reclamo pela soberania, os representantes argentinos asseveraram que as divergências de entendimento acerca da posse daquele arquipélago não deveriam retardar a apreciação de uma possível cooperação na conservação de recursos nessa região do Atlântico Sul.

Em julho de 1980, Carrington e a Comissão de Defesa lograram um acordo com relação à proposta de arrendamento e, entre 22 e 29 de novembro, Ridley visitou novamente as ilhas Malvinas/Falkland, a fim de averiguar a posição dos ilhéus sobre essa possível modificação na política do governo britânico quanto àquele território. Na oportunidade, Ridley afirmou que dispunha de quatro opções para apresentar aos ilhéus:

a primeira, a fórmula do arrendamento; a segunda, satisfazer integralmente as demandas argentinas e transferir a soberania; a terceira, congelar totalmente as negociações acerca da cessão do território insular pelo período de 25 anos; e, por fim, rejeitar qualquer discussão sobre soberania.²⁷⁵ O representante britânico sublinhou que a fórmula do arrendamento era a opção mais benquista pelo governo inglês, destacando que tal alternativa tanto satisfazia as reivindicações argentinas de soberania e permitiria aos habitantes das ilhas conservar seu modo de vida. Concomitantemente, viabilizaria acordos de cooperação e desenvolvimento econômico para a localidade, em especial, nas questões de petróleo e pesca.

Em decorrência das declarações de Ridley, em 26 de novembro de 1980, o periódico londrino *Times* publicou na primeira página um artigo de B. G. Frow, integrante do *Falkland lobby*, que havia estado presente na reunião de Ridley com os ilhéus. O artigo tinha o seguinte período inicial: “*Britain is suggesting that the sovereignty of the Falkland Islands be transferred to Argentina*”, que prosseguia denunciando que “*Mr. Ridley suggested that it would be in islanders*”.²⁷⁶ Por conseguinte, Ridley teria constrangido os habitantes das ilhas a aceitarem essa opção. A contestação do *Foreign Office* às alegações de Frow foi imediata, conforme se segue:

*The Government has been considering since the April exploratory talks with the Argentine Republic how best to achieve a solution of this difficult problem which would be acceptable to all parties. Mr. Ridley is now consulting the islanders to establish their views on a basis for further talks with the Argentines ... The important thing is the wishes of the islanders. If they agree, we can explore the possible basis for a solution. However, no solution can be finally agreed [to] without the endorsement of the islanders and Parliament.*²⁷⁷

Em 2 de dezembro de 1980, Ridley apresentou-se perante a Câmara dos Comuns para informar acerca de suas ações nas ilhas Malvinas/Falkland. O subsecretário do *Foreign Office* explicou as alternativas para se obter uma solução sobre os imbróglios em questão e sublinhou que qualquer acordo deveria ter o consentimento dos ilhéus e do Parlamento. A declaração de Ridley foi recebida com hostilidade pelos parlamentares.²⁷⁸

²⁷⁵ GUSTAFSON, Lowell. **The Sovereignty Dispute over the Falkland (Malvinas) Islands**. New York: Oxford University Press, 1988.

²⁷⁶ GUSTAFSON, Lowell. **The Sovereignty Dispute over the Falkland (Malvinas) Islands**. New York: Oxford University Press, 1988, p. 111.

²⁷⁷ GUSTAFSON, Lowell. **The Sovereignty Dispute over the Falkland (Malvinas) Islands**. New York: Oxford University Press, 1988, p. 111.

²⁷⁸ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

Peter Shore – porta-voz em assuntos exteriores da oposição na Câmara dos Comuns –, por exemplo, afirmou que

*the proposal for a leasing arrangement was a major weakening of our position on sovereignty on the islands. To make that proposal in so specific and public a manner was likely only to harden Argentine policy and undermine the confidence of the.*⁴⁰

Integrantes do partido Conservador também se manifestaram contrários, Julien Amery, por exemplo, asseverou que a proposta era profundamente inoportuna. Visconde Cambrone, outro parlamentar conservador, salientou que a postura de Ridley era inquietante e que impelia os habitantes das ilhas a cogitar “que não contavam com o apoio que mereciam da mãe pátria”.²⁷⁹

Em uma reunião do Gabinete, em 4 de dezembro, ponderou-se que a questão Malvinas/Falkland muito sensibilizava a opinião parlamentar e a opinião pública britânica.²⁸⁰ Ridley, na ocasião, afirmou que a reação parlamentária significava um retrocesso. Diante disso, o gabinete decidiu esperar uma resposta formal dos ilhéus sobre o tema.²⁸¹ Em 6 de janeiro de 1981, os conselheiros das ilhas Falkland aprovaram uma moção que expunha que embora não fossem pertinentes as propostas apresentadas por Ridley, o governo de sua majestade deveria continuar negociando com a Argentina, contando que os representantes dos ilhéus integrassem a delegação britânica. Os conselheiros recomendavam que os diplomáticos britânicos buscassem um acordo que congelasse a questão da soberania por um prazo determinado.²⁸²

Por conseguinte, Anthony Williams, embaixador britânico em Buenos Aires, informou ao governo argentino sobre a resolução aprovada pelos conselheiros das ilhas. As autoridades argentinas contestaram que a manifestação dos ilhéus constituía em um problema interno do Reino Unido. Por essa razão, a moção dos ilhéus era desprovida de significado para a Argentina. Logo, o país continuaria negociando com a mesma disposição de sempre, em conformidade com as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas.

²⁷⁹ GUSTAFSON, Lowell. **The Sovereignty Dispute over the Falkland (Malvinas) Islands**. New York: Oxford University Press, 1988, p. 111.

²⁸⁰ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁸¹ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. Ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

²⁸² FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

Lord Carrington e a Comissão de Defesa então julgaram arriscado acolher o congelamento das negociações. Por esse motivo, decidiram prosseguir com os encontros e, sem exercer pressão, propiciar que os ilhéus entendessem as vantagens de um acordo pragmático com base em um arrendamento, seguindo com as conversações anteriores, conforme requeridas pela Argentina.

Nos dias 23 e 24 de fevereiro de 1981, em Nova Iorque se deu mais uma rodada de negociação. A delegação britânica era chefiada por Ridley e contava com a presença de dois membros do Conselho Legislativo das ilhas: Adrian Monk e Stuart Wallace. O subsecretário do *Foreign Office* afirmou que a proposta britânica era congelar as negociações sobre soberania por certo número de anos e que, no transcurso desse lapso, as partes manteriam suas respectivas posições sobre a soberania daquelas ilhas. Ridley explicou que tal alternativa propiciaria criar um clima de confiança entre as ilhas e o território continental argentino, bem como elaborar projetos de prospecção e exploração do mar, leito e subsolo.²⁸³

Por sua parte, o representante argentino rejeitou a proposta de congelamento, propondo, ao invés disso, que a Argentina reassumisse a soberania sobre as Malvinas/Falkland, sendo garantido aos ilhéus a manutenção da forma democrática de governo, dos dispositivos legais, o sistema de educação e os costumes, as ilhas tornar-se-iam a “região mais mimada” da Argentina.²⁸⁴ Monk contestou a propositura de Cavándoli declarando que deveria reportar-se ao seu Conselho, embora acreditasse que não seria resolvido nada até as eleições de outubro.²⁸⁵

Em 26 de fevereiro de 1981, foi divulgado um comunicado conjunto para imprensa, onde “*ambas delegaciones decidieron informar de lo tratado a sus respectivos Gobiernos, y acordaron la realización de próximas negociaciones a la brevedad*”. Em 6 de março seguinte, a chancelaria argentina divulgou um comunicado repudiando a proposta britânica, manifestando que “*la posición argentina con respecto a su demanda de restitución de soberanía, no sólo no se ha modificado, sino que rechaza en forma absoluta y sistemática cualquier propuesta que no acuerde este derecho en forma prioritaria*”.²⁸⁶

²⁸³ QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escola Superior de Guerra Aérea, 1982.

²⁸⁴ GUSTAFSON, Lowell. **The Sovereignty Dispute over the Falkland (Malvinas) Islands**. New York: Oxford University Press, 1988.

²⁸⁵ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

²⁸⁶ QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escola Superior de Guerra Aérea, 1982, p. 94.

Com a recusa da proposta de congelamento nas negociações de fevereiro por parte dos argentinos, em 13 de março seguinte, lord Carrington, comunicou à primeira-ministra e à Comissão de Defesa que as negociações haviam sido positivas em um aspecto: ilhéus e argentinos haviam estabelecido alguma comunicação e aproximado suas incompatibilidades. Lord Carrington conjecturou que se os habitantes das ilhas perseverassem em uma posição favorável ao *status quo*, o Reino Unido deveria se preparar para enfrentar uma deterioração das relações com a Argentina.²⁸⁷

No início de maio de 1981, Anthony Williams – embaixador britânico em Buenos Aires – instou energicamente ao *Foreign Office* que se realizasse, pelo menos, uma nova rodada de conversação que incluísse a deliberação sobre a soberania, a fim de evitar uma declinação nas relações anglo-argentinas. O *Foreign Office* respondeu que não possuía ilusões quanto aos limites da paciência argentina e tão pouco a uma possível confrontação armada caso o Reino Unido se recusasse em estabelecer negociações substanciais sobre a questão da soberania. Não obstante, não podiam empreender negociações substanciais sem aprovação dos ilhéus, porque o governo havia se comprometido publicamente que os desejos dos habitantes das ilhas eram primordiais e o parlamento apoiaria energicamente. Por conseguinte, qualquer situação que se apresentasse, como, por exemplo, o emprego da força por parte da Argentina, seria examinada em sua devida oportunidade e sempre sob a condição de que os desejos dos ilhéus fossem preponderantes.

À vista disso, decidiu-se enviar às ilhas Malvinas/Falkland e a Buenos Aires John Ure, subsecretário de Estado para América do Sul, com objetivo de comunicar aos argentinos sobre a vontade do governo britânico de fazer progressos para uma solução satisfatória e, ao mesmo tempo, persuadi-los a não forçarem o ritmo do processo. Quanto aos ilhéus, Ure tentaria incentivá-los a apressurar uma decisão acerca de como pretendiam que prosseguisse o processo de resolução do litígio. A viagem de Ure ocorreu em junho de 1981.²⁸⁸

Um indício da impaciência argentina foi o discurso do general Leopoldo Galtieri – comandante em chefe do Exército e, posteriormente, como presidente da nação

²⁸⁷ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁸⁸ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

ordenaria o desembarque argentino nas Malvinas – em 29 de maio de 1981, Dia do Exército. Galtieri asseverou que as Malvinas/Falkland eram um território argentino em decorrência de herança histórica e de direitos jurídicos. Portanto, jamais se permitiria que outros Estados buscassem e se aproveitassem das suas riquezas. Por fim, expôs:

[...] nobody can or will be able to say that we have not been extremely calm and patient in our handling of international problems, which in on way stem from any appetite for territory on our part. However, after a century and a half they [these problems] are becoming more and more unbearable.²⁸⁹

Em 30 de junho, ocorreu no *Foreign Office* uma reunião comandada por Ridley, onde estiveram presentes Michael Palliser (subsecretário de Estado), Derek Day (assistente do subsecretário de Estado), Anthony Williams (embaixador em Buenos Aires), Robin Fearn (chefe do Departamento sul-americano), John Ure (subsecretário de Estado para a América do Sul) e Rex Hunt (governador das ilhas Malvinas/Falkland). Nessa reunião, Ure apresentou um memorando redigido após sua visita a Buenos Aires e a *Port Stanley*. Em relação à Argentina, o subsecretário de Estado para a América do Sul informou que funcionários da chancelaria expressavam estarem mais inclinados a prosseguirem com as negociações e aceitarem a proposta do arrendamento, mas que encontrou as autoridades militares menos pacientes, ao passo que estas poderiam exigir uma política mais enérgica a qualquer momento.

Nas ilhas Malvinas/Falkland, Ure não encontrou uma resoluta posição contrária ao arrendamento, porém recomendou que o governo realizasse uma campanha de educação pública, ademais de sugerir uma série de medidas, como, por exemplo, formular um plano para deslocar aqueles que não desejassem permanecer nas ilhas e desenvolver planos para distribuir a terra do arquipélago com maior celeridade. O governador das ilhas sentenciou que os ilhéus não tinham nada a ver com os argentinos e, por conseguinte, se opunham ao arrendamento. Ao término da reunião, acordou-se continuar com as negociações com a Argentina para ganhar tempo e persuadir os novos integrantes do Conselho Legislativo das Falkland de que não as obliterassem, isto é, que se elaborasse uma campanha de educação pública e, concomitantemente, esboçasse planos de contingência civis e militares.

²⁸⁹ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983, p. 24-25.

Devido a uma acentuada necessidade de reduzir despesas, em junho de 1981, o Ministério de Defesa britânico apresentou o Livro Branco, onde se decidiu que a Marinha Real responsável pela defesa das Malvinas/Falkland, prescindiria dos porta-aviões e que estes seriam substituídos por contratorpedeiros e fragatas mais econômicos. E ainda, decidiu-se retirar de serviço a única embarcação com capacidade para navegar em águas antárticas: o navio patrulha *Endurance*, dado que concluiria sua campanha no Atlântico Sul em março de 1982.²⁹⁰

Lord Carrington advertiu ao secretário da Defesa, John Nott, que a retirada do *Endurance* seria interpretada com um claro indício de que o Reino Unido minorava seu compromisso com as Malvinas/Falkland. Nott mostrou-se inflexível, pois contestou que já fazia um tempo que o *Endurance* estava inserido na “Lista A”, isto é, era um elemento que, em caso de aguda pressão do Tesouro, “*podrían suprimirse sin serio daño de nuestra capacidad de defensa*”.²⁹¹ As Listas B e C eram integradas por elementos com implicações mais incisivas.

Tal decisão suscitou protestos por parte daqueles interessados no futuro do arquipélago vinculado ao Reino Unido. Em 26 de junho de 1981, o Conselho Legislativo das Falkland enviou a seguinte mensagem a lord Carrington:

*The people of the Falkland Islands deplore in the strongest terms the decision to withdraw HMS Endurance from service. They express extreme concern that Britain appears to be abandoning its defense of British interests in the South Atlantic and Antarctic at a time when other powers are strengthening their position in these areas. They feel that such a withdrawal will further weaken British sovereignty in this area in the eyes not of Islanders but of the world. They urge that all possible endeavors be made to secure a reversal of this decision.*²⁹²

Quando a Câmara dos Lordes foi comunicada sobre a retirada do *Endurance*, um funcionário da embaixada argentina em Londres telefonou a lord Shackleton para interpelar se essa decisão poderia ser um indício de que o Reino Unido havia perdido interesse pelo arquipélago, Shackleton respondeu que não tinha conhecimento sobre a

²⁹⁰ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

²⁹¹ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984, p. 60.

²⁹² FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983, p. 41.

situação. Em 30 de junho, o parlamento ratificava a decisão de desapossar-se da embarcação.

Em 9 de junho de 1981, a Comissão Conjunta de Inteligência divulgou um memorando sobre o que sucederia se a tolerância da Argentina se exaurisse no decorrer dos próximos anos em decorrência da letargia nas negociações pela soberania do arquipélago. Aquela Comissão supunha que, a princípio, a Argentina empregaria medidas diplomáticas e econômicas contrária ao Reino Unido, como, por exemplo: interromper as comunicações aéreas e marítimas; descontinuar a provisão de alimentos, combustível e serviços médicos, apropriar-se de algum território desabitado (como aconteceu em Thule do Sul, em 1976, ou de uma das ilhas menores do arquipélago das Malvinas/Falkland, distante de *Port Stanley*). Na opinião da Comissão, não seria plausível uma interferência da Argentina nos navios de trânsito marítimo britânico, a menos que o governo argentino sentisse severamente provocado.

A Comissão prosseguiu avaliando que a Argentina ainda preferiria solucionar o litígio pela soberania do arquipélago por meios pacíficas, mas suas ações estariam condicionadas pela disposição da administração britânica de negociar genuinamente a transferência de soberania. O memorando também ressaltava que o país latino-americano se encontrava deveras insatisfeito com a conduta dos ilhéus e com o uso dessa atitude por parte dos britânicos para protelar as negociações. Por fim, o parecer sentenciava que caso a Argentina concluísse que não havia expectativas de uma transferência pacífica da soberania, haveria a possibilidade de o governo argentino recorrer a uma ação militar de pequena escala sem aviso prévio. Em tal contexto, não poderia ser desconsiderado uma ação militar contra os navios britânicos ou uma invasão nas Malvinas/Falkland.

Em nota enviada a lord Carrington, em 20 de junho de 1981, Ridley apresentou diagnóstico semelhante ao da Comissão Conjunta de Inteligência. Aquele subsecretário do *Foreign Office* asseverou que não havia outra alternativa para solucionar a controvérsia que não fosse um projeto de arrendamento, mesmo que os ilhéus fossem contra as iniciativas de transferência de soberania das à Argentina. Ridley assegurou que a paciência do governo argentino estava se esgotando e se recorreria a uma ação retaliatória, provavelmente, no início de 1982, se fosse depreendido que o Reino Unido não podia ou não desejava negociar seriamente de fato.

Por fim, o subsecretário do *Foreign Office* sugeriu três cursos de ação: a) iniciar negociação sobre um plano de arrendamento, com o resultado mantendo-se condicionado à aprovação dos ilhéus e do parlamento; b) começar uma campanha de educação pública

para instruir os ilhéus e a opinião pública britânica sobre os prós de uma solução sobre a soberania ou c) possibilitar que a Argentina constatasse que o Reino Unido não discutiria a soberania; isto posto, dever-se-ia aprestar medidas de contingências para se defrontar com as consequências. Diante do exposto, Ridley recomendou a adoção da segunda opção, uma vez que não era concebível debater o arrendamento sem infringir os direitos dos habitantes das ilhas e, ademais, a observância a tais direitos constituía em uma antiga política de governo.

Uma semana após a exposição de Ridley, Oscar Camilión, novo chanceler argentino entregou uma nota ao embaixador britânico em Buenos Aires expressando que desde a retomada do processo negociador, em 1977, somente se intercambiou os respectivos pontos de vistas em linhas gerais, não se alcançando uma discussão substancial. E após transcorridos 10 anos desde os Acordos de Comunicações, a Argentina julgava que não era possível

*[...] to postpone further a profound and serious discussion of the complex essential constituents of the negotiations – sovereignty and economic co-operation – in a simultaneous and global fashion with the express intention of achieving concrete results shortly. A resolute impetus must therefore be given to the negotiations. The next round of negotiations cannot be another mere exploratory exercise, but must mark the beginning of a decisive stage towards the definitive termination of the dispute.*²⁹³

Tal comunicado finaliza sustentando que

*[...] el gobierno argentino está decidido a continuar las negociaciones con un espíritu eminentemente realista y con la plena seguridad de que hay soluciones racionales y asequibles. Con el mismo espíritu realista y la misma seguridad, el gobierno argentino considera que ha llegado el momento para que estas negociaciones sean efectivas. No cree que pueda seguirse esperando indefinidamente una solución mientras no se negocie con la debida profundidad y con la firme voluntad de llegar a un acuerdo [...].*²⁹⁴

A recomendação de Ridley a lord Carrington aconselhando uma intensa campanha de educação pública para harmonizar a posição dos ilhéus e da opinião pública britânica foi acolhida em junho de 1981. Todavia, em 7 de setembro em uma reunião com Ridley e outros funcionários, lord Carrington indeferiu a campanha. A ata dessa reunião não foi feita, logo, os motivos de tal decisão não foram registrados à época.

²⁹³ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983, p. 28.

²⁹⁴ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falklands y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 29-30.

Quase um ano após a decisão, lord Carrington afirmou para os membros do Informe Franks que sua deliberação contrária à campanha supramencionada se deu com base nas objeções de seus colegas, que avaliaram que a campanha seria uma política contraproducente. Por sua vez, John Ure em uma carta pessoal ao embaixador britânico em Buenos Aires, assegurou que a decisão foi tomada em uma conjuntura de restrições políticas internas que nessa ocasião impossibilitava a adoção de medidas que poderiam ser interpretadas como uma intimidação aos ilhéus ou a renúncia aos seus desejos.²⁹⁵

Segundo Hoffmann e Hoffmann, a decisão de lord Carrington de rejeitar a campanha de educação pública indicou que o *Foreign Office* não tinha política alguma, exceto observar o que acontecia e, então, adotar medidas de contingência.²⁹⁶ Lord Carrington, em uma nota remetida à primeira-ministra e a membros da Comissão de Defesa em 14 de setembro de 1981, mencionou o comunicado de Camilión e do seu futuro encontro com este em 23 de setembro. Na oportunidade, o representante britânico comunicaria ao chanceler argentino que o Reino Unido não poderia adotar qualquer decisão contra a vontade dos ilhéus, não podia coagi-los e que preferiria que a Argentina sugerisse propostas construtivas que possibilitassem retomar as negociações.

Em 23 de setembro, lord Carrington encontrou-se em Nova Iorque com Camilión, aquele comunicou a este que o seu governo manifestava o desejo de continuar com as negociações e que buscava convencer os habitantes das ilhas a aceitarem as vantagens do arrendamento com a Argentina, entretanto sem coagi-los a aceitar a decisão governamental. Por último, Carrington solicitou que o governo argentino apresentasse sugestões quando as negociações fossem reiniciadas. Camilión sublinhou, que a questão principal permanecia sendo a soberania e que a questão em litígio não era entre a Argentina e os ilhéus, mas entre a Argentina e o Reino Unido, e que não se deveria permitir à população do arquipélago obstar as negociações.

Em 14 de outubro de 1981, ocorreram eleições para o Conselho Legislativo das Falkland e, como esperado, candidatos favoráveis à manutenção do *status quo* foram eleitos. Apesar disso, os novos conselheiros decidiram pela manutenção do diálogo e por enviar representantes para a próxima rodada de negociações, contanto que o tema

²⁹⁵ FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

²⁹⁶ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

soberania não integrasse as tratativas. As próximas negociações, inicialmente, estavam acertadas para acontecerem em dezembro de 1981, sendo postergadas devido à mudança de governo na Argentina e pela impossibilidade de Richard Luce, novo subsecretário do *Foreign Office*, de participar das deliberações. Logo, estabeleceu-se que as novas conversações realizar-se-iam em fevereiro de 1982.

2.3.1 A controvérsia nas ilhas Geórgias do Sul

As ilhas Geórgias do Sul distam das ilhas Malvinas/Falkland em 1300 km ao sudoeste. Em *Leith* – a 40 km da capital *Gryviken* –, desde a década de 1960, existiam instalações baleeiras abandonadas, que eram administradas pela firma escocesa *Christian Salvensen Limited*. Em 19 de setembro de 1979, celebrou-se um contrato entre a referida firma escocesa e o empresário argentino Constantino Davidoff, onde aquela transferia todos os equipamentos e as instalações de quatro estações baleeiras abandonadas nas Geórgias do Sul. Conforme, a companhia de Davidoff, denominada *Georgias del Sur S.A.*, podia transladar tudo que desejasse das estações até 31 de março de 1983, porém não poderia imiscuir-se na navegação, importunar ou provocar danos a terceiros, contaminar a flora ou a fauna das ilhas e tampouco envolver-se em atos ilegais de nenhuma natureza. Em 27 de agosto de 1980, o administrador da empresa, Christian Salvensen, comunicou às autoridades das ilhas Malvinas/Falkland sobre a assinatura do contrato.

Em outubro de 1981, o Ministério de Relações Exteriores da Argentina aprovou a operação comercial de Davidoff e, antes que a nova Junta Militar assumisse, a Marinha com a anuência da chancelaria havia decidido auxiliar a *Georgias del Sur S.A.* na concretização do seu contrato por meio da *Agrupación Naval Antártica*. Em 20 de dezembro de 1981, Davidoff a bordo do *ARA Almirante Irizar* chegou a *Leith* para inspecionar as instalações.²⁹⁷

Segundo Oscar Cardoso, Ricardo Kirschbaum e Eduardo von der Kooy (1983) em 15 de dezembro de 1981, o almirante Jorge Anaya, comandante da Marinha argentina, ordenou ao vice-almirante Juan José Lombardo – conduzido naquele mesmo dia ao cargo

²⁹⁷ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1. ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

de comandante de Operações Navais – que elabora-se um plano de desembarque argentino nas ilhas Malvinas/Falkland. Posteriormente, em 20 de dezembro, Lombardo informou a Anaya que a operação de recuperação das ilhas poderia se dar com relativa destreza considerando o potencial naval existente, contudo salientou que eram indispensáveis os seguintes fatores: surpresa tática e segredo estratégico.

Lombardo argumentou que com surpresa tática era possível chegar às imediações da costa das ilhas sem que os habitantes fossem alertados, a operação, assim, evitaria o perecimento de civis. E caso lograsse preservar o segredo estratégico, os ingleses não robusteceriam sua guarnição militar nas ilhas, que estava composta por 40 fuzileiros e o *Endurance*.²⁹⁸ Dois dias após a exposição de Lombardo a Anaya, Leopoldo Galtieri, então comandante em chefe do Exército, foi conduzido à presidência da nação para concluir o mandato de Roberto Eduardo Viola, que assumiu a presidência em março de 1981 e foi removido do cargo por decisão da Junta Militar, constituída por Galtieri, Anaya e pelo brigadeiro Basilio Lami Dozo, comandante em chefe da Força Aérea.

A presidência de Galtieri – que, como Jorge Rafael Videla, passou a acumular os cargos de presidente da República e comandante em chefe do Exército – sucedeu-se devido a um acordo tático entre Galtieri e Anaya. O comandante em chefe da Marinha apoiaria e ajudaria Galtieri a destituir Viola se, em troca, ocorresse uma operação militar conjunta de recuperação da soberania sobre as Malvinas/Falkland.²⁹⁹ Marcos Novaro e Vicente Palermo salientam que:

A ocupação das ilhas surgiu como uma alternativa tentadora, pois satisfazia objetivos “nacionais” de longo prazo e era simultaneamente muito promissora no curto prazo: proporcionaria um grande capital político – concretizaria a unidade nacional e a do próprio regime, permitindo restabelecer com pouco esforço sua posição dominante perdida. Utilizar-se-ia a força, o que indiscutivelmente legitimaria as Forças Armadas ao demonstrar como eram imprescindíveis à Nação, porém não seria necessário combater, já que as ilhas seriam tomadas pela força, mas para negociar.³⁰⁰

Em 29 de dezembro de 1981, Galtieri e Anaya comunicaram a Lami Dozo que em um ano cumpriria 150 anos do desembarque britânico nas Malvinas/Falkland e o governo das Forças Armadas deveriam agir para que, então, a bandeira argentina estivesse

²⁹⁸ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

²⁹⁹ LORENZ, Federico. *Malvinas: uma guerra argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

³⁰⁰ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à Restauração Democrática**. Tradução: Alexandra de Mello e Silva. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 541.

hasteada em *Port Stanley*.³⁰¹ Lami Dozo não apresentou oposição e, em uma reunião em 6 de janeiro de 1982, os comandantes decidiram que caso a rodada de negociação fracassasse, executar-se-ia o desembarque.

Possivelmente, os britânicos desconheciam a visita de Davidoff a *Leith*, até que um destacamento da base de *Grytviken* encontrou evidências da estadia. Em 31 de dezembro de 1981, o governador das Falkland, Rex Hunt, comunicou ao *Foreign Office* sobre a presença não autorizada da embarcação *Almirante Irizar* em *Bahía Stromness*. Hunt aconselhou que se iniciassem ações jurídicas contra Davidoff e que se apresentasse um enérgico protesto contra o governo argentino.³⁰²

Conforme o acordo de comunicações de 1971, para simplificar os deslocamentos entre o território continental argentino e as ilhas Malvinas/Falkland, adotou-se um documento especial, denominado *tarjeta blanca*. Posteriormente, o Reino Unido passou a arguir que as ilhas Geórgias do Sul e Sandwich do Sul se encontravam desanexadas das Malvinas/Falkland, constituindo em uma nova possessão gerida diretamente pelo governo de Londres, embora, por razões de conveniência, as administrava o governo de *Port Stanley*. Logo, segundo essa nova disposição, para desembarcar nas Geórgias do Sul far-se-ia necessário a prévia autorização do comandante da base de *Grytviken*, que estava revestido de integral autoridade sobre as ilhas. Davidoff dirigiu-se diretamente para *Leith*, contrariando a nova disposição. O empresário argentino notificou por carta a embaixada britânica em Buenos Aires, todavia, a representação somente teve conhecimento da correspondência após a sua partida.

Diante do exposto, o *Foreign Office* instruiu Hunt a não iniciar nada que pudesse ter consequências imprevisíveis e indesejáveis. Também orientou que caso Davidoff se apresentasse em *Grytviken* e solicitasse autorização do seu ingresso, deveria lhe conferir. Se o empresário argentino desembarcasse sem permissão, deveriam ordenar sua imediata partida, mas sem ameaças; e, confirmando-se que a embarcação pertencia à armada argentina e não requisitasse permissão nesse caráter, o comandante da base deveria emitir um protesto formal por escrito.

³⁰¹ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falklands y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

³⁰² HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

Em 4 de janeiro de 1982, Anthony Williams, embaixador britânico em Buenos Aires, recebeu ordens para apresentar um enérgico protesto contra a violação da soberania britânica nas Geórgias do Sul e que comunicasse às autoridades argentinas que mediante as reincidências de tentativas de desembarque em *Grytviken* sem autorização, o governo britânico reservava-se o direito de agir com as medidas que se julgasse necessária. Assim, em 6 de janeiro, Williams dirigiu-se ao *Palacio San Martín*, sede da chancelaria argentina, entretanto não apresentou o protesto à espera de uma investigação, uma vez que o ministério de Relações Exteriores afirmou desconhecer a viagem de Davidoff. Em 3 de fevereiro, o embaixador entregou o protesto formal, no dia 18 de fevereiro seguinte, o governo argentino rejeitou o protesto.

O plano para o desembarque nas Malvinas/Falkland, denominado *Directiva Estratégica Militar*, teve sua planificação concluída em 15 de fevereiro. Conforme, a operação de ocupação das ilhas duraria no máximo cerca de cinco dias. O dia “D” sucederia na segunda quinzena de maio de 1982 e, o dia “D mais 5”, em 25 de maio de 1982, para desde das ilhas, as Forças Armadas comunicarem aos argentinos a restauração da integridade territorial.

Posteriormente, a retirada das tropas argentinas iniciaria o período de ações diplomáticas alternativas: a) uma negociação bilateral vigorosa para persuadir ao governo britânico do “fato consumado”; b) devido à recuperação, o governo argentino realizaria concessões aos britânicos, como indenizações a *Falkland Islands Company* e aos ilhéus que desejassem emigrar; c) imiscuir-se-ia os Estados Unidos nas negociações, seja diretamente ou como garantidor dos acordos obtidos; d) intervenções ocorreriam junto aos países ocidentais, sobretudo, com os integrantes do MCE, para que conjunto com a ação norte-americana, impelisse o Reino Unido a pondera que não havia retrocesso possível e que se deveria admitir o ocorrido tal qual estava planejado; e e) seriam impulsionadas as relações com a China, a URSS e os países da Europa oriental em uma ação dirigida para antever a apreciação da controvérsia no âmbito da ONU.³⁰³

Nos primeiros dias de fevereiro de 1982, Galtieri obteve permissão da Junta Militar para comunicar ao chanceler Costa Méndez sobre os planos de ocupação militar Malvinas/Falkland. O ministro foi informado em 16 de fevereiro e propôs ao presidente formar um grupo de trabalho para formular hipóteses e alternativas sobre o assunto.

³⁰³ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

Todavia, Galtieri lhe recomendou discrição total, dado que os resultados das negociações em Nova Iorque determinariam a direção dos acontecimentos.

Em 23 de fevereiro de 1982, Davidoff apresentou-se perante a embaixada britânica para pedir desculpas pelos incidentes causados por sua visita em dezembro de 1981 e para declarar que planejava regressar às Geórgias do Sul com um grupo de operários para desmontar as instalações adquiridas. Então, solicitou instruções precisas quanto aos procedimentos a serem seguidos, a fim de evitar inconvenientes.

A delegação argentina que participou a rodada de negociação em 26 e 27 de fevereiro de 1982 era composta por Enrique Ros (vice-chanceler), embaixador Lucas Blanco (diretor do Departamento Malvinas na chancelaria), Ortiz de Rozas (embaixador argentino em Londres) e Atilio Molteni (ministro conselheiro da embaixada em Londres). Por sua vez, compunham a delegação britânica: Richard Luce, o embaixador Anthony Williams e dois membros do Conselho Legislativo das Falkland. Luce entregou a Ros um *working paper* com a perspectiva britânica sobre a Comissão Permanente Negociadora, onde não fazia referência à frequência com que essa deveria reunir-se. Os argentinos pleiteavam que tal Comissão se reunisse todos os meses, alternadamente, em Buenos Aires e Londres, e tivesse um prazo de um ano para solucionar a disputa. Nesse sentido, Luce afirmou que o tempo de duração da Comissão, tal como demandavam os argentinos, era irrealista. De fato, o governo britânico não era completamente contrário ao estabelecimento de uma Comissão Permanente, entretanto se recusava a discutir a questão da soberania, pois, os ilhéus eram totalmente discordantes que se deliberasse sobre essa questão.

O delegado britânico então acordou com Ros em manter em estrito sigilo o *working paper*, pois não era uma proposta concreta do *Foreign Office*, mas sim, um esboço ainda não conhecido pelo Gabinete conservador e o parlamento. No dia seguinte, ao término do encontro, divulgou-se um comunicado conjunto que declarava que a reunião ocorreu em um clima cordial e positivo e ambas as partes reiteravam sua decisão de buscar uma solução a disputa da soberania do território insular e examinar em detalhadamente a proposta argentina para efetuar progressos.

Em 1º de março de 1981, Costa Méndez, em uma reunião com Gustavo Figueroa, seu chefe de gabinete, e Federico Erchard del Campo, diretor geral de política do *Palacio San Martín*, ponderaram que o Reino Unido nada havia respondido sobre a proposta argentina e que havia protelado, mais uma vez, a resolução da controvérsia pela soberania.

Consequentemente, no dia seguinte, emitiu-se, com anuência do Poder Executivo, um comunicado ampliador com o seguinte conteúdo:

*La Argentina ha negociado con Gran Bretaña con paciencia, lealtad y buena fe, durante más de 15 años, en el marco señalado por las resoluciones pertinentes de la O.N.U., la resolución de la disputa de la soberanía sobre esas islas. El nuevo sistema constituye un paso eficaz para la pronta solución de esa disputa. Por lo demás, si eso no ocurriera, LA ARGENTINA MANTIENE EL DERECHO DE PONER TÉRMINO AL FUNCIONAMIENTO DE ESE MECANISMO Y DE ELEGIR LIBREMENTE EL PROCEDIMIENTO QUE MEJOR CONSULTE A SUS INTERESES.*³⁰⁴

O Informe Rattenbach – informe da *Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades en el Conflicto del Atlántico Sur* –, ao analisar a conduta de Costa Méndez afirmou:

*Producir, como resultado de la última ronda de negociaciones con Gran Bretaña (Nueva York, 26-27-FEV-82), un comunicado ampliatorio que resulto inoportuno – además de imprudente por la velada amenaza de su contenido – lo cual alertó a Gran Bretaña acerca de la intención de la ocupación militar.*³⁰⁵

Em decorrência da enérgica declaração unilateral argentina, o *Foreign Office* enviou mensagens aos seus embaixadores em Washington, Nicolas Henderson, e em Buenos Aires, Williams, determinando-lhes que esses estabeleçam contato com Thomas Enders, subsecretário de Estado dos Estados Unidos, e Harry Shaudemann, embaixador estadunidense na Argentina, visando arguir que o governo de sua majestade estava disposto a encontrar uma solução ao litígio. Todavia, era infactível negociar em um cenário de ameaças.³⁰⁶

“*Amenazan con acción en las Islas Falkland*” – essa era a manchete de *The Guardian* ao reproduzir o comunicado argentino. Por sua vez, o correspondente do *Financial Times* em Buenos Aires, Jimmy Burns, sentenciava: “*Gran Bretanha es advertida sobre las Falkland*”. Já *The Times* assinalava que “*La Argentina aumenta a presión*”, salientando que

[...] la decisión de insistir sobre el tema en forma agresiva lleva la marca del general Leopoldo Galtieri (...) Pero aún no está claro si busca obtener una

³⁰⁴ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 18, grifo do autor.

³⁰⁵ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 244.

³⁰⁶ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

*respuesta satisfactoria de Gran Bretaña o si está, en principio, usando el tema para conseguir apoyo dentro de la Argentina.*³⁰⁷

Em 9 de março de 1982, Davidoff enviou uma notificação formal à embaixada britânica comunicando que 41 funcionários da empresa *Georgias del Sur S.A.* partiriam a bordo do navio de abastecimento da marinha argentina, *ARA Bahía Buen Suceso*, para permanecer nas Geórgias do Sul por quatro meses, ao passo que o embaixador informou a Londres e ao governador das ilhas Malvinas/Falkland e, em 11 de março, solicitou ao empresário argentino mais informações sobre os operários e a embarcação, as quais foram prontamente atendidas. Em 16 de março, a firma *Christian Salvensen Ltda.* anunciou ao *Foreign Office* e ao governador do arquipélago que havia outorgado a Davidoff uma prorrogação do contrato até 31 de março de 1984.

O comandante da base de *Grytviken*, em 20 de março, informou à *British Antarctic Survey* em *Leith*, que o *ARA Bahía Buen Suceso* havia ancorado no dia anterior e um considerável grupo de civis e militares havia desembarcado, hasteado a bandeira argentina e destruído uma placa que advertia sobre desembarques não autorizados. A *British Antarctic Survey* informou aos argentinos que deveriam ter se apresentado em *Grytviken*, contudo obteve como resposta que tinham autorização concedida pela embaixada britânica em Buenos Aires. Sobre a situação, o governador das Falkland afirmou ao *Foreign Office* que, na sua opinião, a Marinha argentina estava usando Davidoff como escusa para estabelecer uma presença permanente nas ilhas Geórgias do Sul e recomendou que como se tratava de um segundo descumprimento às regras vigentes, devia-se ordenar ao grupo que partisse do arquipélago, ainda que cumprissem com a exigência de apresentação em *Grytviken*.

Conforme sugestão do governador, o embaixador britânico protestou perante o governo argentino expressando que caso o grupo não se retirasse imediatamente do território insular, o Reino Unido adotaria a ação que julgasse conveniente. Concomitantemente, Williams recomendou cautela ao seu governo até que se elucidasse se o incidente constituía um incitamento deliberado com o consentimento de funcionários argentinos de alto nível. O comandante do *Endurance* recebeu ordens para se deslocar às Geórgias do Sul com nove fuzileiros da Marinha, contudo solicitaram que o governador do arquipélago mantivesse em sigilo o procedimento para que esse não fosse interpretado como se o Reino Unido estivesse buscando o incremento do episódio.

³⁰⁷ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983, p. 57.

Justaposta a materialização do celebrado entre as *Georgias del Sur S.A.* e a firma de Christian Salvensen em contrato de 1979, se deu a Operação Alfa da Marinha argentina, que consistia na instalação nas Geórgias do Sul de uma unidade militar, com aspecto de base científica, similar àquela estabelecida na ilha Thule do Sul, no arquipélago da Sandwich do Sul.⁴⁴ Costa Méndez em uma reunião com o vice-almirante Leopoldo Suárez de Cerro, titular do Estado Maior Conjunto, em 15 de março de 1982, para examinar a estratégia argentina na mediação papal pela controvérsia com o Chile pelo Canal de Beagle, foi informado que o Comando da Armada pretendia consumir a Operação Alfa. O chanceler manifestou-se totalmente contrário, pois, o procedimento seria rapidamente percebido e o Reino Unido apresentaria um enérgico protesto. Em uma nota enviada a Anaya, Lombardo apresentou entendimento semelhante ao do chanceler ao afirmar que a execução da Operação Alfa implicaria na perda do fator surpresa, condição imprescindível no plano de recuperação das ilhas. O comandante em chefe da Marinha logo informou a Lombardo que a operação seria cancelada.

Sobre a questão, Federico Lorenz atenta que algumas interpretações argumentam que o comando da Marinha argentina manteve a decisão do desembarque nas ilhas Geórgias do Sul como um meio de assegurar que com tal pressão se executasse a operação nas ilhas Malvinas/Falkland. O que evidenciou o grau de desconexão e disputa entre as forças e seus comandantes, que caracterizou o *Proceso de Reorganización Nacional*; e que seria o primeiro indício da ampla ausência de coordenação que imperou, no comando argentino, no decorrer de toda a guerra.

Em uma reunião no edifício *Libertad*, sede da Marinha argentina, o almirante Anaya comunicou a Lombardo que a Marinha protegeria os trabalhadores que se encontravam nas Geórgias do Sul, que a reação britânica havia sido muito severa e que a resposta argentina à cominação seria de semelhante impetuosidade. Além disso, o almirante ordenou a Lombardo que antecipasse os planos para o desembarque nas Malvinas/Falkland, não mencionando a data da ocorrência.

Os planos iniciais de desembarque implicavam no emprego dos navios de transporte naval, contudo esses não se encontravam nos portos. O *ARA Bahía Buen Suceso* estava envolto na operação nas ilhas Geórgias do Sul. O *ARA Bahía Paraíso* deslocava-se para a mesma região com um contingente de fuzileiros navais para proteger os operários. E o *ARA Almirante Irizar* também estava navegando para o arquipélago das Geórgias do Sul. Prontamente, Lombardo solicitou esclarecimentos e, em um dos informes, tinha-se a informação de que alguns efetivos da Marinha acompanhavam os

operários da *Georgias del Sur S.A.*. Eram mergulhadores táticos escolhidos, em sua maioria, pelo próprio Lombardo, em decorrência da eficiência profissional para participarem da Operação Alfa.

No princípio de março de 1982, o comandante de operações navais recebeu uma solicitação do vice-almirante Alberto Vigo requerendo a transferência à sua unidade de uma dezena de fuzileiros. Não se deram explicações para a requisição que Lombardo assentiu, porém, supôs-se que Vigo necessitava-os para executar tarefas de inteligência nas áreas de possível conflito com o Chile. Lombardo não retornou a refletir sobre aquela requisição até verificar e reconhecer os nomes no grupo de mergulhadores.³⁰⁸

Em 21 de março, o governo argentino anunciou ao embaixador britânico que os trabalhadores deixariam as Geórgias do Sul nesse mesmo dia e pressupunha que não se acentuasse a importância do incidente. Ademais, esclareceu que o grupo que desembarcou não contava com a presença de representantes oficiais, de pessoal militar e não se portavam armas. Em Londres, Atilio Molteni, encarregado de negócios argentino, notificou ao *Foreign Office* que o *ARA Bahía Buen Suceso* e os operários partiriam de *Leith* em 21 de março, e que o navio era de transporte naval operado sob contrato comercial. Aquele encarregado de negócios agregou que as ações de Davidoff eram de sua exclusiva responsabilidade e que não refletia nenhuma intenção do governo argentino de dificultar a situação. O *Foreign Office* então informou a Molteni que o governo britânico não tinha o propósito de majorar o sucedido.

Ainda em 21 de março, o comandante da base de *Grytviken* comunicou que grande parte dos argentinos faziam uso vestimentas de civis e não portavam armas. No entanto, ouviram-se tiros e algumas renas foram mortas, procedimento contrário às disposições legais. Em comunicado, em 22 de março, o comandante da base na capital das Geórgias do Sul relatou que uma dezena de argentinos permaneceu em *Leith* e solicitou ao governador das Falkland que enviasse o *Endurance* para expulsar imediatamente os intrusos.

O governo argentino então requereu ao encarregado de negócios britânico em Buenos Aires que não empregasse a força nas Geórgias do Sul para remover um grupo reduzido de indivíduos, o que exasperaria a opinião pública argentina. Por sua vez, o comandante do *Endurance* transmitiu por despacho que a Marinha argentina e Davidoff

³⁰⁸ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

agiam com conveniência, dado que havia interceptado uma comunicação de um alto comando naval em Buenos Aires cumprimentando o *ARA Bahía Buen Suceso* por sua ação devidamente executada e ordenando o seu retorno o mais brevemente possível. Isto posto, o governo britânico decidiu enviar o *Endurance* para expulsar o pequeno grupo de argentinos que ali ainda permanecia.

Também em 22 de março de 1982, Costa Méndez recebeu uma nota verbal do embaixador britânico, que foi interpretada como um virtual *ultimatum*, que expressava o seguinte nos seus dois principais parágrafos:

Ministers have agreed that HMS Endurance should continue to South Georgia in order to remove the remaining Argentines. The continued Argentine presence at Leith, contrary to Dr Blanco's previous assurance that the ship and party would depart, leaves us no option but to take this action. The Argentine workforce are at Leith illegally and we cannot them to remain. On present plane HMS Endurance will arrive at Leith on 24 March in order to take the men on board and return them to Argentina via Port Stanley. Our intention is to conduct this operation correctly, peacefully and in as low a key as possible. We hope that the Argentine Government will, if they are able to do so, advise the Argentine workmen at Leith to cooperate. We have in mind the need to ensure that equipment landed at Leith is properly safeguarded. We deeply regret that this action is being forced on us. We had hoped that the previous Argentine undertaking that the ship and party would leave, would have allowed this incident to be surmounted with the least political damage. Our hope is that the political consequences, with careful handling on both sides, can continue to be minimized. But it should be quite clear that this situation has not been of our seeking. It has been Davidoff's irresponsible action and the apparent inability of the Argentine Government to take the necessary remedial action which has brought it about.³⁰⁹

O embaixador britânico logo advertiu ao seu governo que segundo o encaminhamento dos acontecimentos ocorridos em Buenos Aires, a reação britânica perante a trivial e descomedida ação de Davidoff poderia causar prejuízos às negociações bilaterais. Como resultado, o *Endurance* dirigiu-se a *Grytviken* e ali permaneceu aguardando ordens.³¹⁰ Em 23 de março, lord Carrington encaminhou uma nota pessoal a Costa Méndez assentindo com o envio imediato do *ARA Bahía Buen Suceso* para evacuar os operários. O chanceler argentino agradeceu ao embaixador Williams pela mensagem do secretário de Relações Exteriores britânico e declarou que reportaria a proposta aos comandantes da Junta governante.

³⁰⁹ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6 ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983, p. 326.

³¹⁰ HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

No dia 24 de março de 1982, Costa Méndez informou ao embaixador britânico alguns inconvenientes para providenciar a retirada dos trabalhadores, uma vez que o comandante Anaya se opunha a adotar qualquer decisão ante a ameaça do uso da força por parte do *Endurance*. Assim, estava tratando de persuadir Davidoff a assentir que a remoção do grupo ocorresse por parte de um navio científico que se encontrava nas proximidades.³¹¹

No mesmo dia, o agregado militar britânico em Buenos Aires enviou um telegrama avaliando que se da ocorrência de qualquer medida de força contra os argentinos em *Leith*, a Argentina replicaria igualmente, seja por navio de guerra no mar ou por uma operação de resgate, caso os operários fossem conduzidos a *Port Stanley*. A segunda hipótese seria justamente aquela ansiada pelos “falcões” dentro do governo argentino, pois tal ação podia escalar até a ocupação das Malvinas/Falkland. Devido a isso, sugeriu que antes de fazer uso militarmente do *Endurance*, fazia-se necessário avaliar a ameaça contra a capital do arquipélago.

Em 25 de março de 1982, *ARA Bahía Paraíso* chegou a *Leith* com ordem para dirigir-se às Geórgias do Sul, dada pela Marinha argentina no dia anterior. O comandante do *Endurance* informou que a embarcação argentina apresentava o galhardete oficial do comando do Esquadrão Antártico da Marinha argentina. O *Foreign Office* acreditava que embora o *ARA Bahía Paraíso* pertencesse à Marinha de Guerra, era um navio científico sem armamentos.

Cumprindo as instruções de lord Carrington, Williams reuniu-se com Costa Méndez e Ros. O embaixador britânico empenhou-se em persuadir o chanceler argentino a convencer o seu governo de buscar encontrar uma solução para o impasse, sabendo que o governo britânico seguia firmemente empenhado em defender a soberania britânica nas ilhas Geórgias do Sul e nas demais possessões. Williams indagou se uma mensagem pessoal da primeira-ministra ao presidente ou a viagem a Buenos Aires de um enviado especial de lord Carrington ajudaria a dirimir a crise.

Após recusar o envio da comunicação e do representante pessoal do chanceler britânico, Costa Méndez interpelou a Williams se a ordem de evacuação britânica seria revogada caso Davidoff determinasse aos seus funcionários que se apresentassem em *Grytviken* para cumprir as formalidades do desembarque. Não obstante, com o

³¹¹ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

compromisso público do Reino Unido de retirar os argentinos das Geórgias do Sul, como um último esforço de boa vontade, o gabinete britânico decidiu que seria concedida a autorização para regressar a *Leith* caso os argentinos comparecessem em *Grytviken*. Costa Méndez então declarou que antes de responder a proposta, deveria consultar seu presidente.

Em 26 de março de 1982, o governador das Falkland comunicou ao *Foreign Office* que o *ARA Bahía Paraíso* tinha deixado *Leith*, entretanto, os argentinos permaneceram e, com base nos suprimentos visíveis, estavam preparados para ficarem durante um longo lapso temporal. Para o comandante do *Endurance*, a operação nas Geórgias do Sul estava planejada há algum tempo e o *ARA Bahía Paraíso* não partiu do território continental argentino, mas sim da Antártica. Aconselhado por Luce, lord Carrington decidiu que o *Endurance* deveria retirar os argentinos, mas se caso as embarcações da Marinha argentina viessem ao encontro do navio, poderia admitir a transferência do grupo para as referidas naus. Luce ainda recomendou que se pleiteasse os bons ofícios do secretário de Estado dos Estados Unidos, Alexander Haig, como mediador.

O embaixador Williams comunicou ao seu governo, em 27 de março de 1982, que na sua percepção, o chanceler argentino não agiu com total probidade e que havia se portado com o intuito de confundir-lo. O que motivou tal inferência foi o fato de que concluída a reunião entre os integrantes da Junta Militar na tarde do dia anterior, Costa Méndez não havia telefonado como havia acordado com o embaixador. Pelo contrário, havia emitido um comunicado que indicava a assente decisão da Junta Militar de conferir toda a proteção necessária aos argentinos nas ilhas Geórgias do Sul.

Williams também informou aos seus superiores que solicitaria uma reunião com Costa Méndez para esclarecer sobre a localização do *ARA Bahía Paraíso* e perscrutar o comunicado argentino. Noticiou ter se reunido com Ros, que se limitou a afirmar que como resultado da reunião do dia anterior entre os comandantes, a chancelaria argentina havia recebido novas instruções que suscitaria uma nota dirigida ao governo britânico a qual seria enviada nesse mesmo dia. Além disso, o embaixador argentino ponderou que a Junta Militar ainda não havia tomado uma decisão, a Marinha continuava com uma postura mais belicosa, em contraposição, o Exército e à Aeronáutica, eram favoráveis às negociações diplomáticas.

Na noite de 28 de março de 1982, Thatcher telefonou para lord Carrington, dizendo-lhe que era imperioso responder com efetividade a ameaça argentina. Lord Carrington então elaborou uma resposta à nota de Costa Méndez, um comunicado ao

parlamento e uma nova mensagem a Alexander Haig. O secretário de Estado dos Estados Unidos predisps os bons ofícios do seu país aos embaixadores da Argentina e do Reino Unido em Washington. O governo argentino, por meio do embaixador estadunidense em Buenos Aires, manifestou que os Estados Unidos deveriam auxiliar com a mediação da controvérsia pelas Malvinas/Falkland em sua totalidade, não somente se imiscuir na questão das Geórgias do Sul. Fritz Hoffmann e Olga Hoffmann pontuam que essa resposta argentina corrobora com aquilo aventado em alguns círculos: o governo argentino tinha o intuito de encetar uma guerra ou ao menos consubstanciar ameaças bélicas para compelir o Reino Unido a negociar a soberania das ilhas.³¹²

Mesmo diante dessa observação, a inteligência britânica não presumia que a intenção oculta da ocupação argentina nas Geórgias do Sul era irromper um conflito bélico. Max Hastings e Simon Jenkins (1984) assinalam que três aspectos explicam essa atuação relapsa do Comissão Conjunto de Inteligência. Primeiro, avaliaram que nenhuma cominação militar transcorreria nas Malvinas/Falkland até o término do ano; ademais, previamente ao conflito, o governo argentino explicitaria indícios, encetando pressões na ONU e uma campanha de publicidade com a finalidade de destacar as arbitrariedades cometidas pelo Reino Unido. Segundo, o serviço de inteligência receava prognosticar, pela segunda vez, uma possível invasão argentina das ilhas e nada suceder, como havia ocorrido em 1977. E terceiro, o Comitê arguia que não se devia impelir a Argentina de executar um golpe preventivo, porque o Reino Unido era totalmente vulnerável a uma agressão argentina executada com precisão. Por conseguinte, dever-se-ia empreender esforços para lograr um descenso e um acordo diplomático quanto ao incidente nas Geórgias do Sul. Tal estratégia foi acolhida plenamente pelo embaixador em Buenos Aires e pelos funcionários do *Foreign Office* até o princípio da crise das ilhas Malvinas/Falkland.

Não obstante, o governo do Reino Unido adotou medidas cautelares. Em 29 de março de 1982, o secretário de Estado para a Defesa comunicou à primeira-ministra que havia ordenado o envio de um barco para reabastecer o *Endurance*, bem como de um submarino nuclear. O prognóstico era de que ambas as embarcações militares chegariam as Malvinas/Falkland em 13 de abril seguinte. Além disso, outro submarino estava sendo

³¹² HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

preparado e uma frota com sete fragatas e um contratorpedeiro estava aprestada para zarpar de Gibraltar.

O embaixador Williams reportou ao seu governo que a imprensa argentina noticiou que cinco navios da Marinha argentina haviam partido em direção às Geórgias do Sul e que nenhum integrante da Marinha poderia ausentar-se da sua função. Williams advertiu que a opinião pública apoiaria com veemência qualquer medida que perfilhasse o governo, a qual angariaria em popularidade, por mais extrema que fosse. Além disso, agregou que as relações entre a Argentina e os Estados Unidos havia logrado um elevado grau de importância, entretanto suspeitava que Washington não conseguisse convencer o governo argentino de abdicar do emprego da força.³¹³

No dia 30 de março de 1982, lord Carrington e seus colaboradores concertaram a contestação à mensagem de Costa Méndez e uma declaração ao parlamento. A resposta expunha que a circunstância iminente perigosa nas Geórgias do Sul não foi buscada pelo governo britânico, o qual, a todo momento empenhou-se em encontrar uma solução conveniente para ambos os governos. Um enfrentamento poderia obstar seriamente às tentativas de dirimir, de modo pacífica, a questão das Malvinas/Falkland em sua completude, cenário que não interessava nenhum dos governos. Por fim, sugeriu o envio a Buenos Aires de um emissário pessoal de Carrington, John Ure, com uma proposta construtiva que propiciasse a obtenção de uma solução para o cumprimento do contrato do empresário argentino. Na exposição ao parlamento, o *Foreign Office* reiterou que as Malvinas/Falkland seriam defendidas e o respeito aos desejos dos seus habitantes era irrenunciável.

No entendimento dos funcionários do *Foreign Office*, o governo argentino havia promovido o incidente nas Geórgias do Sul com o propósito de obrigar o Reino Unido a negociar a soberania destas. Avaliando as instruções de lord Carrington de entregar a contestação britânica ao chanceler argentino, Williams sugeriu que a nota não fosse entregue e que o representante especial não fosse enviado, com a alegação de que era possível preservar os canais abertos com o governo argentino sem incorrer em concessões. Ademais, Williams observou que, naquele momento, o encaminhamento da nota e o gesto conciliatório poderia conduzir os argentinos a crerem que estavam em uma

³¹³ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

posição favorável não somente no incidente nas Geórgias do Sul, mas também na cessão da soberania.

O *Endurance* então comunicou que o *ARA Bahía Paraíso* estava estacionado a 20 km ao norte de San Pedro e que em *Leith*, o grupo de argentinos compreendia entre 15 ou 18 integrantes. Lord Carrington retransmitiu a Haig a comunicação argentina com a avaliação de que o governo britânico pretendia solucionar o imbróglio pacificamente, contudo, a presença ininterrupta do grupo de argentinos lesava inadmissivelmente a soberania britânica. Alexander Haig, então, sugeriu que os argentinos, porventura, poderiam ser removidos por uma embarcação de um terceiro país.

Em 31 de março de 1982, lord Carrington acatou a sugestão de Williams de protelar o envio da contestação à Costa Méndez. Apesar disso, ao final da tarde do mesmo dia, o secretário de Relações Exteriores decidiu que a nota deveria ser remetida em decorrência de a imprensa britânica ter veiculado o envio do submarino nuclear, o que poderia conduzir os argentinos a inferirem que o governo britânico buscava uma solução naval em detrimento da diplomática.

No mesmo dia, John Nott, o secretário de Defesa, foi informado, por parte do serviço de inteligência, que a Argentina planejava invadir as Malvinas/Falkland na madrugada do dia 2 de abril seguinte. Imediatamente, Nott reuniu-se com a primeira-ministra e outros membros do governo. Finalizada a reunião, Margareth Thatcher enviou uma mensagem ao presidente norte-americano, Ronald Reagan, declarando que, de acordo com área de inteligência, a Argentina invadiria as Malvinas/Falkland, e que o governo britânico não aceitaria de forma alguma uma ocupação ilegal. Além disso, a primeira-ministra solicitava a Reagan que intervisse ante Galtieri manifestando que o Reino Unido não agravaria a disputa e tampouco iniciaria as hostilidades caso o presidente argentino se comprometesse que não ordenaria o desembarque.

Na noite de 31 de março de 1982, Williams entregou a Costa Méndez a nota britânica. O chanceler indicou que as declarações no parlamento e as notícias difundidas pela imprensa sobre o envio de embarcações de guerra não auxiliavam no progresso da situação. Por fim, Costa Méndez afirmou que encaminharia a mensagem a Galtieri e voltaria a comunicar-se com Williams.

Em 1º de abril, Williams reportou ao *Foreign Office* que em uma entrevista com Costa Méndez, este havia evidenciado que a questão nas Geórgias do Sul estava consumada. A missão de um enviado especial era inoportuna, porque o empecilho não se achava nestas últimas, mas sim na cessão da soberania. Costa Méndez prosseguiu

manifestando que a Argentina negociava a questão desde 1964 e assentiria o envio de um representante especial caso pretendesse discutir a transferência da soberania das ilhas Malvinas/Falkland e suas dependências ao Estado argentino. Em essência essa era a causa de todos os impasses.

No mesmo dia, o governo britânico informou ao governador das Falkland e aos embaixadores em Buenos Aires, Nova Iorque e Washington que conformidade com informes confiáveis, forças navais argentinas se aglomerariam em frente a *Port Stanley* na madrugada do dia seguinte. O embaixador estadunidense em Buenos Aires então reuniu-se com Galtieri e entregou-lhe uma comunicação de Haig, o presidente argentino foi evasivo quando às intenções argentinas, mas expressou que o Reino Unido deveria discutir a transferência de soberania das ilhas à Argentina.

CAPÍTULO III – A CRISE E A GUERRA DAS MALVINAS/FALKLAND

3.1 A crise anglo-argentina

Ao final da tarde de 1º de abril de 1982, antes do desembarque argentino nas ilhas Malvinas/Falkland, João Clemente Baena Soares, secretário-geral do Itamaraty, atendendo a um pedido de entrevista urgente, recebeu George Harding, embaixador britânico no Brasil, que dispunha de instruções de lord Carrington para realizar gestão de alto nível no Itamaraty, com a finalidade de expressar séria preocupação com os desdobramentos da situação nas ilhas Geórgias do Sul. Tal incidente tornava-se crescentemente perigoso devido à reação argentina, compreendida pela diplomacia britânica como fora de qualquer proporção com o episódio em si. O governo inglês, diante das notícias de intensos movimentos navais argentinos na área, não podia descartar a possibilidade de que a Argentina estivesse contemplando uma ação contra as ilhas Malvinas/Falklands.

Em sua arguição, George Harding salientou que o Reino Unido, desde o início, tentou persuadir o governo argentino a dirimir a questão por meios pacíficos e diplomáticos, tendo, todavia, sido rechaçadas todas as propostas para autorizar *a posteriori*, a presença dos trabalhadores argentinos em solo britânico. Nessa conjuntura, o uso da força por parte da Argentina seria um passo muito sério e conduziria a uma escalada perigosa e extremamente preocupante. À vista disso, o motivo da gestão junto ao Itamaraty era para inquirir se o governo brasileiro consideraria a possibilidade, por iniciativa própria, de usar a influência de que dispunha, a fim de buscar mover o governo argentino a fazer uso dos meios diplomáticos e pacíficos de solução, agindo com prudência para evitar uma escalada contraproducente a todos os envolvidos.

Baena Soares agradeceu os documentos e as informações sobre a posição inglesa e exprimiu que a questão seria examinada cuidadosamente. O diplomata brasileiro aproveitou, então, para indagar sobre as notícias veiculadas na imprensa referentes ao envio de submarino nuclear inglês à área, o que, se confirmadas, estavam em desacordo com as disposições do Tratado de Tlatelolco. O embaixador britânico respondeu que faria indagações sobre a veracidade da notícia, mas acrescentou, em caráter pessoal, que existia uma dessemelhança significativa entre um submarino movido a propulsão nuclear e um submarino dotado de armas nucleares. Ao se despedir, George Harding afirmou a Baena Soares que, certamente, em Londres, se estimaria a prontidão com a qual foi recebido e

que embora a reação do diplomata brasileiro não fosse encorajadora, os ingleses apreciariam se o governo brasileiro ofertasse cuidadosa consideração ao pedido, dado que em tais horas é que se conhecem os amigos.³¹⁴

A operação de desembarque das tropas argentina, inicialmente denominada Azul e, posteriormente, Rosário, sofreu alterações às 12h57min do dia 31 de março de 1982. Até aquele momento, a primeira parte do movimento conjunto militar compreendia a ocupação do aeroporto da capital do arquipélago uma hora antes do desembarque. Essa foi a condição imposta pelo brigadeiro Sigfrido Plessl para evidenciar a participação da Força Aérea argentina na recuperação das Malvinas/Falkland. Planejava-se a aterrissagem de um avião da LADE simulando uma pane. A partir disso, outra aeronave descenderia com os técnicos, em realidade, comandos, que tomariam o aeroporto e sinalizariam a pista, chegando prontamente um terceiro avião com o Regimento 25, sob o comando do coronel Mohamed Alí Seineldín.

No mesmo dia, durante uma reunião dos comandantes realizada no *ARA Santísima Trinidad*, decidiu-se pela segunda alternativa de desembarque: iniciar a recuperação pelos mergulhadores táticos. Já que os comandos foram informados que a correlação de forças inglesas previstas havia sido modificada, se encontravam no arquipélago os fuzileiros que deveriam partir e os que iriam substituir aqueles. Ademais, o submarino *ARA Santa Fé* – que transportava forças especiais – comprovou o desligamento do farol de Cabo Pembroke.³¹⁵

Depois de reiteradas tentativas, Ronald Reagan logrou comunicar-se com Leopoldo Galtieri na noite de 1º de abril de 1982. O presidente argentino declinou as chamadas até que fosse “tecnicamente impossível” obstar o desembarque.³¹⁶ O presidente estadunidense se predispôs em enviar o vice-presidente George Bush a Buenos Aires para tratar de lograr uma solução para a situação. Adicionalmente, no âmbito da ONU, a embaixadora Jeane Kirkpatrick também poderia mediar em busca de uma negociação adequada. Galtieri recursou as propostas. Reagan, então, advertiu, que o Reino Unido estaria disposto a responder militarmente ao ato de agressão do governo argentino.

³¹⁴ Minuta de Telegrama de Baena Soares ao senhor Ministro de Estado, secreto, urgentíssimo, nº 034, 1º/04/1982. Índice: Questão das Geórgias do Sul. Gestão do Embaixador Britânico. AH/MRE-BSB, Arquivo Saraiva Guerreiro, v. 12, Questão das Malvinas, Expedidos.

³¹⁵ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

³¹⁶ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à Restauração Democrática**. Tradução: Alexandra de Mello e Silva. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 560.

Galtieri contestou que não foi a Argentina que buscou essa situação e que a vontade negociadora do seu país se manteve claramente demonstrada durante os últimos 17 anos de conversações. Reagan reiterou que, em caso de conflito, a opinião pública mundial e norte-americana adotariam um posicionamento contrário ao uso argentino da força, ao passo que agregou que o Reino Unido mantinha vínculos estreitos com os Estados Unidos e que a relação que Washington mantinha com Buenos Aires, obtida após um prolongado esforço ante a opinião pública local, seria irremediavelmente prejudicada. O chefe de Estado argentino então respondeu que:

*La Argentina lamenta realmente esta situación, señor presidente. Pero la realidad es que la capacidad negociadora y la actitud pacifista de mi país tiene un límite. (...) Mi país y mi gobierno esperan que Estados Unidos actúe como un amigo de británicos y argentinos por igual para poder superar la presente situación.*³¹⁷

O presidente norte-americano finalizou a ligação afirmando

*Soló puedo decir que lamento no a ver éxito al transmitirle mi preocupación por el efecto de esta situación en el futuro del hemisferio. Intenté crear un buen caso para persuadir de que no recurriera al uso de la fuerza, pero no podía dejar de llamarlo precisamente porque sé cuáles serán las consecuencias de esta acción argentina.*³¹⁸

O desembarque argentino começou às 6h30min e, após a ocupação da casa do governador, do povoado e do quartel militar de *Rio Caprichoso* terem sido ocupados militarmente, Rex Hunt rendeu-se. Os fatos desencadearam-se como foram planejados e cumpriu-se com a ordem de executar uma ocupação incruenta. O capitão de fragata de infantaria da Marinha, Pedro Giacchino, chefe dos mergulhadores táticos e dos comandos anfíbios, faleceu, uma vez que para socorrê-lo fazia-se necessário atirar para matar e, segundo ordens, os argentinos não poderiam provocar nenhum dano aos ingleses.³¹⁹

No mesmo dia, o ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, fez a primeira declaração sobre a crise anglo-argentina a jornalistas brasileiros em Nova York:

Quando a Grã-Bretanha ocupou as ilhas, a Argentina protestou. Em 1833, nosso Ministro Plenipotenciário em Londres foi instruído a apoiar a gestão de protesto argentina. A Argentina nunca aceitou a presença britânica nas ilhas. Para a Argentina sempre houve apenas uma ocupação “de facto”. O Brasil sempre apoiou o direito argentino. O Brasil também sempre disse que esperava

³¹⁷ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983, p. 97-99.

³¹⁸ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983, p. 97-99.

³¹⁹ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

que as partes resolvessem o problema por meios pacíficos. Agora que a Argentina praticou uma ação direta para a ocupação desse território, a única coisa que podemos fazer é esperar que as relações não se deteriorem ainda mais entre duas nações amigas.³²⁰

O historiador José Honório Rodrigues refuta a declaração de Saraiva Guerreiro, quando este pontua que, desde 1833, consiste em uma tradição diplomática brasileira a defesa da soberania argentina sobre as ilhas Malvinas/Falkland. O autor destaca que nos Relatórios do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de 1833 até o decênio de 1850, não se tem nenhuma palavra a favor do reconhecimento da soberania argentina naquele arquipélago. A título de exemplo, Rodrigues menciona o Despacho nº 13 de 26 de março de 1833, do chanceler Bento da Silva Lisboa ao representante brasileiro em Londres, José de Araújo Ribeiro, sobre o apelo argentino devido ao desembarque britânico ocorrido nas Malvinas no início de janeiro de 1833:

O abaixo assignado, tendo levado a referida comunicação de S. Exa. ao reconhecimento da Regencia em nome do Imperador, recebeu ordem para comunicar a S. Exa. que a mesma Regencia, penetrada dos sentimentos os mais amigáveis para com a República Argentina, não duvida desde já affiançar que o Governo de S.M. Imperial, sempre fiel aos princípios francos e leais, que o abaixo assignado por vezes tem já tido a satisfação de manifestar a S. Exa. toma nestes sucessos, que tanto afligem ao Povo Argentino, a viva parte que lhe inspira a natural sympathia, que une duas Nações, que mutualmente se respeitão, e sabem estimar-se. E anhelando dar hum evidente testemunho destes seus sentimentos ao abaixo assignado que ao Enviado Brasileiro na Corte de Londres expedisse as necessárias instruções para que, coadjuvando as diligencias, a que o Ministro Argentino n'aquela capital houver de proceder, lhe preste todos os bons ofícios ao seu alcance, fazendo assim affectivas as disposições de cordial interesse, que ao Governo Imperial juntamente merece o da República Argentina.

“O abaixo assignado depois de preencher as ordens, que recebeu do seu Governo, se prevalece com prazer desta nova ocasião para reiterar a Sua Exa. o Snr. Ministro à quem se dirige os protestos da sua perfeita estima, e mui distinta consideração”

“Palacio do Rio de Janeiro em 9 de março de 1833. Bento da Silva Lisboa”.
Está conforme.

O Oficial Maior Interino. Jozé Marques Lisboa.

Pouco tempo depois, em ofício, o chanceler José Araújo Ribeiro afirma:

Manda V. E. que preste atenção ao Ministro de Buenos Aires aqui acreditado, que forneça e ofereça coadjuvação para o bom êxito das diligências a que ele procede relativamente ao negócio das Malvinas; posso assegurar a V. Exa. que assim o farei inteirado como estou do dito negócio e dos documentos anexos (somente a nota argentina) ao citado despacho.

³²⁰ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Declaração do Chanceler Saraiva Guerreiro em Nova York. **Resenha de Política Externa do Brasil**, Brasília, n. 33, p. 63, abr./jun. 1982a.

Os documentos transcritos, de modo algum, permitem assegurar que o Brasil reconheceu a soberania Argentina sobre as ilhas Malvinas/Falkland, o governo brasileiro afiançou apenas coadjuvação e bons ofícios.³²¹

Ainda em 2 de abril de 1982, Atilio Molteni – encarregado de Negócio da Embaixada argentina no Reino Unido –, pela ausência do embaixador Carlos Ortiz de Rosas, foi convocado a comparecer ao *Foreign Office*. Ao apresentar-se, foi informado por Michael Palliser, subsecretário de Relações Exteriores, sobre o rompimento das relações diplomáticas e consulares entre a Argentina e o Reino Unido. Tal medida havia sido tomada porque a Argentina havia invadido solo britânico. Atilio Molteni respondeu que seu país apenas havia recuperado um território que o pertencia. Michael Palliser replicou que a controvérsia seria discutida na ONU e em outro lugar.³²²

A partir desse momento, os interesses britânicos passaram a ser defendidos pela Embaixada da Suíça. Em um primeiro momento, o representante argentino não sabia que país representaria os interesses argentinos em Londres e pediu instruções. Nessa conjuntura, o Ministério de Relações Exteriores argentino requereu, através da Embaixada em Buenos Aires, que o governo brasileiro passasse a assumir os interesses de seu país no Reino Unido. A Embaixada britânica em Brasília, consultada a respeito, comunicou que seu governo não teria nada a contrapor a que o Brasil acolhesse a solicitação argentina.³²³ Diante disso, o governo brasileiro assumiu a proteção dos interesses argentinos na Grã-Bretanha, prática que perduraria até o ano de 1990.

Em 31 de março de 1982, Eduardo Roca, representante permanente argentino ante a ONU, recebeu instruções para apresentar ante o Conselho de Segurança uma nota sobre a grave situação existente entre a Argentina e o Reino Unido nas Geórgias do Sul. A nota, após rememorar que os trabalhadores argentinos desembarcaram nas Geórgias do Sul com prévio conhecimento da embaixada britânica em Buenos Aires, indicou que o Reino Unido tencionou desconsiderar a validade dos certificados provisórios de viagem e que havia empreendido uma efetiva ameaça de uso da força, mediante o envio de submarinos nucleares e de navios da marinha de guerra para a área em litígio.

Três horas depois, a representação britânica encaminhou uma comunicação demandando uma urgente reunião do Conselho de Segurança da ONU diante da iminente

³²¹ RODRIGUES, José Honório. O Itamarati interpreta erroneamente documento de 1833. **Digesto Econômico**, São Paulo, n. 293, p. 93-101, jun. 1982.

³²² YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

³²³ LONDRES exige retirada de tropas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 91, n. 356, p. 13, 3 abr. 1982.

invasão argentina às ilhas Malvinas/Falkland. A reunião foi convocada para 1º de abril de 1982. Na ocasião, o representante britânico pleiteou que o Conselho de Segurança cumprisse com sua incumbência de manter a paz e a segurança internacionais, uma vez que tinha razões fundadas para avaliar que as Forças Armadas argentinas encontravam-se em vias de invadir o território insular. O embaixador argentino reiterou os argumentos expostos na nota dirigida ao órgão da ONU. O presidente do Conselho de Segurança, Kamanga Wa Kamanga, finalizou a sessão com sua exposição instando as partes em absterem-se do emprego ou da ameaça da força na região e a prosseguir na busca de uma solução diplomática.³²⁴

Em 2 de abril de 1982, Anthony Parsons solicitou uma nova reunião do Conselho de Segurança devido ao desembarque argentino em *Port Stanley*. Em desacordo com o procedimento normal, que pressupõe a realização de uma sondagem de opinião, o embaixador britânico apresentou um projeto de resolução, que facultava ao seu proponente exigir a votação em lapso temporal de até 24 horas.³²⁵ Nessa sessão, Anthony Parsons, ao fazer alusão à alegação da Argentina de que se estava escudando de provocações e ameaça, ressaltou: “Pergunto-me que ameaça apresentavam os 1.500 pacíficos ilhéus e uma guarnição de menos de 100 homens armados?”.³²⁶

Ao contestar a proposta de resolução, Eduardo Roca, “como primeira observação”, afirmou que “a questão não se estabeleceu entre a Argentina e os ilhéus, mas entre o Governo argentino e o Reino Unido”. Assinalou ainda que “é um absurdo dizer que atuamos diante de provocações dos ilhéus, salientando que a ação se deve “a atitudes do Governo britânico”. Ademais, declarou que tudo era negociável, exceto, a soberania argentina sobre os territórios insulares das Geórgias do Sul, Malvinas/Falkland e Sandwich do Sul.³²⁷ Por fim, Eduardo Roca requereu que o Conselho de Segurança protelasse qualquer juízo sobre a matéria até que o chanceler argentino pudesse fazer sua exposição, tendo em vista que Costa Méndez se deslocava a Nova Iorque.

Após a chegada do ministro de Relações Exteriores argentino, em 3 de abril de 1982, o Conselho de Segurança retomou sua sessão que havia sido suspensa no dia anterior. Em sua exposição, Costa Méndez apresentou um historial das relações entre a

³²⁴ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

³²⁵ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

³²⁶ LONDRES exige retirada de tropas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 91, n. 356, p. 13, 3 abr. 1982.

³²⁷ LONDRES exige retirada de tropas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 91, n. 356, p. 13, 3 abr. 1982.

Argentina e o Reino Unido e ratificou o afirmado por Eduardo Roca: tudo era negociável, menos a soberania argentina. Ao término dos debates, o projeto de resolução introduzido pela representação britânica foi aprovado pelo Conselho de Segurança por 10 votos a favor (Estados Unidos, França, Guiana, Irlanda, Japão, Jordânia, Togo, Reino Unido, Uganda e Zaire), um voto contrário (Panamá) e quatro abstenções (Espanha, China, Polônia e URSS), convertendo-o na Resolução 502 (1982).

A Resolução 502 (1982) exigia a cessação imediata das hostilidades, demandava a retirada imediata de todas as forças argentinas do arquipélago e exortava ambos os governos para que buscassem uma solução diplomática para suas inconsonâncias e que respeitassem integralmente os propósitos e princípios da Carta da ONU. A alusão à referida Carta era fulcral, pois propiciava ao Reino Unido valer-se do princípio da autodeterminação dos habitantes das ilhas Malvinas/Falkland em qualquer subsequente negociação sobre seu futuro. Ademais, permitia ao governo do Reino Unido esgrimir o artigo 51 da Carta, segundo o qual

[...] nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacional.³²⁸

Em 4 de abril de 1982, o *Foreign Office* comunicou a renúncia de lord Carrington, que decidiu responsabilizar-se pela incapacidade de antever a invasão argentina, apreciado como um aviltamento humilhante ao Reino Unido. Margareth Thatcher esforçou-se em demovê-lo alegando que sua experiência seria inestimável para os tempos vindouros. Todavia lord Carrington evocou o debate na Câmara dos Comuns no dia anterior – ocasião na qual um número significativo de parlamentares acusou o *Foreign Office* de inepto – o que ruía a credibilidade da instituição e a sua própria. Deve-se ressaltar, que a primeira-ministra recusou-se publicamente em aceitar a renúncia de John Nott, então secretário da Defesa, com o argumento de que seu ministério não era, de modo algum, responsável pela ação militar argentina, arguição que não cooperou em avivar o ânimo do *Foreign Office*.³²⁹ No dia seguinte, Francis Pym – líder da Câmara dos Comuns – foi conduzido ao cargo de secretário de Relações Exteriores.

Em 5 de abril de 1982, Dean Fischer – o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, comunicou que o seu país havia oferecido seus bons ofícios, a fim de colaborar

³²⁸ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. Ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

³²⁹ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. Ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

na resolução da disputa anglo-argentina. Ele explanou que a mediação fora proposta em contatos bilaterais com o Reino Unido e a Argentina. Horas antes, em uma entrevista coletiva, Ronald Reagan manifestou que “os EUA esperam, e gostariam de ajudar a obter, é uma resolução pacífica, sem ações de força e derramamento de sangue”. Quanto ao posicionamento dos Estados Unidos diante de um confronto militar, o presidente admitiu que “a situação para os Estados Unidos seria muito difícil, porque ambos países são amigos”, acrescentando, que estava “disposto a ajudar” a mediar a controvérsia e que seu país poderia servir como “um intermediário honesto” a fim de evitar o enfrentamento armado.³³⁰

Em 6 de abril de 1982, Saraiva Guerreiro encaminhou nota de igual conteúdo a Hugo Caminos, embaixador da Argentina, e a George Harding, embaixador da Grã-Bretanha. Segundo a nota, o Brasil

[...] fiel à sua tradição de defesa da paz e da concórdia entre as nações e inspirado pela sólida amizade que o liga a cada uma das partes, (...) formula veemente apelo aos Governos do Reino Unido e da República Argentina no sentido de que enviem todos os esforços para buscar uma solução pacífica para a atual controvérsia. O Brasil confia na sabedoria dos governantes dos dois países e acredita firmemente que encontrarão, para o problema que os divide, solução de acordo com os melhores interesses de seus povos e da paz.³³¹

Nesse ínterim, Costa Méndez comunicou-se com o general Alfredo Saint-Jean, ministro do Interior, seu substituto formal ante a chancelaria argentina. Saint-Jean abordou sobre os resultados de seu último encontro com os dirigentes políticos, do qual também havia participado as autoridades da Multipartidária; e assinalou que em 7 de abril (D+5), o general Mário Benjamín Menéndez assumiria como governador militar das ilhas Geórgias do Sul, Malvinas/Falkland e Sandwich do Sul e os políticos haviam consentido em participar da cerimônia. Para o chanceler argentino, a viagem dos representantes das organizações políticas seria interpretada internacionalmente como indício de que a ditadura militar considerava como irreversível a situação criada a partir de 2 de abril de 1982, o que indubitavelmente não concorreria para avalizar as declarações conciliatórias.

Costa Méndez tentou persuadir Saint-Jean acerca da inconveniência do plano. No entanto, o militar defendeu a presença dos políticos no ato de forma inflexível e asseverou: “*El presidente está entusiasmado con esta decisión de los políticos*”. Diante

³³⁰ REAGAN se oferece para mediar crise. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 91, n. 359, p. 13, 6 abr. 1982.

³³¹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Notas do Chanceler Saraiva Guerreiro enviadas ao Embaixador da Grã-Bretanha, G.W. Harding, e ao Embaixador da Argentina, Hugo Caminos. **Resenha de Política Externa do Brasil**, Brasília, n. 33, p. 64, abr./jun. 1982b.

disso, Costa Méndez telefonou para Leopoldo Galtieri, sendo este último taxativo: “*Los planes originales han sido modificados*”. Sobre o episódio, segundo Cardoso, Kirschbaum e van der Kooy, Costa Méndez, ao rememora-lo, após o término da guerra anglo-argentina, afirmou que ao desligar o telefone, pressentiu que o que ele considerava como a intenção original da recuperação havia começado a transformar-se em algo distinto, isto é, aquilo que foi definido na *Directiva Estratégica Militar*, que deu origem a operação militar, fora alterado.³³²

Na posse do general Menéndez, concorreram políticos, dirigentes das câmaras empresariais, bancárias e do comércio, representantes dos produtores rurais, líderes das centrais sindicais, artistas, científicos e dignitários religiosos.³³³ O novo governador, em seu sucinto discurso – em espanhol – dirigido à população das Malvinas/Falkland, afirmou:

*Debe quedar claro que a partir de hoy los consideramos a todos habitantes de la República Argentina, con los plenos derechos que consagra nuestra Constitución y podrán comprobar que ésta coincide, em muchos aspectos, consagrando derechos, libertades y prerrogativas de los ciudadanos similares a los que están acostumbrados a gozar los súbitos ingleses.*³³⁴

Esse pronunciamento do general Menéndez indica a incongruência do *Proceso de Reorganización Nacional*, dado que, logo, nos primeiros dias da ditadura, as Forças Armadas editaram instrumentos legais que restringiram direitos civis em âmbitos específicos. Cita-se como exemplos: o decreto nº6, que sustava a atividade política dos partidos, e decreto nº9, que proibia a atividade sindical. Além disso, o comunicado nº19, estipulava penas de até dez anos para quem tornar-se público e conhecido através de qualquer meio, notícias, comunicados ou opiniões com a intenção de importunar, entorpecer ou desprestigiar a notoriedade das atividades das Forças Armadas. E a lei 21.264 estabelecia que aqueles que instigassem por qualquer meio a violência coletiva ou perturbassem a ordem pública seriam julgados pelos tribunais militares.³³⁵

Uma vez que ambos os governos aceitaram os bons ofícios dos Estados Unidos em 8 de abril de 1982 o secretário de Estado, Alexander Haig, chegou a Londres com três

³³² CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

³³³ GUBER, Rosana. **¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2012.

³³⁴ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 254.

³³⁵ ACUNÁ, Carlos; SMULOVITZ, Catalina. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional. In: PÉROTIN-DUMON, Anne (Org.) **Historizar en pasado vivo en América Latina**. Santiago, Universidad Alberto Hurtado, 2007, p. 3-94.

temas que resultariam preponderantes no decorrer de todo o processo de mediação, quais sejam: retirada dos efetivos militares de ambas as partes, administração interina e acordo a longo prazo. Em resposta ao plano de proposta estadunidense, o governo britânico indicou que voltaria às negociações sempre e quando a Argentina cumprisse a Resolução 502 (1982), porém, o Reino Unido sustentaria seus direitos ao amparo do artigo 51 da Carta das Nações Unidas. No mesmo dia, o secretário de Estado partiu aturdido com a firmeza da posição britânica, segundo admitiu ao embaixador do seu país no Brasil ao fazer escala nesse país em direção a Buenos Aires.³³⁶

Antes do desembarque da delegação norte-americana – que além do secretário de Estado era constituída por Thomas Enders, subsecretário de Estado, e Vernon Walters, embaixador especial –, o Comité Militar argentino aprovou as *Bases para la negociación a ser expuestas ante el secretario de Estado señor Haig*. De acordo com esse documento, as premissas para negociação eram: a soberania não seria negociada; a Resolução 502 (1982) constituía um todo, devendo ser cumprida por ambas as partes; e, os interesses dos ilhéus seriam resguardados e garantidos. Esse documento foi elaborado por altos funcionários da chancelaria argentina com a colaboração do brigadeiro Miret, o general Iglesias e o contra-almirante Moya.³³⁷

Em 10 de abril de 1982, Alexander Haig reuniu-se com Costa Méndez no período matutino e vespertino. À noite, ambos reuniram-se com Leopoldo Galtieri e foram instados a apresentar os avanços nas negociações, momento onde se evidenciou que a exposição do secretário de Estado não considerou nenhum dos pontos indicados pelos diplomatas argentinos na reunião pela manhã. A delegação argentina pleiteava a cessação das hostilidades, a interrupção do avanço da frota britânica, a derrogação da zona de exclusão de 200 milhas em torno das Malvinas/Falkland para navios de guerra e embarcações auxiliares argentinas, o desarmamento progressivo das ilhas e um governo argentino com a participação dos representantes dos ilhéus, sob o controle de um organismo internacional.³³⁸

Por sua vez, a proposta da delegação americana tinha por base a criação de um conselho de cinco membros e a manutenção dos Conselhos Executivo e Legislativo tal

³³⁶ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

³³⁷ VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY, Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983.

³³⁸ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

como existiam no momento do desembarque argentino. Após a manifestação de Alexander Haig, o presidente argentino retirou-se para comunicar à Junta Militar sobre as tratativas. Porém, antes, Leopoldo Galtieri saiu ao balcão da Casa Rosada. Durante todo o dia, concentrou-se na *Plaza de Mayo* um número expressivo de manifestantes em apoio à ocupação argentina das ilhas Malvinas/Falkland. Em um determinado momento parte da multidão começou a vociferar: “*A gritar, a gritar, si quieren las Malvinas que las vengan a buscar*”. E diante das exigências dos compatriotas, Leopoldo Galtieri improvisou o seguinte discurso menos de uma hora depois do seu encontro com o representante do governo estadunidense:

*Si quieren venir que vengan, les presentaremos batalla. En esto tenemos la solidaridad de varios pueblos americanos que están decididos a dar batalla con los argentinos. [...] Si es necesario, este pueblo, que yo trato de interpretar como presidente de la Nación, va a estar dispuestos a tender la mano en la paz, con hidalguía y con honor. Pero también va a estar dispuesto a escarmentar a quien se atreva a toca un metro cuadrado del territorio argentino.*³³⁹

Na avaliação do Informe Rattenbach,

*Con estas palabras, el presidente definió un objetivo estratégico que debía lograrse con la guerra. Se asumía ya un compromiso definitivo, que excedía el alcance de los planes que se trazaron previamente para la acción militar. No se habían realizado previsiones para enfrentar una respuesta militar de magnitud y cuando se advirtió la gravedad de un compromiso que se contraía frente a la Nación, se aceleró una carrera de improvisaciones para reforzar las islas y articular una estrategia defensiva que antes no se había pensado como una posibilidad cierta.*³⁴⁰

Na reunião com a Junta Militar, Leopoldo Galtieri apresentou a proposta americana, a saber: o estabelecimento de uma administração interina tripartite, formada pela Argentina, Estados Unidos e Reino Unido, sendo que Canadá, Peru ou Uruguai também poderiam fazer parte; e, a retirada das tropas argentinas e a duração do governo interino seriam acordadas em um acordo secreto ou especial. Após deliberações, a Junta Militar resolveu que competiria à Leopoldo Galtieri, à Costa Méndez e ao almirante Moya comunicarem a Alexander Haig sobre o rechaço à proposta.

Durante a reunião com Alexander Haig, os representantes argentinos assinalaram a pouca disposição britânica para negociar, uma vez que a proposta equivaleria a regressar à posição anterior a 2 de abril de 1982, sobre a ameaça da esquadra britânica. Também

³³⁹ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 270-271.

³⁴⁰ VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY, Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983, p. 72.

indicaram que a Argentina tinha máxima vontade de negociar, mas estava disposta a defender-se da agressão. Ao término da reunião, o secretário de Estado comunicou ao chanceler argentino que noticiaria a Londres sobre seu retorno a essa localidade e pediu que a Argentina suspendesse a adoção de qualquer medida, em especial, a convocação de uma reunião de consulta do Tiar.

A delegação americana partiu em direção a Londres na manhã de 11 de abril de 1982. Logo da partida de Alexander Haig, o embaixador da URSS em Buenos Aires apresentou-se à Costa Méndez para informar que seu governo avaliava que o incidente no Atlântico Sul havia sido ocasionado em decorrência da vocação colonialista britânica. Nesse sentido, os soviéticos sentiam-se comprometidos e auxiliariam no que fosse possível a Argentina sem almejar nada em retribuição, dado que essa seria uma atitude de reciprocidade em relação à posição argentina ante o embargo de cereais de 1980.³⁴¹

Em 12 de abril de 1982, Alexander Haig reuniu-se, primeiro, com Francis Pym e, posteriormente com Margareth Thatcher. O secretário de Relações Exteriores britânico assinalou que, eventualmente, o seu país admitiria alguma espécie de administração conjunta do arquipélago e assentiria incluir a soberania na agenda de posteriores negociações, no entanto, a Resolução 502 (1982) deveria ser cumprida. Além disso, não se estabeleceriam prazos para a solução a longo prazo, não seria permitido o ingresso de argentinos àquelas ilhas nesse decurso e se reiteraria o princípio da autodeterminação. Já a primeira-ministra sublinhou que o trauma da invasão dificilmente em nada abrandaria em sentido pró-argentino.³⁴²

Nesse ínterim, em Buenos Aires, realizou-se uma reunião do Gabinete Nacional, na qual Leopoldo Galtieri informou sobre o sucedido nos dias anteriores. Enquanto ocorria a reunião, Alexander Haig comunicou-se telefonicamente com Costa Méndez para debater os pormenores finais da administração interina. O ministro de Relações Exteriores argentino advertiu que seu governo requeria datas fixas para a transferência de soberania.³⁴³ O secretário de Estado fez alusão aos rascunhos, elaborados em conjunto

³⁴¹ VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY; Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983.

³⁴² HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

³⁴³ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

pelos colaboradores de ambos os chanceleres, ao passo que Costa Méndez respondeu que os rascunhos eram desprovidos de valor.³⁴⁴

Alexander Haig então postergou sua partida de Londres e reuniu-se novamente com Margareth Thatcher em 13 de abril de 1982. Na reunião, a primeira-ministra fez uma diminuta concessão: a substituição da exigência do *status quo ante bellum* pelo reconhecimento da administração britânica, ademais da minoração da ênfase no assunto dos desejos dos ilhéus. O gabinete de guerra britânico impaciente ante os escassos progressos do secretário de Estado dos Estados Unidos empenhava-se em obter o apoio estadunidense. Em uma entrevista coletiva, Francis Pym asseverou estar convencido de que os Estados Unidos não seriam imparciais entre uma democracia e uma ditadura.³⁴⁵

Conferenciando a Reagan, aquele secretário de Estado regressou a Buenos Aires via Washington, admitiu que não visualizava concessões de nenhuma das partes e reputou que era o momento de cominar o governo argentino com o pleno apoio dos Estados Unidos ao Reino Unido caso a Argentina não cumprisse a resolução do Conselho de Segurança. O presidente norte-americano concordou com a ponderação de Alexander Haig. Em 15 de abril de 1982, três horas antes que o secretário de Estado desembarcasse em Buenos Aires, Leopoldo Galtieri comunicou-se telefonicamente, pela segunda vez, com Ronald Reagan. Diferentemente, do primeiro telefonema, dessa vez quem tinha interesse em conferenciar com o chefe de Estado estadunidense, era o presidente argentino.

Em suas primeiras intervenções, Leopoldo Galtieri reafirmou a disposição em negociar, todavia sublinhou que o avanço da frota britânica acarretaria em uma situação que, provavelmente, o governo argentino perderia o controle. Por outro lado, Ronald Reagan manifestou que permanecia comprometido com a solução pacífica da disputa, uma vez que imiscuía duas nações amigas dos Estados Unidos e que Alexander Haig era seu representante pessoal em quem depositava toda a sua fé e confiança. O presidente argentino então contestou agradecendo o envio do secretário de Estado e evidenciou a intenção de dialogar extensamente com ele. O chefe de Estado estadunidense prosseguiu salientando que ante as circunstâncias tão graves, fazia-se necessário uma solução pacífica, que contemplasse os interesses dos povos envolvidos e da população do

³⁴⁴ VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY, Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983.

³⁴⁵ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

arquipélago, que fosse aceitável para as partes. Ademais, sublinhou que embora sua administração estivesse recebendo críticas devido ter se posicionado como um intermediário neutro e objetivo, essa postura não seria negligenciada enquanto estivessem em curso as negociações. Em sua última declaração, Leopoldo Galtieri destacou que a independência argentina ocorrida no século XIX era incompleta até o dia 2 de abril de 1982 e demandou que seu interlocutor compreendesse o sentimento do povo argentino. Ronald Reagan finalizou a comunicação afirmando que aguardaria o informe de Alexander Haig sobre a rodada de negociação a ocorrer em Buenos Aires.³⁴⁶

Alexander Haig e seus colaboradores chegaram a Buenos Aires e foram recebidos por Costa Méndez. Desde o aeroporto, o secretário de Estado queijou-se do esforço supremo para lograr uma solução ao imbróglio, solicitando alguma flexibilidade das partes em conflito, sem renunciar seus princípios. Em suas memórias, aquele representante norte-americano registrou o que se segue:

Llevaba conmigo una propuesta aprobada por la señora Thatcher que pedía el retiro de los argentinos de las islas, la detención de la flota británica a una distancia de 1000 millas de las Malvinas, una administración interina mixta argentino-británica, con los Estados Unidos también presentes en las islas y el cese total de las sanciones económicas y financieras, y que garantizaba completar la negociación sobre la cuestión de la soberanía para el último día del año 1982. Me parecía inconcebible que cualquier gobierno racional pudiera rechazar tales términos. Entregué la propuesta a los argentinos en cuanto llegué y esperé los resultados.³⁴⁷

A reunião do Comitê Militar em 16 de abril de 1982, ocorrida na Casa Rosada, registrou momentos de tensão quando se deliberou sobre fórmulas de acercamento a proposta apresentada por Alexander Haig. O presidente argentino posicionou-se entre a intransigência do almirante Anaya – que se manifestou contrário a qualquer concessão e asseverava que o secretário de Estado atuava como advogado dos ingleses e suas advertências eram meras estratégias intimidatórias, as quais o governo estadunidense não poderia apoiar em fatos – e o posicionamento conciliador do brigadeiro Lami Dozo. Além disso, verificou-se indícios de impaciência entre integrantes da base de Leopoldo Galtieri. Os membros do generalato, que haviam sido escolhidos pelo presidente, estavam apreensivos com as consequências advindas de um enfrentamento armado e com a probabilidade que sucedesse uma ruptura total com os Estados Unidos. Resultava

³⁴⁶ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

³⁴⁷ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 174.

contraditório para eles que o chefe de Estado argentino, quem os havia persuadido dos benefícios de uma relação especial com Washington, alicerçada na cooperação na América Central, passa-se adoptar uma postura que colocaria em risco, quiçá, de modo irreparável, a referida relação especial.³⁴⁸

Ao término do encontro, o Comitê Militar resolveu que a Argentina aceitaria o estabelecimento de um governo provisório e a realização de negociações posteriores com o auxílio dos Estados Unidos. Contudo, essas deveriam orientar-se ao reconhecimento da soberania argentina e o Reino Unido deveria declinar de impor a vontade dos ilhéus, nesse ponto a Argentina não poderia ceder. No mesmo dia, Costa Méndez encontrou-se com Alexander Haig e comunicou-lhe os pormenores da posição argentina. O secretário de Estado afinçou que eram insuficientes e inquiriu ao chanceler argentino se lhe era possível conferenciar ante os integrantes da Junta Militar, alegando que pretendia expor-lhes os inconvenientes do possível fracasso dos seus esforços. Costa Méndez consentiu com a solicitação e aconselhou Alexander Haig a conferenciar com a Junta Militar antes de enviar qualquer comunicação aos britânicos. Logo, segundo o secretário de Estado, o ministro das Relações Exteriores argentino proferiu a sentença que indicava o apartamento entre ambas as partes: “*Estoy totalmente sorprendido de que los británicos vayan a la guerra por un problema tan pequeño como el de estas pocas islas rocosas*”.³⁴⁹

Alexander Haig reportou-se telefonicamente a Ronald Reagan a fim de informá-lo do impasse em que se defrontava, e acrescentou que caso não obtivesse nenhum progresso com Leopoldo Galtieri partiria imediatamente a Washington, uma vez que seria contraproducente levar as últimas propostas argentinas a Londres.³⁵⁰ A Junta Militar recepcionou Alexander Haig e Vernon Walters na manhã de 17 de abril de 1982. Cardoso, Kirschbaum e van der Kooy afirmam que essa reunião foi um verdadeiro ponto de inflexão, evidenciou-se a animosidade recíproca que havia permanecido latente até aquele momento. Além disso, o ocorrido desvaneceu qualquer vestígio de simpatia que Alexander Haig pudesse ter pela causa e pelos governantes argentinos.³⁵¹

³⁴⁸ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

³⁴⁹ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 176-177.

³⁵⁰ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

³⁵¹ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

Na reunião, o secretário de Estado se queixou das notícias veiculadas pela imprensa que indicavam que a Junta Militar o considerava pró-britânico. Jorge Anaya asseverou que tais versões refletiam a realidade. Alexander Haig passou, então, a arguir contra a alternativa de um conflito armado e enfatizou o poderio britânico e a determinação de Margareth Thatcher. O comandante-em-chefe da Marinha argentina interveio mais uma vez, afirmando:

*Los argentinos estamos tan decididos como la señora Thatcher. Tenemos nuestro coraje y nuestra sangre para ofrecer. Yo mismo tengo un hijo entre los combatientes y como padre le puedo asegurar que sería un honor que ofrendase su vida enfrentando al agresor colonial.*³⁵²

Alexander Haig contestou asseverando “*lo comprendo, almirante. Pero, también, sé que usted afirma eso porque nunca ha tenido la experiencia de ver regresar los cadáveres del frente hundidos en bolsas de plástico*”. Os autores supracitados comentam que

*[...] el tiempo le probaría al marino la inutilidad de apelar a la retórica grandilocuente. Un día después de la rendición argentina de Puerto Argentino realizó ante el general Walters una gestión telefónica para que este acelerara la liberación de su hijo, teniente de la aviación del Ejército que había sido tomado prisionero por los ingleses.*³⁵³

Jorge Anaya aproximou-se de Alexander Haig e, dirigindo-se à Vernon Walters afirmou:

*Explíquele al secretario que yo comprendo perfectamente el problema que enfrenta. Los ingleses lo presionan porque quieren el petróleo de Malvinas. Tienen que saber que eso no puede ser un impedimento para la paz. Nosotros estamos dispuestos a hallar la fórmula para que participen de la riqueza.*³⁵⁴

Alexander Haig respondeu de forma contundente: “*no creo que el petróleo sea importante en las presentes circunstancias. Los ingleses, almirante, están en esto por lo mismo que ustedes. Por el honor*”.³⁵⁵

Diante da intransigência dos tomadores de decisão argentinos, o secretário de Estado sentenciou que caso a situação prolongasse, a Argentina deveria defrontar-se com a ação militar britânica e não haveria, para Washington, nesse cenário, outra opção que não o respaldo a Londres. A reunião encerrou-se 1h30min após seu início. Entretanto, as

³⁵² CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983, p. 184.

³⁵³ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983, p. 184.

³⁵⁴ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983, p. 184.

³⁵⁵ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983, p. 184.

negociações entre os delegados argentinos e estadunidense prosseguiram até às 3h da manhã de 18 de abril de 1982, sem registrar avanços.

Isto posto, Alexander Haig telefonou para William Clark, assessor para assuntos de Segurança Nacional do governo dos Estados Unidos, desde uma linha telefônica não criptografada, a fim de que a informação fosse captada pelos serviços de inteligência argentinos, e conferenciou sobre um iminente ataque britânico às ilhas. Destaca-se que em 16 de abril de 1982, Alexander Haig fora informado que a frota britânica havia zarpado da ilha de Ascensão em direção ao Atlântico Sul.³⁵⁶ Horas depois, o secretário de Estado é convidado a comparecer à Casa Rosada para continuar com as negociações.³⁵⁷

Na noite de 18 de abril de 1982, Leopoldo Galtieri reuniu-se com Alexander Haig pela última vez e entregou-lhe uma proposta que continha algumas concessões substanciais em relação à posição original da Junta Militar. Ao apresentar pessoalmente a nova posição do governo argentino, o presidente pretendeu deixar evidente que se tratava do “piso” das aspirações argentinas, ao passo que se ele cedesse demasiadamente, seria removido do seu cargo. Alexander Haig, então, indagou-lhe sobre quanto tempo presumia sobreviver caso perdesse uma guerra com os britânicos.³⁵⁸

De acordo com a proposta, a Argentina aceitava a autoridade especial interina nos termos solicitados por Londres e o estabelecimento nas ilhas de uma administração semelhante à tradicional, ampliada, para incluir os argentinos, todavia com participação diminuta em comparação às pretensões iniciais. Com relação às negociações, a fim de lograr uma solução definitiva – conforme o capítulo XI da Carta das Nações Unidas –, estas deveriam contemplar devidamente os direitos dos ilhéus e, para equilibrar essa adjudicação, tinha-se o compromisso de respeitar o princípio da integridade territorial. Entretanto, embora se insistisse no estabelecimento como data limite para se conseguir um acordo até 31 de dezembro de 1982 não se incluiu uma cláusula compulsiva de transferência de soberania. Alexander Haig assegurou a Leopoldo Galtieri que a nova

³⁵⁶ VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY; Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983.

³⁵⁷ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

³⁵⁸ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

proposta argentina não era suficiente para satisfazer o governo inglês, pois, na sua perspectiva, a situação continuava apresentando um risco considerável.³⁵⁹

Após o encontro com o representante do governo estadunidense, o presidente-comandante reuniu-se com a Junta Militar e, depois de intenso debate, incorporou um novo ponto na proposta, em favor do qual Jorge Anaya empenhou-se desmedidamente, que foi denominado de *cláusula loca* por um anônimo funcionário do *Palacio San Martín*. Conforme essa disposição, “*a partir del 1 de enero de 1983 y hasta tanto entre en vigencia el acuerdo sobre el estatus definitivo, la jefatura del gobierno y de la administración será ejercida por un funcionario del gobierno argentino*”.³⁶⁰ No dia seguinte, Costa Méndez transmitiu a nova exigência a Alexander Haig. Além disso, o chanceler argentino informou que o avanço da frota britânica compelia à Argentina a solicitar a convocatória da reunião de consulta do Tiar.³⁶¹

Alexander Haig respondeu indicando que as imposições retrocediam ao princípio das negociações e anunciou que regressaria imediatamente a Washington. Antes, encaminhou à Londres a nova proposta argentina, obteve como resposta que nenhum dos tópicos eram aceitáveis. Já deslocando-se para os Estados Unidos, o secretário de Estado enviou a seguinte mensagem a Ronald Reagan:

*Nuevamente, en una muestra de mala fe, única en mi experiencia como negociador, los argentinos dejaron de lado su palabra y regresado a los imposible términos originales: los británicos debían otorgarles la soberanía sobre las Malvinas o aprobar un arreglo para gobernar las islas que constituiría una soberanía argentina de facto sobre las mismas. En esto la señora Thatcher jamás transaría pues sería como recompensar una agresión y traicionar a los isleños. La flota británica estaría a tiro de cañón de la Isla Georgia dentro de las 48 horas.*³⁶²

Em 20 de abril de 1982, por solicitação da Argentina, o Conselho Permanente da OEA reuniu-se em sessão extraordinária com a finalidade de apreciar a convocação de uma reunião de consulta em decorrência da crise anglo-argentina. Ao peticionar o representante argentino, embaixador Raul Quijano, invocou os artigos 6º e 13 do Tiar e

³⁵⁹ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

³⁶⁰ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 184-185.

³⁶¹ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

³⁶² VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 185.

assinhalou “*la inminencia de un ataque armado anunciado por Gran Bretaña*”, embora tenha esclarecido que “*esta decisión argentina no debe ni puede ser interpretada como un signo de negativa a seguir negociando o como un indicio de que la gestión del secretario del Estado Haig ha fracasado*”.³⁶³ Nessa sessão, aprovou-se a Resolução 360, que convocava a XX Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores para 26 de abril de 1982. Os 21 Estados-membros do Tiar participaram da votação, sendo 18 favoráveis a convocação e três abstenções (Colômbia, Estados Unidos e Trinidad-Tobago).

Em 22 de abril de 1982, Francis Pym deslocou-se a Washington para conferenciar com Alexander Haig em uma última tentativa de concertar os inflexíveis princípios do Reino Unido com os aspectos aceitáveis pela Junta Militar argentina. Os funcionários ingleses referiam-se a esse encontro como *operação fantasia*. As únicas concessões que o secretário de Relações Exteriores poderia realizar limitavam-se em admitir que outras bandeiras tremulassem conjuntamente à britânica durante a administração interina e que a questão da soberania poderia ser debatida após a retirada das forças argentinas. Ademais, deveria ser assegurado aos ilhéus a faculdade de imiscuir-se em qualquer tratado que fosse celebrado. A reunião entre Francis Pym e Alexander Haig durou quatro horas. Na ocasião, ambos assentiram que havia muitos pontos de atrito que impediam a celebração de um acordo. Além disso, em vários momentos da interlocução, sentiram-se aprisionados à intransigência tanto britânica quanto argentina.³⁶⁴

O secretário de Relações Exteriores britânico regressou a Londres em 23 de abril de 1982. No dia seguinte, em uma reunião com o gabinete de guerra, asseverou que as possibilidades de negociação haviam se exaurido e somente sobejava aguardar a aceitação dos termos que seriam apresentados por Alexander Haig em um prazo relativamente breve. Como no entendimento de Francis Pym a proposta a ser apresentada contemplaria os interesses ingleses para evitar o confronto armado e preservar as boas relações com os demais países da América Latina, agregou que sugeria sua aceitação. Margareth Thatcher manifestou-se hostil à recomendação de Francis Pym. Para a primeira-ministra era inadmissível o secretário de Relações Exteriores aventar concessões e compromissos,

³⁶³ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

³⁶⁴ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

quando os combatentes britânicos estavam demonstrando intrepidez na operação de desembarque nas ilhas Geórgias do Sul.³⁶⁵

Na manhã de 25 de abril de 1982, o comunicado número 26 da Junta Militar informava ter recebido, através da embaixada Suíça, uma nota que indicava que o governo britânico havia decidido atacar qualquer aeronave, navio ou submarino argentino que obstaculizasse a realização da missão da frota britânica no Atlântico Sul, sendo essa adversão extensível aos aviões comerciais argentinos. Horas depois, o Estado Maior Conjunto comunicou que a tropa argentina localizada nas ilhas Geórgias do Sul combatia tenazmente aos ataques britânicos e que a guarnição resistiria até o esgotamento de sua capacidade defensiva.³⁶⁶ Em verdade, menos de duas horas depois do desembarque britânico, o capitão Alfredo Astiz rendeu-se formalmente, como é possível constatar pelo relato do capitão de fragata Eduardo Costa:

*La resistencia de los promocionados 'lagartos', que también habían sido adiestrados como buzos tácticos, duro apenas cuarenta y cinco minutos, o a lo sumo una hora, después de iniciado el desembarco. [...] La bandera de parlamento flameó cuando todavía no se habían producido bajas en el combate, sólo hubo un muerto, pero por accidente. [...] Cayeron prisioneros 194 argentinos, incluyendo infantes de marina, submarinistas, personal técnico dejado en tierra por el Bahía Paraíso y la corbeta Guerrico, radioperadores, y los 39 operarios de Davidoff.*³⁶⁷

Enquanto a Junta Militar emitia comunicados (sete, ao todo) relatando os enfrentamentos, o governo britânico informava, na tarde de 25 de abril de 1982, que os aprisionados seriam repatriados à Argentina.

No mesmo dia, Costa Méndez chegou a Washington para assistir à reunião de consulta do Tiar. No aeroporto, um representante do Departamento de Estado o aguardava para comunicar-lhe que Alexander Haig desejava entrega, simultaneamente, aos representantes da Argentina e do Reino Unido, uma nova proposta de negociação.³⁶⁸ Decidiu-se por protelar a resposta ao pedido, dado que no diálogo a ser estabelecido, o secretário de Estado poderia demandar o adiamento da reunião dos Estados-membros do

³⁶⁵ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. Ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

³⁶⁶ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 270-271.

³⁶⁷ COSTA, Eduardo José. **Guerra bajo la cruz del sur**. Montevideo: Hyspamérica, 1988, p. 70.

³⁶⁸ VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY; Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983.

Tiar – o governo dos Estados Unidos era contrário à realização do encontro –, o que poderia prejudicar a reação solidária regional almejada pela Argentina.³⁶⁹

A XX Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da OEA começou em 26 de abril de 1982. O chanceler uruguaio, Estanislao Valdez Otero, que a presidia concedeu a palavra a Costa Méndez, que pronunciou um discurso de teor bélico e emotivo, no qual manifestou, entre outros pontos, que enquanto fluísse sangue pelas veias do último soldado argentino, a bandeira argentina tremularia nas ilhas Malvinas/Falkland.³⁷⁰ Saraiva Guerreiro, na ocasião, discursou de improviso. Ademais de rememorar que em 1833, após ser comunicado da ocupação das ilhas, bem como da expulsão do governador e dos cidadãos argentinos que ali habitavam, o governo brasileiro associou-se às gestões de protestos feitas pela Argentina junto ao governo inglês, asseverando que no decorrer do tempo não revestiu a ocupação de valor jurídico, uma vez que o país prejudicado, em nenhum momento, sobrestou de reiterar seu protesto.

O chanceler brasileiro pontuou que outro aspecto da posição brasileira tem sido sempre o de propugnar uma solução pacífica e negociada para a disputa. É nesse marco, que o Brasil apoiou as resoluções adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas referentes à tema da descolonização, sendo lamentável que o processo de negociação entre as partes de quase 17 anos não tenha sido profícuo e que uma engrenagem de violência estivesse em curso pondo em risco a paz na América. Por fim, Saraiva Guerreiro salientou o seu apoio à sugestão do chanceler do Peru no sentido de fazer descontinuar as hostilidades, com o cumprimento integral da Resolução 502 (1982) do Conselho de Segurança da ONU, que deveria ser efetivada em todos os seus aspectos e não seletivamente.³⁷¹

Ao concluir os debates, com algumas modificações, um projeto de resolução apresentado pelo Brasil e Peru e copatrocinado pela Costa Rica foi aprovado por 17 votos, nenhum contrário e quatro abstenções, convertendo-se na Resolução I, documento 28/82. Tal documento urgia o governo do Reino Unido a cessar imediatamente as hostilidades em curso, o governo da Argentina a abster-se de qualquer ação que pudesse majorar a

³⁶⁹ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

³⁷⁰ VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY, Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983.

³⁷¹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Discurso, de improviso, do Chanceler Saraiva Guerreiro ao final da sessão da Comissão Geral da XX Reunião de Consulta em Washington em 26 de abril de 1982. **Resenha de Política Externa do Brasil**, Brasília, n. 33, p. 65, abr./jun. 1982c.

situação e instava ambos os governos a estabelecerem de imediato um armistício que permitisse a retomada e o normal desenvolvimento das mediações conducente à solução pacífica do conflito, considerando os direitos de soberania da Argentina sobre as Malvinas/Falkland, bem como os interesses dos ilhéus. A reunião de consulta permaneceria aberta com o objetivo de velar pelo cumprimento do que foi aprovado e tomar as medidas adicionais necessárias.³⁷²

Ao término da votação, Costa Méndez assegurou que “*la Argentina negocia, negocia y negocia, menos la soberania que ha sido ratificada por toda América*” e agregou que “*la estrategia argentina no excluye recurrir a la ONU, a la OEA o a la guerra si nos obligan*”. Sua manifestação foi aplaudida de pé pelos chanceleres, Alexander Haig permaneceu sentado por alguns minutos, retirando-se em seguida.³⁷³ Posteriormente, Costa Méndez registrou o seguinte sobre a aprovação da resolução da OEA:

[...] *por primera vez en su historia los Estados Unidos sufrían una derrota tan aplastante. El caso era claro y no tenía connotación ideológica alguna. Los Estados americanos condenaron con su voto, y muchos de ellos con sus discursos la agresión británica, la incomprensible actitud de los Estados Unidos frente a ella y su falta de solidaridad con el hemisferio, así como el desconocimiento del Tratado de Río, que tantas veces habían invocado cuando sus intereses nacionales estaban en juego.*³⁷⁴

Em 27 de abril de 1982, a última proposta do processo de mediação de Alexander Haig foi remetida a Buenos Aires e a Londres. A Junta Militar recusou o oferecimento do secretário de Estado de levar pessoalmente a proposta a Buenos Aires, diante disso a propositura foi entregue à Costa Méndez no gabinete de Alexander Haig em Washington, que demandou que a resposta argentina fosse entregue até a meia noite do dia 27, o prazo breve justificava-se porque, em 48 horas a armada britânica seguramente voltaria a agir, bombardeando aeroportos e desembarcando tropas. Além disso, a proposta era justa e razoável. O gabinete de guerra britânico replicou a Alexander Haig que somente contestaria após inteirar-se da resposta argentina.

A nova proposta encontrava-se estruturada em três partes principais: o acordo propriamente dito, que previa uma autoridade interina; o protocolo, que constituía e

³⁷² OEA. **Acta de la Cuarta Sesión de la Comisión General, Vigésima Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores**, doc. OEA/Ser. F/II.20, doc. 28/82, 28 abr. 1982.

³⁷³ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 322.

³⁷⁴ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1. ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 191.

regulamentava a autoridade interina; e, a Carta onde as partes aceitavam a função de verificação dos Estados Unidos. A resposta argentina foi entregue oficialmente por Esteban Takacs – embaixador argentino nos Estados Unidos – a Thomas Enders, subsecretário de Estado em 29 de abril de 1982. No encontro, o embaixador argentino apresentou uma carta onde Costa Méndez assinalava que a proposta não era aceitável, devido às imprecisões quanto ao reconhecimento da soberania argentina e ao regime de administração no período provisório. A carta expunha que

*[...] en lo que toca a la cuestión de soberanía. Se ha quitado toda precisión al concepto de integridad territorial y se ha introducido el elemento nuevo de un virtual referéndum para consultar los 'deseos' de los habitantes, en abierta oposición a la resolución 2065 de las Naciones Unidas y la posición invariablemente sostenida por la Argentina. Sabe el señor secretario que estas modificaciones no pueden ser aceptadas por nosotros.*³⁷⁵

Na mesma reunião, Esteban Takacs recebeu uma nota do Departamento de Estado que antecipava a última decisão do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos: estava encerrada a mediação do secretário de Estado e aplicar-se-iam sanções contra a Argentina.

Em 30 de abril de 1982, Alexander Haig, em pronunciamento à imprensa, anunciou o malogro de sua gestão mediadora e declarou que em virtude da negativa argentina em aceitar a última proposta, o presidente Ronald Reagan ordenou a adoção de medidas concretas com o propósito de evidenciar que os Estados Unidos não podiam, nem poderiam endossar o uso ilegal da força para dirimir disputas. Em vista disso, decretou-se: a suspensão de novos créditos e garantias do Banco de Importação e Exportação, a interrupção de créditos e garantias para o comércio de matérias-primas, a descontinuação de todas as exportações militares e o cancelamento da emissão de certificados que considerava a Argentina apta para receber essas exportações. Por fim, Alexander Haig declarou que os Estados Unidos responderiam positivamente aos pedidos de ajuda militar solicitados pelo Reino Unido, mas sem um envolvimento militar direto. Marcos Novaro e Vicente Palermo assinalam que até 2 de abril, o governo estadunidense havia se mantido neutro no tocante a soberania dos territórios insulares e praticamente alheio a contenda em todas as suas dimensões, porém como um membro da OTAN estava

³⁷⁵ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 323.

sendo vítima de uma agressão, o assunto passou para um absoluto primeiro plano, ao passo que, a questão de fundo – a soberania – foi relegada ao segundo plano.³⁷⁶

Ao asseverar que apoiaria o Reino Unido em detrimento da Argentina, os Estados Unidos publicizou uma prática que estava ocorrendo já há um tempo. Com base em acordos prévios, os Estados Unidos autorizaram que a esquadra britânica fizesse uso de sua base militar situada na ilha de Ascensão. De acordo com ordens expedidas por Caspar Weinberger, secretário de Defesa estadunidense, chegou a Ascensão navios-tanques, aviões de transporte, mísseis, combustível e armamentos. O auxílio militar ao Reino Unido foi amplo e de grande importância. Quiçá o aporte estadunidense mais substancial consistiu em serviço de inteligência e em comunicação por sinal de rádio. Em uma oportunidade, Terence Lewin, chefe do Estado-Maior de Defesa britânico, telefonou para o general David Jones, presidente da Junta de Chefes de Estados-Maiores, para solicitar-lhe o fornecimento urgente de um tipo essencial de comunicação. Quando Terence Lewin iniciou sua exposição, o general o interrompeu e declarou: “*Sé lo que me va a pedir, y ya está hecho*”. Uma vez concluída a guerra, as autoridades militares britânicas elogiaram a presteza com que o David Jones respondeu a cada pedido.³⁷⁷

No mesmo dia, Saraiva Guerreiro enviou um telegrama ao secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, requisitando que em razão da iminência de um conflito armado no Atlântico Sul, o governo brasileiro considerava imperativo que fossem acionados, imediatamente, os mecanismos previstos na Carta da ONU para a manutenção da paz e da segurança, dado que era de responsabilidade daquele organismo adoção de medidas prontas e eficazes que assegurassem a implementação integral da Resolução 502 (1982) do Conselho de Segurança.³⁷⁸

3.2 A guerra anglo-argentina

Em 1º de maio de 1982, às 4h23min, o bombardeiro Vulcan, que decolou da ilha de Ascensão, acanhou a pista do aeroporto de *Port Stanley*. Em sequência, o destróier *Glamorgan* e as fragatas *Arrow* e *Alacrity* iniciaram ataques sobre as posições argentinas

³⁷⁶ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à Restauração Democrática**. Tradução: Alexandra de Mello e Silva. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

³⁷⁷ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984, p. 163.

³⁷⁸ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Telegrama do Chanceler Saraiva Guerreiro ao Secretário Geral das Nações Unidas enviada em 30 de abril de 1982. **Resenha de Política Externa do Brasil**, Brasília, n. 33, p. 65, abr./jun. 1982d.

situadas nas imediações da capital do arquipélago, ao passo que as tropas do SAS e SBS desembarcaram nas costas das ilhas Malvinas/Falkland para esquadrihar as capacidades técnicas e físicas do contingente argentino.³⁷⁹ A Junta Militar argentina limitou-se a registrar o seguinte sobre o início da guerra anglo-argentina:

*Seis buques británicos se acercaron a Puerto Argentino ejecutando fuego naval sobre la ciudad mientras el almirante británico John Foster 'Sandy' Woodward intimaba a rendición, lo que fue rechazado por el Gobernador Militar en las Islas Malvinas, general Mario Benjamín Menéndez, esto fue comunicado por parte telefónico al Estado Mayor Conjunto en Buenos Aires.*³⁸⁰

Consciente que toda mediação conduzida pelos Estados Unidos seria indeferida pelo governo argentino, Alexander Haig decidiu empreender uma mediação velada transmitindo ao presidente peruano Fernando Belaúnde Terry um projeto de resolução a ser apreciado pela Junta Militar. Na avaliação de alguns assessores do secretário de Estado, os bons ofícios resultariam mais factíveis se o moderador fosse “um primo latino” e não Washington.³⁸¹ Na noite de 1º de maio de 1982, Javier Arias Stella, ministro de Relações Exteriores do Peru, telefonou para Costa Méndez, a fim de sondar a receptividade ante um eventual oferecimento. Os militares argentinos encontravam-se deveras incitados pelo que, na perspectiva deles, havia sido uma jornada de vitória no campo de batalha. Por essa razão, Costa Méndez muito se esforçou para que o presidente argentino aceitasse um diálogo com seu par peruano. Leopoldo Galtieri relutava em comunicar-se com Belaúnde Terry alegando excesso de trabalho.

A missão do presidente peruano havia principiado algum tempo antes. Pouco dias após a aprovação da Resolução 502 (1982) do Conselho de Segurança, Belaúnde Terry pleiteou a Argentina e a Grã-Bretanha à cessação das hostilidades. Para o chefe de Estado peruano “*esa exhortación era necesaria para que cuando estuviesen frente a frente, no se agarraran a tiros*”.³⁸² Na madrugada de 2 de maio de 1982, finalmente, Leopoldo Galtieri aceitou conferenciar com Belaúnde Terry. O presidente argentino então asseverou que seu país não reorientaria sua posição, rememorou que o Peru havia votado em favor da resolução do Tiar e reiterou que a Argentina não renunciaria da sua soberania

³⁷⁹ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

³⁸⁰ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 346.

³⁸¹ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. Ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

³⁸² CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983, p. 225.

sobre o arquipélago, e que depois de 150 anos, um ou dois anos não modificariam nada, todavia, 150 anos mais era inadmissível.³⁸³ O chefe de Estado peruano declarou que faria tudo o que estivesse ao seu alcance para que os propósitos do governo argentino fossem cumpridos plenamente. Leopoldo Galtieri aceitou a gestão mediadora e solicitou que proposta de solução fosse encaminhada à Costa Méndez.

O plano de paz dispunha de sete pontos: cessação imediata das hostilidades; retirada mútua das forças; presença de representantes alheios às partes beligerantes para administrar inteiramente as ilhas; os governos reconheceriam a existência de reclamações divergentes e conflitante sobre a situação das ilhas; os governos reconheceriam que os pontos de vista e os interesses dos habitantes locais deveriam ser considerados na solução definitiva da controvérsia; as terceiras partes – Grupo de Contato – que interviriam de imediato nas negociações para concretizar esse convênio estaria compostas por vários países a serem designados de comum acordo; e antes de 30 de abril de 1983 se chegaria a um acordo definitivo sob a responsabilidade do Grupo de Contato.³⁸⁴ A proposta foi esboçada pelo próprio Alexander Haig. O Peru formulou algumas objeções, as quais propiciaram um documento mais breve, o que, na perspectiva do governo peruano o tonava mais factível.³⁸⁵

Alexander Haig transmitiu o projeto de resolução a Francis Pym, que imediatamente replicou que seu governo não admitiria “pontos de vistas e interesses”, mas sim “desejos e interesses” dos ilhéus. Por sua vez, a Junta Militar argentina deixou transcorrer várias horas sem nada decidir. O chanceler argentino, então, encarregou-se das negociações e manteve várias comunicações com Lima. Durante uma conversação telefônica, Belaúnde Terry disse a Costa Méndez que o Grupo de Contato deveria substituir integralmente a administração britânica, sendo sugerido Brasil e Peru, por parte da Argentina, e Alemanha Ocidental e Estados Unidos, por parte do Reino Unido. Costa Méndez opôs-se à participação dos Estados Unidos, citando o voto contrário deste à resolução do Tiar. Indicou-se, então, o Canadá, o qual também foi rejeitado. Finalmente,

³⁸³ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

³⁸⁴ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

³⁸⁵ VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY, Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983.

preconizou-se a Itália. Não obstante, ao final da deliberação os países involucrados permaneceram sendo os recomendados, inicialmente, pelo presidente peruano.³⁸⁶

Às 14h50min de 2 de maio de 1982, Belaúnde Terry contactou-se, novamente, com Leopoldo Galtieri. O presidente argentino afirmou que, naquele momento, não poderia deferir o projeto de acordo, no entanto existia a melhor predisposição, sendo necessário aguardar até a meia-noite para contestá-lo. O chefe de Estado peruano aconselhou que, na medida do possível, não se alterasse o texto proposto, dado que no seu entendimento, a proposta prosperaria e sublinhou que as imprecisões existentes resultavam necessárias a fim de não obstaculizar a negociação. Apesar disso, a posição argentina estava resguardada, pois se pretendia que o documento não significasse a capitulação das partes, mas um entendimento honroso. Leopoldo Galtieri sentenciou que, proximamente, a Junta Militar reunir-se-ia para conferenciar sobre o projeto e que esperava lhe informar sobre o decidido à noite.

Às 19 horas de 2 de maio de 1980, a Junta Militar reuniu-se para analisar o plano de paz peruano. Minutos antes de começar a reunião, Jorge Anaya foi informado que o cruzeiro *ARA General Belgrano*, com 1042 tripulantes, havia sido submerso pelo submarino nuclear *Conqueror* fora da zona de exclusão, provocando o falecimento de 323 indivíduos. A embarcação argentina foi torpedeada após 30 horas de perseguição, tendo em visto que em 1º de maio, ao meio-dia, o comandante do *Conqueror*, Chris Wreford-Brown, reportou ao comando militar britânico que havia avistado a embarcação argentina conjuntamente com dois destroyers. John Nott alegou que o cruzeiro havia sido atacado porque representava uma ameaça às embarcações britânicas.³⁸⁷ Costa Méndez rememorou, posteriormente, que em uma das comunicações com Belaúnde Terry, este havia lhe alertado: “*Mire que me han dicho que algo puede suceder*”.³⁸⁸

Na reunião da Junta Militar argentina, Costa Méndez fez uma extensa exposição sobre o projeto de paz e sentenciou que Belaúnde Terry deveria ser informado que a proposta peruana seria aceitável desde que ocorresse alguma adequação em certos pontos do texto. Ao final da reunião, aquela Junta Militar decidiu que Leopoldo Galtieri deveria transmitir ao presidente peruano as considerações do governo argentino sobre a proposta formulada e que o afundamento do *General Belgrano* teve um impacto deletério na

³⁸⁶ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. Ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

³⁸⁷ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

³⁸⁸ CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983, p. 229.

apreciação do plano. Além disso, resolveu-se que o almirante Moya, o brigadeiro Miret e o general Iglesias iriam a Lima com o propósito de esclarecer ante Belaúnde Terry o posicionamento argentino sobre a proposta peruana. Em contraste, para o brigadeiro-general Lami Dozo, a reunião havia terminado sem que o ataque ao navio argentino acarretasse a rejeição da proposta e Leopoldo Galtieri deveria mencionar tal circunstância ao chefe de Estado peruano.³⁸⁹

A decisão do comandante-em-chefe da Marinha favorável à aceitação da proposta peruana ante o agravo ocorrido com o *General Belgrano* provocou uma intensa discussão entre os membros da armada. O ambiente era tão exasperante que o brigadeiro Miret – representante da Marinha nas gestões diplomáticas – não se dirigiu a Lima conjuntamente com os outros dois enviados especiais. O almirante Jorge Anaya telefonou ao comandante-presidente para expressar que tinha um problema junto aos seus pares. E, seguidamente, comunicou a Costa Méndez – tendo o general Leopoldo Galtieri e o brigadeiro Lami Dozo como testemunhas – que sua força se retirava das negociações devido ao afundamento do *General Belgrano*.

Na madrugada de 3 de maio de 1982, o chefe de Estado argentino contactou-se com seu par peruano e asseverou

*Realmente los temas de los siete puntos fueron analizados en profundidad, dentro del tiempo disponible, y habíamos quedado en seguir profundizando, dado que el tema es la paz y la soberanía argentina en las islas Malvinas y Georgias del Sur. Pero todo esto, señor presidente, se ha visto tremendamente afectado y trastocado por la actitud británica al torpedear al crucero General Belgrano de la Armada Argentina, para nosotros fuera de los límites de las 200 millas que además no aceptamos del Reino Unido y evidentemente esta situación particular no solamente no favorece sino que el gobierno argentino no está dispuesto; ante esta presión militar, preferimos morir de pie que vivir arrodillados o aceptar ninguna negociación relacionada con la paz en el Atlántico Sur en estas condiciones.*³⁹⁰

Belaúnde Terry solidarizou-se com o acontecido com a embarcação argentina, ponderando que era compreensível a interrupção momentânea das negociações diante das circunstâncias imperantes. Além disso, declarou que comunicaria a Alexander Haig sobre a decisão argentina. E reiterou a disposição do governo peruano de auxiliar no que fosse possível para se obter a paz.

³⁸⁹ VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY; Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983.

³⁹⁰ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 555-556.

Também em 2 de maio de 1982, o *ARA Alférez Sobral* foi atacado e pereceram o capitão e sete tripulantes. Após o fato, a frota de guerra argentina regressou às suas bases, não se deslocando a mar aberto por temor de ser submergida, limitando-se em permanecer em águas continentais. A partir desse momento, somente navios mercantes adentraram a zona de exclusão. Esse tipo de embarcação e as naus de menor porte da marinha e da Autoridade Marítima Argentina foram as únicas naves de superfície presentes no decorrer do conflito.³⁹¹ Em 4 de maio de 1982, aviões da Força Aérea argentina equipados com mísseis Exocet torpedearam e submergiram o destróier *HMS Sheffield*.

A gestão de bons ofícios peruana perdurou nos dias subsequentes. Alexander Haig continuou confrangendo o governo britânico. Em razão disso, Margareth Thatcher enviou uma nota a Ronald Reagan queixando-se da coação constante de que era objeto o seu governo e sublinhando que os projetos de resolução examinados não contemplavam sem ambiguidades o direito à livre determinação. De todo modo, a Argentina decidiu orientar-se às negociações impulsionadas pela ONU, em detrimento das mediações promovidas pelo secretário de Estado estadunidense.³⁹²

Nesse ínterim, o secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, ofereceu os seus bons ofícios, o qual foi aceito pela Argentina e pelo Reino Unido. Pérez de Cuéllar reuniu-se separadamente com o embaixador Eduardo Roca, representante argentino ante a ONU, e com Francis Pym, secretário de Relações Exteriores do Reino Unido. Na ocasião, entregou a ambos um *aide memoire*, que preconizava a adoção por ambos os governos das seguintes medidas: a Argentina encetaria a retirada de suas tropas e, o Reino Unido, a remoção de suas forças navais da região das ilhas Malvinas/Falkland; ambos os governos iniciariam negociações em um prazo a ser acordado; ambos os governos suspenderiam suas medidas de bloqueio e zonas de exclusão, cessando os atos de hostilidades; ambos os governos descontinuariam todas as sanções econômicas; e, as medidas indicadas seriam supervisionadas.³⁹³

Em 7 de maio de 1982, o governo britânico ampliou a zona de exclusão aérea e naval para 12 milhas a partir do litoral argentino. E Margareth Thatcher aprovou a sugestão do seu gabinete de guerra de transladar as unidades de infantaria que estavam

³⁹¹ LORENZ, Federico. **Malvinas: una guerra argentina**. 1. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

³⁹² VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

³⁹³ VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY, Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983.

na ilha Ascensão para as imediações do arquipélago das Malvinas/Falkland. Em discurso na Câmara dos Comuns, a primeira-ministra afirmou o seguinte sobre deslocamento das tropas, concomitante, a mediação de Pérez de Cuéllar:

*Las negociaciones necesariamente deben tomar algún tiempo; pero debo poner en claro que el hecho de que estemos negociando no impide el uso de ninguna alternativa militar. [...] Debemos decir claramente a los argentinos que no tienen que llegar a la mesa de negociaciones con la esperanza, o con las condiciones, de que finalmente les sea cedida la soberanía sobre las islas; hay ciertos principios respecto de los cuales no podemos doblegarnos.*³⁹⁴

No mesmo dia, a Argentina apresentou uma nota de protesto devido ao prolongamento do bloqueio naval ante o Conselho de Segurança da ONU e ao Órgão de Consulta do Tiar.

No dia seguinte, ocorreu na residência de Pérez de Cuéllar uma reunião com os representantes argentinos; e o Reino Unido entregou uma nota ao Conselho de Segurança justificando a extensão da zona de exclusão. No dia 9 de maio de 1982, simultaneamente ao desenvolvimento das negociações em Nova Iorque, as forças britânicas iniciaram uma nova ofensiva sobre a capital do arquipélago, ao passo que o governo argentino confirmou o ataque ao navio pesqueiro *Narwal* e o afundamento do navio de transporte *Isla de los Estados*.³⁹⁵

Entre os dias 12 e 14 de maio de 1982, o presidente João Batista Figueiredo esteve em visita oficial a Washington. Em encontro com chefe de Estado estadunidense, no qual também estiveram presentes o vice-presidente americano George Bush, Alexander Haig, Saraiva Guerreiro e o general Danilo Venturini, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República do Brasil, Ronald Reagan e Alexander Haig explicaram à delegação brasileira a posição assumida pelo Estados Unidos no conflito em curso no Atlântico Sul, salientando o clima de animosidade então existente na imprensa e na opinião pública americana contra os argentinos. O secretário de Estado, ainda, ressaltou a impossibilidade de obtenção junto ao governo argentino de um acordo de paz, relatando suas reclamações ante os diplomáticos argentinos. Este, inúmeras vezes, acordava um entendimento à noite, que era completamente desfeito na manhã seguinte.³⁹⁶

³⁹⁴ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 366.

³⁹⁵ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

³⁹⁶ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

Por sua vez, João Batista Figueiredo expôs que a guerra anglo-argentina deveria ter uma solução diplomática rápida “sem que nenhuma das duas partes sa[ísse] vencedora ou perdedora” e que os dois países tivessem atendidas as suas “reivindicações justas”. O presidente estadunidense concordou com as condições do seu par brasileiro. Ambos os presidentes assentiram o apoio para uma resolução imediata via Resolução 502 (1982) e do esforço de mediação de Pérez de Cuéllar. Ao final da reunião, Carlos Átila, porta-voz brasileiro, salientou que em relação às ilhas Malvinas/Falkland, “ficou patente que existem diferenças de enfoque entre os dois países, mas também ficou claro que há uma importante coincidência, que é a necessidade de se chegar o mais rápido possível a uma solução pacífica, com saída honrosa para os dois lados”.³⁹⁷

As negociações conduzidas por Pérez de Cuéllar encontravam-se entorpecidas devido à ausência de compatibilização em quatro pontos, a saber: aspectos da administração interina do território insular; a eventual protelação do prazo para finalização das negociações e a duração da administração provisória; os pormenores da retirada das forças; e a zona geográfica a qual seria contemplada pelas disposições do acordo transitório.³⁹⁸

Em 12 de maio de 1982, reuniu-se o Gabinete Nacional argentino. Leopoldo Galtieri iniciou a reunião afirmando:

*Estamos llegando al momento de mayor confrontación de las voluntades de ambos países. En esta confrontación el uso de los medios con la suma de voluntades es lo que va a dar resultados. Esto terminará con enfrentamiento bélico y, a caballo de ese enfrentamiento, vendrá la solución negociada. Argentina lleva ventajas: estamos en propio territorio y defendemos una causa que consideramos justa en este siglo. Por otro lado, tenemos la desventaja de tener un poder militar inferior en la zona de operaciones en algunos aspectos. Sintetizando: Estamos alcanzando la mayor temperatura en el conflicto. Se tiene que producir el violento enfrentamiento previsto. Existe firme decisión de afrontar ese enfrentamiento ya que fue debidamente razonado. En el campo diplomático, con las tensiones propias seguiremos dentro de la órbita de las Naciones Unidas.*³⁹⁹

Em seguida, Costa Méndez explanou aos presentes as três fases das negociações. A primeira, com a mediação de Alexander Haig, fracassou em razão da inxequibilidade

³⁹⁷ OURIQUE, Armando; PEDREIRA, Ricardo. Brasil não quer derrotados nem vencedores nas Falklands. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 92, n. 34, p. 13, 13 maio 1982.

³⁹⁸ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

³⁹⁹ VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY, Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983, p. 135.

de coadunar duas questões exigidas pelo Reino Unido, o respeito à autodeterminação dos ilhéus e o sistema de retiro das tropas. A segunda foi coordenada por Belaúnde Terry, na qual registrou-se acercamentos notáveis, deliberou-se sobre o termo “desejos” requisitado pelos ingleses e “interesses” aceito pelos argentinos, mas, o esforço diplomático foi interrompido pelo afundamento do cruzeiro *General Belgrano*. A terceira estava sucedendo no âmbito da ONU. Costa Méndez explanou acerca do plano de paz mediado por Pérez de Cuéllar e informou que havia incompatibilização em vários pontos da proposta. Ao término da reunião, o presidente argentino ordenou ao secretário geral da Presidência que analisasse a factibilidade de confiscar todos os bens móveis e imóveis de procedência britânica na Argentina.⁴⁰⁰

As negociações nas Nações Unidas foram suspensas entre os dias 15 e 17 de maio de 1982. No dia 15, embarcações britânicas destruíram com canhões três aviões Pucará que estavam estacionados na ilha de *Borbón*, localizada na *Gran Malvinas/West Falkland*, e avariaram os navios mercantes *Río Carcaña* e *Bahía Buen Suceso*. Em 17 de maio, as negociações reiniciaram. Anthony Parsons, representante do Reino Unido ante àquele organismo internacional, apresentou a Pérez de Cuéllar um plano que propunha uma retirada das forças de ambas as partes, com prazos e supervisão meticulosamente detalhados, ao invés de um governador inglês, haveria no arquipélago, um representante da ONU, que deveria consultar as instituições representativas dos ilhéus, sendo que essas contaria com a participação de um representante argentino; durante o governo interino as normas e práticas tradicionalmente vigentes nas ilhas seriam o alicerce dos atos do governador, bem como as negociações ulteriores ocorreriam sob os auspícios do secretário-geral das Nações Unidas, devendo ser concluídas até o 31 de dezembro de 1982, sendo excluídas dessas deliberações as Geórgias do Sul. Anthony Parsons ao entregar a proposta a Pérez de Cuéllar afirmou que se fazia necessário uma contestação urgente da Argentina.⁴⁰¹

Em 18 de maio de 1982, Enrique Ros entregou a contraproposta argentina a Pérez de Cuéllar a qual foi imediatamente transmitida ao representante britânico. De acordo com essa proposta, as ilhas Geórgias do Sul e as Sandwich do Sul deveriam ser incluídas no acordo; a administração interina seria exclusivamente exercida pelo representante da ONU, assistida por observadores argentinos e britânicos e outros indicados pelos ilhéus.

⁴⁰⁰ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

⁴⁰¹ HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

No entanto admitia-se que o governador pautaria sua atuação na legislação vigente até 1º de abril de 1982. As negociações subsequentes ocorreriam em Nova Iorque, tendo como marco as Resoluções 1514 (XV), 2065 (XX) e as demais que faziam alusão a questão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Acolhia-se o prazo de 31 de dezembro de 1982, todavia, aceitava-se explicitamente uma prorrogação até 30 de junho de 1983, caso não se lograsse um acordo, competiria à Assembleia Geral dirigir a questão.⁴⁰²

Ao inteirar-se da contraproposta argentina, o gabinete de guerra britânico decidiu que todas as concessões ofertadas para uma solução pacífica da guerra anglo-argentina fossem retiradas publicamente. O Quartel-General Conjunto então ordenou ao almirante John Woodward que iniciasse a operação de desembarque nas Malvinas/Falkland quando julga-se oportuna. No entendimento do gabinete de guerra, o Reino Unido não poderia assumir o risco de um armistício proposto em torno de um ou dois pontos com as operações em curso. Em 20 de maio de 1982, Margareth Thatcher comunicou ao Parlamento que não havia “mais propostas britânicas na mesa” e acusou o general Leopoldo Galtieri de portar-se com perfídia e de manobrar com o único objetivo de “protelar as negociações”.⁴⁰³ Previamente ao pronunciamento da primeira-ministra ante o Parlamento, o *Foreign Office* divulgou o Livro Branco. O documento não abarca as várias propostas e contrapropostas feitas no decorrer das gestões mediadoras de Alexander Haig e de Belaúnde Terry, limitando-se em apresentar um retrospecto das negociações conduzidas por Pérez de Cuéllar.

Segundo o Livro Branco, o Reino Unido alvitrou a retirada das tropas argentinas das Malvinas/Falkland e de sua esquadra em um lapso de 14 dias para uma distância de 270 km. A Argentina afirmou que necessitava de 30 dias para remover seus efetivos e que as duas forças deveriam regressar as suas bases. A administração britânica objetou que isso deixaria sua armada a 12.870 km do arquipélago, ao passo que a argentina ficaria a apenas 482 km. Quanto à administração, os dois Estados consentiram em aceitar uma administração interna das Nações Unidas. Nessa questão, enquanto o Reino Unido queria que a administração da ONU atuasse em conjunto com as instâncias representativas já existentes, a Argentina reiterava que a gestão do arquipélago deveria competir

⁴⁰² CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

⁴⁰³ SPÍNOLA, Noênio. Thatcher encerra negociações. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 92, n. 43, p. 9, 21 maio 1982.

exclusivamente àquele organismo internacional, com observadores de ambos os países e sob as bandeiras da ONU, da Argentina e do Reino Unido.

Quanto à soberania, o documento evidencia que ambos os países, concordaram em negociar tendo como data-limite 31 de dezembro de 1982. Entretanto, segundo Londres, o entendimento deveria prosseguir após a data-limite na hipótese de não formalização do acordo, mantendo-se a administração da ONU. Contudo Buenos Aires exigia que as negociações findassem naquela data. No tocante, às dependências, o Reino pleiteava que o acordo transitório limita-se sua aplicabilidade às ilhas Malvinas/Falkland, e não aos arquipélagos Geórgias do Sul e Sandwich do Sul. Porém, a Argentina recusou asseverando que os três territórios insulares deveriam ser tratados do mesmo modo, o que forçaria a retirada das tropas britânicas que reocuparam as Geórgias do Sul.

No mesmo dia, o Reino Unido, por meio dos seus canais diplomáticos, notificou a Pérez de Cuéllar que não havia mais razão para seguir negociando. Logo depois, Pérez de Cuéllar informou ao Conselho de Segurança sobre o malogro de seus bons ofícios e que dava por concluída sua mediação. O Conselho de Segurança então se reuniu informalmente, porque o Reino Unido se contrapôs à realização de uma reunião formal. No encontro, os Estados Unidos sugeriram convidar a Argentina a uma reunião informal. A Argentina rechaçou o convite e o Panamá requisitou que ocorresse uma convocatória formal ao Conselho de Segurança, a qual foi aprovada.⁴⁰⁴

Em 21 de maio de 1982, com batalhas aeronavais, bombardeios e ataques simultâneos em diversos pontos do arquipélago, as forças britânicas desembarcaram nas ilhas Malvinas/Falkland e estabeleceram uma cabeça-de-ponte na *Baía de San Carlos*, situada no Estreito das Falklands, a 80 km de *Port Stanley*. John Nott, secretário de Defesa britânico, afirmou que a formação da cabeça-de-ponte não se defrontou com resistência. Contudo, em outras localidades, os argentinos reagiram e sofreram baixas, ademais de caírem prisioneiros. Por sua vez, o governo argentino informou que a tentativa de desembarque das tropas britânicas na *Baía de San Carlos* foi repelida pelas forças nacionais. Mas, o comando militar argentino não descartou a possibilidade de que militares britânicos tivessem conseguido estabelecer posições na ilha *Soledad/East Falkland*.

⁴⁰⁴ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

Horas após o desembarque das forças britânicas, o Conselho de Segurança reuniu-se novamente para tratar da questão Malvinas/Falkland. Na ocasião, após uma detalhada exposição de Pérez de Cuéllar sobre seus esforços de paz, Enrique Ros, vice-ministro de Relações Exteriores da Argentina, elencou as razões que orientaram o seu país a rejeitar a última proposta de paz britânica, recordando que quando o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 502 (1982), o representante do Panamá advertiu sobre as graves consequências que derivariam de uma resolução que desprezava por completo o aspecto colonial fundamental da questão. Enrique Ros, por fim, afirmou:

*La Argentina aceptó explorar las vías de negociación que se ofrecieron con la gestión de los Estados Unidos antes de que el gobierno de ese país renunciara a la alternativa de la paz y se inclinara abiertamente por la posición belicista británica. Fue dentro del mismo ánimo que recibimos positivamente la propuesta peruana de tregua que el Reino Unido desoyó. Y es necesario destacar que fue justamente cuando la Argentina consideraba otras ideas de paz que el Reino Unido procedió a hundir fuera de la zona de exclusión o de bloqueo al crucero General Belgrano. La gran mayoría de los países independientes reconocen a las islas como argentinas y las Naciones Unidas han caracterizado a la disputa como una disputa de soberanía. Aun desde su propia perspectiva, el Reino Unido no puede alegar que las islas son parte de su propio territorio metropolitano, sino que son parte de una dependencia colonial anacrónica.*⁴⁰⁵

Finalizado a explanação de Enrique Ros, Sérgio Correa da Costa, o embaixador brasileiro ante à ONU reiterou que desde a ocupação das ilhas e a expulsão do governador e dos cidadãos argentinos por forças britânicas em 1833, não houve laudo arbitral, sentença judiciária internacional ou tratado que desse legitimidade jurídica à posse britânica. Além disso, nem o transcurso do tempo revestiu de valor jurídico a ocupação, já que a Argentina jamais cessou de reiterar seu protesto e sua objeção à invasão.⁴⁰⁶

Correa da Costa arguiu que o governo brasileiro deplorava profundamente a paralização dos esforços de paz de Pérez de Cuéllar por parte do Reino Unido, uma vez que os elementos essenciais para uma solução pacífica estavam presentes nesses esforços. Diante da necessidade de deter a engrenagem da violência, que ceifou vidas de ambos os lados, o governo brasileiro compreendia que o Conselho de Segurança tinha a obrigação de adotar medidas que, sob a supervisão das Nações Unidas, aprestassem o agravamento da situação, como também de delegar a Pérez de Cuéllar um mandato formal a fim de que

⁴⁰⁵ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 206.

⁴⁰⁶ COSTA, Sérgio Correa da. Intervenção do Brasil, Sérgio Correa da Costa junto à ONU perante o Conselho de Segurança daquela organização em 21 de maio de 1982. **Resenha de Política Externa do Brasil**, Brasília, n. 33, p. 67, abr./jun. 1982.

reiniciasse seus esforços junto às partes beligerantes, em prol de uma solução justa, honrosa e duradora.⁴⁰⁷

O embaixador Correa da Costa declarou ainda que o governo brasileiro nunca se absteve de acreditar que o conflito nas ilhas Malvinas/Falkland pudesse ser resolvido por meios pacíficos, tendo como base o cumprimento integral, e não seletivo, de todos os dispositivos da Resolução 502 (1982). À vista disso, o representante brasileiro asseverou que o Conselho de Segurança tinha o dever e a competência exclusiva de tomar as providências necessárias para possibilitar o cumprimento, em todos os seus aspectos, da resolução por ele adotada. Além disso, o Conselho de Segurança não poderia admitir ações unilaterais contra dispositivos específicos da Resolução 502 (1982), mesmo quando se alegue, sem sua aquiescência, que se destinam a fazer cumprir sua decisão.⁴⁰⁸

No quarto dia de deliberações do Conselho de Segurança, em 24 de maio de 1982, a Irlanda apresentou, um projeto de resolução que: estabelecia uma cessação das hostilidades por 72 horas; conferia a Pérez de Cuéllar uma nova gestão mediadora conducente a encetar negociações; e, durante as 72 horas as tropas deveriam permanecer nos locais que se encontravam, não sendo permitido o recrudescimento de ambas guarnições.⁴⁰⁹ No mesmo dia, o comunicado 86 do Estado Maior Conjunto argentino admitiu que as forças britânicas consolidaram uma cabeça-de-ponte de 10 km de extensão por 15 km de largura na ilha *Soledad/East Falkland*.

Em 25 de maio de 1982, Costa Méndez fez uso da palavra ante o Conselho de Segurança. Iniciou seu discurso agradecendo aos bons ofícios de Pérez de Cuéllar e aos chanceleres do Panamá, Nicarágua e Venezuela por terem se deslocado até Nova Iorque para assistirem aquela sessão. Em seguida, asseverou que pretendiam simplificar a questão e caracterizar a ação argentina como uma desmedida violação da obrigação de não usar a força nas relações entre Estados,

se sostiene que el atropello británico ocurrió hace mucho tiempo y se pretende así alegar una suerte de prescripción que cubra con un manto de olvido sucesos que ya pertenecen a la historia. Esto es inaceptable. Nadie lo expresó mejor que el representante del Brasil cuando declaró que en el transcurso del tiempo no hubo laudo arbitral, sentencia judicial internacional o tratado que

⁴⁰⁷ COSTA, Sérgio Correa da. Intervenção do Brasil, Sérgio Correa da Costa junto à ONU perante o Conselho de Segurança daquela organização em 21 de maio de 1982. **Resenha de Política Externa do Brasil**, Brasília, n. 33, p. 67, abr./jun. 1982.

⁴⁰⁸ COSTA, Sérgio Correa da. Intervenção do Brasil, Sérgio Correa da Costa junto à ONU perante o Conselho de Segurança daquela organização em 21 de maio de 1982. **Resenha de Política Externa do Brasil**, Brasília, n. 33, p. 68, abr./jun. 1982.

⁴⁰⁹ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

*haya dado validez jurídica a la ocupación británica. El transcurso del tiempo tampoco otorgó valor jurídico al hecho de la ocupación, ya que el país agraviado, la Argentina, jamás cesó de reiterar su protesta y su objeción a la ocupación.*⁴¹⁰

No mesmo dia, durante um ataque massivo, os aviões argentinos submergiram o destroyer *HMS Conventry* e avariaram deveras o navio porta-contentores *Atlantic Conveyor*, implicando, posteriormente, no afundamento da embarcação, que transportava caças *Harriers* e helicópteros de transporte de tropas. Segundo o comandante da Brigada 3, major-general Julián Thompson, foi um dia infausto para o Reino Unido, pois, ele expectava receber do *Atlantic Conveyor* quatro helicópteros Chinook e seis Wessex, com os quais deslocaria suas tropas e materiais de apoio. De acordo os britânicos, os caças *Harriers* haviam sido retirados antes do ataque argentino.⁴¹¹

Concluídas as deliberações, em 26 de maio de 1982, foi aprovada pelos 15 membros do Conselho de Segurança a Resolução 505 (1982) baseada no projeto de resolução apresentado pela Irlanda, o qual sofreu algumas modificações durante as deliberações. A mencionada resolução solicitava a Pérez de Cuéllar que empreendesse uma renovada missão de bons ofícios, observando a Resolução 502 (1982) e o enfoque esboçado pelo próprio secretário geral em sua declaração de 21 de maio, no prazo de uma semana. Além disso, o documento solicitava que Pérez de Cuéllar entabulasse imediatamente contatos com as partes em conflito, com o objetivo de negociar condições mutuamente aceitáveis para um armistício, além de exortar os beligerantes a cooperarem plenamente com o secretário-geral em sua missão.

Embora tenha votado favorável à Resolução 505 (1982) Oleg Troyanovsky – o embaixador soviético – ressaltou que a resolução possuía certas falhas concernente à alusão a Resolução 502 (1982). Para a delegação soviética, a Resolução 502 (1982) desconsiderava totalmente os problemas de descolonização das Malvinas/Falkland, esse aspecto deveria ser considerado em qualquer decisão justa sobre o conflito anglo-argentino, uma vez que a restauração do *status* colonial do arquipélago por meio da força era inadmissível. Além disso, Oleg Troyanovsky destacou que não havia dubiedade quanto à responsabilidade do Reino Unido pela situação então imperante nas ilhas em contento, dado que, por muitos anos, o Reino Unido opõe-se, relutantemente, em

⁴¹⁰ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016, p. 206-207.

⁴¹¹ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

implementar as decisões da ONU referentes à descolonização do território insular e a decisão de dirimir a disputa pela soberania do arquipélago por meios pacíficos.⁴¹²

Em seguida, Anthony Parsons, embaixador britânico, expôs que sua delegação votou em favor da Resolução 505 (1982), porque o documento registrava sem qualquer ambiguidade, que os esforços de Pérez de Cuéllar foram e seriam concentrados na garantia da materialização da Resolução 502 (1982). Anthony Parsons continuou sua exposição asseverando que sua delegação cooperaria integralmente com o secretário-geral em sua missão renovada. Todavia, sublinhou que a única condição aceitável para um cessar-fogo era a retirada imediata das forças argentinas. Por fim, o representante britânico afirmou que ficou surpreso com uma parte da explicação do voto proferida pelo delegado soviético, já que em 1º de abril de 1982, a URSS uniu-se ao chamado de todos os membros do Conselho de Segurança para que a Argentina e o Reino Unido abstivessem do uso da força. Em 2 de abril de 1982, a Argentina fez uso da força, ato registrado na Resolução 502 (1982), a qual os soviéticos não se opuseram. Para Anthony Parsons, Oleg Troyanovsky evidenciou uma perspectiva enviesada ao não reputar o uso da força pela Argentina e concentrar-se, somente, nas ações do Reino Unido no exercício de seu direito de autodefesa. Por sua vez, Arnaldo Listre, o delegado argentino, limitou-se em agradecer aos membros do Conselho de Segurança pelas numerosas horas de trabalho dedicadas ao conflito no Atlântico Sul.⁴¹³

Na madrugada de 28 de maio de 1982, foram registrados ataques sobre as posições argentinas em *Port Darwin* e em *Goose Green*. Em Buenos Aires, Amadeo Frúgoli – o ministro da Defesa – anunciava que as forças argentinas, satisfatoriamente, se defendiam das investidas opositoras. Em Londres, Ian McDonald, porta-voz do Ministério da Defesa, informava que paraquedistas havia capturado *Port Darwin* e *Goose Green* e avançavam em direção ao leste com o objetivo de arrestar a capital do arquipélago. Posteriormente, o ministério da Defesa britânico informou que haviam falecido 17 militares britânicos na reconquista de *Goose Green*. Além disso, enumerou as embarcações e aeronaves danificadas pela aviação argentina: as fragatas *Antelope* e

⁴¹² ONU – Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. **2368 Sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, S/PV 2368**. New York: ONU, 26 maio 1982a.

⁴¹³ ONU – Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. **2368 Sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, S/PV 2368**. New York: ONU, 26 maio 1982a.

Ardent, os destroieres *Sheffield* e *Conventry*, o navio de transporte *Atlantic Conveyor*, seis caças *Harrier* e 11 helicópteros.⁴¹⁴

No dia seguinte, o órgão de consulta do Tiar aprovou por 17 votos, nenhum contrário e quatro abstenções, a Resolução II, documento 80/82. O escrutínio foi idêntico a da resolução anterior de 28 de abril, registrando-se, novamente, as abstenções do Chile, Colômbia, Estados Unidos e de Trinidad Tobago. A resolução aprovada condenou, de forma enérgica, o injustiçado e desmedido ataque armado do Reino Unido, reiterou seu mais firme pedido de cessação das hostilidades e deplorou que a atitude do Reino Unido tivesse conduzido ao malogro das negociações para uma solução pacífica coordenada por Pérez de Cuéllar. Prosseguindo, expressou sua convicção da necessidade de uma urgente e honrosa solução pacífica ao conflito sob os auspícios da ONU, reconhecendo os estimáveis bons ofícios de Pérez de Cuéllar; instou os Estados Unidos que suspendessem imediatamente as medidas coercitivas aplicadas à Argentina e que se abstivesse de ministrar assistência material ao Reino Unido, em observância ao princípio de solidariedade continental; e, solicitou aos Estados-partes do Tiar que oferecessem à Argentina o apoio que cada qual julgasse oportuno a fim de prestar-lhe assistência em face do conflito em curso.

Em seus parágrafos finais, a Resolução II reafirmou os princípios básicos da Carta da OEA e do Tiar, em particular, os pertinentes à solução pacífica de controvérsias; renovou os préstimos do órgão de Consulta às partes litigantes, assim como ao secretário-geral da ONU, com o objetivo de alcançar uma solução pacífica; instruiu o presidente da Reunião de Consulta a manter-se em contato permanente com Pérez de Cuéllar; e, manteve aberta a XX Reunião de Consulta – como até o presente, 2020 –, a fim de velar pelo cumprimento de seus dispositivos e, se necessário, tomar medidas adicionais para salvaguardar a solidariedade e a cooperação interamericanas.⁴¹⁵

Entrementes, em Nova Iorque, as negociações de Pérez de Cuéllar achavam-se estagnadas. O Reino Unido alegava que a Argentina deveria retirar suas forças das Malvinas/Falkland sem concessões e sem o correlato britânico, restituí-las ao Reino Unido e restabelecer a administração existente anterior ao desembarque argentino. Por sua parte, a Argentina pleiteava um cessar-fogo estrito. Em um diálogo com o embaixador

⁴¹⁴ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

⁴¹⁵ OEA – Organização dos Estados Americanos. **Acta de la Cuarta Sesión de la Comisión General, Vigésima Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores, doc. OEA/Ser. F/II.20, doc. 80/82**. New York: ONU, 29 maio 1982.

Gustavo Figueroa, chefe de Gabinete de Costa Méndez, Enrique Ros, vice-ministro de Relações Exteriores, assinalou que Pérez de Cuéllar estava “*sumamente decepcionado. Cree que no tiene mayor juego, a pesar de que alguna de su gente trata de alentarlo a mantener abierto el asunto. Se da cuenta de que no hay margen*”.⁴¹⁶

Em 1º de junho de 1982, Arnaldo Listre, encarregado de negócios da representação argentina ante as Nações Unidas, enviou à Costa Méndez o cabo telegráfico nº 1774, com a última proposta de Pérez de Cuéllar. Além disso, Arnaldo Listre comentou que o Reino Unido se encontrava disposto a contemplar, a longo prazo, a possibilidade de um acordo para a proteção dos ilhéus. Ademais, para o governo britânico, não existia a possibilidade de se concertar a retirada das forças britânicas paralelamente à evacuação das tropas argentinas. Horas depois, após reunião com Pérez de Cuéllar, o delegado argentino enviou o cabo nº 1786, que transmitia a resposta britânica à proposta de paz.

As objeções remitidas foram: o Governo britânico não aceitava o armistício implementando pela ONU, tampouco admitia a presença de observadores do organismo; e, o cessar fogo deveria ser acordado entre os comandantes militares presentes na zona de operações. Em relação à retirada simbólica britânica, a princípio, não era aceitável tal ação, porém, poder-se-ia avaliar uma retirada unilateral limitada, por iniciativa britânica e no momento que julgasse conveniente. Por fim, o Reino Unido tinha a intenção de restaurar a administração britânica no arquipélago, no entanto não seria necessariamente um retorno ao *status quo ante*, sendo possível a designação de um governador militar.⁴¹⁷

A Resolução 505, de 26 de maio de 1982, conferiu a Pérez de Cuéllar o prazo limite de uma semana para a realização da sua mediação de bons ofícios. No dia 2 junho de 1982, Pérez de Cuéllar informou às delegações dos países membros do Conselho de Segurança que no mesmo dia da aprovação da resolução reuniu-se com as partes e demandou que fosse apresentada, no prazo de 24 horas, as condições que consideravam aceitáveis para um cessar-fogo. Ele asseverou que sua ideia era de avigorar as condições que fossem mutualmente concebíveis. Em 27 de maio de 1982, recebeu as exigências da Argentina e do Reino Unido e então estabeleceu prolongados intercâmbios com ambos

⁴¹⁶ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. Ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 428.

⁴¹⁷ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. Ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

os governos. Pérez de Cuéllar conclui seu informe expressando que as posições das duas partes não propiciaram a elaboração de condições para um armistício.⁴¹⁸

Em virtude do fracasso da gestão mediadora de Pérez de Cuéllar, as delegações da Espanha e do Panamá copatrocinaram um projeto de resolução que solicitava às partes em disputa a cessarem imediatamente as hostilidades na região das Malvinas/Falkland e que iniciassem, simultaneamente ao armistício, a implementação das Resoluções 502 (1982) e 505 (1982). Além disso, demandava ao secretário-geral da ONU que enviasse um relatório ao Conselho de Segurança em um prazo de 72 horas e que mantivesse o mencionado órgão informado quanto à implementação da resolução.⁴¹⁹ Ao ser posto em votação, o projeto não foi aprovado, sendo registrados nove votos favoráveis, dois contrários – dos Estados Unidos e do Reino Unido – e quatro abstenções.⁴²⁰

Na manhã de 3 de junho de 1982 às 10h50 min., o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo detectou, no espaço aéreo brasileiro, no ponto de coordenadas 25°35'S/42°10'W, a 185 milhas náuticas (340 km) da costa brasileira, uma aeronave não identificada. O Comando de Defesa Aérea determinou a imediata intervenção, que se deu por dois caças F-5E sediados na Base Aérea de Santa Cruz. Tratava-se do avião bombardeiro britânico Vulcan, que apresentava problemas técnicos, o qual foi interceptado pelos caças brasileiros e escoltado, até o pouso, à Base Aérea do Galeão no Rio de Janeiro.⁴²¹

O adido aeronáutico junto à Embaixada da Grã-Bretanha em Brasília, imediatamente procurou o Ministério da Aeronáutica para explicar o ocorrido e, em seguida, o Ministério divulgou uma nota oficial em que relatava o incidente e informava que “o governo brasileiro decidiu que a aeronave poderá retornar à sua base de origem, desde que totalmente desarmada”. Na manhã do dia seguinte, o governo argentino solicitou formalmente ao governo Brasileiro, por meio de notas entregues em Buenos Aires e em Brasília, a internação da aeronave britânica e de sua tripulação, com base nas

⁴¹⁸ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

⁴¹⁹ ONU – Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. **Proposta de Resolução S/PV 15156/Rev. 2**. New York: ONU, 2 jun. 1982b.

⁴²⁰ ONU – Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. **2373 Sessão do Conselho de Segurança S/PV.2373**. New York: ONU, 4 jun. 1982c.

⁴²¹ Telegrama da Secretaria de Estado para a Braseb Camberra, SEI/DAM-I/DAOC/DE-I, ostensivo, urgentíssimo, 04/06/1982. AH/MRE-BSB, “arquivo” Saraiva Guerreiro, 12, Questão das Malvinas.

disposições estabelecidas nas Regras de Haia de 1923, relativas à guerra aérea, e nas disposições adotadas pela XX Reunião de Consulta da OEA.⁴²²

Diante do pedido formal argentino, o governo brasileiro sustou temporariamente a execução da decisão anterior, para analisar as implicações jurídicas da questão. Enquanto isso, já completamente desarmada, a aeronave ficou provisoriamente retida, mas sua tripulação não estaria detida. Após entendimento a nível diplomático, o governo brasileiro resolveu que a aeronave poderia retornar à sua base de origem, desde que totalmente desarmada.⁴²³

Em 8 de junho de 1982, a Força Aérea argentina efetuou um exitoso ataque aos navios de desembarque britânicos em *Bahía Agradable/Bluff Cove* na ilha *Soledad/East Falkland*, destruindo o *HMS Sir Galahad*, avariando o *HMS Sir Tristram* e a fragata *HMS Plymouth*. No dia seguinte, a capital do arquipélago encontrava-se sitiada por via marítima e terrestre e era bombardeada insistentemente por aviões e navios. Além disso, ocorria confrontos entre as artilharias nas imediações da capital.⁴²⁴

Às 1h20min de 13 de junho, o Estado Maior Conjunto emitiu um comunicado o qual informava que no dia anterior às tropas britânicas haviam conquistado e ocupavam os montes *Dos Hermanas* e um segmento do monte *Harriet*. No entanto, a comunicação assinalava que tal acontecimento por si não era determinante de êxito ou fracasso, pois se subordinava à concepção operativa da defesa. Em realidade, os duelos se davam nas cercanias de *Port Stanley*, o que não era reportado, e a população argentina, em geral, não intuía.⁴²⁵

Pouco meses após o término da guerra das Malvinas, Juan Yofre, diplomata e escritor argentino, indagou Leopoldo Galtieri se não eram demasiadamente triunfalistas os comunicados emitidos pelo Estado Maior Conjunto. O então expresidente respondeu: “*Es cierto, coincide, mi mujer me lo hizo notar. Yo mismo quedé sorprendido cuando recibí la noticia de la caída de Puerto Argentino. Yo imaginaba que se podía luchar más. No que íbamos a triunfar; sí que opondríamos mayor resistencia*”.⁴²⁶

⁴²² Telegrama do Ministério de Relaciones Exteriores para as missões relacionadas em anexo, DAM-I/DE-I/DNU/DEA, urgentíssimo, 05/06/1982. AH/MRE-BSB, “arquivo” Saraiva Guerreiro, 12, Questão Malvinas.

⁴²³ Minuta de Telegrama do Ministério de Relaciones Exteriores para a Embaixada em Londres, DAM-I/DE-I, confidencial, 05/06/1982.

⁴²⁴ RIBAS, Gabriel. Cronología general de la Guerra por los archipiélagos australes (abril-junio 1982). **Todo es Historia**, Buenos Aires, n. 191, p. 8-26, abr. 1983.

⁴²⁵ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

⁴²⁶ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 406.

Ainda em 13 de junho de 1982, de acordo com a declaração do almirante Jorge Anaya aos membros da *Comisión Rattenbach*, o general Mario Menéndez, governador militar das Malvinas/Falkland, comunicou por telefone a Leopoldo Galtieri que o general Jemery Moore, comandante das forças terrestres britânicas, havia oferecido uma rendição honrosa. O presidente argentino contestou que ordenava o contra-ataque. Mário Menéndez respondeu que o estado anímico da tropa não possibilitava uma ofensiva, Leopoldo Galtieri reiterou: “Ordeno-lhe que contra-ataque”. O governador militar argentino do território insular tentou detalhar as condições, mas, o presidente-comandante o interrompeu e sentenciou: “Ordeno-lhe que contra-ataque”. Menéndez replicou que não podia empreender-lo. Então, Galtieri asseverou que ele era o comandante militar e afirmou, algo como, Menéndez tinha conhecimento do que era necessário ser feito, advertindo-lhe que quando de seu regresso ao continente, seria responsabilizado em conformidade com os regulamentos militares.⁴²⁷

No dia seguinte, o general Mario Menéndez comunicou-se telefonicamente com Hector Iglesias, secretário da Presidência da República, aduzindo que restavam as seguintes alternativas: cumprir a Resolução 502 (1982), aceitar o massacre ou admitir a possibilidade de debandada com tropa exaurida e desabastecida de armamentos. Minutos depois, o general Mario Menéndez conferenciou novamente com o general Leopoldo Galtieri, que insistiu para que os combates continuassem com toda a intensidade possível. Porém o governador militar das ilhas Malvinas/Falkland declarou que não era factível exigir mais esforço da tropa em fase das condições físicas e materiais em que se achavam, agregando que assumiria toda a responsabilidade que lhe competisse.⁴²⁸

Logo depois, o capitão de navio Barry Hussey transmitiu a Mario Menéndez que por meio da rede de radiotelefonia sanitária, os altos comandos militares ingleses anunciavam que para evitar um derramamento de sangue desnecessário das tropas argentinas, ofereciam-se para encetar negociações. Mario Menéndez então reportou-se ao general Osvaldo García, comandante do *Teatro de Operaciones Malvinas*, quem lhe autorizou entabular negociações. Às 16 horas, o governador militar do território insular em comento reuniu-se com o coronel Michael Rose e com o capitão Frederick Bell, e juntos redigiram os termos da capitulação argentina. Acordou-se que: as unidades

⁴²⁷ VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY; Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983, p. 135.

⁴²⁸ YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

conservariam suas bandeiras; a administração e o governo das tropas seriam exercidos pelos seus respectivos comandos; os grupos de trabalho mistos seriam formados para dirimirem problemas relacionados ao contingente militar e à logística; as tropas argentinas deveriam reuniu-se na área do aeroporto, desocupando a capital das ilhas a partir de 15 de junho de 1982; o regresso ao continente argentino poder-se-ia ocorrer em embarcações do próprio país; a cerimônia de assinatura do ato de rendição seria absolutamente reservada e sem a presença de jornalistas; e, a capitulação compreenderia todas as forças do arquipélago.⁴²⁹

Horas depois, Mario Menéndez encontrou-se com o general Jemery Moore e firmou a rendição. O militar argentino riscou a palavra “incondicionalmente” do documento. Um porta-voz do ministério da Defesa britânico afirmou que o termo “incondicional” não tinha uma acepção específica e não haveria razão para que o general Moore insistisse na sua permanência. No documento assinado pelo general Menéndez tem-se o seguinte:

Eu, abaixo assinado, comandante de todas as forças argentinas de ar, mar e terra nas Ilhas Falkland, rendo-me (palavra riscada) ao major general J.J.Moore, C.B., O.B.E., M.C., representante do Governo de Sua Majestade Britânica.

Nos termos desta rendição, todo o pessoal argentino nas Ilhas Falkland deve se dirigir aos locais determinados pelo general Moore e depor as armas, munição e todas outras armas ou equipamento militar, segundo as indicações do General Moore ou oficiais ingleses agindo em seu nome.

Depois da rendição, as forças argentinas serão tratadas com honra de acordo com as condições propostas pela Convenção de Genebra de 1949. Eles obedecerão às instruções relacionadas com movimentação e acomodações.

Esta rendição entra vigor às 23h59min do dia 14 de junho e inclui as forças argentinas atualmente sitiadas dentro e ao redor de *Port Stanley*, as que estão na *East Falkland*, *West Falkland* e nas ilhas circundantes.⁴³⁰

⁴²⁹ VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. In: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

⁴³⁰ MENENDEZ não aceita rendição “incondicional”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 92, n. 70, p. 12, 17 jun. 1982.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estabelecer diálogo entre as fontes históricas argentinas e inglesas – sobretudo, documentos diplomáticos e livros – sobre a disputa pela soberania dos territórios insulares, constatou-se que a primeira vez que as ilhas Malvinas/Falkland foram objeto de protestos diplomáticos foi em 1749. Ano que o Reino Unido planejava enviar uma expedição com o propósito de examinar a viabilidade do estabelecimento de uma base naval. Em decorrência da protestação apresentada pela Espanha ante o *Foreign Office*, a viagem foi suspensa.

Todavia, o interesse do Reino Unido pelas Malvinas/Falkland não arrefeceu após o intercâmbio diplomático anglo-espanhol. Em janeiro de 1765, o navegador John Byron aportou em *Gran Malvinas/West Falkland* e assenhorou-se do porto da localidade e de todas as ilhas adjacentes em nome do rei George III. Ante a usurpação do seu domínio o governo espanhol protestou. Em face da recusa do Reino Unido de ordenar que seus cidadãos se retirassem do arquipélago, ocorreu um efêmero conflito entre ambos os Estados, finalizado com a celebração da Declaração Masserano-Rockford (1771).

Após o término das hostilidades, o Reino Unido desocupou definitivamente o seu assentamento nas ilhas em maio de 1774. E após 37 anos de ocupação espanhola ininterrupta, período 1811-1820, as ilhas Malvinas/Falkland permaneceram desabitadas. As Províncias Unidas do Rio da Prata, futura Argentina, administraram o arquipélago entre 1820 e 1829. Nesse lapso temporal, o Reino Unido assinou com as Províncias Unidas o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação (1825) e reconheceu a independência desse país. E em ambas as oportunidades, o *Foreign Office* não manifestou objeções em relação à ocupação argentina do território insular. Apenas apresentou protesto, em 1829, quando o governo de Buenos Aires estabeleceu a *Comandancia Política y Militar de las Islas Malvinas* com sede em *Puerto Soledad*. A reclamação inglesa recebeu tão somente um aviso de recebimento.

Isto posto, no início de 1833, o navegador John Onslow aportou em *Puerto Soledad* e comunicou ao governador argentino que havia recebido ordens para exercer direitos de soberania sobre as ilhas Malvinas/Falkland, sendo que aquele dispunha de 24 horas para recolher a bandeira das Províncias Unidas e aprontar o embarque da tropa. Após o malogro dos protestos contra o vilipêndio cometido, o representante argentino dirigiu-se a Buenos Aires. Ao deliberarem sobre a posição a ser adotada pelo governo, os tomadores de decisão argentinos optaram pela via diplomática em detrimento da militar.

A partir disso, apresentaram-se sucessivos protestos, os quais, em grande parte, receberam o aviso de recebimento por parte do governo britânico.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as Malvinas/Falkland transformou-se de litígio de natureza diplomática em uma causa nacional. Atribui-se a José Hernandez e a Paul Groussac essa transformação. Na década de 1930, a causa Malvinas/Falkland sofre um recrudescimento e, nos anos quarenta, consolida-se como anseio partilhado por diversos segmentos da sociedade argentina. Isso sucedeu, sobretudo, devido a política cartográfica instituída pelo IGM e as reformas curriculares nos programas de Geografia do ensino fundamental e médio.

Passou-se a ocorrer negociações entre a Argentina e o Reino Unido sobre a soberania das ilhas Geórgias do Sul, Malvinas/Falkland e Sandwich do Sul, a partir de 1965, primeiro, na ONU e, *a posteriori*, concomitantemente, no âmbito do organismo internacional e bilateralmente. Recorda-se que a partir de 1927, a Argentina passou a reclamar as Geórgias do Sul e, em 1947-48, as Sandwich do Sul. Os intercâmbios diplomáticos perduraram até fevereiro de 1982, ao passo que no decorrer desses 17 anos ocorreram tentativas de compatibilização das divergências como o Memorando de Entendimento (1968), onde os Estados se comprometiam a solucionar definitivamente e amistosamente a contenda pela soberania e concertos como, a Declaração Conjunta (1971). Porém, salienta-se que sucedeu também um ato bélico, quando em outubro de 1976, o navio de guerra da Marinha argentina *ARA Almirante Storni* torpedeou a embarcação de investigação oceanográfica *RRS Shackleton* por adentrar à plataforma continental argentina de 200 milhas que abrangia as águas circundantes às Malvinas/Falkland.

Em meio à ausência de progressos na rodada de negociação ocorrida em Nova Iorque, em fevereiro de 1982, e o incidente nas Geórgias do Sul, quando justaposta a desmontagem das estações baleeiras pela firma *Geórgias del Sur S.A.*, deu-se a Operação Alfa da Marinha, antecipando a desembarque de argentinos nas Malvinas/Falkland. Pode-se depreender que o apoio expressivo dos argentinos à ocupação do arquipélago e à leitura simplista da conjuntura internacional por parte dos comandantes militares conduziram-lhes a descumprirem o planejamento prévio, uma vez que segundo o plano de recuperação, após transcorridos cinco dias, os contingentes militares seriam retirados, pois, a operação militar tinha como finalidade propiciar uma melhor posição negociadora.

Por fim, no transcurso da crise e guerra das Malvinas/Falkland ocorreram três gestões diplomáticas as quais fracassaram: a primeira foi conduzida pelo secretário de

Estado dos Estados Unidos, a segunda, pelo presidente peruano e a terceira pelo secretário-geral da ONU. As Resoluções 502 (1982) e 505 (505) da Organização das Nações Unidas, bem como as Resoluções I, documento 28/80, e II, documento 80/82, da Organização dos Estados Americanos instaram os beligerantes a cessarem as hostilidades e buscarem uma solução diplomática para as dissimilaridades então existentes. Todavia, também não obtiveram sucesso. Ante o bloqueio marítimo e terrestre de *Port Stanley* e as condições materiais e físicas da tropa argentina, que inviabilizavam uma ofensiva, em 14 de junho de 1982, o general Mario Menéndez, governador militar das Malvinas/Falkland, assinou a rendição argentina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Memorandos, Telegramas, Resoluções.

ARGENTINA. Declaración Conjunta entre Argentina y el Reino Unido de 1971. Buenos Aires, Ministerio de Relaciones Exteriores, [1971]. Disponível em: https://www.cancilleria.gob.ar/userfiles/ut/1971__declaracion_conjunta_entre_argentina_y_el_reino_unido_facsimil.pdf. Acesso em: 6 fev. 2020.

CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/424.

CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/AC 104/SC, IV/1.

CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/AC 109/106.

CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/AC 109/L.

CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, A/5800/Ver. I.

CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/PV 1898.

CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/C 4/682; Doc. A/PV 1500.

CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/PV 1744.

CARI – Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur: diplomacia argentina en Naciones Unidas - I**. Buenos Aires: CARI, 1983, Doc. A/7467.

COSTA, Sérgio Correa da. Intervenção do Brasil, Sérgio Correa da Costa junto à ONU perante o Conselho de Segurança daquela organização em 21 de maio de 1982. **Resenha de Política Externa do Brasil**, Brasília, n. 33, p. 68, abr./jun. 1982.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Declaração do Chanceler Saraiva Guerreiro em Nova York. **Resenha de Política Externa do Brasil**, Brasília, n. 33, p. 63, abr./jun. 1982a.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Notas do Chanceler Saraiva Guerreiro enviadas ao Embaixador da Grã-Bretanha, G.W. Harding, e ao Embaixador da Argentina, Hugo Caminos. **Resenha de Política Externa do Brasil**, Brasília, n. 33, p. 64, abr./jun. 1982b.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Discurso, de improviso, do Chanceler Saraiva Guerreiro ao final da sessão da Comissão Geral da XX Reunião de Consulta em Washington em 26 de abril de 1982. **Resenha de Política Externa do Brasil**, Brasília, n. 33, p. 65, abr./jun. 1982c.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Telegrama do Chanceler Saraiva Guerreiro ao Secretário Geral das Nações Unidas enviada em 30 de abril de 1982. **Resenha de Política Externa do Brasil**, Brasília, n. 33, p. 65, abr./jun. 1982d.

Minuta de Telegrama de Baena Soares ao senhor Ministro de Estado, secreto, urgentíssimo, nº 034, 1º/04/1982. Índice: Questão das Geórgias do Sul. Gestão do Embaixador Britânico. AH/MRE-BSB, Arquivo Saraiva Guerreiro, v. 12, Questão das Malvinas, Expedidos.

Telegrama da Secretaria de Estado para a Braseb Camberra, SEI/DAM-I/DAOC/DE-I, ostensivo, urgentíssimo, 04/06/1982. AH/MRE-BSB, “arquivo” Saraiva Guerreiro, 12, Questão das Malvinas.

Telegrama do Ministério de Relações Exteriores para as missões relacionadas em anexo, DAM-I/DE-I/DNU/DEA, urgentíssimo, 05/06/1982. AH/MRE-BSB, “arquivo” Saraiva Guerreiro, 12, Questão Malvinas.

Minuta de Telegrama do Ministério de Relações Exteriores para a Embaixada em Londres, DAM-I/DE-I, confidencial, 05/06/1982.

ONU – Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. **2368 Sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, S/PV 2368**. New York: ONU, 26 maio 1982a.

OEA. **Acta de la Cuarta Sesión de la Comisión General, Vigésima Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores**, doc. OEA/Ser. F/II.20, doc. 28/82, 28 abr. 1982.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Acta de la Cuarta Sesión de la Comisión General, Vigésima Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores, doc. OEA/Ser. F/II.20, doc. 80/82**. New York: ONU, 29 maio 1982.

ONU – Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. **2368 Sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, S/PV 2368**. New York: ONU, 26 maio 1982a.

ONU – Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. **Proposta de Resolução S/PV 15156/Rev. 2**. New York: ONU, 2 jun. 1982b.

ONU – Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. **2373 Sessão do Conselho de Segurança S/PV.2373**. New York: ONU, 4 jun. 1982c.

2. Artigos de Jornais

JASTREBLANSKY, Maia. La historia de 18 jóvenes que secuestraron un avión para pisar Malvinas. **La Nación**, Buenos Aires, set. 1966. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/la-historia-de-18-jovenes-que-secuestraron-un-avion-para-pisar-malvinas-nid1457899>. Acesso em: 24 fev. 2020.

LONDRES exige retirada de tropas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 91, n. 356, p. 13, 3 abr. 1982.

MENENDEZ não aceita rendição “incondicional”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 92, n. 70, p. 12, 17 jun. 1982.

OURIQUE, Armando; PEDREIRA, Ricardo. Brasil não quer derrotados nem vencedores nas Falklands. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 92, n. 34, p. 13, 13 maio 1982.

REAGAN se oferece para mediar crise. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 91, n. 359, p. 13, 6 abr. 1982.

SPÍNOLA, Noênio. Thatcher encerra negociações. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 92, n. 43, p. 9, 21 maio 1982.

3. Livros

ARGENTINA. **La Comunidad Internacional y la Cuestión Malvinas**. Buenos Aires: Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2014.

AZAMBUJA, Péricles. **Falkland ou Malvinas: o arquipélago contestado**. 1. ed. Caixas do Sul: EDUCS, 1988.

CAILLET-BOIS, Ricardo Rodolfo. **Una tierra argentina las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1982.

CARDOSO, Oscar; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas: La Trama Secreta**. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte I, Las relaciones exteriores de la Argentina embrionaria (1806-1881). Tomo III, Los mini-Estados provinciales del Río de la Plata en tiempos de las guerras contra el Brasil y contra la confederación peruano-boliviana. Juan Manuel de Rosas y sus conflictos con estados provinciales y extranjeros. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/3/3-036.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte II, Las relaciones exteriores de la Argentina consolidada (1881-1942). Tomo VII, La Argentina frente a la América del Sur (1881-

1930). Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/7/7-092.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III, Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1942-1989). Tomo XII, Diplomacia de Malvinas, 1945-1989. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/12/12-04.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

CLÉMENT, Zlata Drnar. **Malvinas ¿el derecho de la fuerza o la fuerza del derecho?**. Córdoba: Lemer Editora Córdoba, 2000.

COSTA, Eduardo José. **Guerra bajo la cruz del sur**. Montevideo: Hyspamérica, 1988.

DESTEFANI, Laurio. **Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul: perante o conflito com a Grã-Bretanha**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

FRANKS, Oliver; BARBER, Anthony; LEVER, Harold; NAIRNE, Patrick; RESS, Merlyn; WATKINSON, Harold. **Falkland Islands Review – Report of Committee of Privy Counsellors**. Londres, 1983.

GALASSO, Norberto. **De la Banca Baring al FMI: historia de la deuda externa argentina 1824-2008**. Buenos Aires: Colihue, 2008.

GAMBA, Virginia. Las negociaciones bilaterales y el rol del grupo de presión de las Islas Malvinas. In: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneu, 2016.

GOEBEL, Julius. **La pugna por las Islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática**. London: Yale Univerity Press, 1983.

GROUSSAC, Paul. **Las islas Malvinas**. 1. ed. Buenos Aires: Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, 2012.

GUBER, Rosana. **¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2012.

GUSTAFSON, Lowell. **The Sovereignty Dispute over the Falkland (Malvinas) Islands**. New York: Oxford University Press, 1988.

HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **La batalla por las Malvinas**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

HOFFMANN, Fritz; HOFFMANN, Olga. **Soberanía en disputa: las Malvinas/Falkland 1493-1982**. Tradução: Eduardo Luis Alimonda. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1992.

KINNEY, Douglas. National Interest/National Honor. The Diplomacy of the Falkland Crisis. New York: Praeger, 1989.

LANÚS, Juan Archibaldo. Malvinas a partir de la Segunda Guerra Mundial (1945-1982). *In*: LANÚS, Juan Archibaldo. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

LORENZ, Federico. Malvinas: una guerra argentina. 1. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

LORENZ, Federico. **Unas islas demasiado famosas: Malvinas, historia y política**. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013.

MALVINAS, Observatorio. **Malvinas en la Historia: una perspectiva suramericana**. 2. ed. Lanús: Remedios de Escalada de la Universidad Nacional de Lanús, 2013.

NOSSAS ilhas, nossa história. Falkland: Assembleia Legislativa das Ilhas Falkland, 2013.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à Restauração Democrática**. Tradução: Alexandra de Mello e Silva. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

PEREYRA, Ezequiel Federico. **Las islas Malvinas: soberanía argentina**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas, 1969.

PERL, Raphael. The Falkland Islands dispute in International Law and Politics: a documentary sourcebook. Oceana Publications, Londres, 1983.

PRIVITELLIO, Luciano de; QUINTERO, Silvina; ROMERO, Luis Alberto; SABATO, HILDA. **La argentina en la escuela: la idea de nación en los textos escolares**. 1. ed. Buenos: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

QUELLET, Ricardo Luis. **Historia Política de las Islas Malvinas**. Buenos Aires: Escuela Superior de Guerra Aérea, 1982.

VAGO, Alberto. RATTENBACH, Benjamin. REY; Carlos; CABRERA, Francisco; BOFFI, Jorge; BUSTAMANTE, Tomas. **Informe Final de la Comisión de Análisis y Evaluación de las responsabilidades en el conflicto del Atlántico Sur**. Buenos Aires, 1983.

VEGAS, Jorge Hugo Herrera. Política y diplomacia durante el episodio Davidoff y el conflicto armado del Atlántico Sur. *In*: LANÚS, Juan Archibaldo (org.) **Repensando Malvinas: una causa nacional**. 1. ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2016.

YOFRE, Juan. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falkland y el derrumbe del Proceso**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

4. Artigos

ACUNÁ, Carlos; SMULOVITZ, Catalina. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional. *In*: PÉROTIN-DUMON, Anne (org.)

Historizar en pasado vivo en América Latina. Santiago, Universidad Alberto Hurtado, 2007, p. 3-94.

BOLOGNA, Alfredo Bruno. Los derechos argentinos sobre las islas Malvinas. **Revista de Estudios Internacionales**, Buenos Aires v. 3, n. 3, p. 799-813, jul./set. 1982.

ESCUDE, Carlos. El trasfondo cultural de la invasión argentina de Malvinas: contenido nacionalista de la enseñanza de la geografía, 1879-1986. **Boletín del Centro Naval**, n. 97, p. 169-184, mayo/ago. 2010.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. La cuestión Malvinas en perspectiva histórica. Historia de la Controversia desde el siglo XVI hasta nuestros días. **Revista de Historia de América**, México, n. 96, p. 27-67, jul./dez. 1983.

MARGHERITIS Ana. Malvinas: el problema del petróleo y el conflicto anglo-argentino. **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**. Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 113-146, jul./dez. 1992.

REYES, Ana Ochoa. La cuestión de las Islas Malvinas. **Derecho PUCP**, Peru, n. 38, p. 79-118, 1984.

RIBAS, Gabriel. Cronología general de la Guerra por los archipiélagos australes (abril-junio 1982). **Todo es Historia**, Buenos Aires, n. 191, p. 8-26, abr. 1983.

RODRIGUES, José Honório. O Itamarati interpreta erroneamente documento de 1833. **Digesto Econômico**, São Paulo, n. 293, p. 93-101, jun. 1982.

5. Dissertações e Teses

MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. **A Guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira**. 2004. 230 p. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NETO, Tomaz Espósito. **A política externa brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas (1982)**. 2006. 189 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

WALSH, Marcelo Vieira. **A atuação do Brasil frente à crise das Malvinas/Falkland (1982)**. 182 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

ZAMBON, Antônio Lídio de Mattos. **A posição dos jornais brasileiros perante a Guerra das Malvinas**. 1999. 122 p. Dissertação (Mestrado em Integração Latino Americana) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1999.